



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA

DÉBORA CRISTINA MACORINI OCON

**GRUPOS DE PODER E TERRITÓRIO:
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DAS
VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA – PEVRI - MS**

MARINGÁ – PR
2015

DÉBORA CRISTINA MACORINI OCON

**GRUPOS DE PODER E TERRITÓRIO:
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DAS
VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA – PEVRI – MS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia, área de concentração Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Dra. Márcia da Silva

Coorientador: Dr. Gilnei Machado

MARINGÁ – PR
2015

Ficha de identificação conforme Código de catalogação Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2),
elaborada pela Bibliotecária Mary Celina Ferreira Dias – CRB1-2853

Ocon, Débora Cristina Macorini.

Grupos de poder e território: : criação e implantação do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema - PEVRI- MS / Débora Cristina Macorini Ocon. - Maringá, 2015.
301 f. : il.

Orientador: Márcia da Silva.

Coorientador: Gilnei Machado.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, 2015.
Inclui bibliografia.

1. Grupos de poder - Teses. 2. Território - Teses. 3. Territorialidade - Teses. 4. Unidades de conservação - Teses. I. Silva, Márcia da. II. Machado, Gilnei. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia. IV. Título.

DÉBORA CRISTINA MACORINI OCON

**GRUPOS DE PODER E TERRITÓRIO: CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE
ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA-PEVRI-MS**

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em **21 de dezembro de 2015.**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr.ª. Márcia da Silva
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr.ª. Angela Maria Endlich
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr.ª. Eñsa Pinheiro de Freitas
Membro convidado
UFMS



Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves
Membro convidado
UFMS

Dedico à minha família...

**Em especial à minha mãe por me dar a vida e ensinar os
caminhos a trilhar**

AGRADECIMENTOS

Duas lembranças e um jardim

Dois episódios estão na minha memória, lembro-me como se fosse hoje. Quando ingressei no ensino fundamental (E.F.), em 1989 (pré-escola), tive uma professora adorável, a profa. Sílvia, ela me apresentou dois coelhinhos (um branco e o outro preto), acredito que essa atividade foi o meu primeiro “Trabalho de Campo”. Contudo, o que me fez voltar a tal fato foi a admiração que construí por minha primeira profa. (da escola), eu a admirei-a por inteira, seu talento, seus cabelos... seus olhos....

A outra lembrança é de um evento que aconteceu um ano posterior, recordo-me que em 1990, já na 1ª série E.F., participei do desfile de 7 de setembro, a temática que a escola abordou no desfile foi profissões, para representar um excelente profissional vesti um jaleco, óculos (emprestado da minha prima) e apanhei alguns livros.

Não há registros dessas duas passagens, mas isso ficou em minha memória.

Para aqueles que ainda não adivinharam, em 7 de setembro de 1990 me apresentei como professora, por isso inicio os meus agradecimentos destacando, primeiramente, meus queridos e amados professores.

Aos professores da Vida

Agradeço, primeiramente, aos meus primeiros professores (mãe e pai), a ela por carregar as pétalas mais preciosas e por, ainda, ter a sabedoria de carregar os espinhos (Rosa). A ele por ensinar a simplicidade da vida (Aristeu – *in memoriam*).

Aos meus avós maternos e paternos Lourdes, Argentina e Luiz, aos irmãos (Fabiana e Vinícius), cunhados (Marcos e Eliana), sobrinhos (Ana Beatriz e Vitor), tios, tias e primos, simplesmente por fazerem parte do meu jardim.

Aos professores da Lida

À orientadora (Márcia da Silva) por se tornar o solo de sustentação desta tese, foi nela que plantei, fixei raízes e dei frutos. A minha admiração por essa profissional e pessoa “humana” só aumenta. Agradeço, ainda, pelo incansável companheirismo e dedicação profissional. Profa. sua participação foi primordial no desenvolvimento deste trabalho e a minha gratidão é em especial por saber que as distâncias de 300, 700 ou 1000 Km percorridos se tornaram pequenas frente aos sábios conselhos e ponderações realizadas.

Aos professores do PGE: Ângela, Celene, César, Henrique e Maria das Graças, por dedicarem parte do tempo nas aulas, colóquio e qualificação;

Ao prof. Gilnei Machado, por aceitar coorientar esta tese;

Aos professores membros desta banca examinadora;

À secretária do PGE (Miriam) por não medir esforços quando solicitada.

Aos professores da amizade

Aos membros do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES), em especial à profa. Karla Rosário Brumes e aos colegas de viagem Aníbal, Daniel, Joyce e Simone.

Nessas idas e vindas foi construída uma amizade “geográfica”, não mais importante que as outras, porém diferente, por isso, essa tese dedico em especial à Joyce, por regar o meu jardim durante esses 4 anos.

Aos amigos de turma, Cleiton e Vitor, por dividir os pensamentos;

Aos membros do Conselho do PEVRI, que na jornada se tornaram amigos;

Em especial, destaco o conselheiro e funcionário da CESP (Fernando Brandão), porque se o compararmos ao jardim, ele é simplesmente a “rocha matriz”, foi ele quem abriu a porta para eu percorrer o caminho metodológico da pesquisa.

Aos funcionários da CESP: Celso Machado, José Daniel e José Dimas;

Aos funcionários do IMASUL de Campo Grande: Leonardo, Ana, Elizabete, Zé e Antigão, por facilitar o acesso aos documentos e ao Parque;

Aos funcionários do PEVRI (sede): Reginaldo, Chimarrão, Nice, Dione e Jaqueline pela calorosa recepção nos trabalhos de campo;

Aos funcionários da Polícia Militar Ambiental de Dourados, pelas histórias e por facilitar o deslocamento por água;

À funcionária da Secretaria de Desenvolvimento Integrado de Nova Andradina, Cornélia, por me apresentar ao Fernando Brandão;

Aos funcionários das Secretarias de Meio Ambiente e Turismo de Jateí, Naviraí e Taquarussu.

Por fim, agradeço todos por regar, revitalizar e receber os frutos que foram produzidos no meu jardim!

Conseqüentemente, essa tese é parte de cada um de vocês e, por isso, a flor mais preciosa, obrigada.

[...] Aqui o silêncio rende.
Os homens deste lugar são mais relativos a águas do que a terras.
Há sapos vegetais que dão cria nas pedras
As pessoas são cheias de prenúncios: chegam de ver pregos nadar e bugio pedir a
bênção.

Manoel de Barros (Livro de Pré-coisas)



O perfume dos rios
Martha Barros (2013)

OCON, Débora Cristina Macorini Ocon. **Grupos de poder e Território: criação e implantação do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema – PEVRI – MS.** Tese (Doutorado em Geografia) – UEM, Maringá, 2015.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a atuação de grupos de poder no processo de criação e implantação do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema (PEVRI), localizado no estado de Mato Grosso do Sul. Por meio de estudos teóricos e de campo, buscou-se investigar os elementos de construção do território apoiado nas hipóteses de que essa Unidade de Conservação (UC) foi criada e está sendo implantada a partir de interesses externos à organização territorial do local, reorganizando territorialidades e proporcionando contradições e desigualdades no interesse pelo uso da terra. Considera-se, com isso, a possibilidade de atuação de grupos de poder atrelada à negociação e resistência de permanência na terra. Uma das particularidades do recorte territorial-analítico da pesquisa é de que a área foi adquirida como medida compensatória aos danos ambientais causados ao estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Essa especificidade do objeto de pesquisa é uma variável importante, pois lança a hipótese de que as territorialidades criadas nesse território são estabelecidas, mediadas pelas relações de concordância/discordância entre os grupos de poder externos ao local, como no caso a CESP (Companhia Energética de São Paulo) e as instituições do Estado em diferentes esferas e, ainda, legitimadas por legislações, acordos, decretos e outros. Como procedimentos metodológicos foram realizadas investigações, partindo de levantamentos de dados primários e secundários, buscando diagnosticar a dinâmica das relações sociais a partir da atuação de atores e grupos de poder sobre as transformações do território e de suas próprias territorialidades.

Palavras-chave: Grupos de Poder; Território; Territorialidade; Unidades de Conservação.

OCON, Débora Cristina Macorini Ocon. **Groups power and Territory: creation and implementation of the Ivinhema floodplain State Park – PEVRI – MS.** Thesis (Doctorate in Geography) – UEM, Maringá, 2015.

ABSTRACT

This research aims to analyze the power groups performance during the creation and implementation of the Ivinhema floodplain State Park (PEVRI), located in Mato Grosso do Sul state. By means of theoretical and field studies, we attempted to investigate the territory building elements supported the hypothesis that this Conservation Unit (UC) was established and it has been implemented from outside interests local territorial organization, reorganizing territoriality and providing contradictions and inequalities in interest for the land usage. We realize, with it, the possibility of power groups action linked to negotiations and permanence of resistance on the territory. One of the peculiarities of the research territorial-analytical approach is that the area was acquired as a compensatory measure to environmental damage caused to Mato Grosso do Sul state, due to the construction of Engineer Sergio Motta Hydroelectric factory. This research object specificity is an important variable because it hypothesizes that the territoriality created in this territory are established mediated by relations of agreement / disagreement between external to the local power groups, as in the case CESP (São Paulo Energy Company) and state institutions in different spheres and, further legitimized by laws, agreements, decrees and others. As methodological procedures it was carried out investigations, starting from primary and secondary, data from surveys seeking to diagnose the dynamics of social relations from the performance of actors and power groups on the transformation of the territory and their own territoriality.

Keywords: Power Groups; Territory; Territoriality; Conservation Units.

OCON, Débora Cristina Macorini Ocon. **Grupos de poder e Territorio: creación e implementación del Parque Estatal de las Várzeas do rio Ivinhema – PEVRI – MS.** Tesis (Doctor en Geografía) – UEM, Maringá, 2015.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar la actuación de los grupos de poder en la creación e implementación del Parque Estatal de las Várzeas do rio Ivinhema (PEVRI), ubicado en el estado de Mato Grosso do Sul. Por medio de estudios teóricos y de campo, se investigó los elementos de construcción del territorio apoyado en la hipótesis de que en esta Unidad de Conservación (UC) fue creada y está siendo implantada con principios de intereses externos a la organización local territorial, reorganización de la territorialidad y propiciando contradicciones y desigualdades en el interés por el uso de la tierra. Considera, por lo tanto, la posibilidad actuación de los grupos de poder vinculados a la negociación y la resistencia de permanencia en el terreno. Una de las peculiaridades del enfoque territorial-analítico de la investigación es que el área fue adquirida como medida compensatoria al daño ambiental causado al estado de Mato Grosso do Sul, debido a la construcción de la Central Hidroeléctrica Ingeniero Sérgio Motta. Esta especificidad del objeto de la investigación es una variable importante, porque plantea la hipótesis de que la territorialidad creada en este territorio son establecidas mediada por las relaciones de acuerdo/desacuerdo entre los grupos de poder externos al local, como en el caso CESP (Companhia Energética de São Paulo) y de las instituciones del Estado en diferentes ámbitos y, todavía, legitimadas por legislaciones, acuerdos, decretos y otros. Como procedimientos metodológicos fueron realizadas investigaciones, a partir de datos primarios y secundários, buscando diagnosticar la dinámica de las relaciones sociales con la actuación de actores y grupos de poder sobre las transformaciones del territorio y sus propias territorialidades.

Palabras clave: Grupos de Poder; Territorio; Territorialidad; Unidad de Conversación.

LISTAS



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Organização hierárquica do poder.....	55
FIGURA 2 - Do espaço ao território	116
FIGURA 3 - PEVRI e áreas municipais	137
FIGURA 4 - UCs do estado de Mato Grosso do Sul	139
FIGURA 5 - UCs na Bacia Hidrográfica do rio Ivinhema e localização do PEVRI...	140
FIGURA 6 - Diagnóstico da presença do Cervo-do-Pantanal na Bacia do Alto Paraná	197
FIGURA 7 - Placas informativas sobre a localização do PEVRI	206
FIGURA 8 - Controle e medidas contenção dos focos de incêndio.....	211
FIGURA 9 - Benfeitorias das propriedades rurais	225
FIGURA 10 - Benfeitoria da Porto Peroba (atual Sede do PEVRI)	226
FIGURA 11 - Vistoria em área de desapropriação	228
FIGURA 12 - Área desapropriada	228
FIGURA 13 - Abandono do PEVRI.....	234

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Demonstrativa de área total e específica ao PEVRI.....	164
TABELA 2 - Índice e Valores de ICMS ecológico.....	168
TABELA 3 - ICMS E ICMS ECOLÓGICO - 2013/2014/2015.....	170
TABELA 4 - Índice Aplicado de ICMS aos municípios do PEVRI - 2016.....	174

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Semelhanças e diferenças entre as teorias contratualistas.....	76
QUADRO 2 - A complexidade da teoria de Max Weber.....	82
QUADRO 3 - A complexidade da teoria de Hannah Arendt.....	91
QUADRO 4 - Definição de poder de Dahl.....	94
QUADRO 5 – Síntese das definições de poder.....	97
QUADRO 6 - Grupos de poder atuantes no território do PEVRI.....	160
QUADRO 7 - Condicionantes intrínsecos aos grupos de poder do PEVRI.....	182

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA 1 - Organização estrutural da Pesquisa	37
ORGANOGRAMA 2 - Gênese e Exercício do poder	99

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Propriedades do PEVRI	220
MAPA 2 - Situação Dominial do PEVRI – 01/12/2014.....	221

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Área de abrangência do PEVRI em relação aos municípios	162
--	-----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Tabela de descrição dos Pontos de Coleta de dados em Trabalho de Campo – FBDS	259
ANEXO 2 – E-mail de solicitação de material para consulta	264
ANEXO 3 – Instrumento Particular de Composição Amigável	265
ANEXO 4 – Limite Geográfico e perímetro do PEVRI	272
ANEXO 5 – Tábula avaliativa dos municípios – ICMS ecológico	275
ANEXO 6 – Tábula avaliativa da Unidade de Conservação – ICMS ecológico.....	279
ANEXO 7 – Planilha de controle da aquisição de propriedades rurais – CESP	285

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Procedimentos metodológicos	294
APÊNDICE 2 - Roteiro de Entrevista	295
APÊNDICE 3 - E-mail de solicitação das Atas do Conselho Consultivo do PEVRI.	297
APÊNDICE 4 - Conflitos de Posse do PEVRI entre a DAEX e CESP.....	298

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Área Direta Afetada

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul

AII – Área de Influência Indireta

APEDEMA/SP – Assembleia Permanente de Entidades em defesa do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

APOENA – Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar – Presidente Epitácio/SP/Brasil

APREMAPP – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Pontal do Paranapanema/Teodoro Sampaio/SP

CAN – Colônia Agrícola Nacional

CEACON – Centro de Estudos e Atividades de Conservação da Natureza

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CVSP-MT – Companhia São Paulo – Mato Grosso S/A

DAEX – Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

ENGEA – Engenharia Avaliações e Consultoria Ltda

ETEP - Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

FAO – Organização Mundial para a Alimentação e Agricultura

FBCN – Fundação Brasileira de Conservação da Natureza

FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

FUCONAMS – Fundação de Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza

FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

GAR/CESP - Gerenciamento Ambiental de Reservatórios da Companhia Energética de São Paulo

GEPES - Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais

GTA – Grupo de Pesquisa Território e Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário e extensão Rural de Mato Grosso do Sul

IF – Instituto Federal

IUCN/Brasil – União Internacional para a Conservação da Natureza

PEVRI – Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema

PQ-E-VI – Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema

PMA – Polícia Militar Ambiental

PrevFogo - Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

PROESP – Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies/Campinas/SP

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SEMADES – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SMA/CEAM – Secretaria de Meio Ambiente e Coordenadoria de Educação Ambiental/São Paulo

SMA/CPRN Secretaria de Meio Ambiente e Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais/São Paulo

THEMAG – Themag Engenharia e Gerenciamento S/A Ltda

TNC – The Nature Conservancy/Massachusetts/Washington/EUA

UC – Unidade de Conservação

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFIRMS – Unidade Fiscal de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UHE – Usina Hidrelétrica ou Hidroelétrica

UMAH - Urbanismo Meio Ambiente e Habitação Ltda

UNESCO – União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UPI – Unidade de Conservação de Proteção Integral

UUS - Unidade de Conservação de Uso Sustentável

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	28
Da problemática à tese.....	29
A estrutura do trabalho	36
CAPÍTULO I - Premissas Metodológicas e Proposições Teóricas	41
1.1. A escolha e os procedimentos metodológicos.....	43
1.2. Revisão da Literatura	51
1.2.1. O poder: a centralidade relacional dos grupos na construção dos territórios.....	53
1.2.2. Do Estado Natural ao Estado moderno: o pensamento contratualista de Hobbes, Locke e Rousseau.....	59
1.2.2.1 Hobbes e o “Leviatã”	59
1.2.2.2 Locke e “O Segundo Tratado do Governo Civil”	65
1.2.2.3 Rousseau e “O Contrato Social”	70
1.2.3. Do Estado moderno ao poder relacional: o pensamento de Weber, Arendt, Dahl, Bobbio e Raffestin	77
1.2.3.1 Max Weber e a “Política”	77
1.2.3.2 Hannah Arendt e a “Condição Humana”.....	84
1.2.3.3 O poder: o pensamento de Dahl, Bobbio e Raffestin	92
1.3. Territorialidade humana: a “face vivida” do poder	106
1.4. O conceito de Território na construção do pensamento científico.....	111
1.5. Unidades de Conservação: características políticas e de gestão do território	121
CAPÍTULO II - A organização histórica e política território do PEVRI	134
2.1. Os municípios que abrangência o PEVRI: ocupação humana e grupos de poder	147
2.1.1. Os grupos de poder e a história de povoamento de Jateí-MS.....	152
2.1.2. Os grupos de poder e a história de povoamento de Naviraí-MS.....	155
2.1.3. Os grupos de poder e a história de povoamento de Taquarussu-MS	156
2.2. O povoamento dos municípios do PEVRI e a presença de grupos de poder.....	159
2.3. O Território do PEVRI: área dos municípios e o ICMS ecológico.....	161

CAPÍTULO III - A gênese do poder: as motivações externas e a internalização dos grupos de poder no PEVRI	177
3.1. O PEVRI: Unidades de Conservação e grupos de poder	179
3.2. O PEVRI e suas especificidades ambientais	191
3.3. A implantação do PEVRI e a presença das Instituições governamentais no reordenamento territorial	201
CAPÍTULO IV - A implantação do PEVRI: propriedade privada da “Conservação”	217
4.1. A estrutura fundiária do PEVRI	218
4.2. O exercício do poder: a prática da DAEX na regulamentação sobre o título de posse	230
4.3. Da propriedade privada ao reordenamento territorial do PEVRI	232
REFERÊNCIAS	244
ANEXOS	258
APÊNDICES	293

INTRODUÇÃO

Da problemática à tese

O Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema (PEVRI) é uma Unidade de Conservação (UC), classificada no Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) como Proteção Integral. Por se tratar de uma UC de Proteção Integral, os “limites” de uso e desuso do território são estabelecidos na Lei nº 9.985/2000, em que consta no Art. 7 “§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (SNUC, 2000). Entre os casos de uso e exceção sobre o território das UCs de Proteção Integral, elencam-se as atividades de educação ambiental e as com finalidades de pesquisas científicas desde que previstas no Plano de Manejo¹.

A institucionalização da lei que regulamenta o SNUC é importante para essa pesquisa, contudo, deve-se considerar que a criação desta é o amadurecimento das amplas discussões realizadas no processo histórico da política ambientalista brasileira, com o marco regulatório amparado nas Leis nº 6.938/1981 (Art. 9º § VI que dispõe sobre a criação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos² (ETEP)) e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo VI, Art. 225 que trata sobre os direitos Do Meio Ambiente).

O PEVRI, recorte territorial desse trabalho de pesquisa, é um território político criado³ em decorrência aos danos ambientais gerados na construção do lago

¹ O Plano de Manejo, institucionalizado na Lei citada, é um documento de caráter técnico que define as características, área de abrangência, de zoneamento e, ainda, prevê formas de uso do território.

² A criação de ETEP está prevista no Art. 9º que dispõe sobre os Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, com redação alterada na Lei nº 7804/1989.

³ O PEVRI foi criado dois anos antes da aprovação do SNUC, por meio do Decreto nº 9.278 de 17 de dezembro de 1998, intermediado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul firmado

da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Sérgio Motta (antiga Porto Primavera), essa informação é necessária para compreender em que contexto se deu a aplicabilidade das leis citadas.

As leis supracitadas tornaram-se estratégicas à institucionalização do SNUC, que além de tratar das categorias de UC, também, regulamenta a obrigatoriedade de empreendedores em apoiar a implantação e manutenção de UC de Proteção Integral. No caso do PEVRI, a obrigatoriedade da implantação da UC foi necessária ao licenciamento ambiental dos empreendimentos que envolvem a produção de energia elétrica. Nesse sentido, o PEVRI é uma UC de Proteção Integral por estar condicionada à construção do lago e da UHE, elementos relevantes nas reflexões desta pesquisa.

Ainda, nessa perspectiva, é necessário considerar que os “gargalos” que tangem a complexidade de um empreendimento de geração de energia são variados, o planejamento para a construção da UHE perpassa hierarquicamente etapas, como: estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica, Estudos de Viabilidade Técnica, elaboração do Projeto Básico, obra do barramento, alagamento do corpo d’água e, concomitantemente a isso, se verifica a implantação da Linha de Transmissão. Todas essas etapas de construção do empreendimento estão vinculadas diretamente as fases do processo de licenciamento e, por isso, cada uma tem a sua importância e complexidade.

Sendo assim, pela necessidade analítica, restringimos nosso estudo nas reflexões de parte desse processo, isto é, sobre a criação e a implantação da UC. No entanto, as reflexões realizadas buscam colaborar com a construção da ciência geográfica no âmbito das leituras de compreensão da totalidade em que o objeto possa estar inserido.

O empreendimento, isto é, todas as obras que envolvem a construção da UHE, neste caso, a Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, promoveu a territorialização das relações de poder em diversos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, alguns

entre a Companhia Energética de São Paulo (CESP) com Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) por Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

por serem atingidos diretamente pelo barramento, outros pelo alagamento e, ainda, outros três pela criação do PEVRI. A saber, o município pertencente ao estado do Mato Grosso do Sul atingido pela obra da UHE foi Anaurilândia, pelo alagamento, foram: Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas e pela UC, foram: Jateí, Naviraí e Taquarussu.

Os danos ambientais causados em decorrência da construção do lago e da UHE foram juridicamente “negociados” com a criação da UC, **por outro lado a transação fomentou a transformação das relações de poder anteriormente existente no local em que a UC foi criada**, objetivo central na construção desta tese.

Partindo desse pressuposto, o objetivo central nesta pesquisa consistiu em **investigar a atuação dos grupos de poder estabelecidos nas estratégias de negociação e resistência pelo uso da terra**. Considerando a distinção entre os processos de criação e implantação do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, especificamente, a abordagem enfatizou o território do PEVRI, local que pertencia administrativamente aos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu⁴.

O último município citado é o mais importante para justificar as inquietações que deram origem a esta pesquisa. Aos 9 (nove) anos de idade, minha família e eu nos mudamos do interior do estado de São Paulo (Flórida Paulista) para Taquarussu em busca de melhores condições de vida. Da infância até a juventude ouvi que a UHE estava sendo construída e isso seria um excelente progresso à região. Entretanto, o “progresso” regional não era sinônimo do fornecimento de energia elétrica, porque esta já existia, mas o que sobressaia eram os benefícios oriundos das compensações ambientais que os municípios atingidos pelo empreendimento iriam receber. Minha indiscrição por esse tal “progresso”, somado ao ingresso no curso de graduação em Geografia, resultou em dois trabalhos de Iniciação Científica (IC), uma monografia de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado.

⁴ Anterior à criação da UC, o local pertencia administrativamente a três municípios e caracterizava-se em propriedades rurais particulares.

As pesquisas de IC foram realizadas no período entre agosto de 2003 até julho de 2005, com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Essas duas pesquisas intituladas “A construção do lago da usina hidrelétrica engenheiro Sérgio Motta e a urbanização turística em Anaurilândia-MS” e “Produção do Espaço e Atividade Turística em Anaurilândia-MS: implantação do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta” foram embasamento inicial para participação em eventos científicos, publicação de artigos em anais de eventos, cursos de extensão e, conseqüentemente, a produção da monografia de conclusão de curso, que recebeu o título “Produção do Espaço Geográfico e atividade turística em Anaurilândia-MS: implantação do lago da UH Eng. Sérgio Motta”.

Em 2007, ingressei no mestrado do Programa de pós-graduação em Produção do Espaço Regional e Fronteira da Universidade Federal da Grande Dourados. Na ocasião, foi realizada a pesquisa que resultou na dissertação “Espaço Geográfico: reprodução e consumo através da atividade turística em Anaurilândia e Fátima do Sul – MS”, com apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Nessa pesquisa, o recorte territorial foram os municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul, a escolha por estes partiu da existência de duas obras públicas de infraestrutura significativas para o desenvolvimento e transformação do Espaço Geográfico por meio do turismo. As obras estudadas foram Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul e Balneário Municipal de Anaurilândia, este, também, obra compensatória da UHE em questão.

No entanto, outro dado importante nesse processo de construção de minha trajetória acadêmica foi a participação no Grupo de Estudo e Pesquisa Território e Ambiente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (atual Universidade Federal da Grande Dourados). Na ocasião, realizávamos reuniões semanais, cada reunião havia em sua composição um texto selecionado para ampliar a discussão centralizada na dicotomia Homem X Natureza que, de maneira geral, perpassava as reflexões sobre a forma como as Unidades de Conservação brasileiras são criadas.

Ao todo, pode-se dizer que os trabalhos de IC, monografia, dissertação de mestrado e a participação no Grupo de Estudo e Pesquisa são partes estruturantes desta tese, considerando, ainda, que esses foram os “primeiros passos” à complexa reflexão acerca da atuação dos grupos de poder na criação e implantação do PEVRI.

Do início da graduação até a atualidade se passaram 12 anos, o mais curioso é que em cada pesquisa realizada as respostas encontradas me levaram as “novas” inquietações. Portanto, a premissa de escolha pelo objeto de pesquisa estudado é justificada ao afirmar que o interesse pelo tema surgiu no contato construído da vivência social com as leituras, anteriormente, realizadas sobre o objeto.

Em 2012, ingressei no curso de doutorado do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), na área de concentração de Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais, com o propósito de realizar a pesquisa que pudesse responder aos questionamentos que fui construindo. Diante disso, as questões que direcionaram a problemática são:

- A quem/e a que interessa a *criação* e a *implantação* do PEVRI?
- Qual o interesse dos grupos de poder local na implantação do PEVRI?
- Quais grupos e atores resistiram e disputaram o uso pela terra?
- O que definiu aquele local como prioritário à conservação dos elementos da natureza?
- Quais grupos de poder fazem a gestão administrativa do território?

Na busca de respostas a essas inquietações foi necessário construir hipóteses. Nessa perspectiva, na mesma ordem dos questionamentos elencados nos itens anteriores, estabeleceu as seguintes hipóteses:

- o PEVRI foi criado para satisfazer apenas aos interesses do Estado, no que diz respeito à regulamentação legal de áreas protegidas e da CESP, enquanto grupo de poder, por cumprir a sua “obrigatoriedade” para licenciamento da UHE.

- os grupos de poder local apoiaram/apoiam a *criação e implantação* do PEVRI por interesses financeiros, por meio do recebimento e repasse estadual do ICMS-ecológico.
- os proprietários de terras, pescadores e ribeirinhos resistiram e disputaram em ações judiciais o uso pela terra, sendo que estes possuem vínculo com o local, econômico e ideológico.
- a UC foi definida naquele local (nos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu) por uma decisão meramente técnica⁵, isso sem considerar a territorialização dos grupos já existentes.
- por ser uma UC pública, a gestão do território varia de acordo com os interesses de grupos de poder que estão no governo em cada período da administração pública dos municípios e do estado. Partindo, ainda, dessa premissa, buscou-se verificar quem e como é realizada a gestão administrativa do parque, considerando a participação ou não dos grupos e atores municipais.

Nesse sentido, a problemática que se apresenta para esta pesquisa é a de que o território do PEVRI se constituiu em uma lógica imposta de “*cima para baixo*”, repleto de interesses econômicos, políticos e ideológicos. Esses interesses permitiram a territorialização de grupos de poder que concretizaram territorialidades anteriormente inexistentes. Sendo assim, o PEVRI foi criado a partir de interesses externos ao território, apoiado no contexto de conservação da natureza, legitimado em forma de medida compensatória.

A tese que se verifica neste trabalho de doutoramento é de que o território do PEVRI é uma construção social, fundamentada nos interesses de grupos de poder externos ao local, mas que, por outro lado, a relação de concordância/discordância econômica, ideológica ou política de determinados atores e grupos redefinem o local. Assim sendo, apresenta-se um paradoxo na essência de atuação dos Grupos de poder, pois, primeiramente, o PEVRI desponta como possibilidade no qual o grupo de poder (CESP) atende as demandas de

⁵ Estamos considerando decisão técnica a avaliação sobre a regeneração da biodiversidade (fauna e flora).

“obrigatoriedade” em minimizar o impacto ambiental gerado com o empreendimento energético enquanto, por outro lado, transforma mais um local, anteriormente, não impactado pela obra do empreendimento energético.

Ao analisar essa assertiva é possível afirmar que a construção da UHE serviu, paradoxalmente, para satisfazer os interesses e o ideário desenvolvimentista, em que a energia elétrica tem fundamental importância para o crescimento tecnológico e econômico do país. Por outro lado, a discrepância entre o tempo acelerado do desenvolvimentismo provocou transformações e colocou em vulnerabilidade os limites naturais, redefinindo outro território alheio ao local de impacto da UHE. Ao analisar estes processos ambíguos, afirma-se que os grupos de poder são os territorializantes destes, portanto, a ambiguidade está na essência de atuação dos grupos de poder, ideologicamente contraditórios, pois se percebeu, também, que os seus interesses não necessariamente priorizam as particularidades locais, contudo, estiveram/estão vinculados aos modelos de desenvolvimento econômico e ideológico externos ao local.

As caracterizações apresentadas permitem-nos qualificar a tese de que as externalidades construídas na ideologia desenvolvimentista e do desenvolvimento sustentável (que pressupõe a preservação e a conservação da natureza) estão vinculadas à necessidade “legal” de reparar os danos ambientais causados na construção da UH, e isso efetiva a territorialização do poder de diferentes grupos que atuaram/atua no PEVRI.

O tempo histórico considerado nesta pesquisa foi marcado por dois processos sociais: 1. o período de criação da UC, datado de meados da década de 1980 até o ano de 1998. Esse período é caracterizado, nessa pesquisa, por meio da organização e estratégias dos grupos de poder, principalmente a CESP durante o levantamento de viabilidade técnica para a construção do lago e da UH, até 1998 ano que foi publicado o decreto de criação do Parque; 2. o período de implantação da UC, considerado de 1998 até a atualidade (2015), entende-se que esse parque ainda está em fase de implantação, esse período é caracterizado com a abordagem de toda a estrutura e impasses durante o processo de implantação.

Os dois processos abordados (*criação/implantação*), são historicamente distintos, principalmente ao considerar a forma como os grupos atuaram/atuam. Porém, a criação e implantação do PEVRI são processos imbricados um ao outro em função das territorialidades construídas pelos grupos de poder no momento de decisão ao PEVRI. Ao apresentar as inquietações, as hipóteses, os objetivos, a problemática e a tese, faz-se necessário discorrer sobre a estrutura e organização adotadas no desenvolvimento da pesquisa, por conseguinte as elencamos.

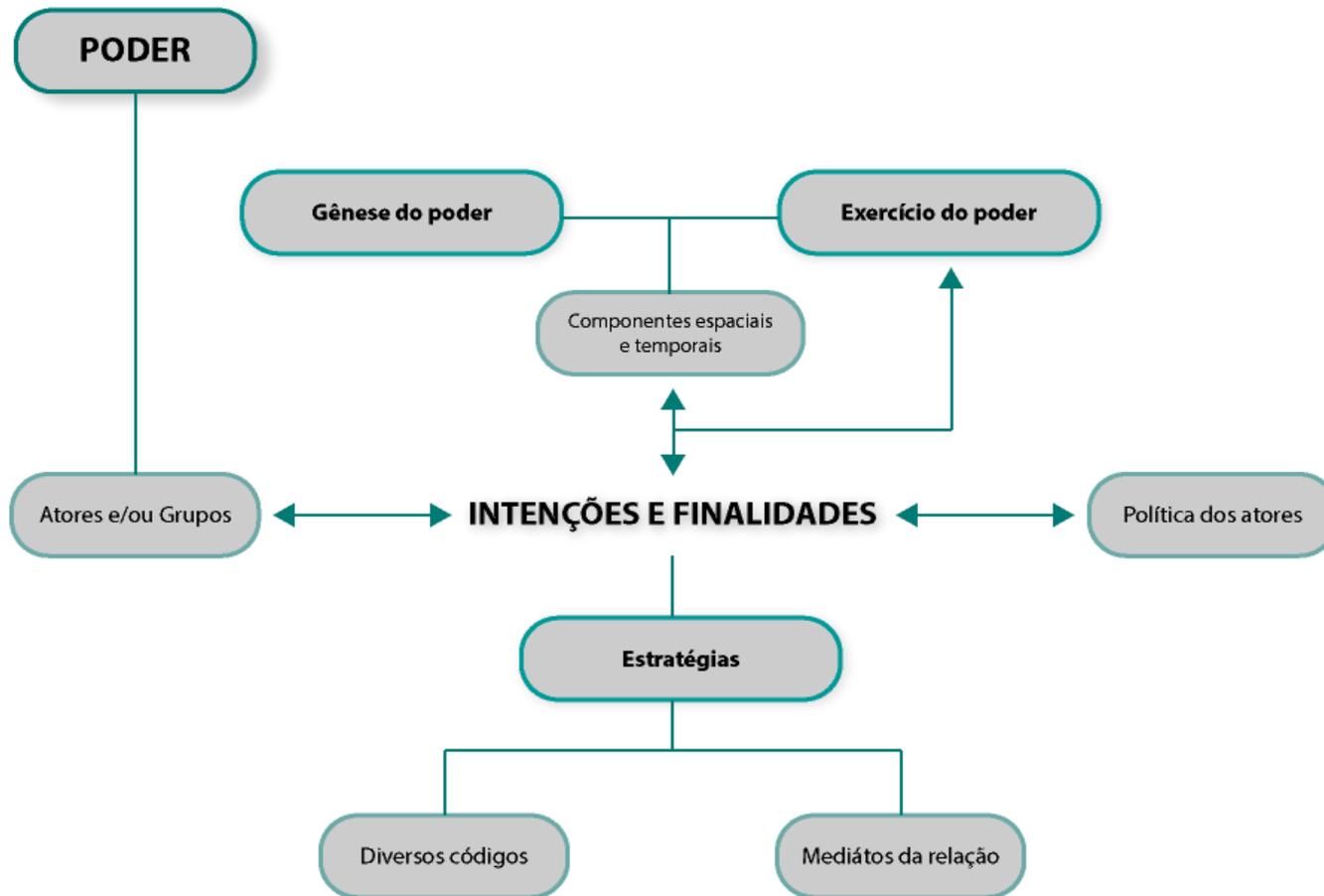
A estrutura do trabalho

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, estabeleceu-se a estrutura organizacional do trabalho de pesquisa pautada em quatro partes: Capítulo I, Capítulo II, Capítulo III e Capítulo IV⁶. Os capítulos foram elaborados conforme a lógica sistematizada no Organograma 1, no qual consta os Grupos de poder e o Território como objeto central de discussão, partindo da premissa de que o território é construído por meio do poder estabelecido nas relações sociais.

Nessa perspectiva, para elaboração do Organograma 1, considerou-se, ainda, a criação e implantação da UC como recorte temporal e o PEVRI como recorte territorial. Ao visualizá-lo, será possível constatar que os interesses essencialmente econômicos, políticos e ideológicos dos Grupos de poder redefiniram o uso da terra.

⁶ Os Capítulos são antecidos por uma capa, em que consta um poema de autoria de Manoel de Barros e uma iluminura de Martha Barros. Os dois artistas (pai e filha) viveram parte de suas vidas em Mato Grosso do Sul, o que proporcionou a realização de uma gama de trabalhos sobre as leituras da relação Homem e a Natureza no estado, mais expressivamente sobre o ambiente do Pantanal sul-mato-grossense. Esses autores e suas obras foram escolhidos, neste trabalho, por dois motivos específicos: primeiramente porque a área do PEVRI é conhecida popularmente como “pantanalzinho”, justificada pela presença de áreas alagadas e de semelhança nos aspectos de fauna e flora com o Pantanal sul-mato-grossense e pelo reconhecimento de que existem diversos formatos para qualificar as relações de poder de um determinado local. Nesse caso cada obra foi selecionada prioritariamente na relação com o contexto tratado no Capítulo que as segue.

ORGANOGRAMA 1 - Organização estrutural da Pesquisa



Org.: OCON, D. C. M. 2015.
Software: Adobe Illustrator CC 2015

O Organograma 1, metodologicamente, trata-se de um “Mapa Conceitual” (SOUZA; BORUCHOVITCH, 2010, p. 195), organizado com a utilização do *software* Adobe Illustrator CC 2015⁷. A leitura desse mapa reforça a organização do trabalho de pesquisa, em que a estrutura parte das reflexões sobre os Grupos de poder, sendo o território construído na mediação das territorialidades materializadas com o exercício do poder.

Do mesmo modo, os Grupos de poder se sustentam à medida em que os interesses são construídos, sendo, a economia, a política e a ideologia alicerces para a construção dos interesses, ao mesmo tempo em que os Grupos de poder existem, sua manutenção/permanência está imbricada na construção essencial dos interesses. É parte estruturante dessa lógica pensar que os Grupos de poder, territorializados por meio de seus interesses, atuam na redefinição do uso da terra. Há de considerar, ainda, que o uso da terra é produto da atuação dos Grupos de poder e dos processos históricos de criação e implantação da UC, porém é a redefinição do uso da terra que resulta na materialização do PEVRI.

Essa trama, pensada e analisada, segue organizada, em:

Capítulo I corresponde à construção metodológica e a fundamentação teórica da pesquisa. Além disso, é necessário destacar que na abordagem teórica partimos do estudo acerca dos conceitos de poder, territorialidades, território e Unidade de Conservação, fundamentais à análise desenvolvida.

O Capítulo II apresenta um diagnóstico das territorialidades presentes a partir dos interesses dos grupos de poder durante a criação do PEVRI, bem como a caracterização da Unidade de Conservação e a identificação de alguns grupos de poder existentes e de suas ações no território.

O Capítulo III foi elaborado para compreender as territorialidades que motivaram a criação do PEVRI e que, não necessariamente, estavam

⁷ Além desse mapa conceitual, durante esta tese, foi utilizada a mesma versão do *software* para construir outras leituras.

territorializadas no lugar, mas por meio da atuação e análise técnica da CESP e de instituições governamentais nortearam a decisão na escolha do lugar.

O Capítulo IV apresenta características humanas, territorializadas nas propriedades rurais, anteriores ao PEVRI. As fontes de análise documental para este capítulo foram os Memoriais Descritivos de cada propriedade atingida com a criação do PEVRI. Com referência aos conflitos existentes na negociação de posse pela terra, neste texto, foram utilizados o mapa das propriedades rurais e as negociações realizadas por meio de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), apresentando-as em disputas judiciais existentes e já concluídas.

A partir desse emaranhado de leituras conflituosas da realidade apresentamos o trabalho que se segue como possibilidade de abordagem dos grupos de poder e suas possibilidades de transformação e de redefinição do território que compõe o Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema (PEVRI).

“Eu tive uma namorada que via errado. O que ela via não era uma garça na beira do rio. O que ela via era um rio na beira de uma garça. Ela despraticava as normas. Dizia que seu avesso era mais visível do que um poste. Com ela as coisas tinham que mudar de comportamento. Aliás, a moça me contou uma vez que tinha encontros diários com as suas contradições. Acho que essa frequência nos desencontros ajudava o seu ver oblíquo. Falou por acréscimo que ela não contemplava as paisagens. Que eram as paisagens que a contemplavam”.

Manoel de Barros (Memórias Inventadas – A Segunda Infância)



Silêncio das formas
Martha Barros (2012)

CAPÍTULO I

Premissas Metodológicas e Proposições Teóricas

As análises teórico-conceituais, ao longo deste capítulo, primam por subsidiar a preocupação que envolveu a escolha e os procedimentos metodológicos, assim como, a construção conceitual de poder, territorialidades, território e unidade de conservação. Considera-se, contudo, esta parte do texto subdividida em duas grandes áreas de abordagens, que se constitui como o “coração” científico desta pesquisa, sendo estas: a descrição metodológica e a construção conceitual.

Assim o item “1.1. A escolha e os procedimentos metodológicos” faz parte das preocupações que antecederam a escolha do método e dos procedimentos metodológicos. Além disso, imbuídos na construção metodológica da pesquisa, foi necessário adentrar as discussões conceituais que resultou na construção do item “1.2. Revisão da Literatura”, essa parte conceitual foi realizada em formato analítico e procedeu significativamente como apoio aos elementos explorados *a posteriori* (Capítulos II, III e IV).

Nossa orientação teórico-metodológica está centrada na problemática de que o Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema foi criado e implantado sob a atuação de Grupos de poder externos ao território, como dito na introdução desta pesquisa. No entanto, a definição da problemática, das hipóteses e da própria tese só foi possível de ser verificada por meio da ciência geográfica, uma vez que essa deu suporte teórico-metodológico, o que se apresenta a seguir.

1.1. A escolha e os procedimentos metodológicos

A escolha pelo método é parte estruturante nos trabalhos de pesquisa, no entanto, esta escolha envolve um alto grau de preocupação. Especificamente, para dar início a este trabalho surgiram inquietações, que deram origem ao seguinte questionamento: Será que o método em conjunto ao conteúdo responde a essência das contradições existentes no cerne das relações de territorialização dos grupos de poder? Para responder essa problematização se realizou a seguinte reflexão: existem contradições na relação de disputa e resistência dos grupos de poder na criação e implantação do PEVRI, no entanto, as contradições geradas entre dominado e dominador devem ser visualizadas pelo pesquisador sem que esse possa interferir nos resultados apresentados.

Diante disso, surgiu outro elemento que nos preocupou profundamente: a/não neutralidade do pesquisador na análise sobre o objeto. É certo que o pesquisador não é neutro, isso porque as hipóteses⁸, para esta pesquisa, foram lançadas a partir da observação inicial da pesquisadora, como já informado. Mas, por outro lado, as hipóteses foram verificadas por meio de instrumentos metodológicos que as comprovaram e/ou as refutaram, o que significa que os resultados não são manipulados e, sim, fruto da aplicabilidade do método e das metodologias utilizadas.

Posto as duas preocupações, considera-se que para compreender o objeto de pesquisa é necessário salientar que os resultados são partes da forma como “eu” pesquisadora examinei o conteúdo da investigação, somado ao método, aos procedimentos metodológicos e ao aparato bibliográfico. No entanto, isso não exclui a possibilidade de “novos” olhares sobre o dado objeto. Nesse mesmo sentido, para

⁸ Já destacadas na Introdução, desse trabalho: [...] as hipóteses são as de que o PEVRI foi criado a partir de interesses externos ao território, apoiado no contexto de conservação da natureza, legitimado em forma de medida compensatória. E que, com criação do parque, houve o surgimento e a organização de grupos de poder na resistência por “novas” territorialidades (p. 39).

Borges (2009, p. 183) “A pesquisa científica, durante muito tempo, foi pensada apenas como algo que deveria ser norteado pelo rigor metodológico, num processo em que a objetividade seria o fio condutor de todas as etapas”. Para algumas ciências talvez isso seja possível, por exemplo, na ciência da saúde é possível propor uma análise clínica de um dado paciente, em que se estabelece a bibliografia e o método. Neste caso, o pesquisador tem o papel de apenas aplicar o método, porém, nas ciências humanas isso não é tão simples.

Como estamos tratando de uma pesquisa pautada na ciência geográfica, é dela que falaremos. No caso das reflexões acerca da atuação dos grupos de poder no/do PEVRI, a centralidade é observar as relações humanas. Neste caso, deve-se salientar que quando tratamos de poder, *a priori*, está o entendimento de que as relações de poder são estabelecidas em sociedade, portanto, o objeto são as relações humanas, assim como, os pesquisadores que as realizam é um ator observando a ação do outro ator, desencadeando, dessa forma, uma problemática operacional às pesquisas de Ciências Humanas, isso porque o observador é dotado de valores, crenças e até mesmo interesses.

Nesse sentido, Borges (2009, p. 183), salienta que o pesquisador não está “[...] “protegido” de uma subjetividade, tanto sua quanto do outro, a do pesquisado, reduzido, então, a objeto de onde se obtém dados”. Para isso, faz-se necessário destacar que a construção do método perpassa um processo contínuo estabelecido no desenvolvimento da pesquisa e que possa responder às necessidades do pesquisador ao olhar o objeto, principalmente, no que diz respeito ao amadurecimento da sua própria leitura.

Assim, o que mede o rigor metodológico dos trabalhos científicos é o conjunto dinâmico formado entre o “objeto – método – teoria”, pois em uma pesquisa científica nenhum elemento desses sobrevive sem o outro. No caso desta tese, o nosso objeto são as formas de atuação dos Grupos de poder, a análise é qualitativa e as teorias são fundamentadas no estudo da ciência geográfica, especificamente nas reflexões oriundas da Geografia do poder. Ao destacar o objeto, o método e a

teoria que construímos, entendemos que esses são base de sustentação científica para a pesquisa.

A opção metodológica é baseada, ainda, em utilizar a observação do participante. Esse tipo de metodologia científica foi utilizado, primeiramente, nos estudos desenvolvidos por Bronislaw Malinowski, segundo Borges (2009). Para o autor, Malinowski lançou uma “nova” forma de compreender o seu objeto de estudo, sobretudo às pesquisas em Ciências Humanas. Para ele, os resultados da pesquisa se aproximam significativamente da realidade quando o pesquisador estabelece contato relacional com parte do processo⁹ de desenvolvimento do próprio objeto.

Na pesquisa de Malinowski, o pesquisador selecionou um grupo social de Omarakana, nas Ilhas Trobriand, em Nova Guiné. Ao iniciá-la, constatou dois grandes problemas: o primeiro a dificuldade de comunicação entre o pesquisador e os moradores da ilha, por não conhecer a língua, e outro a dificuldade em compreender a estrutura social, por não pertencer ao mesmo grupo social. Dado os problemas de ordem metodológica, o pesquisador fez a opção em residir temporariamente na Ilha, levando-o a realizar práticas locais. Esse é um exemplo claro de que a metodologia deve ser repensada constantemente. Nesse caso, o repensar a prática da pesquisa resultou expressivamente em novos rumos dos resultados, conforme se verifica:

The Day after his arrival in New Guinea he had contacted an informant (Ahuia Owa), and the next day he began collecting field data on social structure. Only a fortnight later he noted two basic defects in his approach – he did not observe the people enough, and he did not speak their language. Both of these he tried hard to correct, and his endeavor was the clue to all his later work. The ethonography or the diary consists of references to subjects of talk or observation – taboo, burial rites, stone axes, black magic, dancing, procession with pigs – rather than development of ideas about field questions or theoretical problems. (MALINOWSKI, 1989, p. XIV)

⁹ Estamos considerando que a participação nas reuniões no Conselho Consultivo do PEVRI foi efetiva, portanto uma observação participante. Essas ocorrem nos anos de 2013, 2014 e 2015, as quais serão detalhadas posteriormente.

Para nós a experiência de Malinowski, por meio da observação participante, despontou como possibilidade metodológica, visto que a vivência do cientista no local possibilitou a aproximação com o objeto de estudo¹⁰. Para Borges (2009,) o pesquisador quando utiliza a observação participante deve participar efetivamente das etapas e períodos de modificação do objeto, mas ao mesmo tempo ele não é objeto.

Sendo assim, o papel do pesquisador na observação participante é o de: observar, relatar e teorizar sobre as práticas visualizadas, com a conclusão da leitura somado ao empírico do pesquisador, que permanece intrínseco a leitura científica realizada. Neste trabalho, entendemos que as informações disponíveis nos capítulos III e IV são resultados dos procedimentos metodológicos vinculados a este método.

As técnicas de pesquisa utilizadas neste trabalho e sistematizadas no Apêndice 1, são partes da estrutura metodológica da observação participante. Entre as atividades, destaca-se a participação nas reuniões do Conselho¹¹ Consultivo do PEVRI, como ferramenta principal deste processo. Entende-se que a partir do momento que o projeto de pesquisa foi apresentado pelo Conselho e aprovada a participação da pesquisadora nas reuniões, esta passou a fazer parte do grupo de discussão sobre as transformações do território. Outro aspecto significativo em aderir a observação participante foi a aproximação com os atores envolvidos no processo de territorialização do PEVRI, que ao participar das reuniões do Conselho criou-se o contato que facilitou a realização das entrevistas informais (não estruturada) e entrevistas por pautas (Apêndice 2 e 3), visto a confiança construída entre os entrevistados (representantes de Grupos de poder) e a pesquisadora (GIL, 1999).

¹⁰ É necessário salientar que o fato de viver em Taquarussu, um dos municípios atingidos pelo PEVRI, durante a criação e implantação, permitiu uma observação participante com este grau de relação com o objeto de pesquisa.

¹¹ Os conselhos podem ser entendidos como um espaço político de inserção de novos atores na decisão democrática e pública, com isso, “novos” segmentos sociais anteriormente marginalizados serão inseridos nas “discussões”, segundo Souza “[...] existem experiências nas quais prevalecem formas mais restritas de participação, que se resumem a dar voz aos cidadãos, enquanto em outras a participação torna-se um mecanismo de empoderamento que visa promover mudanças na assimetria de poder entre atores sociais locais”. (SOUZA, 2004, p. 38)

Assim, introduzida a abordagem do tema e a complexidade de criação e implantação do PEVRI, foi necessário adotar procedimentos metodológicos de várias naturezas para a operacionalização de verificação da tese. Para realização deste trabalho de pesquisa os capítulos foram construídos mediante os procedimentos metodológicos que seguem detalhados a seguir.

Enquanto procedimento metodológico, o trabalho de pesquisa foi dividido em sete etapas, sendo estas:

- 1ª levantamento bibliográfico, reestruturação do projeto e apresentação do Colóquio;
- 2ª Leitura e fichamento das obras;
- 3ª Levantamento de dados secundários e participação em reuniões de Comitê, Projetos e Conselho;
- 4ª Trabalho de campo;
- 5ª Entrevistas;
- 6ª Atualização de dados;
- 7ª Análise dos dados e redação final.

A 1ª etapa refere-se ao levantamento bibliográfico, essa foi realizada entre os anos de 2012, 2013 e 2014, inicialmente fez-se o levantamento bibliográfico no formato digital com o uso da *internet*, em *sites* de revistas científicas e bancos de teses e dissertações. Em formato impresso, efetivou-se esta etapa nas bibliotecas da Universidade Estadual de Maringá/Maringá-PR, Universidade Federal da Grande Dourados/Dourados-MS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Três Lagoas-MS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/Dourados-MS e Jardim-MS e Pontifícia Universidade Católica/Rio de Janeiro-RJ.

A 2ª etapa foi realizada nos anos de 2013 e 2014, as obras selecionadas durante o levantamento bibliográfico foram lidas e fichadas. Neste período, não se constatou nenhum trabalho vinculado às reflexões da ciência geográfica realizado

sobre o Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, contudo verificam-se os trabalhos de caracterização física do local. Entre os trabalhos de pesquisa consultados, em sua maioria, estão vinculados às áreas correlatas à Biologia, ao Turismo, à Química e à Física, com enfoque na caracterização e peculiaridades da fauna, flora e hidrografia local¹². Ainda nesta etapa, realizou-se o levantamento e análise dos jornais impressos e *online* com notícias veiculadas sobre o PEVRI.

A 3ª etapa consistiu na realização do levantamento de dados secundários e participação em reuniões de Comitê, Projetos e Conselho. Essa foi a fase mais difícil de ser alcançada, isso porque permaneceu do início ao final da pesquisa. Nesse percurso, houve a possibilidade de acompanhar as transformações e debates ocorridos entre os anos de 2013, 2014 e 2015. É relevante considerar que o desenvolvimento desta etapa só foi possível por meio do diálogo construído entre representantes de instituições vinculadas ao processo de criação e implantação do PEVRI com a pesquisadora, o que será destacado posteriormente como a metodologia da observação participante (MALINOWSHI, 1989).

A primeira atividade da 3ª etapa consistiu na realização de um mapeamento dos atores envolvidos diretamente no processo de criação do PEVRI. Essa atividade foi desenvolvida em outubro e novembro¹³ de 2012, o mapeamento foi realizado por meio de levantamento dos documentos e *sites* oficiais sobre a criação do parque, com isso, verificou-se quem foram os representantes de empresas, do governo estadual, das prefeituras municipais, de associações e organizações que estiveram envolvidos com a criação da UC, além disso, observou-se a existência do Conselho Consultivo do Parque¹⁴.

A segunda atividade da 3ª etapa, realizada em 19 de fevereiro de 2013, se desenvolveu no contato com um dos atores envolvidos diretamente com a criação do PEVRI, sendo este o representante da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do

¹² CABOCO, R.B., *et al.* (2006), PEREIRA, Z. V.; *et al.*(2013) e RAGONHA, F. H.; *et al.* (2014).

¹³ Essa atividade da terceira etapa dos procedimentos metodológicos só foi possível após a apresentação do Colóquio, realizada por banca examinadora em 04 de setembro de 2012.

¹⁴ O Conselho Consultivo do PEVRI foi regulamentado pelo Decreto Nº 10.800 de 4/6/2002, alterado pelos Decreto Nº 13.440, 4/05/2012 e Decreto nº 10.800, de 4 de junho de 2002.

município de Taquarussu. Na ocasião o representante forneceu o contato do representante estadual que estava/está diretamente vinculada à gestão do PEVRI.

A terceira atividade da 3ª etapa ocorreu em 20 de março de 2013. Nesta atividade houve a participação, como ouvinte, na reunião do Comitê da Micro bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema. Com isso, estabeleceu-se o contato com representantes de empresas e instituições ligadas ao PEVRI que, em conversa informal se dispuseram a responder as entrevistas coletadas, posteriormente.

Da mesma natureza que a atividade anterior, como a quarta atividade, foi possível participar da reunião, em 21 de maio de 2013, na cidade de Porto Camargo-PR, do projeto “Corredor da Biodiversidade do Rio Paraná”, executado pela Organização não-Governamental *Mater Natura*. O projeto Corredor da Biodiversidade do Rio Paraná, subdivide o território do corredor em três porções, sendo essas: Porção Sul, Porção Centro e Porção Norte, o PEVRI está inserido na Porção Centro, abordada durante esse mesmo evento.

Dentre as etapas de procedimento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, a atividade mais relevante para o acesso às informações e atualização de dados foi possibilitada com a apresentação do projeto de pesquisa ao Conselho Consultivo do PEVRI. Essa quinta atividade da 3ª etapa aconteceu em reunião, realizada no dia 27 de setembro de 2013, em Jateí-MS. Na ocasião foi apresentado o projeto desta pesquisa e solicitado a participação¹⁵ da pesquisadora nas reuniões, como ouvinte. Cabe destacar que no ano de 2012, ano em que esta pesquisa teve início, só houve uma reunião do Conselho, em 27 de novembro.

A 4ª etapa de desenvolvimento da pesquisa está amparada em trabalhos de campo, desenvolvidos ao longo da pesquisa, mais precisamente entre os anos de 2013, 2014 e 2015. A primeira atividade ocorreu no Portal do PEVRI em Taquarussu¹⁶, para conhecer uma das áreas que dão acesso à UC, na ocasião, havia um casal residindo no local. Posteriormente a isso, realizou-se o trabalho de

¹⁵ Após aprovada a participação no Conselho Consultivo do PEVRI foi possível participar das reuniões que ocorreram: 27/09/2013 – Jateí/MS; 27/11/2013 - Rosana/SP; 15/04/2014 – Sede PEVRI/MS; 29/05/2014 – Jateí/MS; 21/09/2014 - Sede PEVRI/MS e 28/11/2014 – Taquarussu/MS; 26/06/2015 – Sede PEVRI/MS.

¹⁶ Em 15/05/2012.

campo na sede administrativa da CESP, localizada no município de Três Lagoas¹⁷. Em junho de 2014¹⁸, outro trabalho foi realizado, desta vez em Primavera-Rosana-SP, em janeiro, maio e junho de 2015 na sede¹⁹ do PEVRI, e em junho de 2015 no Imasul²⁰, localizado em Campo Grande-MS²¹.

A 5ª etapa está vinculada à 4ª etapa, isso devido aos trabalhos de campo que possibilitaram a realização das entrevistas, organizadas em dois formatos: do tipo informal (não estruturada) e entrevistas por pauta (GIL, 1999). Estas foram necessárias, principalmente, para demonstrar as formas de atuação dos grupos de poder, totalizando 8 (oito) entrevistas²², sendo com representantes de empresas, organizações, governos, representantes da sociedade civil organizada e ex-proprietários de terras.

A 6ª etapa, atualização dos dados, se deu mais precisamente no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015. Sendo o segundo semestre do ano de 2015 reservado para análise dos dados atualizados e início da redação final da tese, considerando, assim, a 7ª etapa do desenvolvimento do trabalho de pesquisa. Para sistematização das informações apresentadas em relação aos procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa, construiu-se um quadro em que consta as etapas, atividades e períodos que foram executadas, conforme apresentado na Apêndice 1, desta pesquisa.

Dada à exposição da metodologia e dos procedimentos metodológicos, torna-se necessário, neste texto, apresentar as reflexões alcançadas no decorrer do levantamento bibliográfico e, por meio desse, como se construiu a fundamentação teórica (“corpo”) essencial da pesquisa. O ponto de partida para aprofundamento do aporte teórico está alicerçado na centralidade da discussão dos Grupos de poder, uma vez que o poder está eminentemente no cerne das relações sociais. Entende-se com isso, que a abordagem sobre os conceitos de poder, territorialidades,

¹⁷ Em 21/01/2014.

¹⁸ Em 11, 12 e 13/06/2014.

¹⁹ Em 16/01; 29 e 30/05; 26/06/2015.

²⁰ Em 02/06/2015.

²¹ É importante citar que houve acompanhamento nas atividades de fiscalização realizada pela CESP e Polícia Militar Ambiental, nas propriedades PQ-E-VI- 035, 041, 042 e 042/1 para imissão de posse.

²² Como opção metodológica esses foram chamados de Entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

território e unidade de conservação foram basilares, isto é, tornaram-se “início-meio-fim” para as reflexões entorno das formas que os Grupos de poder atuaram/atuam no PEVRI.

1.2. Revisão da Literatura

O conjunto teórico elencado nesta pesquisa parte inicialmente do conceito de poder²³ e, posteriormente, o de territorialidades, território e unidades de conservação. Essa ordem analítica foi pensada, uma vez que consideramos o poder o centro de fusão e limites entre os atores e Grupos, contudo, a essência relacional dos atores entre si é ordenada em detrimento das territorialidades construídas, formando, assim, o território e, nesse caso, com especificidades, por se tratar de uma unidade de conservação.

Com o levantamento bibliográfico foi possível acessar literaturas de várias áreas do conhecimento científico. Ao aproximar a teoria com o objeto em questão, e dada a importância contextual, selecionamos prioritariamente as reflexões que estruturam os conceitos em estudo, vale ressaltar o destaque de autores e obras que contribuíram para a elaboração dos conceitos estudados, as quais seguem organizadas por temas²⁴:

. **poder** – Thomas Hobbes (1651; s/a), Jonh Locke (1690; 1998; s/a), Jean Jacques Rousseau (1762; s/a), Max Weber (1967; 1999), Robert Dahl (1957; 1971), Marilena Chauí (1980), Jean-Eugeni Sánchez (1981), Norberto Bobbio (1987), Claude

²³ A proposta em discutir o poder, está amparada no entendimento que o PEVRI é um território organizado politicamente. Sendo “[...] em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem” (BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO, 1998, p. 933).

²⁴ As obras destacadas foram lidas e fichadas, além dessas, destaca-se a importância de artigos publicados recentemente e que nos auxiliou nas leituras dessas que consideramos clássicas para a análise do poder, das territorialidades, do território e unidade de conservação.

Raffestin (1993), Anthony Guiddens (1998), Renato Perissinotto (2004), Elizângela Trémea (2007), Hannah Arendt (2007), Ernst Cassiser (1999), Renarde Nobre *et al* (2008) e Raquel Kristsch (2010).

. **território** - Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1996 e 2007), Saquet (2006 e 2007), Bertha Becker (2007), Marcelo J. L. de Souza (2012) e Rogério Haesbaert (2004, 2007 e 2012).

. **territorialidade** – Robert David Sack (1986), Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2004, 2007 e 2012).

. **unidade de conservação** - Binsztok (2007), Porto-Gonçalves (2007 e 2013) e Souza (2012), Guerra & Coelho (2009) e Cunha & Guerra (2015).

Dessa forma, as leituras supracitadas formam a base reflexiva desta tese, considerando, ainda, a correlação existente entre os conceitos estudados. Com isso, optou-se por realizar o levantamento dos conceitos, considerando sua evolução histórica, no caso do conceito de poder, partiu-se do estudo elaborado pelos pensadores contratualistas e, conseqüentemente, a sua evolução sobre a análise do poder do ponto de vista relacional. Em conjunto a esse grupo de pensadores, que partem da visão relacional do poder, se construiu o referencial sobre as territorialidades e o território. Por final, estudou-se a construção política e histórica das Unidades de Conservação, conforme estruturados nos subtítulos a seguir.

1.2.1. O poder: a centralidade relacional dos grupos na construção dos territórios

O conceito, ou mais expressivamente a temática poder²⁵ e seus derivados, são tradicionais na ciência geográfica, podemos considerar que os estudos centrados nas reflexões sobre esse conceito são recentes. Para Raffestin (1993) em sua obra “Por uma Geografia do poder”, tal conceito é abordado como uma “[...] novidade”, no quadro de sua disciplina, quase sempre rebelde à introdução de noções que não são objeto de uma tradução espacial imediata” (RAFFESTIN, 1993, p. 5)

No entanto, o que se percebe ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, é que o uso do conceito de poder não foi negligenciado, tal conceito esteve presente nas discussões sobre a organização política, mais expressivamente nas análises sobre o Estado e suas instituições. Nesse sentido, cabe destacar que, ao discorrer sobre as relações de poder por meio da ciência geográfica se rompeu com o paradigma que perdurou na geografia clássica durante séculos e é justamente por isso, que devemos preservar a sua origem e evolução.

Ao discutirmos as relações de poder, estamos reforçando o que Raffestin (1993) afirmou que ao “[...] conhecer e operar sobre uma realidade material supõe – e até mesmo postula – um sistema de relações no interior do qual circula o poder, uma vez que este é consubstancial à toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 6). Diante disso, o poder passa a ser um objeto de estudo na Geografia, uma vez que este está imbricado nas relações sociais e não somente na estrutura do Estado.

Afim de retomar as reflexões clássicas e contemporâneas sobre o conceito de poder, foram elencadas as fontes bibliográficas que nos auxiliaram nas reflexões sobre recorte territorial e espacial desta tese. Para isso, o embasamento se deu nos pensamentos elaborados pelos autores apontados no início desse texto e acrescidos das releituras realizadas por diversos outros autores que compõe a bibliografia deste trabalho.

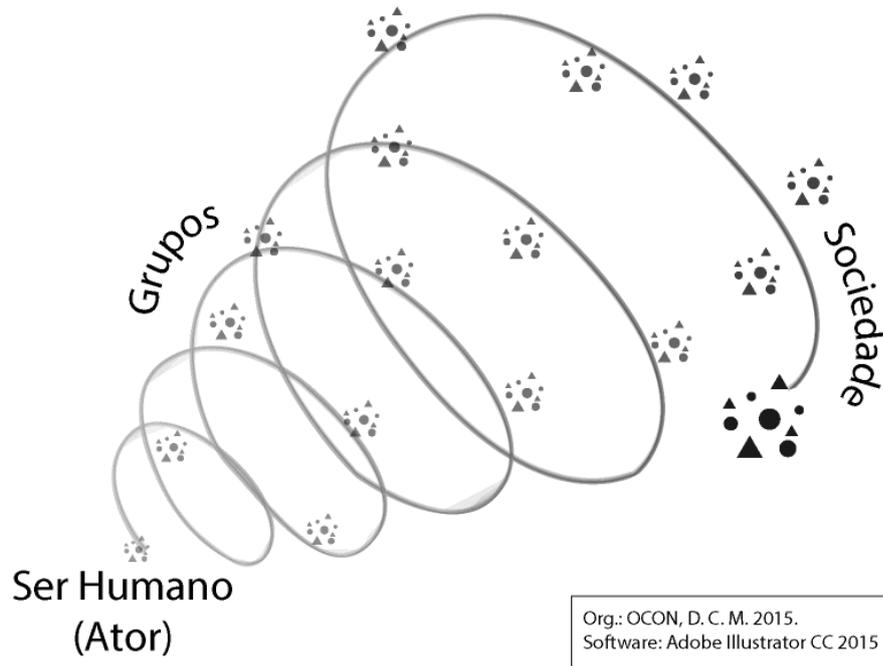
²⁵ “O poder não é um ser [...] É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda à parte na espessura do corpo social”. (LEBRUN, 1981, p. 8)

Essas leituras foram de suma importância para entender que ao analisar as relações sociais centrados na observação das relações de poder, fazemos uma opção meramente metodológica. Com a opção metodológica definida, seria possível, com esse mesmo recorte territorial utilizado por nós (o PEVRI), tratar geograficamente de outras questões, tais como: clima, hidrografia, pedologia, geomorfologia, agrária, regional, populacional e outros aspectos presentes no reordenamento espacial da UC. Não obstante, a nossa escolha foi outra, porque entendemos que a problemática que construímos está centrada nos interesses pela organização política do território.

Assim, ao estruturar o texto em que consta a abordagem teórica do trabalho, optamos por realizar reflexões entorno da concepção de poder, destacando a definição do conceito, sua origem e a forma como o próprio poder é estabelecido em sociedade. Mesmo assim nos questionamos, mas afinal: O que é poder? Como surge e de onde vem? Quais as suas consequências? Esses questionamentos que surgiram no início da pesquisa e, estiveram presentes até a sua conclusão, isso porque, ao tratarmos especificamente sobre a atuação dos grupos de poder no/do PEVRI, tivemos que elencar os fatores que qualificaram a atuação da relação de poder na relação de um grupo com o outro.

Sendo assim, é necessário compreender que para nós as relações de poder são intencionais, por isso, não são neutras de subjetividades, são construídas por meio de valores, crenças, símbolos, entre outros elementos socialmente vividos. Para entender essa afirmação e os questionamentos elencados no parágrafo anterior, primou-se por envolver o poder como centro na verificação do objeto. Porém, antecedente ao conceito de poder, é necessário considerar hierarquicamente: 1º a existência dos seres humanos (Atores); 2º a organização de grupos e 3º a organização dos grupos em sociedade. Nesse conjunto, observa-se que o poder é central, como dito, porém redobramos os cuidados ao tratar da atuação isolada de um ator e/ou grupos por estarem organizados socialmente. Para visualizar essa afirmação, construímos a Figura 1:

FIGURA 1 - Organização hierárquica do poder



A Figura 1 apresenta precisamente a organização hierárquica do pensamento que construímos com as reflexões teóricas do trabalho. Em primeira instância exibem-se os seres humanos, no instante do nascimento (natural), os quais ocupam o “lugar” de Ator, a passagem (de humano para Ator) se dá no momento em que a condição de ser natural é transformada por meio do papel social que este adquiriu ao nascer. Nesse mesmo sentido, consideramos o Ator como ponto de partida na hierarquização do surgimento do poder, dessa forma, os atores são os interventores na/da relação social na qual o poder se estabelece.

Outro elemento fundamental demonstrado na Figura 1 é o espiral, pois, representa a forma como as relações de poder se constroem, ou seja, o movimento dos atores é dinâmico e subjacente até chegar a um grupo, o qual é formado por atores organizados de acordo com a objetividade da ação. Em conjunto ao espiral, pode-se observar uma centralidade que evidencia o centro ou eixo em que o espiral circula, tomamos esse centro como representação do poder. Dessa forma, é possível considerar que o poder está presente do início ao fim do movimento social, perpassando todas as instâncias relacionais dos grupos.

Na última etapa representada na Figura 1, pode-se considerar o ápice da atuação dos grupos que resulta significativamente na forma de organização em sociedade, nesse ponto, a sociedade é organizada por atores e grupos, na medida em que a intencionalidade da ação se transforma em fio condutor do desenvolvimento social.

Por meio desse aparato, rompe-se com a visão unilateral que perpassou muito tempo na história da humanidade e na ciência, visão de que o poder é algo natural e que existe por si só, por exemplo, é como se o poder fosse algo material e/ou mercadológico, algo que se possa trocar, comprar, adquirir. Nessa perspectiva, o poder que estamos tratando não é adquirido, nem ao menos herdado por gerações, mas sim, exercido por ator e/ou grupos de poder na relação com o outro. Cabe ainda lembrar que o poder é a relação instituída entre os atores e/ou grupos, no espaço e no tempo.

Dado o exposto, a sustentação reflexiva da tese está amparada na observação da atuação desses grupos, na construção relacional do poder e como essas relações estão imbuídas na abstração do interesse e envolvimento entre diferentes atores e/ou grupos sob a construção do território. Por conseguinte, afirma-se: o poder é exercido e, conseqüentemente, resistido e/ou aceito, mas para isso é necessário que o ator e/ou grupo que exerce o poder tenha conhecimento de sua lógica e intencionalidade sobre a ação. Todavia, o poder é estabelecido na mediação entre o conflito de interesses de um ator e/ou grupo com o outro, a partir deste entendimento buscamos apoio teórico nas referências elencadas posteriormente, tais referências nos permite a responder a seguinte reflexão: O Homem e a sociedade: que poder é esse?

O questionamento sobre o poder nos indica o Homem e a sociedade como elementos preponderantes ao exercício do poder. É importante ressaltar, a complexidade dessa análise e reforçar que o poder de que estamos tratando foi construído academicamente por autores que analisaram as relações sociais, centralizados metodologicamente na observação do poder, estruturadas na vertente analítica organizacional, revelando, com isso, a existência da estrutura hierárquica

de poder nas mais diversas instituições, como: a família, a igreja e o próprio Estado (com as visões contratualistas).

No que se refere ao entendimento de poder Nobre *et al* (2008) ao publicar a obra “O poder no pensamento social” consideram que os trabalhos sobre poder são interdisciplinares, pois independentemente da área de concentração, se sociológicas, políticas, antropológicas, históricas ou geográficas, é possível encontrar discussões, basicamente “[...] às voltas com o tema do “poder”, uma vez que haverá amiúde a possibilidade de se verificar a presença de exercícios de poderes no âmbito dos mais variados tipos de relações” (NOBRE, BUENO, CAUX, LIMA & LOPES, 2008, p. 11).

A complexidade do conceito envolve diferentes abordagens, para Perissinotto (2008) “[...] “poder” constitui-se num dos mais controversos conceitos das ciências sociais”. O autor, ainda, destaca três grandes dificuldades que os pesquisadores encontram ao estudar sobre poder, para ele

[...] primeira, a multiplicidade de definições, em geral, apresentadas como excludentes sem que o sejam de fato; segundo, os problemas de operacionalização das definições, sendo algumas delas muito precisas, mas muito superficiais, e outras mais sofisticadas porém de difícil aplicação empírica; por fim, a justaposição de definições, que que alguns utilizam palavras diferentes para designar os mesmos fenômenos ou lançam mão dos mesmos termos para designar relações sociais distintas (PERISSINOTTO, 2008, p. 29).

Ao interpretar esses três pontos elencados por Perissinotto, pode-se dizer que no primeiro item temos duas explanações: uma que soa de forma positiva, visto que a multiplicidade não é sinônimo de fracasso epistemológico, mas sim, essa característica apresenta-nos a multiplicidade dos “olhares” acadêmicos. Contudo, é necessário ressaltar que uma visão não supera a outra, isto é, quando o autor considera que em alguns casos o estudo sobre poder exclui outra percepção, ele está apontando para o fato de que a uma visão está negando a outra. O que para este trabalho é negativo no que tange ao desenvolvimento científico.

A segunda proposição destacada por Perissinotto é em relação à operacionalização das definições, visto que o autor lança uma discussão acerca da

qualidade e aplicabilidade do conceito aos objetos de pesquisa. Nesse caso, apresenta-nos duas vertentes, no entanto, essa construção conceitual não corresponde a leitura do objeto e, por outro lado, quando melhor elaborada, responde exatamente aos procedimentos metodológicos de uma ou poucas pesquisas, não atingindo maiores escalas de análise.

Já na terceira consideração do autor, há relatos de dificuldade dos pesquisadores ao tratar de poder, sendo que, muitas vezes, só utilizam palavras diferentes para o que já academicamente está elaborado, ou ainda, em equívoco, utilizam bases teóricas para objetos totalmente distintos do analisado pela teoria. Dadas essas três dificuldades, nossa intenção é contribuir com os múltiplos “olhares”, sem negar as visões construídas sobre o conceito de poder, pretende-se, ainda, aplicar a definição já elaborada por Weber²⁶ e suas releituras, no sentido de contribuir com a operacionalização do conceito, sem lançar mão dos termos já consolidados em sua elaboração conceitual. Com isso, as três dificuldades apontadas por Perissinotto nos deixou mais cautelosos na escolha bibliográfica, no sentido de que esta possa fornecer apoio à verificação da tese.

Assim, é preponderante realizar a contextualização teórica sobre o poder, com as contribuições oriundas do pensamento sobre o Estado moderno, considerar as contribuições de Hobbes, Locke e Rousseau, autores que fundaram o pensamento sobre o “contrato social” na perspectiva contratualista e que serviu de alicerce às discussões teóricas sobre a organização política²⁷ do território. Nesta pesquisa, alguns elementos apresentados por esses pensadores já foram superados pela ciência, no entanto, entende-se que a construção conceitual de poder, perpassou vários períodos históricos, modos de organização social europeu e, mais

²⁶ No entanto, Max Weber não foi o primeiro pensador que tratou o poder como forma de constituição social, anteriormente a ele, coube destacar a importância dos três grandes pensadores, que formularam bases para as teorias contratualistas do Estado moderno, sendo que estes consideraram a presença do homem no seu estado natural até a forma de organização do Estado Civil, enquanto organização institucional do poder.

²⁷ "Política" será abordada como a tentativa de participar no poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre vários Estados, seja dentro de um Estado entre os grupos de pessoas que este abrange (WEBER, 1999, p. 526).

precisamente, alemão e francês influenciaram significativamente nas reflexões sobre o conceito.

Cabe destacar, ainda, que ao realizar reflexões acerca do poder é necessário entender que se “olhássemos” o poder por si só, como se esse fosse o início-meio-fim de uma relação, seria simples, porém nosso objetivo é demonstrar a importância desses clássicos na evolução do pensamento político, ramo promissor para o poder. Nesta pesquisa, não será criticado o entendimento da concepção contratualista, isso porque no contexto histórico Hobbes, Locke e Rousseau foram precursores ao contextualizar a passagem do homem do seu Estado natural até o Estado civil. Diante disso, criamos uma comparação das abordagens realizadas pelos autores, a qual segue como próximo item.

1.2.2. Do Estado Natural ao Estado moderno: o pensamento contratualista²⁸ de Hobbes, Locke e Rousseau

1.2.2.1 Hobbes e o “Leviatã”

Thomas Hobbes viveu entre o período de 1588 até 1679 e em 1651 publicou a obra “Leviatã”, dado o contexto da obra, ela se torna a mais importante do autor. Ele debruça-se sobre a análise do poder, por meio das reflexões entre a passagem do poder nato ou, em suas palavras, do Estado de Natureza²⁹ dos homens até o surgimento do Estado Civil moderno. Para Treméa, esse autor faz parte da corrente

²⁸ Contratualismo compreende todas aquelas teorias políticas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político (chamado, quando em quando, *protestas*, *imperium*, Governo, soberania, Estado) num contrato, isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político (BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO, 1998, p. 272).

²⁹ O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e, conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim. Por liberdade entende-se, conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que muitas vezes tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta, conforme o que seu julgamento e razão lhe ditarem (HOBBS, s/a, fl. 47).

doutrinária com o entendimento de que o “[...] Direto natural desaparece completamente ao dar vida ao Direito positivo” (TREMÉA, 2007, p. 227).

A obra, que fazemos referência, segue dividida em quatro partes, sendo que a essência está pautada nas causas “e definição do Estado moderno e o direito dos soberanos por instituição; Os tipos de governo; A estrutura do Estado cristão; e, O Reino das Trevas”. Em sua análise, parte do pressuposto de que o homem nasce e vive num estado de natureza, isto é, o homem tem plena liberdade de decisão e escolha, mas luta para conseguir aquilo que almeja. Ante ao Estado Civil, vence, na disputa de um contra o outro, aquele que tem mais força e habilidade. Para o autor, nesse estado natural, a força é algo nato aos homens e na disputa entre forças opostas sempre haverá o ganhador e o perdedor, é como se a “lei” do que é certo estivesse nas mãos do indivíduo com mais força.

A força que Hobbes considera não é apenas a corporal, o autor incluiu em suas análises as forças do espírito, formas de agrupamentos, e de persuasão, como destacado na passagem:

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matai o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo (HOBBS, s/a, fl. 45).

Ainda, em linhas gerais, a concepção de Hobbes em relação ao Estado de Natureza dos homens é a de que os seres humanos, mesmo que se viverem isolados uns dos outros, estarão em estado permanente de luta e disputa, “[...] vigorando a guerra de todos contra todos” (HOBBS, s/a, fl. 46). Ao observarmos essa assertiva, é possível considerar que Hobbes em *Leviatã* indica três causas principais para a discórdia entre os homens, sendo a primeira a competição, a segunda a desconfiança, e a terceira a glória.

Para o autor, a primeira causa entre as discórdias dos homens é representada pela competição, como dito no parágrafo anterior, porém, conseqüentemente, essa condição “[...] leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro” (HOBBS, s/a, fl. 46). Nesse contexto, o autor está considerando que a competição entre os homens está vinculada ao interesse econômico, no entanto, esse não é o único requisito, visto que a segunda discórdia faz referência à desconfiança, conseqüentemente, pensada na relação estabelecida com a segurança dos indivíduos e dos grupos a qual pertence, e a terceira que é a glória, está vinculada à reputação. Imbuído a essa última conseqüência, visualiza-se que só há reputação quando existe um grupo, isto é, uma condição de glória entre os demais.

Nesse mesmo sentido, o autor salienta que as desarmonias estão relativamente imbricadas aos interesses sendo que os

[...] primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido a suas pessoas, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome (HOBBS, s/a, fl. 46).

Nesse caso, Hobbes correlaciona as causas (competição; desconfiança; glória) com o uso da violência, sendo que essas estão presentes nas mais amplas lutas. Como forma de exemplificação, indica a disputa objetivada na conquista das mais abstratas relações, nesse ponto é importante ressaltar a indicação do autor quando relata a discordância, inclusive, de opinião pessoal. O que está na base dessas exemplificações realizadas por Hobbes, é o interesse individual (ou até mesmo coletivo) e a própria atuação do poder corporal e espiritual. O ponto inicial de suas reflexões está no entendimento do homem como um ser sensível aos elementos externos e sentidos sensoriais naturais.

Em contrapartida aos sentidos naturais, o homem ocupa o lugar de indivíduo racional e por meio da razão se fundamenta na existência da vida, da liberdade e da

igualdade, sendo o poder de cada indivíduo a única diferença a sobressair durante a disputa relacional entre os pares. Observe a relação que o autor faz ao considerar a igualdade e interesses:

Desta igualdade quanto à capacidade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins. Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro e disto se segue que, quando um invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único outro homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho; mas também de sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros (HOBBS, fl. 46).

Nessa passagem da obra, Hobbes, ainda, considera o poder como algo que não é fixo, desse modo, ao mesmo tempo que o invasor teve êxito em seus interesses, em outro instante poderá perder para outro homem mais forte e ágil que ele mesmo. Nesse caso, a inimizade é construída na mediação conflituosa dos interesses de cada indivíduo, ficando, assim, estabelecido o exercício do poder. Portanto, para o autor essa condição de disputa entre os opositores é o que fomenta a necessidade do “contrato social”.

Antes mesmo de tratarmos sobre o “contrato social”, é necessária atenção em relação à diferença estabelecida por Hobbes ao construir a teoria indicando o direito e a lei. Para ele “[...] o direito consiste na liberdade de fazer ou de omitir, ao passo que a lei determina ou obriga a uma dessas duas coisas. De modo que a lei e o direito se distinguem tanto como a obrigação e a liberdade, as quais são incompatíveis quando se referem à mesma matéria” (HOBBS, fl. 47).

Sobre essa lógica diferencial entre o direito e a lei, pode-se discorrer que Hobbes, em *Leviatã*, indica que todo homem tem direito a todas as coisas, isso porque na condição da atuação livre, a sua razão é predominantemente responsável por elaborar as formas com que irá alcançar os seus objetivos, conseqüentemente a isso, “[...] todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha

esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra” (HOBBS, s/a, fl. 47). Essa afirmação de que os homens devem procurar a paz e alcançá-la é indicada pelo autor como sendo a Lei primeira de natureza, já a Lei segunda de natureza é mais próxima da construção do contrato.

Para o pensador, enquanto todos os homens tiverem o mesmo direito (igualdade) de atuação e, ao mesmo, tempo lutarem cada um por sua objetividade, viverão em estado de guerra. Não há acordos perante os homens se caso eles não considerarem a necessidade de paz e a defesa de si mesmo. Consoante a isso, a única saída seria a renúncia do próprio direito, pois ao renunciar o homem se afasta do caminho do outro, deixa-o agir conforme o seu direito já nato sem necessidade alguma de receber o direito de outra pessoa. Ainda, há que se considerar a possibilidade de transferência de direito, isto é, ao abdicar do seu direito o homem pode transferir a outro homem o direito desse decidir pelos dois.

Assim, ao pensarmos na organização dos homens em grupos e em sociedade, é como se o homem A, abdicasse do seu direito de guerrilhar com o homem B, isso desde que A aceitasse o exercício do poder de B ao decidir os caminhos que levarão a paz coletiva. De maneira específica, Hobbes utiliza-se da passagem bíblica, para explicar “[...] está a lei do Evangelho: Faz aos outros o que queres que te façam a ti. E esta é a lei de todos os homens: Quod tibi jïeri non vis, alteri ne feceris³⁰” (HOBBS, fl. 48).

Nesse caso, a lei do Evangelho e dos homens está vinculada diretamente ao bem comum da coletividade e a isso segue a “ordem”, por meio do entendimento cristão, aquilo que não segue essa organização, concretiza-se a treva. Para ele

“[...] quando dizemos que alguma coisa é infinita, queremos apenas dizer que não somos capazes de conceber os limites e fronteiras da coisa designada, não tendo concepção da coisa, mas de nossa própria incapacidade. Portanto o nome de Deus é usado, não para nos fazer concebê-lo (pois ele é incompreensível e sua grandeza e

³⁰ Provérbio em latim, sua tradução para a língua portuguesa está relacionada diretamente a Lei do Evangelho, sendo: O que não queres que te façam, não faças aos outros.

poder são inconcebíveis), mas para que o possamos venerar” (HOBBS, s/a, fl. 49).

Portanto, o princípio do “contrato social”, para Hobbes (s/a, fl. 49), é: “A transferência mútua de direitos” naturais entre os homens, de modo que abdicar e/ou transferir é a passagem do direito para o outro, por meio do uso de

[...] sinais³¹ podem ser apenas palavras ou apenas ações, ou então (conforme acontece na maior parte dos casos) tanto palavras como ações. E estas são os vínculos mediante os quais os homens ficam obrigados, vínculos que não recebem sua força de sua própria natureza (pois nada se rompe mais facilmente do que a palavra de um homem), mas do medo de alguma má consequência resultante da ruptura (HOBBS, fl. 49).

Logo, a teoria que advoga as ideias de Hobbes parte do Estado Natural dos homens, demonstrando a forma como esses vivem e discordam entre si, mas ao mesmo tempo propõe a harmonia por meio da transferência do direito. É do exercício do direito natural dos homens que há necessidade social por relações contratuais. Apesar da liberdade limitada aos anseios de uma “ordem” divina, o autor atribui ao Estado o papel de advogar por meio da razão. Além de Hobbes, Locke, colabora com a corrente do pensamento social em que o Estado moderno é fundamentado no estabelecimento do “contrato social”. Assim, como realizamos uma revisão da obra de Hobbes, fizemos, a seguir, a organização dos elementos presentes no pensamento de Locke.

³¹ Os sinais de contrato podem ser expressos ou por inferência. Expressas são as palavras proferidas com a compreensão do que significam. Essas palavras são do tempo presente ou do passado, como dou, adjudico, dei, adjudiquei, quero que isto seja teu; ou do futuro, como darei, adjudicarei, palavras do futuro a que se chama promessas. Os sinais por inferência são às vezes consequência de palavras, e, às vezes, consequência do silêncio; às vezes consequência de ações, e às vezes consequência da omissão de ações. Geralmente um sinal por inferência, de qualquer contrato, é tudo aquilo que mostra de maneira suficiente a vontade do contratante. (HOBBS, s/a, fl. 49)

1.2.2.2 Locke e “O Segundo Tratado do Governo Civil”

Outro pensador respeitável, nesse contexto de construção das teorias contratualistas, foi Jonh Locke. Ao nos debruçarmos sobre seus estudos, evidenciamos que a obra “O Segundo Tratado do Governo Civil”, publicada em 1690, era a que mais abordava, a elaboração do conceito de poder. Este autor contemporâneo à Thomas Hobbes viveu no período entre 1632 até 1704, quando já havia sido publicado o Leviatã.

Entre o pensamento construído por Hobbes e Locke existem pontos de convergências e divergências, ao destacar os elementos da teoria de Locke que se agregam aos de Hobbes, Chauí (2000) indica que o principal aspecto é de que os dois clássicos partem da definição do direito natural como direito à vida e à liberdade. No entanto, há dissimetria ao tratar da propriedade privada, pois enquanto Hobbes trata a propriedade privada como elemento que nega o direito natural, Locke afirma que essa é por direito um bem natural ao homem.

Para Locke a primeira propriedade privada³² do homem é o próprio corpo, conforme salienta:

[...] todo homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem qualquer direito a não ser ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos... são propriedade sua. Por isso, seja o que for que ele tira do estado que a natureza proporcionou e ali deixou, ele misturou aí o seu trabalho, acrescentando algo que lhe é próprio, e assim o torna sua propriedade (LOCKE, s/a, p. 37).

Porém ao afirmar a propriedade privada como algo oriundo do direito natural, exemplifica a terra como propriedade e possibilidade de haver uma transformação de valor, por agregar o trabalho humano e diferenciá-la das demais. Por isso, a

³² Com essa perspectiva, Locke fundamenta a teoria do Estado liberal, o poder do Estado adquire outro formato, enquanto na monarquia ele é unilateral pensado como algo estático e adquirido, com a teoria liberal, o Estado passa a liberdade econômica a todos os cidadãos, já que a propriedade privada está presente no Estado Natural do homem. Mais tarde (nos séculos XIX e XX), a teoria é também discutida por Weber. Para Chauí (2000) a função do Estado é triplíce: 1º com a garantia do direito natural de propriedade; 2º na garantia de interferência dos proprietários nos setores econômicos e 3º na garantia a liberdade de consciência.

propriedade privada é natural, no entanto, incomum ao se tratar das possibilidades de ampliação do valor, conforme “[...] estabelece a diferença de valor em tudo: a diferença no valor entre um acre de terra cultivada e um acre em comum e sem qualquer cultivo” é devida quase inteiramente à melhoria realizada pelo trabalho” (LOCKE, s/a, p. 37).

De acordo com Kristsch (2010), outro aspecto relevante aos pensamentos de Locke, foi o fato de ter sido influenciado por grandes acontecimentos. Para a autora, Locke aprovava a forma como o rei Guilherme de Orange governava o “seu” povo, e apresentava como sendo uma novidade, isso porque a aprovação ao governo de Guilherme o legitimava. Além disso, considerou que seria possível a derrubada de um determinado governo (para o autor, uma Revolução), porém deveria ser justificada e com razões convincentes.

A derrubada do governo foi pensada por Locke como uma possibilidade de defesa do direito natural, “[...] isto é, justifica-se pela afirmação de direitos naturais que não se submetem à ordem política: não são postos pela instituição política”. (KRISTSCH, 2010, p. 74). Com isso, para Locke, o estado de natureza abrange o direito natural à vida, à liberdade e à propriedade privada, porém a governança desse direito é regida pela razão, sendo esta interpretada como a lei superior aos homens.

Assim como Hobbes, as formas de organização contratuais em sociedade estão padronizadas na lógica racional entre o bem e o mal, julgamentos preestabelecidos pelos ensinamentos cristãos³³. Para o autor, os homens são “[...] obra do Criador onipotente e infinitamente sábio... enviados ao mundo por sua ordem e a seu serviço” (LOCKE, s/a, p. 7). Esse vínculo com entendimento cristão foi marcante em suas duas obras, sendo a primeira intitulada “O Primeiro Tratado do Governo Civil”, seguida por “O Segundo Tratado do Governo Civil”.

³³ “Quando os homens pensam sobre si próprios como tendo uma vida comum organizada, devem necessariamente lembrar-se de quem são. Eles não criam a si próprios, não são donos de si mesmos, não dispõem de si próprios – eles são artefato de Deus. São Seus servidores, enviados no mundo por Sua ordem; são, até mesmo, Sua propriedade” (LOCKE, 1998, p. 135).

A primeira obra de Locke, provavelmente, foi escrita no início dos anos de 1680. Essa, assim como a posterior, teve como tese a fundamentação da existência divina dos homens, como já destacado no parágrafo anterior, mas em contrapartida “O Primeiro Tratado do Governo Civil” foi uma refutação ao livro “O Patriarca³⁴”, publicado por Filmer. Segundo Kristsch (2010), Locke detinha os seus esforços para “[...] mostrar que a tese do direito divino se desenvolve no âmbito das interpretações possíveis dos textos sagrados, isto é, no âmbito de uma exegese bíblica, o que torna os argumentos de Filmer irrelevantes, já que ele faz uso, para “comprovar” suas teses, de um raciocínio teleológico que carece de base científica” (KRISTSCH, 2010, p. 74).

Em relação à oposição entre Locke e Filmer, pode-se apontar que Hobbes e Locke convergem, isto é, tanto um quanto o outro se opuseram aos pensamentos de Filmer, que segundo Kristsch (2010) tinha a sua tese vinculada ao entendimento de que o poder dos reis era absoluto e divino, o que no início desse capítulo atentamos para o fato de ser essa uma visão unilateral do poder. Dessa forma, para Filmer o poder dos que governam é dado e/ou herdado por uma “ordem” paterna.

Ao retomarmos a centralidade sobre o poder, percebe-se que ao compararmos as teorias de Hobbes e Locke encontramos uma divergência existencial do conceito, isso porque para Hobbes o poder está intrínseco ao direito e à lei, mediados pela força. Como já dito, no Estado de Natureza o homem tem por direito à vida e à liberdade, mesmo ao apresentar-nos a competição, a desconfiança e a glória como causas para a discórdia entre os homens. Nessa perspectiva, o pensador indica a força corporal e espiritual como indicativos do uso do poder, somados expressivamente ao direito de pacificação pela representatividade coletiva quando efetivado o “contrato social”.

A diferença existencial do poder, indicado com a leitura de Locke, é que esse autor não indica o poder como a capacidade de ação, mas como um direito natural, e do ponto de vista da soberania, inclui-se o direito de atuar entre o “bem e o

³⁴ “Firma que as insuficiências da tese patriarcalista nos obrigam a reconhecer que: ou os governos do mundo não são mais do que o resultado da força; ou temos de procurar alguma outra explicação para justificá-los” (KRISTSCH, 2010, p. 76).

mal” cristão. Nesse caso, o autor englobou a possibilidade de gerir sobre a vida humana, isto é, a propriedade privada está acima de tudo, isso ocorre por ser direito natural, ao homem, portanto, aquele que a infringir pode, conseqüentemente, sofrer punições. O poder está eminentemente vinculado ao direito e não, necessariamente, à força, como em Hobbes.

O autor salienta que para compreender o poder, esse que ele trata como poder político, é necessário entender a própria condição natural do homem, uma vez que os homens, devem ser vistos em seu estado livre. A liberdade, para Locke, é um dos elementos mais importante, haja vista que esse aspecto dá oportunidade de cada homem decidir sobre suas ações e bens, incluindo, nesse caso, a decisão sobre pessoas e bens materiais, porém, nesse processo, é preciso ter cautela de se limitar ao espaço do outro, ou seja, para o pensador a harmonia deve se dar no respeito mútuo³⁵, afirma, ainda, que no estado natural exista um equilíbrio sobre a ação do poder. Esse é um ponto crucial de divergência entre Hobbes e Locke, pois, enquanto o Hobbes indica o poder mediado pelo conflito natural, Locke sugere o estado de igualdade “[...] onde a reciprocidade determina todo o poder e toda a competência, ninguém tendo mais que os outros” (LOCKE, s/a, p. 36).

Durante “O Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, Locke (s/a) torna evidente que os seres criados por Deus e pertencentes a uma mesma espécie, devem ser iguais entre si, sem nenhuma distinção no que diz respeito às vantagens e direitos, muito menos subordinados ou sujeitos aos mandos de outro ser, prevendo a exceção no caso de uma declaração realizada por um ente superior e soberano. Assim, previsto a igualdade, nessa mesma lógica, o autor construiu o pensamento para aqueles que não seguissem o rigor legislativo deveria ser punido, porém a punição deveria ser de todos para todos, assim:

³⁵ Segundo a lei fundamental da natureza, que o ser humano deve ser preservado na medida do possível, se nem todos podem ser preservados, deve-se dar preferência à segurança do inocente; você pode destruir o homem que lhe faz guerra ou que se revelou inimigo de sua existência, pela mesma razão que se pode matar um lobo ou um leão: porque homens deste tipo escapam aos laços da lei comum da razão, não seguem outra lei senão aquela da força e da violência, e assim podem ser tratados como animais selvagens, criaturas perigosas e nocivas que certamente o destruirão sempre que o tiverem em seu poder (LOCKE, s/a, p. 39).

Para que se possa[m] impedir todos os homens de violar os direitos do outro e de se prejudicar entre si, e para fazer respeitar o direito natural que ordena a paz e a “conservação da humanidade”, cabe a cada um, neste estado, assegurar a “execução” da lei da natureza, o que implica que cada um esteja habilitado a punir aqueles que a transgridem com penas suficientes para punir as violações (LOCKE, s/a, p. 37).

A punição³⁶ é utilizada na medida em que há ruptura contratual entre os homens, tratando ainda de

[...] adquire um poder sobre o outro; mas não um poder absoluto ou arbitrário para tratar um criminoso segundo as exaltações apaixonadas ou a extravagância ilimitada de sua própria vontade quando está em seu poder; mas apenas para infringir-lhe, na medida em que a tranquilidade e a consciência o exigem, a pena proporcional a sua transgressão, que seja bastante para assegurar a reparação e a prevenção (LOCKE, s/a, p. 37).

Dado esse estado natural de igualdade, tanto pela vida quanto pela liberdade e pela propriedade privada, Locke esclarece uma equidade no que tange ao poder político, isto é, todos os homens têm o direito ao exercício do poder, já que este deve acontecer de forma harmoniosa. Podemos, portanto, concluir que ao tratar o poder, Locke diverge essencialmente com os pensamentos de Hobbes, porém essa abordagem nos indica mais um “olhar” aos elementos que contribuíram na visão moderna de poder.

Ainda, no interior da construção acadêmica da corrente contratualista e dos elementos norteadores do conceito de poder, observa-se a presença significativa dos pensamentos de Jean-Jacques Rousseau. Esse autor diverge dos demais em alguns pontos presentes na passagem do Estado Natural para o Estado Civil, porém ao se tratar de uma comparação, Rousseau, Hobbes e Locke apresentam as singularidades em relação aos direitos e deveres dos homens e que devem ser levadas em consideração nesta pesquisa.

³⁶ Ao transgredir a lei da natureza, o ofensor declara estar vivendo sob outra lei diferente daquela da razão e equidade comuns, que é a medida que Deus determinou para as ações dos homens, para sua segurança mútua; e assim, tornando-se perigoso para a humanidade, ele enfraqueceu e rompeu o elo que os protege do dano e da violência (LOCKE, s/a, p. 38).

1.2.2.3 Rousseau e “O Contrato Social”

Rousseau, contemporâneo à Hobbes e Locke, viveu entre os períodos de 1712 até 1778, é considerado um dos maiores pensadores do Iluminismo, ao lado de Locke, Voltaire, Montesquieu, Quesnay e Adam Smith. Para Cassirer (1999), estudar as ideias de Rousseau tornou-se uma verificação ambígua e incerta, isso decorre porque em sua proposta estava a tentativa de observá-lo em oposição ao racionalismo e irracionalismo. Para Cassirer, Rousseau é

[...] justamente esse “irracionalista” que, em meio às lutas mais intensas contra os “filósofos”, contra o espírito do Iluminismo francês, anunciou que as ideias mais sublimes da divindade, das quais o homem seria capaz eram fundadas pura e exclusivamente na razão: “*Les plus grandes idées de la divinité nous viennent par la raison seule*” (CASSIRER, 1999, p. 38).

Portanto, a razão para Rousseau tornou-se o elemento central de seus pensamentos e, é justamente, com esse modo de interpretar as relações humanas que o pensador contribuiu no fortalecimento à construção teórica do pensamento para a Revolução Francesa, ocorrida no período entre 1789 até 1793. A ruptura com a estrutura francesa foi discutida intensamente por Rousseau, a obra que marcou o questionamento sobre a organização da sociedade e do próprio Estado moderno foi “O Contrato Social”, publicado em 1762.

Ao iniciar suas reflexões, o autor objetivou investigar se na ordem civil poderia haver alguma regra da administração, legítima e segura, que dialogasse com o que já estava posto e o que deveria ser instituído, nesse sentido, o clássico, partiu do pressuposto que toda sociedade está subordinada às leis de quem governa. No entanto, Rousseau, ao tratar o Estado Natural do homem demonstra que este não possui dependência com Estado, mas parte do entendimento de que a centralidade analítica está vinculada ao direito do homem.

Diferente dos demais, Rousseau é visto por Cassirer como um descobridor da paixão e da energia primitiva do homem. Ainda, esse autor considera o clássico como uma “[...] torrente completamente nova de vida que assim penetrou na

espiritualidade francesa, ameaçando dissolver todas as suas formas fixas e transbordar os seus limites cuidadosamente estabelecidos” (CASSIRER, 1999, p. 38).

Um dos aspectos importantes apresentados por Rousseau na introdução de o “O Contrato Social” é o seguinte questionamento: “Perguntar-se-me-á se sou príncipe ou legislador, para escrever sobre política” (ROUSSEAU, 2002, fl. 5). Ele mesmo responde, “se eu fosse príncipe ou legislador, não perderia meu tempo em dizer o que é preciso fazer; eu o faria ou me calaria” (ROUSSEAU, 2002, fl. 5). Na primeira linha, o autor está quebrando o paradigma de que no período de sua obra o pensamento sobre política estava restrito aos representantes do Estado, e ainda, criticou o papel do Estado ao indicar que o papel do príncipe e do legislador estava na prática e não no pensar, como finaliza com “eu faria ou me calaria”.

Outro indicativo de sua participação política, expresso nessa obra, está ao se referir que o próprio autor é um cidadão e membro do soberano, isso estava seguro do direito de voto e, conseqüentemente, deveria se instruir e meditar sobre os governos. Ao compararmos Rousseau com Hobbes e Locke, percebemos a liberdade como um elemento singular. Apenas para retomar, Hobbes considerou os elementos do Estado Natural do homem como sendo o direito à vida e à liberdade; Locke incluiu a propriedade privada, em relação às perspectivas que Hobbes já havia elaborado, observamos que Rousseau indica à negação e à propriedade privada, mas inclui o direito à vida e à liberdade. Porém a liberdade é limitada, para ele “o homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros” (ROUSSEAU, 2002, fl. 6).

Ao dialogar acerca da liberdade, o autor faz referência à família como a primeira sociedade e, ainda, a considera como única natural em que existe uma “ordem” sagrada fundamentada sobre convenções sociais. Ao comparar a estrutura social de uma família com a sociedade imbuída dos mecanismos do Estado, o autor apresenta a seguinte explicação:

É a família, portanto, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo a imagem dos filhos, e havendo nascido todos livres e iguais, não alienam a liberdade a não ser em troca da sua utilidade. Toda a diferença consiste em que, na família, o amor do pai pelos filhos o compensa dos cuidados que estes lhe

dão, ao passo que, no Estado, o prazer de comandar substitui o amor que o chefe não sente por seus povos. (ROUSSEAU, 2002, fl. 6)

Dentre essa comparação entre o pai e o chefe do Estado, podemos afirmar que para Rousseau o Estado atinge o papel de ordenador, mesmo sendo os homens livres e iguais, essa igualdade é natural. Ao realizar uma crítica sobre as construções teóricas de Aristóteles, dialogou ao dizer que “Aristóteles tinha razão, antes deles todos [retomando Calígula e Hobbes], tinha dito que os homens não são naturalmente iguais, e que uns nascem para escravos e outros para dominar” (ROUSSEAU, 2002, fl. 6).

Para ele o ser humano nasce essencialmente bom, desprovido de qualquer “bem”, mas a vivência em sociedade o corrompe, é por esse motivo que os seres humanos não nascem forte, mas sim, permanecem fortes. Para o autor, a força só passa a ter o papel de poder, uma vez que essa seja transformada pelos seres humanos em direito. Nesse sentido, explicita que o direito pode ser estabelecido mediante “o contrato social” ou até mesmo retido, pois para ele: “Ceder à força constitui um ato de necessidade, não de vontade; é no máximo um ato de prudência”, no entanto a força tem sua potência física o que a moral jamais terá (ROUSSEAU, s/a, fl. 6).

Além dessa correlação entre o conceito de força e direito, realizada na análise de Rousseau, o autor faz referência aos termos obediência e dever, para ele os homens livres estão antes às leis, no entanto, a partir do momento que adquirem a racionalidade (isto é, pós-infância) ele já está corrompido, por isso a obediência aos poderosos deve ser prezada e, ainda, considerar que os poderosos, quem tem potência, foram designados por Deus.

Ao compararmos as análises de Hobbes, Locke e Rousseau, os três têm como premissa o entendimento do Estado Natural do homem pautado na “ordem” divina, porém em suas maiores divergências: Hobbes afirma haver um estado natural de guerra; Locke desconsidera, mas visualiza as grandes competições,

principalmente por detenção da propriedade privada; já Rousseau nega completamente a disputa natural entre os homens, observe a passagem:

[...] é claro que esse pretense direito de matar os vencidos não resulta de nenhuma maneira do estado de guerra, pelo simples fato de que os homens, vivendo na sua primitiva independência, não possuem de modo algum relações assaz frequentes entre si para constituírem nem o estado de paz nem o estado de guerra; naturalmente, não são em absoluto inimigos (ROUSSEAU, 2002, fl. 7).

Dessa forma, Rousseau nega o estado de guerra, como também apresenta as dificuldades harmoniosas entre os homens, com isso inclui o entendimento de que a guerra não acontece pela guerra, são as relações das coisas que se constitui o estado de guerra entre os homens, para ele “[...] como o estado de guerra não pode nascer de simples relações pessoais, mas unicamente de relações reais, a guerra privada, ou de homem contra homem, não pode existir” (ROUSSEAU, 2002, fl. 8). Para o autor, o estado de guerra é anulado por causa do “contrato social” e, conseqüentemente, as leis, se legitimadas pelos homens, devem ser obedecidas.

No entanto, salienta a possibilidade de conflitos de Estado para Estado, isso porque considera que o Estado pode ter como inimigo outro Estado, já o homem não pode ter como inimigo outro homem, pois são livres de natureza, portanto, o Estado é estruturado pela “coisa”, ele não é homem. É justamente nesse ponto da teoria de Rousseau que nos apoiamos, porque se os homens têm força/direito e obediência/dever, o “Contrato social” é meramente um instrumento mediador do conflito em sociedade e a dominação é a degeneração do próprio homem. Assim, o Estado instala o fim da liberdade natural do homem.

Mas afinal, qual a contribuição de Rousseau e sua teoria sobre o poder? Nas entrelinhas do entendimento do pesquisador acerca do Estado Natural do homem, fica claro que ele negou o poder nato ao homem, isso porque prevê o direito à vida e à liberdade como basilares aos elementos naturais. Todavia, Rousseau, assim como Hobbes³⁷ e Locke, elabora o pensamento em que a força está presente nas disputas

³⁷ A passagem do Estado de Natureza à sociedade civil se dá por meio de um contrato social, pelo qual os indivíduos renunciam à liberdade natural e à posse natural de bens, riquezas e armas e

da vida em sociedade. O que o difere dos demais, é que o poder está eminentemente presente na relação estabelecida na coletividade, sendo assim, a origem do poder está no conjunto das relações sociais.

Para concluir sobre essas características, Rousseau tratou o poder adjacente à soberania, assim, apresentou o “contrato social” como parte importante da necessidade coletiva, isto é, quando os interesses são os mesmos um grupo de pessoas se unem para fechar aquele fim, no entanto, não pode ser o grupo inteiro o representante de todos, por isso:

Digo, pois, que outra coisa não sendo a soberania senão o exercício da vontade geral³⁸, jamais se pode alienar, e que o soberano, que nada mais é senão um ser coletivo, não pode ser representado a não ser por si mesmo; é perfeitamente possível transmitir o poder, não porém a vontade (ROUSSEAU, 2002, fl. 14).

Nesse sentido, ele projeta o governante como o representante da coletividade, devendo este exercer o poder perante o interesse de todos.

Portanto, para Rousseau o Estado é, conseqüentemente, uma organização oriunda da liberdade coletiva, expressa por meio de suas condições necessárias de uma “associação civil”, isso para o autor é classificado como uma “soberania inalienável”.

Contudo, em contraponto, temos a esse tipo de soberania a “soberania indivisível” que para o autor é a atuação do poder por meio de um representante do Estado, sem necessariamente seguir a “ordem” ou vontade da coletividade, em defesa do interesse de apenas uma parcela do grupo. Assim, para o autor,

concordam em transferir a um terceiro – o soberano – o poder para criar e aplicar as leis, tornando - se autoridade política. O contrato social funda a soberania (CHAUÍ, 2000, p. 517).

³⁸ Ao debruçar-se sobre a vontade geral, Rousseau dialoga intensamente com o conceito de Democracia, verifique: “O soberano pode, de início, confiar o depósito do governo ao povo em conjunto ou à maioria do povo, de modo a haver maior número de cidadãos magistrados que simples cidadãos particulares. Dá-se a essa forma de governo o nome de democracia” (ROUSSEAU, s/a, fl. 32).

“[...] o Estado ou a cidade só constitui uma pessoa moral, cuja vida consiste na união de seus membros, e se o mais importante de seus cuidados é o de sua própria conservação, é necessária uma força universal e compulsória para mover e dispor cada uma das partes da maneira mais conveniente para o todo” (ROUSSEAU, 2002, fl. 14).

Nesse mesmo sentido, explica a transformação do poder absoluto do “corpo político” em soberania; para ele do mesmo jeito que o poder absoluto é um direito natural aos homens, o pacto social oriundo do “Contrato social” tem poder absoluto por meio da constituição do corpo político que rege sobre a vontade geral. Esse movimento de fixação do poder absoluto ao corpo político é chamado de soberania e é a vontade coletiva que limita as ações políticas do grupo (ROUSSEAU, 2002, fls. 16-17).

As leituras e reflexões sobre a construção do pensamento dos clássicos contratualistas permitiu-nos elencar aspectos relevantes ao entendimento de poder, pois ao mesmo tempo em que há discrepâncias, há consenso no que diz respeito ao uso e transferência de poder dos homens ao Estado por meio de “Contrato Social. Para facilitar a visualização dos aspectos destacados no texto, foi construído o Quadro 2, que objetiva a sistematização das semelhanças e diferenças encontradas nas três referências estudadas, observe:

QUADRO 1 - Semelhanças e diferenças entre as teorias contratualistas

Pensador/Obra	Estado de Natureza	Estado Social	Poder
Hobbes/Leviatã	<ul style="list-style-type: none"> - vida; - liberdade; - mau por natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> - estado de guerra/disputas, por causa da competição, segurança e reputação; - transferência de poder a um Soberano que regulamentaria sobre o “bem”. 	<ul style="list-style-type: none"> - o poder e força (corporal e espiritual) estão intrínsecos ao Estado de natureza e ao Estado social, respectivamente representado no direito e na lei;
Locke/O Segundo Tratado sobre o Governo Civil	<ul style="list-style-type: none"> - vida; - liberdade e igualdade; - bom; - propriedade privada (poder). 	<ul style="list-style-type: none"> - estado de harmonia e concórdia; - direitos e deveres; - punição. 	<ul style="list-style-type: none"> - o poder é direito natural; - a reciprocidade é consequência da igualdade;
Rousseau/O Contrato Social	<ul style="list-style-type: none"> - vida; - liberdade limitada; - bom; - poder (nato). 	<ul style="list-style-type: none"> - razão; - pacto social; - garantia a igualdade; 	<ul style="list-style-type: none"> - poder e soberania; - o poder é natural ao homem, porém transferido para um representante; - o poder coletivo pode promover a Revolução;

Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Ao realizarmos a leitura do Quadro 2, verifica-se as principais características encontradas nas teorias de Hobbes, Locke e Rousseau, ou três teóricos citados demonstram a complexidade existente na passagem do Estado natural do homem para o Estado civil, porém não esgotam as possibilidades analíticas no que diz respeito ao entendimento de poder, em outras perspectivas analíticas haveria novas leituras sobre esse entendimento. Nesse sentido, elaboramos uma parte do texto para dialogar com a evolução do pensamento contratualista e o entendimento do poder enquanto elemento de uma construção relacional. Para isso, utilizamos as reflexões realizadas por Weber, Arendt e Dahl que segue intitulado: “Do Estado moderno ao poder relacional: o pensamento de Weber, Arendt e Dahl”.

1.2.3. Do Estado moderno ao poder relacional: o pensamento de Weber, Arendt, Dahl, Bobbio e Raffestin

1.2.3.1 Max Weber³⁹ e a “Política”

Entende-se que os contratualistas demonstraram em suas abordagens a evolução e a variedade do entendimento sobre o poder na organização da sociedade civil. Com isso, podemos afirmar que o conceito de poder está intimamente correlacionado à passagem do Estado natural ao Estado civil do homem, isso significa que o poder não é natural ao homem. No entanto, é o poder que determina o movimento de atuação dos atores e dos grupos que compõe a sociedade.

³⁹ Optamos por destacar, Max Weber, por “[...] colocar [o] poder e [a] dominação como fundamentos da vida social. [E,] Por isso, ele se encontra tão próximo da sociologia política” (NOBRE, BUENO, CAUX, LIMA & LOPES, 2008, p. 11). Para nós, os Grupos de poder são grupos organizados politicamente, isto é, a atuação destes estão condicionados aos mais diferentes interesses, no entanto, são os interesses independentemente, se individual ou coletivo, que delimitam o território. E, é justamente, neste ponto que entendemos a correlação estabelecida entre os contratualistas.

Weber é considerado por muitos estudiosos, apesar de sua formação em Direito, um dos fundadores da Sociologia, com relevância contribuições nas áreas correlatas, tais como: economia, filosofia, direito, administração, história e, por fim, a que mais nos aproximou do autor, a ciência política, com origem alemã. Weber presenciou grandes transformações políticas e históricas, o que agregou significativamente aos seus pensamentos.

Para Oliveira (2015), Weber⁴⁰ vivenciou momentos históricos que contribuíram na construção do seu “olhar” sobre a política. Os fatos ocorridos na infância e na juventude, remodelam formas do seu pensar, “enxergar” o Estado e as instituições. Os fatos foram marcados por viver Alemanha enquanto o Estado-Nação estava sob a liderança de Bismarck e, posteriormente, por receber influência do mundo político e acadêmico da Prússia, isso porque Weber

[...] observou a extrema ligação entre os aspectos políticos e econômicos do desenvolvimento da Alemanha. Sua unidade foi construída em meio a muitos conflitos, ou seja, a manutenção da cultura alemã dependia da sua constante afirmação enquanto nação. Os *Junkers*⁴¹ forneceram a unidade política, mas eles eram uma elite agrária e tradicional, incapaz de grandes mudanças. A burguesia alemã não conseguiu difundir sua influência, a classe trabalhadora não representava uma força suficiente e nenhuma liderança era capaz de levar ao processo de unificação à frente. Weber procurou analisar as condições que determinaram a expansão do capitalismo industrial na Alemanha pós-bismarckiana (OLIVEIRA, 2015, p. 4).

Por isso, ao nos depararmos com obras de Max Weber, percebe-se a existência de exemplificações no corpo do texto que explica a conjuntura organizacional do Estado alemão. Contudo, a abordagem geral do autor é essencialmente política e, conseqüentemente, indica os aspectos que a envolve. Com isso, Weber trabalhou o conceito de poder essencialmente de forma política, pautada nas ações dos atores que interferiram/interferem na consolidação do poder.

Para o autor, a lógica de racionalidade da ação humana está justaposta ao exercício do poder, sendo este a probabilidade de um ator impor a sua “vontade” dentro de uma relação social, mesmo se essa probabilidade for exercida aos outros

⁴⁰ Weber distingue no conceito de política duas acepções, uma geral e outra restrita. No sentido mais amplo, política é entendida por ele como qualquer tipo de liderança independente em ação. No sentido restrito, política seria liderança de um tipo de associação específica; em outras palavras, tratar-se-ia da liderança do Estado (WEBER, 1997, p. 130).

⁴¹ A classe dos proprietários de terra na Alemanha, constituída principalmente de nobres que residem na região leste do Elba, é a controladora política do principal Estado alemão. A Câmara dos Lordes prussiana representa esta classe e o direito de eleição por classes também lhe dá uma posição decisiva na Câmara dos Deputados prussiana. Esses Junkers transmitem seu caráter ao corpo de oficiais, bem como aos funcionários prussianos e à diplomacia alemã, que está quase exclusivamente nas mãos dos nobres (WEBER, 1997, p. 130).

indivíduos com o formato de aceitação ou até mesmo de resistência (WEBER, 1999).

Assim, os aspectos presentes em seu pensamento estão reunidos em diversas obras, entre as quais se destacam “Economia e Sociedade, e, Ciência e a Política: duas vocações”, esta última foi organizada após o pronunciamento realizado pelo pensador nos anos de 1918 e 1919, na Universidade de Heidelberg.

A obra é utilizada na íntegra por diversos autores e prefaciada por Manoel T. Berlinck⁴², ela é composta por dois temas centrais: o primeiro são as reflexões que envolvem o desenvolvimento científico, mais precisamente a estrutura da academia, considerando assim as diversidades e a comparação entre a organização acadêmica norte-americana em relação a alemã, e a segunda sobre a Política.

Ao iniciar o diálogo que coloca em evidência a Política, o clássico faz referência de que a palestra que [iria] proferir, à pedido dos organizadores, poderia decepcionar os ouvintes. Isso porque, acreditava que os organizadores estavam esperando uma posição em relação aos acontecimentos do período histórico que vivenciavam. Na oportunidade, Weber proferiu “ficarão absolutamente de fora da palestra de hoje todas as questões que se refere a “qual política praticar”, ou seja, “que conteúdos se deve dar a sua ação política”” (WEBER, 2013, p. 432).

Toda a análise de Weber que aborda a ciência e a política está pautada diretamente na racionalidade da ação humana e, com isso, a sua variação. Nesse sentido, é deveras interessante considerar que a racionalidade da ação humana está basicamente alicerçada na forma como é conduzida a ação do ator e a qual razão e movimento social o ator que está atuando segue. Isso significa que a ação do ator não é neutra dos interesses do grupo a qual pertencente, geralmente segue a lógica social que está vinculado. Portanto, a ação do ator está para com o interesse da sociedade, assim como o interesse da sociedade está imbuído na ação do ator. Destaca-se com isso quatro tipos de orientação para a ação humana:

⁴² Autor responsável por descrever a apresentação intitulada “Notícias sobre Max Weber” na obra Ciência e Política: duas vocações.

(a) tradicional⁴³, baseada em hábitos de longa prática; (b) *affktueel*, baseada nas afeições e nos estados sensórios do agente; (c) *wertrational*, baseado em crença no valor absoluto de um comportamento ético, estético, religioso, ou outra forma exclusivamente por seu valor e independentemente de qualquer esperança quanto ao sucesso externo; e (d) *zweckrational*, baseado na expectativa de comportamento e objetos da situação externa e de outros indivíduos usando tais expectativas como “condições” ou “meios” para a consecução bem-sucedida dos fins racionalmente escolhidos pelo próprio agente (WEBER, 1967, p. 11).

As orientações destacadas por Berlinck demonstram a complexidade que a análise de Weber esteve consolidada, pois ao considerar a ação humana, apresenta-se elementos decisórios na interferência de construção do interesse do ator ou do grupo. O tradicionalismo é destacado como tudo aquilo que perdura na vida de um indivíduo, durante anos. Além do tradicionalismo, verifica-se a necessidade em observar que a ação humana releva as condições de percepção do mundo, visto que a ação do ator está condicionada na essência abstrata da percepção, afetividade e da forma como este construiu o seu psicológico. Além desses dois aspectos, destaca-se, também, a influência que cada ator recebeu durante a sua vida, considerando, com isso, a vivência cultural, religiosa, econômica e outros. E, por último, a ação do ator está condicionada ao que objetiva, por exemplo, as territorialidades construídas por cada ator dependem exclusivamente do seu interesse e dos meios, com os quais decidirá atingir o fim. Nesse ponto é evidenciada a racionalidade como condição da ação humana, isto é, a racionalidade está intrínseca aos interesses no início-meio-fim da ação.

Nessa perspectiva, ao tratarmos de algo político ou de quem exerce uma decisão política, estamos nos referindo que a decisão deste ator está condicionada as regulamentações e interesses do grupo a qual este é “representante”, visto que a decisão sobre o exercício do poder está na relação de quem pratica a política. Para o autor, a forma de organização social, é estruturada politicamente, “[...] portanto, a

⁴³ Apresentando-se graus de irracionalidade no que se refere ao grau de tradicionalismo e afetividade.

ambição por participação no poder ou a possibilidade de influenciar a divisão deste, seja entre Estados, seja no interior de um Estado, entre os grupos humanos que ele abarca” (WEBER, 2013, p. 434).

Nas palavras de Weber (2013, p. 434): “O Estado⁴⁴ é, assim como as associações políticas que historicamente o precedem, uma relação de *dominação* de homens sobre homens baseada no recurso legítimo (quer dizer: visto como legítimo) uso da força”. Nesse caso, o autor destaca a seguinte situação: o Poder do Estado é exercido por homens, porém, com a legitimidade de atuação de dominação de outros homens para a racionalização da vida em sociedade, o aparelho do Estado é “legalmente” o dominador da organização social.

É por essa afirmação que se considera em Weber o vínculo imanente entre política e poder. No entanto, o autor apresenta duas vertentes de análise sobre política, no sentido amplo em que considera “qualquer tipo de liderança independente em ação. No sentido restrito, política seria liderança de um tipo de associação específica; em outras palavras, tratar-se-ia da liderança do Estado” (WEBER, 1997, p. 14).

No entanto, Weber é categórico ao descrever as Estruturas do Poder, pois para ele “Todas as estruturas políticas usam a força, mas diferem no modo e na extensão com que a empregam ou ameaçam em pregar contra outras organizações políticas” (WEBER, 1997, p.187). Isso significa que as organizações adquirem poder na medida em que disputam sua influência política, porém o poder das estruturas políticas é dinâmica, pois podem estar representadas na conquista de algo material como também no prestígio. O poder é flexível na medida que os interesses se manifestam.

Weber ao tratar especificamente das relações de poder em “Economia e Sociedade”, apresenta a explicação com um conjunto de definições em que incorpora a explicação sobre “ação social” e as categorias analíticas de dominação e

⁴⁴ Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais ao Estado (WEBER, 1967, p. 57).

resistência. De modo geral, pode-se inferir que o poder, para o autor, é a relação social em que existe a probabilidade de “impor” o seu objetivo, mesmo que contra a vontade de outro ator, ou seja, dada a relação entre dois atores um impõe sobre o outro (pode haver ou não resistência) o seu interesse e nesse movimento de dominador e dominado deu-se o conceito de poder. Observe o Quadro 2, no qual sistematizamos aspectos da teoria de Weber envolta ao poder.

QUADRO 2 - A complexidade da teoria de Max Weber

Pensador/Obra	Estado de Natureza	Estado Social	Poder
Weber/Ciência e Política, e, Economia e Sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> - vida; - racionalidade; - força. 	<ul style="list-style-type: none"> - política; - regulamentação das instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> - o poder é gerado na ação; - flexível; - onde há poder há resistência e dominação (legal-racional, tradicional e carismática)

Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Além de poder, conforme consta no Quadro 2, para o autor a ação social se dá na mediação do poder, sendo essa uma relação de dominação. No entanto na maioria das vezes a dominação acontece sem que seja percebida pelos atores ou grupos dominados, como Weber salienta:

Num número extraordinariamente grande de casos, a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social (WEBER, 1999, p.187).

Assim, pode-se observar que a dominação é realizada mediante o movimento racional das relações sociais, isso significa que a dominação por si só

não se fundamenta caso ela não venha acoplada à intencionalidade do ator que a executa, nesse mesmo sentido Weber explicita, a

[...] “dominação” [compreenderemos], então, aqui, [é] uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominado tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência”) (WEBER, 1999, p.187).

Essa relação entre dominados e dominadores ou no estado de mando e obediência se efetiva na ação social, porém a dominação é um tipo especial de poder. Ainda segundo o autor, a “Dominação, no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, pode apresenta-se nas formas mais diversas” (Weber, 1999, p.188). Entre as formas, Weber indica a existência de três tipos de dominação, de caráter: legal-racional; tradicional e carismático.

A dominação de caráter legal-racional é aquela que tem como fundamento a aplicação das leis, decretos, normativas, ou seja, tudo aquilo que o Estado criou como “moral” ao modo de organização da vida em sociedade, nesse caso, para o autor, a “burocracia” é o elemento que intermedia a dominação, dessa forma. O poder de “dominação” é assegurado perante documento. Já a dominação com caráter tradicional, é fundamentada na moralidade e fidelidade relacional entre aos governantes e governados, o patriarcalismo é um dos exemplos. E a dominação carismática, a mais abstrata de todas, está vinculada ao entendimento de que há relações de domínio puramente por afetividade, em que há construção de que o dominador continua dominar por exercer o papel exemplar, a quem obedece, geralmente constrói a visão de ator inquestionável.

Nesse sentido, observa-se que ao tratar o poder, Weber correlaciona-o com a Dominação, por isso aparece eminentemente no conjunto das relações humanas, nas quais há necessidade da existência da figura do dominador e do dominado. Além desse autor, fez-se importante o estudo sobre as contribuições de Hannah

Arendt, que além de considerar o poder como elemento (teoria a qual optamos para essa tese), inclui em suas análises a potência, a força e autoridade como elementos indissociáveis a ação humana.

1.2.3.2 Hannah Arendt e a “Condição Humana”

A tentativa de explicar o poder pelo uso da violência ou da não-violência, da dominação ou da não-dominação, no geral com o uso da força, aparece nas formulações de Hobbes, Locke, Rousseau e Weber, mesmo em contextos diferentes, todas as discussões encontradas até o momento tem como base o exercício do poder mediante o seu aspecto de contrariedade. Outra autora que se debruçou sobre esse conceito foi Hannah Arendt⁴⁵ ela viveu entre o período de 1906 – 1975, uma característica pessoal que pode ter influenciado na construção do seu pensamento foi o fato desta ser alemã, judia e exilada.

Para muitos autores, ao falar de Hannah Arendt, é impossível não realizar uma correlação com as condições políticas e históricas que a autora vivenciou na Alemanha. Para Augusto (2013, p. 18) “As análises que Arendt produz nesse período do exílio (1933-1951) carregam a marca da contingência, reconhecem o caráter instável e provisório dos juízos históricos”.

É necessário, ainda, salientar que parte de suas reflexões só foram possíveis dada a fidelidade acadêmica entre Arendt e Jaspers⁴⁶ para Augusto (2013, p. 25-27) a carta escrita em 1º de janeiro de 1933, “sinaliza a posição de Arendt em relação à situação política europeia, nesse período, ainda sem retornar para Alemanha, a pensadora debateu com Jaspers o problema da identidade alemã, que

⁴⁵ Estudou na Universidade de Marburg, sob a orientação de Martin Heidegger, Nicolai Hartmann e Rudolf Bultmann. Mais tarde em Freiburg tem como mestre Edmund Husserl. Termina o seu percurso na Universidade de Heidelberg, onde se forma em 1928, sob direção de Karl Jaspers, com a tese: O conceito de amor em Santo Agostinho. (ARENDR, s/a, fl. 1)

⁴⁶ Karl Jaspers (1883-1969) foi orientador de Hannah Arendt e tornou-se cúmplice dos seus pensamentos.

tinha o nazistas ao poder”. Silva (2008), destaca que esse debate só aconteceu após a publicação do livro de Jaspers sobre Max Weber.

Outra carta destacada por Silva (2008) e que diz respeito ao vínculo estabelecido entre o pensamento de Arendt com os já elaborados por Weber, está presente no relato do sonho de Jaspers. Diz que Jaspers “[...] teve um estranho sonho em que ele e Arendt estavam na casa de Weber e conversavam com ele” (SILVA, 2013, p. 31). Este teria sido o maior motivador de Arendt ao realizar a releitura de Weber em 1950. Duas obras importantes, nesse contexto dos estudos sobre o poder é “A condição humana e Sobre a Violência”, publicada, respectivamente, em 1958 e 1969.

A obra “A condição humana” está dividida em seis partes, a primeira intitulada em “A condição humana”, apresenta inteiramente os seus objetivos, na primeira linha do texto, em que descreve a busca por compreender a expressão *vita activa*, que corresponde ao designo de três atividades humanas, para ela, fundamentais: labor, trabalho e ação. O labor, é considerado pela autora como a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, aquilo que é natural, que não depende do convívio social, isto é, “[...] labor é a própria vida” (2007, p. 15). Ao tratar do trabalho, a pensadora faz correlação com o artificialismo, para ela o trabalho está vinculado à forma como os homens realizam uma ação com a finalidade de transformar aquilo que é natural em um “mundo artificial de coisas”. E a ação, “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade⁴⁷” (ARENDR, 2007, p. 15). Nesse sentido, a ação é uma condição humana e toda condição humana tem alguma relação com a política.

O fato de Arendt indicar a pluralidade como condição humana, demonstramos que a autora está considerando as multiplicidades e que reconhece que há diferença entre os próprios homens. No entanto, essas três atividades humanas que correspondem à *vita activa* estão imbricadas ao entendimento de vida e

⁴⁷ A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir.

morte/natalidade e mortalidade. Porém, a condição humana não é o mesmo que natureza humana, essa última é mais simples, pois a natureza é aquilo que é natural, que não depende dos homens, já a condição humana é relativa aos elementos que os homens julgam necessário à vida. Na “condição humana” podemos afirmar que é a categoria de análise que envolve a observação dos homens e tudo aquilo que ele criou para se fazer homem em sociedade. Arendt ao diferenciar a natureza da condição humana, utilizou o seguinte exemplo: “[...] uma emigração dos homens da Terra para algum planeta. Tal evento, já não inteiramente um possível, implicaria em que o homem teria que viver sob condições, feitas por ele mesmo, inteiramente diferente daquelas que a Terra lhe oferece” (ARENDR, 2007, p. 18), assim, a autora nega a necessidade de uma condição meramente natural. Com a expressão “*vita activa*” diz ter recebido influências dos pensadores, tais como Sócrates, Marx, Aristóteles e Agostinho, para ela essa expressão perpassa o tradicionalismo científico, quando esses consideravam os modos de vida e a liberdade dos homens.

Na lógica de Hobbes, Locke e Rousseau, podemos afirmar que o Estado natural corresponde ao que Arendt elabora como natureza humana, o Estado civil correlato à condição humana e, conseqüentemente, a irracionalidade e racionalidade de Weber. No entanto, nenhum desses clássicos demonstra facilidade ao incorporar a forma como os homens vivem politicamente. No caso específico de Arendt, cria o texto “*O Homem: Animal Social ou Político*”, nesse trecho da obra a autora diz que existem no mundo as coisas e os homens, e só existem na medida em que a atividade humana possa os ter produzido, portanto o próprio homem é produto dele mesmo, isto é, essa produção nada mais é do que o vínculo estabelecido pelos homens de forma política e social. A autora considera que por mais selvagem que possa viver um homem, provavelmente ele não passará a vida toda sem ter conhecido e estabelecido relações com outro homem. As atividades demonstradas como *vita activa* não podem ser vista disvinculada da vida em sociedade. O labor, o trabalho e a ação dependem da vida social, sem a sociedade, essas atividades perderiam o sentido, visto que cada uma delas tem a sua objetividade.

De maneira geral, a autora retoma o estudo sobre o pensamento grego e reinterpreta ao repensar as características ao envolvimento do termo social,

[...] a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a [essa] associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, <além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*>. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*kainon*) (ARENDDT, 2007, p. 33).

Ainda, no sentido de dialogar sobre a capacidade de organização política, Arendt considerou o fato de o homem viver na esfera da *polis*, “[...] ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*” (ARENDDT, 2007, p. 35). É justamente a partir deste ponto, no texto, que a autora faz uma crítica ao pensamento de Locke, Hobbes e Marx, observe: “A política não podia, em circunstância alguma, ser apenas um meio de proteger a sociedade – uma sociedade de fiéis, como na Idade Média, ou uma sociedade de proprietários, como em Locke, ou uma sociedade inexoravelmente emprenhada num processo de aquisição, como em Hobbes, ou uma sociedade de produtores, como em Marx [...]” (ARENDDT, 2007, p. 40).

A maior diferença entre Hobbes, Locke, Rousseau e Marx em relação aos estudos de Arendt é a forma como a autora entende o movimento humano de construção histórica da sociedade e, ainda, diferencia-se de Weber por tratar a ação e não a racionalidade como elemento central. O poder está vinculado à análise sobre a Ação, mas antes mesmo de destacar as características do pensamento de Arendt sobre a Ação, é necessário destacar que para a autora toda ação é uma condição humana, como já dito, porém toda condição humana é relacional e, com isso, política. Justaposta a ação humana, deve-se considerar a pluralidade/alteridade, pois ao mesmo tempo em que deve-se considerar a pluralidade, obrigatoriamente deve-se visualizar quais os condicionantes estruturais

de alteridade. Para isso é necessário distinguir o porquê há diferença entre um ator e outro, quando se trata da pluralidade da ação.

Na relação humana, a alteridade só existe, segundo Arendt (2007), nas relações inorgânicas, isso porque na relação orgânica, esses são apenas homens da mesma espécie. O que indica a diferença entre os homens são as ações realizadas por eles mesmos. A alteridade, portanto, é uma condição social na qual um homem por meio do discurso⁴⁸ e da ação se distingue de outro. Para Arendt:

[...] a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra atividade da *vita activa*⁴⁹ (ARENDR, 2007, p. 189)

Para a autora, nós nascemos (corpo físico), mas ao agir é como se nós tivéssemos vivendo um segundo nascimento, a ação e o discurso estão muito próximos, são condicionantes para começo de uma vida social. A ação para Arendt é sempre inesperada, isso porque estamos tratando de homens dotados de pluralidade, “[...] significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular [...]” (ARENDR, 2007, p. 191).

Assim, a construção teórica da autora nos permite afirmar que onde há ação e discurso, há consolidação do “espaço da aparência⁵⁰”, espaço esse que não é fixo, nem rígido, ele só existe no momento em que a ação humana é efetivada, sendo,

⁴⁸ Entendemos que o discurso destacado por Arendt e que qualifica a ação humana, deve ser compreendido como qualquer forma de comunicação.

⁴⁹ Os homens podem viver sem labor e trabalho, porém não sem ação.

⁵⁰ “O poder preserva a esfera pública e o espaço da aparência e, como tal, é também princípio essencial ao artifício humano, que perderia sua suprema *raison d'être* se deixasse de ser o palco da ação e do discurso, da teia dos negócios e relações humanos e das histórias por eles engendradas”. (ARENDR, 2007, p. 216)

portanto, precedente a qualquer organização pública. Ao se referir aos tipos de organização pública, a autora considera como sendo aquela em se constituiu formalmente por meio de leis e normativas consolidadas nas ações humanas.

Contudo, a organização da esfera pública não é exclusivamente a única forma de organização política, pois “[...] é o poder que mantém a existência da esfera pública” (ARENDR, 2007, p. 211). Assim, contrário dos espaços produzidos pelo trabalho e labor, o espaço da aparência é constituído por meio da ação, sem necessariamente se materializar em objetivos, onde há reunião de homens têm ação, se tem ação potencialmente esse é um espaço, no entanto, da aparência por sua vulnerabilidade do movimento relacional entre os homens.

Ao exemplificar os espaços da aparência, Arendt relatou sobre a ascensão e decadência de civilizações, “[...] o declínio e o desaparecimento de impérios poderoso e de grandes culturas sem o concurso de catástrofes externas – e, na maioria das vezes, essas <causas> externas são precedidas por um degenerescência interna que é um convite ao desastre” (ARENDR, 2007, p. 212).

Com isso, a autora salienta esse movimento de destituição do “Espaço da Aparência”, nada mais é do que a perda do poder. Para a autora o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva, diferentemente dos objetos de violência, por isso poder não é violência, só existe na efetivação da ação humana. Contudo, o mais complexo, ainda, é que o poder está presente na ação e no discurso, ao mesmo tempo em que o discurso efetiva o poder a ação é também o poder. Para Arendt (2007), o poder só se efetiva quando as palavras e os atos, não são vazias nem tampouco brutais e que possam revelar uma dada realidade, criando com isso novas realidades.

O poder é potencialmente poder, um contraponto da autora a Hobbes, é no sentido de que o poder, “[...] não é uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força”. Para a autora, a força está na condição de qualidade natural de um indivíduo qualquer, já o poder só existe na relação entre os homens e, ainda, quando esses agem juntos e desaparece no instante em que eles se dispersam. Nesse caso, Arendt considera que o poder só se potencializa com o movimento de

um determinado grupo, descarta a possibilidade de um indivíduo “ter” poder, porque o poder tem sua origem na mediação com o outro indivíduo.

Mesmo que aparentemente abstrato, para entender o conceito de poder, considerando as contribuições de Hannah Arendt, é necessário a interdependência desse conceito com alguns fatores materiais, sendo esses representados por números ou meios. Em relação aos números é certo que em uma disputa entre dois grupos o número de indivíduos que o compõe não determina a potência do poder do grupo. Contudo, observe o mesmo exemplo em organizações distintas: supondo que exista dois grupos, um grupo pequeno (em relação ao número de indivíduos que o compõe) que sistematicamente organizados efetivam o exercício do poder sobre outro grupo com maior número de indivíduos; mas se apresentarmos a mesma exemplificação em processos políticos democráticos, o maior número de pessoas representa o desejo da maioria e, conseguinte, efetiva a geração do poder apenas por representar o grupo majoritário.

O único fator material indispensável para a geração do poder é a ação humana, porém limitada na existência do outro indivíduo. A autora considera o poder como um elo que mantém as pessoas unidas (ou organizadas) e, quanto mais próximos e dependentes um do outro, maior é a cristalização do poder na ação. Portanto, para Arendt (2007), a aproximação de um indivíduo com outro potencializa o poder, por outro lado, no momento em que uma pessoa se isola, por qualquer motivo que seja, ela está renunciando ao exercício do poder.

Assim a interdependência material da geração do poder é representada também pelos meios, pois eles são as formas nas quais o grupo em atividade percorre para gerar o poder. Segundo Arendt, um tipo de meio para gerar o poder é o uso da violência “Mas, [se] a violência é capaz de destruir o poder, jamais pode substituí-lo. Daí resulta a combinação política, nada incomum, de força e impotência [...]”. “[...] A violência pode destruir o poder com mais facilidade do que destrói a força” (ARENDR, 2007, p. 214-215).

Nesse sentido, Arendt (2007) afirma que o poder pode ser destruído pela violência, mas a violência não resulta na “conquista” pelo poder. Anteriormente,

Arendt já nos tinha salientado que a força está presente no estado natural do homem, porém ao aproximar a violência da força, é possível evidenciar que há proximidade epistemológica da força com a violência, e, assim, postula um distanciamento ainda maior entre a força e a violência do poder. Contudo, a autora afirma que geralmente o uso da violência é mais corriqueiro quando o grupo percebe que está perdendo o poder, com isso o poder ao mesmo tempo que é gerado na ação é, também, com a própria ação que este é destruído.

Com essa leitura é possível concluir que a geração de poder para Arendt, parte inicialmente do pressuposto da pluralidade da condição humana, contudo o poder só existe quando há uma reunião ou organização de pessoas, quando indivíduos isolados renunciam o poder. Porém, é na ação humana, caracterizada pela heterogenidade do grupo, que o poder se efetiva. Para sistematizar essas informações foi construído o Quadro 3, observe:

QUADRO 3 - A complexidade da teoria de Hannah Arendt

Pensador/Obra	Estado de Natureza	Estado Social ou Condição Humana	Poder
Arendt/A condição humana	<ul style="list-style-type: none"> - vida; - liberdade; - força. 	<ul style="list-style-type: none"> - política; - <i>vita activa</i> (trabalho, labor e ação). 	<ul style="list-style-type: none"> - o poder é gerado na ação, é totalmente distinto da força e da violência, porém possui sua potência e em diversos tipos de organização possui uma autoridade;

Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Com esse Quadro é possível compreender, que além do conceito de poder, há uma correlação existente entre os conceitos de potência, força, autoridade e violência, suas distinções permite que se avalie a teia de elementos indissociáveis do amadurecimento epistemológico de poder. Verificou-se, também, que Hobbes, Locke, Rousseau e Weber foram importantes na análise de Arendt, esse último, é o

mais relevante, seja na negação apontada em alguns trechos, já apresentados, seja no tornar mais intenso as análises dos pensadores clássicos.

1.2.3.3 O poder: o pensamento de Dahl, Bobbio e Raffestin

O destaque dado a esses três autores é de suma importância para os estudos da Geografia do Poder, tendo em vista que suas reflexões estão pautadas nas relações sociais centralizadas sob o olhar nas transformações que as relações de poder concretizam no território. Especificamente, neste trabalho, Dahl, Bobbio e Raffestin representam parte da evolução histórica e epistemológica do conceito de poder, nesse sentido segue a leitura e reflexão dos mesmos.

Robert Dahl⁵¹, um dos cientistas estudados durante este levantamento bibliográfico, é um dos profissionais que dedicou parte de sua vida acadêmica nos estudos sobre o poder. Professor de Ciência Política, da Universidade de Yale, contribuiu significativamente para esta pesquisa ao levantar o questionamento sobre “O que é poder?”. Ao indagar, na introdução do seu trabalho intitulado, “*The concept of power*” publicado em 1957, traz à tona a complexidade do conceito. Para o referido autor, o conceito de poder é antigo e ambíguo, são inúmeros os cientistas sociais que se atentaram a desvendar o poder e os fenômenos associados a este. Para o pesquisador, é possível elencar alguns nomes, entre os quais se destacam: Platão, Aristóteles, Nicolau Machiavel, Thomas Hobbes, Vilfredo Pareto, Max Weber, conforme descrito:

Because of this, the concept of power is as ancient and ubiquitous as any that social theory can boast. If these assertions needed any documentation, one could set up an endless parade of great names from Plato and Aristotle through Machiavelli and Hobbes to Pareto and Weber to demonstrate that a large number of seminal social Theorists have devoted a good deal of attention to power and the phenomena associated with it. (DAHL, 1957, p. 201)

⁵¹ O cientista viveu no período entre 1915-2014.

Para Dahl, que recebeu influência de Floyd Hunter, Wright Mills e Peter Bacharach durante o aprofundamento teórico de suas obras, é necessário observar a singularidade existente nas relações de poder com outras relações que resultam em conceito significativamente prioritários aos estudos sobre poder, em diferentes idiomas e interpretações. E, ainda, em relação às singularidades com os conceitos de: influência, controle, potência e autoridade.

Doubtless it would be easy to show, too, how the word and its synonyms are everywhere embedded in the language of civilized peoples, often in subtly different ways: power, influence, control, pouvoir, puissance, Macht, Herrschaft, Gewalt, imperium, potestas, auctoritas, potentia, etc. (DAHL, 1957, p. 201)

Nesse sentido, entende-se que a singularidade, na língua portuguesa, entre o poder, influência, controle, potência e autoridade, existe e estão imbricados uns aos outros. Isso pode ser visto da seguinte forma: o poder é exercido na medida em que ele possa promover a influência sobre o outro (ator e/ou grupo) em sua ação. A influência realizada sobre o outro determina o controle, isso em uma relação influência e determina o limite de atuação do outro, no sentido de que a ação de um ator em relação ao outro só pode atingir um determinado ponto. Cada relação de poder tem sua potência, nesse caso a potência deve ser compreendida, como o elemento no qual se atinge o ápice relacional, até onde o poder de influenciar, controlar o outro pode atingir. E com isso, a efetivação da autoridade sobre o outro.

Para Bobbio (1987), o conceito de poder deve ser considerado conforme as abordagens de Dahl, ou seja, a relação em que os atores estabelecem na mediação da indução, sendo um ator induzido por outro a atuar socialmente de forma anteriormente não atuada. Assim sendo, o poder é constituído na mediação relacional entre o ator dominado e o ator dominador, ao ponto de que essa atuação estrutura um determinado grupo.

Sob essa lógica organizacional de origem ao conceito de poder, Dahl aponta uma definição para o poder, *“My intuitive idea of power, then, is something like this: “A has power, over B to the extent that he can get B to do something that B would not otherwise do” (DAHL, 1957, p. 202).*

A definição exposta permite compreender que o poder é exercido numa relação desigual entre atores A x e B, sendo um o dominador e o outro o dominado. Nessa perspectiva, pode-se concluir que a relação de poder entre um ator e outro é assimétrica, isto é, um está em oposição ao outro, mas numa mesma relação. Ao representar essa definição de Dahl construímos o Quadro 4:

QUADRO 4 - Definição de poder de Dahl

Pensador/Obra	Estado de Natureza	Estado Social ou Condição Humana	Poder
Robert Dahl/ The concept of power	<ul style="list-style-type: none"> - vida; - liberdade. 	<ul style="list-style-type: none"> - influência; - controle; - potência; - autoridade. 	- o poder acontece no movimento/ação de interesses de um ator em relação ao outro.

Org. OCON, D. C. M. 2015.

Por meio do Quadro 4 é possível visualizar que o movimento da relação de A com B, estão em sentidos opostos, cada um ao encontro do seu grau de interesse. No momento em que os interesses se encontram, o próprio movimento contrário da ação leva-o a conflitar, isto é, há um choque de interesses, fazendo com que o exercício do poder resulte significativamente no grau de confluência entre influência/controla/potência/autoridade da ação do poder exercitada de A sobre B.

O autor Sánches, espanhol que dedicou parte de sua vida acadêmica aos estudos sobre a transformação social do espaço geográfico, traz em sua obra “*La Geografía y El Espacio Social del poder*”, considerações sobre a centralidade analítica imbuída nas reflexões do espaço como produto social, mais expressivamente sobre a observação do próprio homem, conforme destaque:

Es el hombre en <la producción real de su existência> el que me interesa por sí mismo y también por cuanto a través de esta <producción> convierte el espacio geográfico em umespacio social a lo largo lucha de dos elementos – el hombre y el espacio – com el tempo como espectador de la historia. (SANCHEZ, 1981, p. 9).

Essa fundamentação permite-nos afirmar que *a priori* de qualquer relação de poder, há o compromisso de repensar a própria necessidade construída pelos homens em sociedade, sendo “*El espacio es el campo de la realidad sobre el que trabajan los geógrafos. Este espacio engloba todas las relaciones sociales y humanas, y todos los hechos físicos que se hallan a nuestro alcance están contenidos en él*” (Sánchez, 1981, p. 21). Nesse sentido, o autor parte da hipótese de que a articulação do espaço social não é um resultado nem aleatório nem determinista. Para o cientista, o que existe é uma interdependência entre o meio físico como necessidade, atuação e estrutura do poder, e, conseqüentemente, os interesses territorializados constitui-se “*el espacio social del poder*” (Sánchez, 1981).

Sendo assim, objetivado na investigação em “[...] *buscar las relaciones que existen en un área determinada de la realidad, el espacio, a fin de ver caules son las regularidades que lo infoman, las variables que interviene y el ligamen y la dependencia que existe entre ellas, sea éste nulo, mutuo, dominante o subordinado*” (SANCHÉZ, 1981, p. 14).

Essa reflexão permite-nos realizar algumas ponderações para a análise do objeto de pesquisa em questão. Ao entender que o espaço geográfico, objeto de estudo dos geógrafos, é constituído por relações sociais, podemos afirmar que as relações sociais são estabelecidas mediante à necessidade de cada período histórico, como destacado no parágrafo anterior. No entanto, essas necessidades estão vinculadas aos interesses de cada grupo em períodos históricos distintos. Sendo assim, apresentam-se três eixos de discussão central na análise sobre os Grupos de poder: primeiramente, o espaço geográfico essencialmente social; posteriormente, o tempo histórico como requisito de representatividade das necessidades; e as próprias necessidades dado o interesse de cada Grupo de poder.

Ainda sobre o conceito de poder, Barracho (2008) em sua tese de doutoramento intitulada “Estratégias de poder e autoridade em contextos sócio-políticos diferenciados”, apresenta várias definições de poder, das clássicas as mais

contemporâneas. No entanto, destaca que cada definição foi estruturada mediante o objeto e o método de pesquisa utilizado, para o autor, as interpretações sobre o conceito de poder estão amparadas em diferentes abordagens, considerando centralidade nas visões de cunho social, econômico, política e filosófica.

Nesse sentido, Barracho (2007) contextualiza a origem da discussão acadêmica sobre o conceito de poder atrelado aos movimentos paradigmáticos das ciências, conforme citado:

A Economia, devido ao seu interesse pelas questões da pobreza e da riqueza dos povos e das nações, debateu também as questões do poder. No século XX, devido ao desenvolvimento do estudo das relações interpessoais, estendeu-se ao domínio da Psicologia, em particular da Psicologia Social e das Organizações. Para a Ciência Política, tornou-se um conceito-chave, a compreensão, interpretação e categorização dos estudos sobre o poder, nos mais diversos níveis sociais, em particular dos grupos políticos, das relações internacionais e da geo-política.

Construíram-se, assim, teorias e modelos explicativos deste fenómeno, com a finalidade de se encontrarem denominadores comuns e metodologias práticas, estabelecendo-se abordagens científicas, cujo rigor, permitiu constituir e desenvolver uma nova disciplina académica. (BARRACHO, 2007, p. XI)

Sobre as definições existentes, Barracho (2007, p. 228) destaca “[...] as mais invocadas num contexto que considerámos de modernidade no domínio das organizações”, entre as quais destaca-se a definição já apresentada neste trabalho, elaborada por Dahl, além das organizadas a seguir⁵²:

⁵² O destaque apresentado a seguir é apenas uma forma de sistematização dos conceitos, no entanto não simplifica a complexa análise elaborada pelos pensadores.

QUADRO 5 – Síntese das definições de poder

Autor/Ano	Definição
Max Weber/1947	Probabilidade de um ator numa relação social estar em posição de executar a sua vontade não obstante as resistências.
Robert Dahl/1957	A exerce poder sobre B na medida em que consegue que B faça algo que de outro modo não faria.
Hannah Arendt/1958	O poder resulta da capacidade humana em agir e discursar.
Claude Raffestin/1993	O poder é a parte intrínseca de toda relação.
Norbert Bobbio/1998	Em seu significado mais geral, significa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos.

Org.: OCON, D. C. M. 2015.

Ao analisar as definições apresentadas no Quadro 6, verifica-se duas principais singularidades como centro da discussão: primeiro, os autores consideram o poder algo que surge na relação; segundo se há relação existe, portanto, dois ou mais atores e/ou grupos. Faz-se necessário que destacar que Max Weber salienta a existência da resistência, isto é, A atua na medida em que a resistência de B perdeu a sua potência de contrariedade, da mesma forma como ilustramos no Quadro 5, o choque de interesses estabelece o próprio limite de atuação de cada ator, seja ele na dominação ou até mesmo ao ser dominado.

Ainda, Sánchez (1981) considera que, em sentido amplo, Marx Weber associa o conceito de poder com o de obediência, já que existe uma correlação entre os dois conceitos. Para o autor, existem várias instâncias de atuação do poder, no entanto, ao estudá-las é necessário estudar os critérios de interesses de atuação de cada ator ou grupo, segundo ele, essa visão weberiana, presume compreender que a obediência existe na relação de um ator em relação ao outro, no entanto, é

necessário haver força e aceitação. Assim, se um grupo atua com o exercício da força a disputa é estruturada ao passo em que o grupo oposto aceita ou contraria.

Assim, o poder só existe nas relações, por isso se não há envolvimento do Grupo 1 com o Grupo 2, é porque não há relação e, conseqüentemente, não existe poder. Todavia, no momento em que o Grupo 1 inicia o contato com o Grupo 2 (sem adentrar as intenções e as finalidades que estes tiveram ao se relacionar) a forma operacional como estes se relacionam é condicionada ao exercício da força e da aceitação, sendo assim, um grupo de poder só atua quando há possibilidade de exercer a força e, dessa forma, territorializar o poder.

Sob essa mesma lógica, Raffestin realiza a seguinte afirmação:

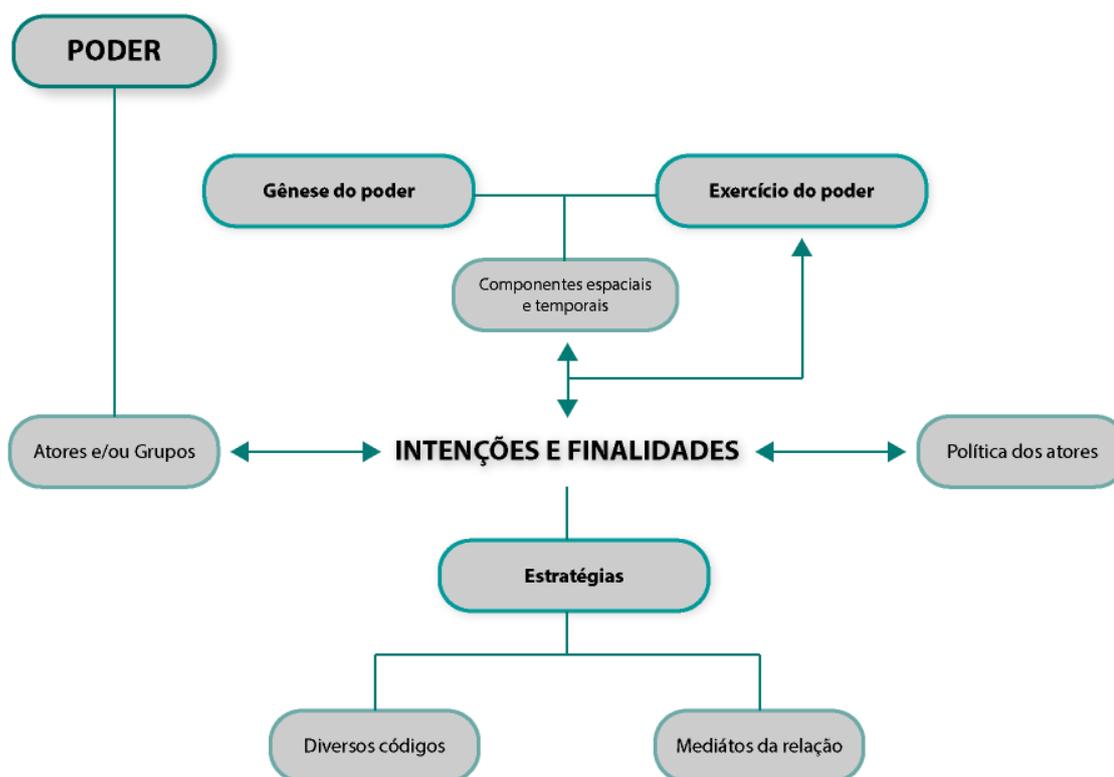
O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. Para compreender isso, pode-se recorrer à imagem do ímã e dos fragmentos de limalha que se orientam e assinalam linhas de força. O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Ao considerar os grupos de poder analisa-se que estes são formados por atores que se articulam por diferentes interesses, em um grau de dependência relacional com o período histórico vivido. Cada grupo é particularmente resultado do exercício do poder na relação estabelecida com o outro, essa relação tem seus limites, territorializando, com isso, os lugares. Para Sánchez (1981) a origem do poder está vinculada à prática social que determina o exercício do poder em diferentes escalas, sendo essas bases para a atuação das instituições, tais como: a família, os meios de comunicação, sociedade civil organizada, de ensino, meio ambiente, justiça e outras. Ainda, o autor considera que a atuação do poder resulta da estrutura social, pautada em cada modo de produção social em que sua gênese e exercício possam ser interpretados de várias maneiras.

Para compreender as condicionantes sobre gênese e exercício do poder relacional, é necessária uma análise de atuação dos grupos, pois a essência de

origem e disputas/concordâncias entre os atores que compõe um Grupo de poder é basicamente estruturada na necessidade lógica para sua sustentação, podendo esta ser econômica, ideológica e política. Há de se considerar, também, que os interesses de atuação de um determinado Grupo pode se sustentar em diferentes lógicas, isto é, o interesse não é rígido ele se transforma ao passo que o exercício do próprio poder se territorializa, conforme ilustrado no Organograma 2.

ORGANOGRAMA 2 - Gênese e Exercício do poder



Org.: OCON, D. C. M. 2015.
Software: Adobe Illustrator CC 2015

Entende-se que há complexidade nos estudos sobre a gênese e o exercício do poder. Ao realizar a leitura do Organograma 2 é possível refletir primeiramente que: o poder está eminentemente estruturado nas relações dos atores e/ou Grupos; esse é manifestado por meio das intenções e finalidades de suas ações; e, portanto, as intenções e finalidades da atuação dos atores e/ou grupo estão vinculadas às políticas dos atores de poder. A gênese do poder é determinada por meio dos componentes espaciais e temporais, imbricado ao exercício do poder.

Tanto a gênese quanto o exercício do poder são estruturados mediante as intensões e finalidades de atuação dos atores e grupos, por meio de suas estratégias de dominação. Nesse mesmo sentido Raffestin, (1993) considera o poder relacional, colaborando com Sánchez, ao discorrer sobre as dificuldades dos estudos sobre a abordagem relacional. Dessa forma, podemos entender que os enigmas da relação social estão justamente na sobre posição do entendimento da estrutura social.

Para o autor, as relações não são simples de ser analisadas uma vez que essas têm sua essência na maioria do tempo de forma multilateral. Para Raffestin, os elementos constitutivos da relação são:

“[...] os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades –, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação”. “Enquanto o poder faz parte de todo o processo relacional” (RAFFESTIN, 1993, p. 38).

É necessário, ainda, considerar que os atores de que tratamos, são os atores de poder, organizados ou não em grupos; a política dos atores está estabelecida nas formas de atuação na relação com outro ator ou grupo; os mediados são considerados os elementos que estão presentes interna e externamente na relação e; os códigos são a linguagem e todos os símbolos elaborados na relação de construção do território. É neste sentido que a complexidade de atuação dos atores e grupos adquire a noção multilateral.

A leitura de Sánchez (1981) e de Raffestin (1993) permite-nos outras reflexões para compreender a origem do poder. Raffestin (1993) ao tratar sobre a origem do poder, utiliza cinco proposições, as quais haviam sido elaboradas por Foucault (1976)⁵³, Raffestin (1993) foi categórico elencando todos esses itens, os quais seguem numerados:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;

⁵³ Sabe-se que o recorte teórico-metodológico, aqui apresentado, não está vinculado as formas como Foucault tratou o poder, porém ao construir a abordagem de territorialidade.

2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Neste sentido, não há uma ordem hierárquica para o surgimento do poder, pois esse depende da forma como as relações se estabelecem e são mutáveis, ou seja, não são rígidas e, ao mesmo tempo em que um grupo de poder garante o seu interesse, por qualquer motivo de negociação pode submergir em outras condições. Essas cinco proposições destacadas são defendidas por Raffestin (1993) ao longo de todas as suas obras, isso porque o autor considera que a atuação de atores sintagmáticos é estrategicamente pensada e a ação depende do projeto inicial à tomada das intencionalidades e finalidades.

Estes trunfos são trabalhados por Raffestin (1993) numa relação na qual ocorrem disputas pelos quais o poder pode “adquirir” (no sentido de controlar e dominar), sendo hierarquicamente organizados em população, território e recursos. Neste estudo, o conflito sobre a posse do território pode ser negociada mediante os recursos financeiros disponibilizados. Para compreender essa complexidade que envolve a relação entre dominados e dominadores, Raffestin (1993) faz referência à “teoria dos jogos” que, de maneira geral, foi formulada na matemática para explicar a relação entre jogadores e, posteriormente, adequada às ciências sociais.

Giddens (1998) considerou que Parson desenvolveu significativas considerações sobre o poder. Porém, Giddens (1998) faz críticas dizendo que a natureza do poder não pode estar condicionada aos jogos de “soma zero”, no entanto, isso foi um engano e parcialmente divulgada na obra de Wright Mills (A elite do poder, 1956), que salienta “[...] de acordo com Parson, essa concepção tendia a gerar uma perspectiva a partir da qual todo exercício de poder apareceria como servidor de interesses parciais” (GIDDENS, 1998, p. 242).

Sendo assim, levanta-se uma problemática de ordem teórica no sentido de que se estamos falando de disputas realizadas no estabelecimento do poder entre grupos, temos que considerar o trunfo que o poder pode gerar, isto é, o que a relação estabelecida na disputa ou concordância pode ter como consequência. Desse modo, internamente, os interesses ideológicos, políticos e econômicos são marcados por poderes estabelecidos entre os grupos, mas o jogo que permanece entre as disputas dos dominados e dominadores está presente na relação e não necessariamente na origem do poder.

Assim, esse fato significa que o poder pode ser originado mediante as características que não necessariamente levam ao trunfo e, assim, os jogos de “soma nula” ou “soma zero” apresentam-se “[...] no sentido de que se uns perdem, outros ganham. São casos extremos, bem mais raros do que geralmente se possa pensar. Na realidade, os jogos de soma não nula são bem mais frequentes[...]. Na verdade, as relações são, na maioria das vezes, semelhantes a jogos de soma não nula” (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

Além dessa caracterização sobre a origem do poder e a dimensão que as relações assumem com a intencionalidade de obtenção dos trunfos do poder a partir de Raffestin, utilizamos, ainda, a obra de Bobbio, na qual é possível realizar a releitura dos clássicos apontados, e observar como cada autor contribuiu para evolução do pensamento científico sobre o poder.

Para tratar do conceito de poder, Bobbio destaca que, na construção filosófica, o poder aparece na intermediação da explicação entre a Política e o Estado e, para explicá-lo existem “[...] três teorias fundamentais: a substancialista, a subjetivista e a relacional” (BOBBIO, 1987, p. 77). Nessa perspectiva, o autor ainda salienta que,

Nas teorias substancialistas, o poder é concebido como uma coisa que se possui e se usa como um outro bem qualquer. Típica interpretação substancialista do poder é a de Hobbes, segundo a qual “o poder de um homem... consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro” [1651, trad. It. p. 82]. Que estes meios sejam dotes naturais, como a força e a inteligência, ou adquiridos, como a riqueza, não altera o significado

precípua do poder entendido como qualquer coisa que serve para alcançar aquilo que é o objetivo do próprio desejo (BOBBIO, 1987, p. 77).

Para Bobbio o poder é analisado por Hobbes (2000), na medida em que relaciona a sua análise com tipos de Governos. Para Hobbes (2000) é por meio da Monarquia, que destaca o poder nato ao governante, pois aquele que governa nasce com o poder de governar o território, já na Democracia o poder do Estado é transferido ao governante mediante a “conquista” dos votos.

Além de Hobbes, Bobbio (1987) considera Russell substancialista. O autor destaca que Russell (1938), considera que o poder consiste na “produção dos efeitos desejados” e pode assumir, enquanto tal, três formas: poder físico e construtivo, poder psicológico, e poder mental. Essas formas de poder estariam representadas nas relações humanas de tal forma que se materializariam na atuação do poder militar, das ameaças e da persuasão.

Assim, Hobbes e Russell, são considerados, por Bobbio, substancialistas por teorizarem o poder enquanto fenômeno de diferentes origens, sendo que os dois autores, mencionados por Bobbio, apresentam diferentes formas de análise da estruturação do poder perante à sociedade. No primeiro caso, consideram-se as formas natural e adquirida, como já destacada neste trabalho e, no segundo caso, as formas física e construtiva, psicológica e mental.

Já a interpretação realizada por Bobbio (1987, p. 77), quando se refere às teorias de Locke, afirma que esta é caracterizada por ser tipicamente subjetivista, pois este entende por poder “[...] não a coisa que se serve para alcançar o objetivo mas a capacidade do sujeito de obter certos efeitos”. Assim, partindo das teorias subjetivistas de Hobbes, Russell e Locke, o poder poderia ser visto como algo inerente ao sujeito, ou seja, aquilo que já está determinado.

Segundo Bobbio (1987) coube a Locke refletir de modo subjetivista, por entender que o objeto de análise desse pesquisador esteve atrelado à observação dos soberanos em relação aos súditos e juristas, com o ordenamento jurídico.

Dado o destaque das teorias substancialista e subjetivista, desenvolvidas, respectivamente, por Hobbes e Russell, e por Locke e Bobbio, este afirma a necessidade de dialogar com o: “[...] conceito relacional de Poder é a interpretação mais aceita no discurso político contemporâneo”, definindo “[...] que por “poder” se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria” (BOBBIO, 1987, p. 78).

O grupo de poder estará fundamentado na estruturação relacional de um grupo com interesses contraditórios a outros da mesma forma como acontece entre os atores de poder, pois os Grupos de poder são a negação da estruturação do grupo contrário aos seus interesses.

Os elementos estruturantes do poder, utilizados nessa tese, são justificados na forma como esses estão estruturados na relação de um grupo de poder para com o outro. Para Bobbio (1987) foram vários os critérios que foram adotados por pesquisadores, ao longo da história, para definir o poder, “[...] a definição de poder político como o poder que está em condições de recorrer em última instância à força [e está em condições de fazê-lo porque dela detém o monopólio] é uma definição que se refere ao meio de que se serve o detentor do poder para obter os efeitos desejados” (BOBBIO, 1987, p. 82).

O meio de que se trata está vinculado à análise realizada na apresentação dos elementos estruturantes do poder em um determinado grupo, como a economia, a ideologia e a política, visto que são meios pelos quais o dominador domina outro grupo, então dominado. Esses aspectos considerados como elementos estruturantes do poder, são para Bobbio tipos de poder, ou seja, a essência em que o poder se constitui, sendo por meio da influência ou interesse econômico que atores se agregam e demarcam o poder na relação com outro grupo.

Na contemporaneidade, é impossível estudar as relações de poder sem compreender a forma como a sociedade está organizada, posto que os trunfos do poder, em alguns momentos, são identificados por grupos de poder como mercadoria, isso é, tem valor de mercado perante as negociações. Com isso, é

possível afirmar que o poder pode ter sua origem na própria satisfação do que é construído no imaginário do grupo, no entanto, os trunfos são controlados à medida que prevalece o poder de um grupo em detrimento de outro.

Considerando os trunfos população, território e recurso, é possível afirmar, também, que na criação e implantação da Unidade de Conservação, os grupos de poder, ao mesmo tempo em que se territorializam, transformam o local para satisfazer os seus interesses. Afirma-se que a criação e a implantação do PEVRI foram marcadas por arranjos sócio-territoriais, caracterizados pela atuação de poder de diferentes grupos, no entanto, são interesses que aparecem correlacionados.

Nesse sentido, a construção histórica e metodológica da análise conceitual de poder, elaborado por Hobbes, Locke, Rousseau, Weber, Dahl, Sánchez, Bobbio, Raffestin, Guiddens e Arendt é parte da evolução do pensamento em que o poder se configura como centro de todas as relações sociais. Ainda, as leituras realizadas por Cassiser; Chauí; Kristsch; Nobre, Bueno, Caux, Lima & Lopes; Perissinotto; Treméa, permitiu-nos observar a significativa contribuição que estes clássicos forneceram ao pensamento relacional de poder.

De tal forma, demonstrou-se como ao longo da história do pensamento os autores incluíram elementos estruturantes à gênese e ao exercício do poder. As leituras citadas, foram, de fato, basilares para a compreensão do nosso objeto de pesquisa em que a gênese do poder está centrada na decisão de escolha para a criação e implantação da UC, enquanto o exercício do poder é representado mediante as intenções e finalidades de compra e venda da terra, além das estratégias contraditórias das instituições e dos próprios grupos de poder.

Para isso, esta tese segue amparada na compreensão de que a territorialidade é a materialização das relações de poder estabelecidas na necessidade particular de um ator ou grupo e essa mediação, entre o poder e a materialização relacional no território, acontece na complexidade das necessidades e interesses criados. No estudo de caso isso está representado na construção do Capítulo III e IV, respectivamente, com a territorialização dos grupos para a criação do PEVRI, como as organizações institucionais que contrataram o Plano de Manejo

e/ou as que decidiram e definiram o local da UC. E, considera-se ainda, no Capítulo IV as territorialidades como fruto na disputa e negociação pelo uso da terra, nesse caso marcado por dois grandes grupos de poder, essencialmente contraditórios por causa dos interesses de proprietários rurais (ex-proprietário das terras) e por outro lado a CESP, intermediado pelas formas contratualistas do Estado.

O elo teórico das relações de poder está imbricado à construção teórica sobre territorialidade, conforme demonstrada no parágrafo anterior, este conceito está interposto na relação de construção do conceito de poder e o de território, para elencamos referenciais teóricos que nos auxiliaram nas reflexões apresentadas no item a seguir.

1.3. Territorialidade humana: a “face vivida” do poder

Como o subtítulo sugere, esta parte do texto, na qual realizamos a revisão bibliográfica dos conceitos basilares, a reflexão sobre os grupos de poder e o território está estruturada na discussão a cerca do conceito de territorialidade. Inicialmente, podemos destacar que “[...] a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

Raffestin, ao tratar da construção do território, evidencia sua complexidade em que as manifestações se materializam em formato de disputas e territorialização do próprio poder. Assim, a territorialidade foi estudada, nesse trabalho, como sendo um conceito, como também é o poder, que parte inicialmente o vivido em sociedade. Ao retomarmos ao conceito de poder, podemos destacar que a territorialidade é a materialização relacional dos grupos, sendo esses uma forma de representação do interesse e das intenções socialmente construídas. Destacamos que o trecho da obra de Raffestin é de suma importância, por condizer com a substância essencial do conceito, o poder e territorialidades estão subjacentes um ao outro, no entanto, são esses dois conceitos o cerne essencial dos grupos de poder.

A partir desse entendimento, destacamos prioritariamente as análises realizadas por Sack (1986), Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2007 e 2012) ao se referir às territorialidades humanas, mesmo sabendo da diversidade analítica desses autores.

Robert Sack ao publicar a sua obra "*Human territoriality: its theory and history*", salienta inicialmente que a "[...] *humans can use territoriality for a variety of often abstract reasons, few if any of which are motivations for animals*" (SACK, 1986, p. 1), isso significa que as territorialidades são ações nas quais está implícito a vivência intencional do ator, assim, o que se configura são formas de materialização do poder racionalmente construída, por isso difere essencialmente das territorialidades animais.

Para Haesbaert (2004, p. 87) "As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta também em diversos outros contexto sociais". Nesse mesmo sentido, Raffestin diz que a noção⁵⁴ de territorialidade estava passando por um processo de redefinição, uma vez que esta é originada dos estudos naturalistas, em que a preocupação estava em qualificar as ações dos animais não racionais na consolidação do território.

Percebe-se com isso que Sack, Raffestin e Haesbaert demonstram a preocupação em, metodologicamente, distinguir as territorialidades humanas das territorialidades animais. Para os autores, a territorialidade humana é essencialmente distinta, por representar a forma de organização de um determinado grupo mediante as suas ações e vivências intencionais, ou ainda, a razão humana é o elemento fundamental nas considerações sobre as territorialidades para as ciências humanas.

Mesmo existindo a diferença essencial entre as territorialidades animal em relação as territorialidades humanas, há de se considerar que as territorialidades são

⁵⁴ Até o momento de construção da sua obra Raffestin considerava o conceito de territorialidade ainda uma noção, haja vista a prematuridade em que o conceito se encontrava nas Ciências Humanas.

construídas na disputa entre os territórios, da mesma forma como as disputas animais estudadas pelos naturalistas. Isso é afirmado por Sack (1986, p. 9) ao considerar que “[...] *the size of the community itself may grow to the point where casual community work efforts become unmanageable, and population pressure from other groups may make it impossible for a family simple to leave one band for another*”, assim é uma disputa territorial, em que a demarcação do território se finda (flexivelmente) na contrariedade com outro grupo.

Sack (1986) ao exemplificar as formas como os grupos humanos disputam o território, utilizou-se do caso da família Chippewa, assim as territorialidades construídas por outro grupo poderia questionar amplamente os valores e as reivindicações deste grupo dominante como destacado: “[...] *Chippewa ruling family, were to emerge claiming access to some or all of the community's resources, territoriality would be an extremely useful device to affect its claims*” (SACK, 1986, p. 9).

Ainda segundo o autor, a existência de diversos grupos, com a possibilidade do exercício do poder sobre o outro, esse exercício do poder materializa as características das territorialidades construídas, como verificado na passagem em que Sack “[...] *these speculations point to the possibility of territorial changes occurring largely from forces within the society such transformations have in fact been documented for several pre-literate societies and will be examined more closely in a subsequent chapter*” (SACK, 1986, p. 9).

Assim, ao destacar as territorialidades econômicas e políticas dos grupos europeus e americanos que influenciaram significativamente nas transformações ocorridas com o grupo Chippewa, Sack (1986) abrange a territorialidade europeia e americana sobreposta a construída pelo grupo Chippewa, na exemplificação de pesquisador, isso acontece na medida em que as territorialidades do grupo americano estão em uma condição de dominado pelo grupo dominador, europeus.

Ainda, sobre a formulação do conceito de territorialidade, Sack discute a importância de entender a complexidade da territorialidade, para ele a

Territoriality, as simply 'the control of area', has served so far as a shortened definition. But this description is neither precise nor rich enough to take us much farther. From our examples of the parent and the children, the secretary in the work place, and the members of the hunting-gathering society, it can be seen that territoriality involves the attempt by an individual or group to influence or affect the actions of others including non-humans (SACK, 1986, p. 19).

Para o pensador, existem reflexões em que a territorialidade é entendida como uma forma de controlar uma determinada área, porém a crítica a esse entendimento é necessária, uma vez que a territorialidade é multiescalar, isto é, está presente na definição dos territórios, sendo a representação dos interesses racionais do grupo. Assim, Sack (1986) em seu livro

[...] territoriality will be defined as the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area. This area will be called the territory. Before we explore the significance of this definition, some further clarification of its domains is in order. (SACK, 1986, p. 19)

A definição de territorialidade, utilizada no primeiro parágrafo dessa parte do texto, elaborada por Raffestin, assim como essa última de Sack, permite afirmar que os dois autores elaboram o conceito considerando o poder enquanto elemento central das relações sociais, mesmo sabendo das distinções

Para facilitar o entendimento desse conceito, utilizaremos, novamente, da leitura de Raffestin (1993) para salientar que “[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). E, portanto, a territorialidade não é uma condição *nato* aos seres humanos, ela só se realiza no estabelecimento relacional da sociedade.

Ao apontarmos as definições de Raffestin e de Sack, consideramos ainda que as relações se estabelecem na vivência do processo territorial, assim como, também, no processo produtivo, “[...] se inscreve no quadro da produção, da troca do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 161), em que apresenta características

de transformações ideológicas, políticas e sociais. Ao mesmo tempo em que se efetiva as territorialidades dos grupos, os atores “[...] se automodificam também. O poder é inevitável; e, de modo algum inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele” (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

A sistematização do conceito de territorialidade elaborada por Raffestin, é representada pela somatória de H r E. Essas letras são simbolicamente representações da complexa análise do autor, para ele o H simula o indivíduo (atores); o r é igual a relação particular existente entre os dois indivíduos (atores), e E a “topia”. Para o nosso estudo, o H é a representação do homem nato e o r é a forma como dois ou mais atores podem se relacionar, isto é, a forma como conduzem a ação que objetiva os interesses e, por último, o E, esse um pouco mais complexo.

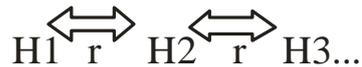
A complexidade de que a territorialidade é a soma de H r E, está justamente no elemento E, é esse quem caracteriza as transformações territoriais

[...], isso é, uma “topia”, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo. Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Então, a territorialidade pode assim ser expressa: $T \rightarrow \sum H r E$ (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Outro aspecto importante nesse contexto, é a dinamicidade das territorialidades, pois se estamos considerando a tríade existente entre a sociedade-espaço-tempo⁵⁵ na construção das territorialidades, ressalta-se com isso o movimento e a flexibilidade das relações sociais, ou seja, há uma transformação contínua das territorialidades, ao mesmo tempo que as transformam, transformam os homens e o território.

⁵⁵ Embora haja efeitos territoriais universais, independentes do contexto histórico, outros são específicos de uma época. Na modernidade, por exemplo, a territorialidade tende a ser mais ubíqua e bastante mutável (HAESBAERT, 2004, p. 87).

A relação existente entre os atores de poder não só delimita a existência do grupo em si, como, também, define o poder que este tem na relação com outro grupo ou ator. Sendo assim, o que materializa o território são as territorialidades construídas na disputa e/ou resistência de interesses de um ator em relação ao grupo ou em relação a outro ator, assim:



Para aprofundamento das reflexões, é necessário compreender que na relação existente entre H r E, *a priori*, não existe ganhador e nem perdedor, posto ser uma relação em que o território é o resultado e, assim, o território é a efetivação das territorialidades dos grupos, conceito esse que estudaremos no próximo item.

1.4. O conceito de Território na construção do pensamento científico

A realização do levantamento bibliográfico sobre o território não minimiza as discussões epistemológicas entorno do conceito de espaço. Assim, nesta pesquisa o território é amplamente discutido como questão metodológica em que o poder está na centralidade da construção relacional de determinados grupos.

Entende-se que o espaço é o objeto central de discussão da ciência geográfica, no entanto, o território, a região, a paisagem e o lugar, para Corrêa (2012) são conceitos-chave perante “[...] a geografia, que têm como objeto de estudo a sociedade, no entanto, é objetivada via conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem a ação humana modelando a superfície terrestre” (CORRÊA, 2012, p. 16).

Considera-se, ainda, que todos os trabalhos desenvolvidos academicamente nas ciências geográficas têm como objetivo estudar as transformações no espaço geográfico, metodologicamente as categorias são referências no momento em que a metodologia é definida. Por isso, estudar o território é uma questão metodológica.

Saquet (2006, p. 71) considera que as décadas de 1950, 1960 e 1970 são marcadas por um “[...] processo de *renovação* do pensamento geográfico[...] ocasião em que ocorre a retomada do conceito de território, que ganha centralidade em vários estudos de Geografia e mesmo em outras ciências, como a Sociologia”.

O fato destacado por Saquet (2006) recebe vários desdobramentos em Moreira (2006) e Corrêa (2012), ao descrever as características epistemológicas da Geografia. O autor discorre que a Geografia tradicional ficou caracterizada por privilegiar os conceitos de paisagem e região, incluindo as reflexões sobre os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem:

O conjunto de correntes que caracterizou a geografia no período que se estende de 1870 aproximadamente, quando a geografia tornou-se uma disciplina institucionalizada nas universidades europeias, à década de 1950, quando verificou-se a denominada revolução teórico-quantitativa, é por nós identificado como geografia tradicional, que antecede às mudanças que se verificarão nas décadas de 1950, primeiramente, e, depois, na de 1970 (CORRÊA, 2012, p. 17).

Ainda nesse sentido, afirma-se que o conceito de espaço:

[...] não se constituiu conceito-chave na geografia tradicional. Contudo, está presente na obra de Ratzel e de Hartshorne. Ratzel desenvolve assim dois conceitos fundamentais em sua antropogeografia. Trata-se do conceito de território e de espaço vital, ambos com fortes raízes na ecologia. [...] o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais (CORRÊA, 2012, p. 18).

Moreira (2006, p. 30), ao considerar a contribuição de Ratzel aos conceitos geográficos, destaca que Ratzel “inaugura a fase das geografias humanas sistemáticas”. Para o autor, o diferencial nas produções deste clássico, foi a afirmação de que a ação humana em sociedade é uma relação política, compreendendo, com isso, a própria atuação do Estado. Para Moreira (2006), Ratzel é o criador da Geografia Política, destacando que:

Ao colocar a reflexão da relação do homem com a natureza no plano da fronteira da geografia com a antropologia e a sociologia, Ratzel praticamente inaugura uma tradição de ver o homem em sua relação com a natureza por meio da mediação do espaço político do Estado. Nisso difere dos demais criadores das geografias setoriais, que elaboram uma geografia física pura ou uma geografia humana pura (MOREIRA, 2006, p. 30).

Ao distinguir espaço de território, nos apropriamos do pensamento construído por dois pensadores contemporâneos, o suíço Claude Raffestin e o brasileiro Milton Santos, visto que ambos tiveram seus estudos direcionados metodologicamente em estabelecer, mesmo que indiretamente, a diferença entre os conceitos, respectivamente, de território e espaço.

Os dois conceitos aparecem nas obras dos referidos autores, porém Raffestin se debruça aos estudos para explicar a origem do território e chega a mencionar que todos os esforços realizados na publicação da obra “Por uma Geografia do Poder” é no sentido de “[...] conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território” (RAFFESTIN, 1996, p. 143), o que significa que sua maior preocupação foi em conceituar o território, apesar da discreta preocupação de distingui-lo do espaço.

Com Santos a opção é oposta, pois este autor em sua obra “A Natureza do Espaço” (1996), evidencia todas as características de construção social do espaço, e na obra “O dinheiro e o território” (2007) utiliza o conceito de território em conformidade ao conceito já desenvolvido por Raffestin (1993).

Em “A Natureza do Espaço”, Santos (1996) teve a preocupação de reunir o encontro de conceitos e colabora ao descrever que esses conceitos não são invenções puramente acadêmicas, ao contrário disso, são “[...] tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento” (SANTOS, 1996, p. 11).

Para aprofundar sua conceituação, Santos (2006) utilizou-se do espaço como objeto analítico, partindo da concepção do ser no espaço, em que privilegiou a observação da técnica, do tempo, da intencionalidade, materializados nos objetos e ações. Assim definiu o espaço como “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 7), procurando explicar todos os elementos internos e externos aos sistemas de objetos e ações que possam levar a construção do espaço, mas a centralidade analítica está relacionada à técnica:

As técnicas, funcionando como sistemas que marcam as diversas épocas, são examinadas através de sua própria história e vistas não apenas no seu aspecto material, mas também nos seus aspectos imateriais. É assim que a noção de técnica permite empiricizar o tempo e se encontra com a noção de meio geográfico. A ideia de técnica como algo onde o “humano” e o “não-humano” são inseparáveis, é central (SANTOS, 2006, p. 14).

Concomitante à construção conceitual de espaço, Santos (2007) produziu o artigo “O dinheiro e o território”, que utiliza o conceito de território e contribui afirmando que O “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13).

O autor acrescenta ainda que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o “território usado”, não é território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2007, p. 14).

Com essas afirmações, pode-se observar que o conceito de território utilizado por Santos é o território em que Raffestin discorre para explicar todos os

elementos presentes na construção acadêmica da “Geografia do Poder”, o próprio ano em que a obra foi publicada permite essa afirmação.

Sendo assim, Raffestin inicia a parte de seu texto que dedica à construção epistemológica de território, afirmando que “Espaço e território não são termos equivalentes (1993, p. 143)”. É neste sentido que o espaço de que se trata, enquanto objeto de estudo das ciências geográficas, não pode ser equiparado ao conceito de território tratado nesta pesquisa.

Assim, Raffestin (1993, p. 143) afirma que os conceitos de espaço e território foram “[...] usados sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo em que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias”.

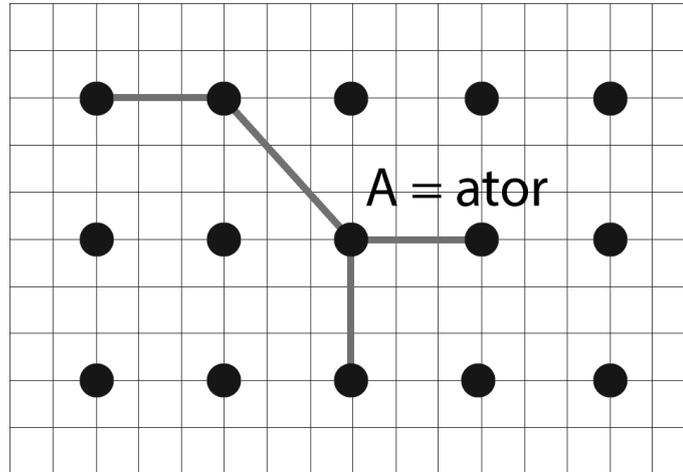
A diferença conceitual, para Raffestin (1993, p. 143-144), está na existência ou não do ator sintagmático, isto é, o espaço:

[...] é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático⁵⁶ (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] o território se apoia no espaço, mas não é espaço.

Para melhor explicar a construção do território, Raffestin utiliza-se de um esquema representado em pontos, linhas e superfície que, mesmo sendo considerado simplista, pode ajudar a identificar a distinção entre os conceitos de espaço e território utilizados pelo autor.

⁵⁶ O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para “produzir”, lato sensu, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

FIGURA 2 - Do espaço ao território



Fonte: Figura 32, Raffestin (1993, p. 146).

Org.: OCON, D. C. M. 2014.

A explicação de Raffestin (1993, p. 146-147) para este esquema é desenvolvida da seguinte forma: “[...] Os Pontos podem representar a localização de outros atores ou propriedades que interessam a A; retas que juntam outros pontos e que delimitam uma superfície”, pois é o espaço de atuação intencional do ator diante das estratégias de construção do território.

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Para o autor a definição de território está centrada na forma como o espaço é vivido pelo ator, ou seja, a partir de sua intencionalidade. Em primeira instância, parece lógico argumentar que o território é construído mediante a ação do ator, mas a grande diferença está na intencionalidade, isso porque é ela que leva o ator a projetar e atuar de todas as formas possíveis para chegar ao seu objetivo.

Ao interpretar essa assertiva, pode-se afirmar que a ação intencional do ator leva-o a atuação política “[...] do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Nas palavras de Raffestin (1993, p. 147) “o espaço se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”. O território e o espaço possuem essências analíticas diferenciadas, isso porque o território se tornou uma representação para A⁵⁷, mas isso significa, ao mesmo tempo, que o espaço também possui representação.

Raffestin considera, ainda, que o espaço apresenta duas faces:

[...] uma é o plano da expressão, constituída por superfícies, distâncias e propriedades, e a outra é o plano do conteúdo, constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 48).

O espaço seria o ponto de partida e as possibilidades existentes para a atuação do ator a partir de sua intencionalidade, das informações e da representação que o ator possui de um determinado espaço. Porém, ao atuar, ou melhor, ao escolher o caminho/ação e os objetos, o ator passa a construir um território, sendo o mesmo originado da forma com que se relacionou para garantir êxito em seus objetivos.

Por esse motivo afirmamos ser opção metodológica o uso do conceito de território, pois partimos da intenção dos grupos de poder na atuação de *criação e implantação* do PEVRI.

Raffestin (1993), ao explicar a origem do território e dos elementos que o caracterizam, apresenta-nos o chamado “sistema territorial” que, para o autor, é caracterizado por integrar elementos do espaço (*superfícies = tessituras, pontos =*

⁵⁷ Esquema (Figura 2).

nós e linhas = redes) em confluência com os sistemas de objetivos e de ações, o conhecimento e as práticas (*econômicos, políticos, sociais e culturais*). Esses elementos somados à *comunicação* correspondem ao ponto de partida para se explicar o “sistema territorial”.

Raffestin (1993, p. 153), explica, ainda, que ao visualizar a superfície, tem-se a tessitura “[...] o sistema de objetivos e de ações é sempre guiado por uma série de princípios que revelam uma ordem hierárquica ou não”. “[...] pode comportar níveis que são determinados pelas funções que devem se realizar em cada uma dessas malhas”.

Em uma pesquisa pode-se verificar as tessituras de ordem econômica, política, social e cultural e, ao mesmo tempo, numa dada relação, é possível diagnosticar duas ou mais dessas ordens tessituras na intencionalidade de um ator sintagmático. Para Raffestin (1993, p. 154), existem as tessituras desejadas e as suportadas, “A tessitura “desejada” é aquela que tenta otimizar o campo operatório do grupo, enquanto a tessitura “suportada” é aquela que tenta maximizar o controle do grupo”.

A partir das tessituras, os limites, os nós e as redes são estabelecidos, mas isso não significa que sejam a mesma coisa. Na atuação de um ator ou grupo podemos afirmar que “[...] a tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Portanto, o limite de atuação do grupo e o estabelecimento dos nós e das redes, depende da tessitura construída nos níveis econômicos, políticos, sociais e culturais dos atores e dos grupos de poder que delimitam o território. Assim sendo, o território não é superfície, é relação estabelecida na tessitura (intencional) de atores e grupos de poder.

Ainda sobre o território, Saquet (2006) classifica a contribuição de Raffestin como materialista, seguida do materialismo do italiano, Giuseppe Dematteis, que em suas obras “[...] compreende o território como produto social, isto é, ele significa uma complexa combinação, particular, de relações territoriais, horizontais (entre pessoas,

na produção, circulação...) e verticais (clima, solo, tipos de culturas...)” (SAQUET, 2006, p. 75).

Para Saquet (2006, p. 78-81), há dois autores que se diferenciam da concepção materialista utilizada por Raffestin: Ângelo Turco e Eugenio Turri. O primeiro considera o “[...] território um espaço no qual se exercita um trabalho humano” (SAQUET, 2006, p. 78), enquanto o segundo compreende o território como uma “construção histórica enfatizando aspectos da relação histórico-geográfica” (SAQUET, 2006, p. 80).

O fato de Saquet (2006) classificar a obra de Raffestin como materialista não descredencia a sua contribuição para essa pesquisa, isso porque estamos considerando que o território é construído mediante a atuação de atores sintagmáticos, sendo que seus objetivos são identificáveis no plano material e imaterial.

Tratando-se da característica epistemológica dos autores que contribuíram para a concepção de território no pensamento geográfico, há necessidade de se destacar que Saquet (2007) caracteriza a obra de Raffestin com limitações sobre o conceito de espaço geográfico, afirmando que: “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um “dado”, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 223).

Porém, Saquet afirma que “as contribuições de Claude Raffestin aos estudos geográficos do território são inegáveis e inovativas” (2007, p. 77). Ainda o autor, considera uma “contribuição importante de Raffestin (1993) e pouco trabalhada na geografia (humana) brasileira até o momento, tem relação à consideração da natureza como elemento presente no território” (SAQUET, 2007, p.77).

É justamente por este aspecto metodológico que Raffestin foi selecionado como o autor que pode dar suporte as discussões que envolvem esta tese. Ao trabalhar com uma Unidade de Conservação, temos um território que parte da premissa de que os elementos da natureza presente no local têm especificidades e

particulares que interessam na questão da preservação ambiental. Nesse aspecto, os interesses preservacionistas estão vinculados à forma de uso do território em relação a decisão e disputa dos grupos de poder.

Para justificar o fato, Raffestin (1993, p. 155) considera que “A dimensão e uma malha nunca é - ou quase nunca - aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais. [...] Essas malhas não são homogêneas nem uniformes”.

Esse pressuposto não significa que a Natureza estabelece poder mediante às relações humanas, mas que as relações estabelecidas pelos grupos de poder são definidas mediante às necessidades naturais e que não, necessariamente, são necessidades físicas. Ao aprofundar essas reflexões, pode-se considerar a seguinte situação: o tempo dos elementos físicos (naturais) é diferente do tempo da produção industrial (humana), porém é o limite físico que constrói “novas” territorialidades. Com isso, podemos evidenciar que as territorialidades construídas na disputa e/ou resistência dos grupos de poder na criação e implantação de uma Unidade de Conservação estão na mediação do entendimento ideológico conservacionista.

Assim, para compreender melhor a complexidade em que os territórios de construção das UCs estão atrelados, foi necessário trabalhar com o conceito de poder e, assim, investigar “[...] as relações que determinam as formas” (RAFFESTIN, 1993, p. 29).

Pode-se considerar que o “sistema territorial” prevê a existência de elementos exteriores à própria organização dos grupos que influencia diretamente no estabelecimento do território (nessa pesquisa estamos considerando a ideologia de conservação ambiental).

A justificativa está no fato de o território ser construído mediante o estabelecimento de malhas, nós e redes que dependem, exclusivamente, da comunicação entre atores e grupos. As características relacionais na construção do território são denominadas por Raffestin (1993), de territorialidades, e essas territorialidades estruturam ao mesmo tempo o território e os grupos de poder. Para

o nosso estudo de caso, as particularidades que envolvem a construção das territorialidades, do território e dos próprios grupos estão pautados na construção das Unidades de Conservação, as quais serão contextualizadas no item a seguir.

1.5. Unidades de Conservação: características políticas e de gestão do território

Ao estudarmos as Unidades de Conservação estamos nos referindo, especificamente, aos territórios politicamente organizados como já mencionado. Nesse sentido, essa parte do texto apresenta-se os elementos de construção social-política que determinam as transformações dos territórios econômicos em territórios para a conservação da biodiversidade. Acredita-se que a tríade complexa desse processo está vinculada à redefinição das territorialidades materializadas na sociedade-espaco-tempo.

Para isso, fizemos um apanhado da organização política dos territórios das Unidades de Conservação, citando as formas de atuação dos grupos de poder, principalmente da Organização das Nações Unidas (ONU) na atuação contratual da ideologia do desenvolvimento sustentável.

Desse modo, a criação de Unidades de Conservação (UC), no Brasil, estão amparadas sob o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9985/2000, a qual segue detalhada no Capítulo II deste trabalho. Porém historicamente, as Unidades de Conservação, estão baseadas em lógicas de territorialização do modelo de desenvolvimento econômico, político e ambiental mundial, isso significa que os territórios das Unidades de Conservação brasileira, mesmo legitimados por uma lei nacional, representam territorialidades internacionais, isto é, são parte do processo de materialização do interesse dos grupos de poder externo ao território nacional.

Ao estudar essas territorialidades, podemos afirmar que, no contexto geral, as Unidades de Conservação estão alicerçadas na política do ideário do

desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável representa a tentativa de um “crescimento controlado”, contudo são territorialidades dos grupos de poder centralizadas em interesses políticos, econômicos e ideológicos que condicionam as formas de materialização dos territórios.

Assim, o desenvolvimento sustentável e a tentativa de representação do crescimento econômico, atrelado ao controle do uso dos recursos naturais, foi materializado historicamente na dicotomia Homem X Natureza (Bernardes & Ferreira, 2015).

Para Bernardes & Ferreira (2015) existe um processo de reorganização mundial na qual a questão ambiental está essencialmente amparada nas relações sociedade/natureza. Para os autores,

A compreensão tradicional das relações entre a sociedade e a natureza desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem (BERNARDES & FERREIRA, 2015, p. 17).

Essa compreensão tradicional impõe afirmativamente uma dicotomia, visto que o homem e a natureza estão temporalmente e espacialmente distantes um do outro, em consequência a este entendimento, racionalmente o homem utiliza a natureza para satisfazer as suas necessidades. Dessa forma, se tratando de um modo de organização social baseado na produção e consumo de excedentes, a natureza é recurso e elemento de satisfação da evolução das necessidades criadas e estabelecidas em sociedade.

Ainda para Bernardes & Ferreira (2015, p. 17), essa lógica de compreensão tradicional é fator basilar para o surgimento de práticas “[...] de um processo de industrialização, em que a acumulação se realiza por meio da exploração intensa dos recursos naturais, com efeitos perversos para a natureza e os homens”.

Até os anos 60 e 70 do século XX, a dominação da natureza e do próprio homem era compreendida como um processo natural para alcançar o tão sonhado

desenvolvimento⁵⁸ e, nesse caso, o desenvolvimento significava o avanço da produção e do próprio consumo. Porém, os limites ambientais surgiram como um entrave ao desenvolvimento, pois para Porto-Gonçalves há um desafio ambiental datado inicialmente nos “[...] anos de 1960 e 1970, podendo mesmo dizer-se que o ambientalismo é um dos vetores instituintes da ordem ambiental” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 61).

A questão ambiental, portanto, não é uma mera questão de organização e avanço das técnicas, mas, sim um processo histórico-social, como destacado por Porto-Gonçalves, “[...] é um desafio político e, mesmo civilizatório⁵⁹”. Par ao autor, o desenvolvimento é tudo aquilo que nos afasta da natureza, aquilo que no início desse texto apresentamos, a dicotomia entre homem e natureza, aquilo que é humano “deve” se apresentar, contrariamente, ao que é natural. Ainda segundo o autor citado, a representação dessa separação está no “ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 62).

Portanto, apresenta-se o grande conflito da questão ambiental marcado pela dicotomia homem/natureza pela forma como o desenvolvimento é estabelecido em sociedade e os próprios limites dos elementos da natureza, que são apropriados como recursos aos produtos industrializados. A discrepância entre o tempo da produção industrial e o tempo de crescimento dos elementos da natureza, apresentam-se como uma problemática social, há impresso nisso a “desordem ambiental”⁶⁰.

A expressividade política, dada às análises sobre a criação de UC, está atrelada à ideia global de ordem/desordem ambiental e que a única saída seria alcançar o chamado desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é o nome dado ao “crescimento controlado” como destacado. *A priori*, o desenvolvimento sustentável historicamente se constitui como uma ferramenta dos

⁵⁸ “Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 61).

⁵⁹ Porto-Gonçalves (2015, p. 62).

⁶⁰ Porto-Gonçalves (2013).

grupos de poder que atuam na mitigação dos impactos humanos sobre o ambiente natural.

As ações de tentativa para alcançar a tão desejada ordem ambiental são caracterizadas, politicamente, por reuniões com representantes governamentais e não-governamentais, nas quais se discutem os problemas ambientais de cada período histórico.

Podemos considerar, que a primeira reunião organizada com esta finalidade foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1949, e recebeu o nome de Primeira Reunião Científica Mundial, realizada em Lake Success (NY), posteriormente, ocorreram as Conferências de Paris (1968), de Londres (1970) e as Reuniões de Nova York, Praga e Genebra, em 1971, todas essas preparatórias para a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente.

A primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente ocorreu em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Sob a perspectiva política, Binsztok (2007) destaca que um dos resultados da conferência 1972, foi a criação de “[...] instituições especializadas e oficializado o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com sede em Nairóbi, Quênia” (BINSZTOK, 2007, p. 318).

Nesse mesmo sentido, Porto-Gonçalves detalha a posição do Brasil durante a reunião de Estocolmo, nessa leitura o autor destaca a participação da ONU, ao afirmar que a “[...] pior poluição era a pobreza” (2013, p. 63). Para o autor, o território brasileiro ganhou expressividade, porque ao mesmo tempo em que se questionava as questões ambientais, o desenvolvimentismo era reestruturado e a posição do governo ditatorial no Brasil, para o autor, era de abrir as portas ao processo industrial,

“À época dizia-se - “venham poluir no Brasil” – numa aceitação absolutamente acrítica de que o desenvolvimento naturalmente está associado à degradação ambiental – é o preço que se paga pelo progresso, aceitava-se” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 63).

Essa visão dicotômica e desenvolvimentista lança como possibilidades, “novas” visões sobre o desenvolvimento econômico e a construção do ideário mundial de uso e/ou preservação dos elementos da natureza. Para isso, apresentamos a distinção em quatro vertentes analíticas do pensamento acerca as questões ambientais.

Estamos considerando que existem grupos e, portanto, territorialidades construídas a partir das vertentes (ou pensamentos) ultradesenvolvimentista, do desenvolvimento controlado, do ecodesenvolvimentista e do naturalismo, sendo que cada uma delas configura territorialidades distintas em relação à construção do ideário de sustentabilidade.

O entendimento dessas quatro vertentes é indispensável, porém a ultradesenvolvimentista e a do desenvolvimento controlado são as mais importantes para essa pesquisa, já que estão vinculadas à atuação fragmentada de grupos. O destaque é que as ecodesenvolvimentistas derivam do Clube de Roma (1972), que coloca a ecologia na centralidade das decisões, com o estabelecimento dos “limites do crescimento”. Contudo, neste trabalho, as vertentes que estão mais próximas ao pensamento da construção do ideário de preservação e conservação dos elementos da natureza em todos esses modelos de sustentabilidade, são as vertentes do ultradesenvolvimentismo e desenvolvimento controlado que são distintos em sua forma, porém a atuação dos grupos vinculados a essas vertentes, condicionam o olhar ao possível desenvolvimento econômico somado a ordem ambiental.

O pensamento ultradesenvolvimentista é caracterizado pela construção científica, fundamentada nos modelos físicos que, para Binsztok (2007, p. 322) está:

[...] vinculada ao estudo dos fluxos energéticos, sobretudo das sociedades urbano-industriais. Os problemas ambientais porventura existentes, como no caso da poluição industrial, seriam basicamente produtos da reduzida capacidade tecnológica de processar energia demonstrada pelas máquinas térmicas utilizadas pelo sistema produtivo.

As formas de atuação dos grupos ultradesenvolvimentistas estão na reelaboração técnica que visa aumentar a capacidade de aproveitamento das

matérias primas no processo de industrialização, para os ideólogos “[...] decidiram empregar sofisticadas técnicas de gestão tecnológicas, visando a enfrentar os bloqueios causados pelos universos entrópicos (perda de energia)” (BINSZTOK, 2007, p. 323).

A maior dificuldade enfrentada ao aplicar a sustentabilidade ambiental, para os ideólogos ultradesenvolvimentistas, está no custo elevado do aperfeiçoamento técnico da produção, isso porque para esse grupo de poder, o fracasso do desenvolvimento sustentável está diretamente vinculado à baixa qualidade técnica, nessa lógica o investimento nas técnicas poderia levar a uma ordem ambiental.

Um exemplo da atuação dos grupos ultradesenvolvimentistas está na criação dos *International Organization for Standardization* (ISO), principalmente o ISO 14000, que além de normatizar parte da produção industrial, certifica a empresa da qualidade técnica empenhada na produção.

A atuação política dos atores ultradesenvolvimentista é ideológica ao passo que, mesmo com medidas consideradas tecnicamente avançadas, a ordem ambiental não se atinge, não redefine a ordem ambiental, pois ao passo que as técnicas se modernizam, novas formas de uso dos elementos da natureza são criadas para satisfazer o mercado consumidor.

Além da vertente ultradesenvolvimentista, pode-se observar a ação do grupo atuante no desenvolvimento controlado. Essa vertente é a mais importante para a análise realizada nessa pesquisa, pois é da demanda desse grupo que surge a necessidade de medidas compensatórias, como é o caso do PEVRI.

Essa vertente não coloca em questionamento o modelo econômico vigente, mas, ao contrário disso, propõe formas de minimizar o impacto ambiental criado na ocorrência da produção, sendo “[...] sua pretensão é mitigar os efeitos da (des)ordem ambiental causados pelo ultradesenvolvimentismo utilizando instrumentos de controle exercido pelo Estado” (BINSZTOK, 2007, p. 323-324).

Nessa vertente, o Estado tem papel indispensável de controle das legalidades e as instituições de fiscalização são estruturadas mediante essa lógica

que, para Binsztok (2007), é inspirada nos princípios keynesianos. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e o SNUC podem ser citados como mecanismos institucionais que assumem a responsabilidade pela preservação e controle ambiental.

Ainda para Binsztok (2007, p. 325): “A criação do SNUC seguiu os conhecidos rituais do progresso de modernização conservadora, feito de “cima” para “baixo”, sem consulta às comunidades atingidas em seu cotidiano pelas restrições que lhes forma impostas quanto a utilização dos recursos naturais”. É, portanto, nessa linha de construção social que afirmamos que o PEVRI está inserido.

O autor ainda menciona que a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/Rima):

[...] previsto na Resolução nº 1/86 do Conama⁶¹, obrigatória para o licenciamento de projetos de ferrovias rodovias com duas ou mais faixas, portos, aeroportos, represas, usinas elétricas, complexos industriais, aterros sanitários, extração de minérios, exploração de madeira, projetos urbanísticos, entre outros, pode ser considerada um instrumento técnico à disposição do desenvolvimento controlado (BINSZTOK, 2007, p. 325).

Acrescenta-se, ainda, a esta análise, que os EIA/Rima são, além de instrumentos à disposição do desenvolvimento controlado, parte das territorialidades construídas pelos grupos de poder. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2007, p. 403) lembra que:

[...]o EIA/Rima significa que o proprietário já não tem mais o direito absoluto de fazer o que bem entende na sua propriedade. Significa dizer que ele tem que discutir com a sociedade, de alguma forma, o que vai nela fazer, na medida em que o que fizer, necessariamente, terá implicações para além de sua propriedade.

⁶¹ Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Assim, temos três condicionantes derivados do papel do EIA/Rima, enquanto instrumento técnico ao desenvolvimento controlado, na materialização dos grupos de poder e, ainda, sobre o controle e uso dos territórios. Com essa vertente é necessário salientar ainda que quanto mais aumenta a desordem ambiental, maior é a responsabilidade do Estado na atuação do controle das territorialidades construídas.

Atualmente, a criação de UC no Brasil segue regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁶² (SNUC – Lei Federal nº 9985, 18 de julho de 2000) e os objetivos previstos para a criação constam no art. 3º dessa Lei que versa sobre a conservação dos elementos da natureza.

As primeiras UCs no Brasil, surgiram com o objetivo de suprir as necessidades de áreas destinadas ao lazer para as classes mais privilegiadas e foram denominadas de Jardins Botânicos, datadas do início do século XIX. As UCs contemporâneas se diferenciam das primeiras, pois estas se apoiam no ideário de problemática ambiental global e são criadas no intuito de conservação dos elementos da natureza⁶³.

A maioria das UCs brasileiras tem sua classificação amparada no tipo de elemento a ser conservado, como, por exemplo, a criação dos parques para a preservação da fauna e da flora do território, categorizados no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo Pereira (2005), em termos legais, as primeiras UCs no Brasil foram institucionalizadas pelo Código Florestal (Decreto nº 23.793/1934), com alterações por meio da Lei nº 4.771/1965, complementada pela Lei nº 5.197/1967 e, mais recentemente, instituída pela criação do Sistema Nacional de Unidades de

⁶² A Resolução Nº 02, de 18 de abril de 1996 do Conselho Nacional do Meio Ambiente foi revogada através da Resolução nº 371, de 5 de abril de 2006, do mesmo conselho, que tratam diretamente de Unidades de Conservação criadas como medida compensatória aos danos ambientais causados em detrimento da construção de empreendimentos como no caso das Usinas Hidrelétricas.

⁶³ Entende-se nesta pesquisa que a categoria Natureza compreende o conjunto dos elementos naturais, destaca-se que este entendimento é um processo de construção histórico-social que se modifica no Tempo e no Espaço, ver: CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos. In: Revista Terra Livre nº 17. São Paulo: AGB, 2001, p. 99 – 118.

Conservação (SNUC), através da Lei nº 9.985/2000, respectivamente, a primeira lei previa a criação de parques nacionais, estaduais e municipais; florestas nacionais (sustentável); florestas protegidas e zonas de preservação em propriedades privadas; renovando-se ao estabelecer critérios de proteção e exploração da vegetação; até a criação do SNUC.

Atualmente, os aspectos legais e legislações que condicionam a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável é um dos parâmetros de regulamentação do art. 225, da Constituição Federal Brasileira de 1988, descrito sobre a proteção e o direito ambiental.

Ao realizar a análise de todos os objetivos previstos nessa lei, é importante destacar que os territórios de UCs são criados para satisfazer a necessidade biológica e de existência da Natureza.

Sendo assim, os objetivos de criação das UCs, apresentados no art. 3º do SNUC (2000) versam sobre:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável⁶⁴ a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

⁶⁴ Nesta proposta de pesquisa o Desenvolvimento Sustentável é visto como teoricamente como uma ideia que se construiu ao longo da história sócioambiental, ver: RAMOS, P. Desenvolvimento, excedente, desperdício e desigualdade: a insustentabilidade de nosso modo de vida. In: Revista Terra Livre nº 11-12. AGB: São Paulo, 2005 e ONU. Relatório Nosso Futuro Comum. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugueso-Comum-Em-Portugues>. Acessado em 12 de jul. de 2011.

- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Assim, percebe-se que ao definir o território, as territorialidades ideológicas construídas sobre os aspectos biológicos são prioridades na atuação dos grupos de poder no PEVRI, porém justificados mediante as características existentes originalmente no local.

Ainda, com essa pesquisa, é possível afirmar que a construção social dos grupos de poder antecede a construção de conservação de natureza, porém o PEVRI abriga condições físicas ideais para territorialização de grupos de poder, estabelecidos no interesse de conservação dos elementos da natureza do local.

A regulamentação do Estado por meio das leis é consequência da construção social de conservação da Natureza, vista de forma ideológica, construída e estabelecida socialmente e, a *posteriori*, regulamentada.

A legislação federal que assegura a criação de UCs é, portanto, o resultado da relação estabelecida socialmente e intermediada pelo poder do Estado em um determinado período histórico. A comprovação do fato é que o PEVRI foi criado anteriormente à existência do SNUC, que é resultado das relações estabelecidas, no Brasil, à conservação da Natureza.

Ao tratar da construção social de conservação da natureza, é possível destacar o desenvolvimento sustentável como percusor nesse ideário. Para a pesquisa, o desenvolvimento sustentável se tornou uma ideologia na medida em que sua construção, no caso do PEVRI, criou territorialidades anteriormente inexistentes ao local. Com isso, o poder estabelecido entre os atores e grupos nacionais ultrapassa o interesse e forma com que a terra era utilizada, assim, a UC é um

território construído com interesses de fora para dentro, ou seja, são os interesses externos que constitui o território.

O território que se volta para fora está estritamente vinculado às transformações globais e, ao mesmo tempo, está vinculada à construção territorial internacional. No caso do Parque, a ideologia de conservação e preservação da Natureza será estudada com maior profundidade ao discutir o ideário de Desenvolvimento Sustentável, que, embora recente é responsável pela territorialização das UCs.

Ao tratar diretamente de UC, o SNUC prevê duas categorias: Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UUSs) e Unidade de Conservação de Proteção Integral (UPIs), sendo esta última a categoria que o PEVRI se integra.

O objetivo das UPIs é de preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto de seus recursos, ou seja, a prática de atividades de pesquisas e visitas com fins educacionais. As atividades indiretas previstas no uso das UCs, devem estar descritas e regulamentadas no Plano de Manejo que regulamenta a área de conservação ambiental e sua zona de amortecimento, isto é, o perímetro de transição entre as áreas às atividades econômicas e à preservação ambiental.

De maneira geral, o objetivo de criação e implantação de UC é garantir a proteção, conservação das espécies e processos ecológicos naturais, finalidade esta incluída na legislação brasileira para diagnóstico e condições à construção de planos de manejo. No grupo de UPIs, as categorias que se destacam são, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

Ao apresentar a perspectiva analítica sobre os territórios das Unidades de Conservação, referimo-nos a afirmar que a dicotomia homem/natureza é o alicerce para toda a reflexão e, com isso, a forma como essa separação entre o homem e a natureza pressupõe a fixação da exclusão do homem em relação a natureza e da natureza em relação ao homem.

A construção dialética entre a exclusão do homem/natureza, representa-nos um modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração dos elementos da natureza pela ação humana, dado o limite de reprodução natural, se constrói em sociedade a afirmação de uma desordem ambiental, como já discorrido e, é nesse momento da história, que visualizamos a participação da ONU enquanto organização de poder.

Mesmo considerando as diferentes perspectivas em que as vertentes e prática se dão, a materialidade dessa complexa relação é intermediada histórica e politicamente pelos grupos de poder, na redefinição das práticas sociais. Assim, entendemos que este é fruto das territorialidades que se constituem, processos que são apresentados no Capítulo II em que consta as concordâncias/discordâncias dos grupos de poder durante a criação do PEVRI, enquanto Unidade de Conservação.

[...] tem hora que sou *quando* uma árvore e podia apreciar melhor os passarinhos.
Ou: tem hora que eu sou *quando* uma pedra. E sendo uma pedra eu posso conviver
com os lagartos e os musgos.

Assim: tem hora eu sou *quando* um rio. E as garças me beijam e me abençoam.
Essa era uma teoria que a gente inventava nas tarde. Hoje eu sou *quando* infante.
Eu resolvi voltar *quando* infante por um gosto de voltar. Como quem aprecia de ir às
origens de uma coisa ou de um ser. [...]

Manoel de Barros (Memórias Inventadas – A Segunda Infância)



Gotas de Sol
Martha Barros (2012)

CAPÍTULO II

A organização histórica e política território do PEVRI

Este capítulo apresenta as características gerais do local em que se construiu o território do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema (PEVRI). O texto demonstra as formas de atuação de grupos de poder no momento de povoamento da área, bem com a formação da Unidade de Conservação. O PEVRI está localizado na foz do rio Ivinhema com o rio Paraná, no estado de Mato Grosso do Sul (MS) (Figura 3), abrangendo áreas dos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu, conforme já mencionado.

Ao destacar os elementos físico-geográficos, o estado está dividido em duas macrobacias hidrográficas, sendo que na porção leste encontra-se a bacia hidrográfica do rio Paraná e a oeste a bacia hidrográfica do rio Paraguai. Essas duas macrobacias hidrográficas definem, em partes, a divisão territorial do estado de MS e, no caso do rio Paraná, este é o limite entre os estados de Mato Grosso do Sul, com São Paulo e Paraná.

A localização geográfica da UC deve ser entendida como uma condicionante central na discussão sobre a atuação dos grupos de poder, isso porque a aproximação geográfica com os estados de São Paulo e Paraná foi um facilitador no processo de ocupação expansionistas (Figura 3), caracterizado por grupos de poder atuantes em outros estados brasileiros.

Pensando na mobilidade humana, correlacionado a localização do Parque, os rios serviram de vias de acesso das frentes expansionistas ao local que atualmente está localizado a UC. Ao tratarmos de períodos de povoamento, pode-se afirmar que na área onde está localizado o PERVI, visualizamos baixa infraestrutura de estradas, esse problema foi sanado, na maioria das vezes, pela facilidade em percorrer os três municípios por via hidrográfica. É certo que existem áreas isoladas no interior da UC, dada, principalmente, as atuais condições físicas de conservação da vegetação e “drenagem”⁶⁵.

⁶⁵ No território do PEVRI é facilmente visualizado drenos (naturais e artificiais), os drenos artificiais foram construídos no período em que a área estava organizada em propriedades privadas de criação de gado para facilitar a criação de bebedouros para os animais.

No período de povoamento em que se consta, por volta das décadas de 70 do século XIX e 30 do século XX, os cursos d'água foram primordiais ao acesso ao local, como são até a atualidade. Porém, é possível visualizar diferentes estratégias expansionistas no que tange à colonização de cada município. Esses dois elementos, localização e povoamento da área, são importantes para contextualização de *criação* do PEVRI e, principalmente, para entender a escolha da área para a transformação em UC, pois entendemos que o local apresenta vestígios da fauna e flora nativa, justificando, portanto, o “notório” interesse dos grupos de poder pela conservação dos elementos naturais.

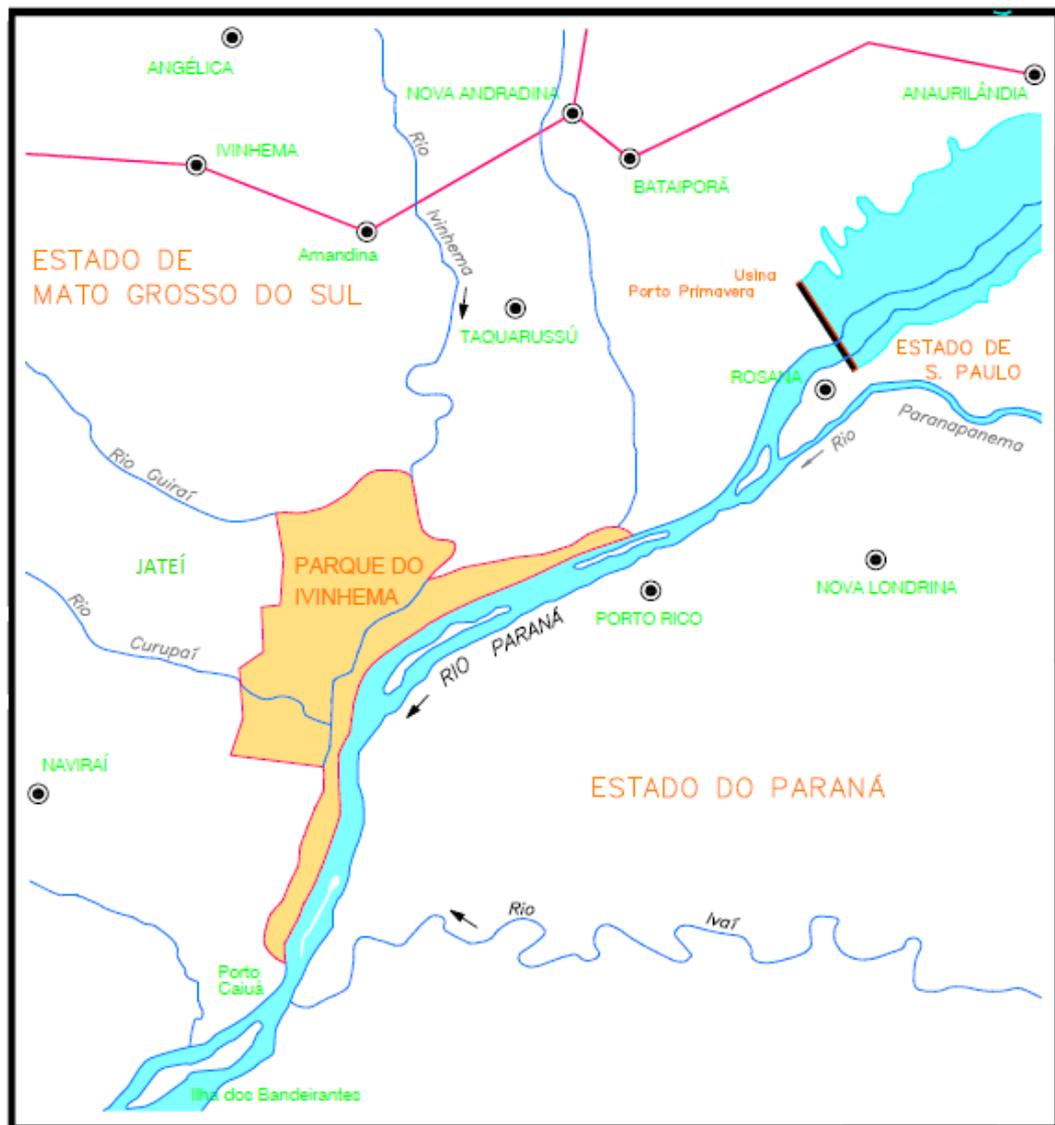
Ainda sobre a localização geográfica e a história de povoamento da área em que se localiza atualmente o PEVRI, para nós esses dois fatores são relevantes no que tange a verificação dos questionamentos apontados no início desta pesquisa.

Ao estudar as relações de poder que se estabeleceram e/ou até mesmo resistiram sobre a criação do PEVRI, identificamos a história de ocupação do local com múltiplas territorialidades, sendo suas lógicas diferentes nos três municípios, isso decorre devido cada município ter sua particularidade no que designa a história de ocupação humana e, conseqüentemente, as formas de uso da terra estão vinculadas à estrutura econômica em que cada processo se materializou.

Diante disso, observa-se, que, historicamente, os municípios passaram por processos de ocupação distintos, o que resulta em diferentes formas de uso e organização da terra. Conforme exposto, esses grupos expansionistas são caracterizados por frentes colonizadoras públicas e privadas, no geral, vinculadas ao uso da terra, à expansão da pecuária bovina de corte e ao cultivo da erva-mate, a exploração de madeira era outra atividade presente no período de povoamento da área do Parque. Assim, por meio da Figura 3⁶⁶ é possível visualizar a localização do Parque e as áreas dos três municípios atingidos pela criação do PEVRI, assim como diagnosticar a proximidade da UC com o rio e com o estado do Paraná, observe:

⁶⁶ Na parte superior da Figura 3 é possível visualizar parte do lago e o barramento da UHE Sérgio Motta.

FIGURA 3 - PEVRI e áreas municipais



Fonte: Acervo da CESP.
Org. OCON, D. C. M., 2015.

Ao observar as referências sobre a localização geográfica do parque é possível visualizar que este abrange as áreas dos municípios de Jateí, Taquarussu e Naviraí, limita-se com o rio Paraná e com o estado do Paraná. Esses aspectos de localização são relevantes à medida que se aborda as múltiplas territorialidades de povoamento do local.

Mesmo passando por processo de povoamento distinto, as áreas dos municípios em que se localiza a UC têm em comum as especificidades em relação à formação hidrológica, de fauna e de flora, esses foram os principais elementos direcionadores por parte dos grupos de poder⁶⁷, na decisão de escolha pelo local para a criação do Parque.

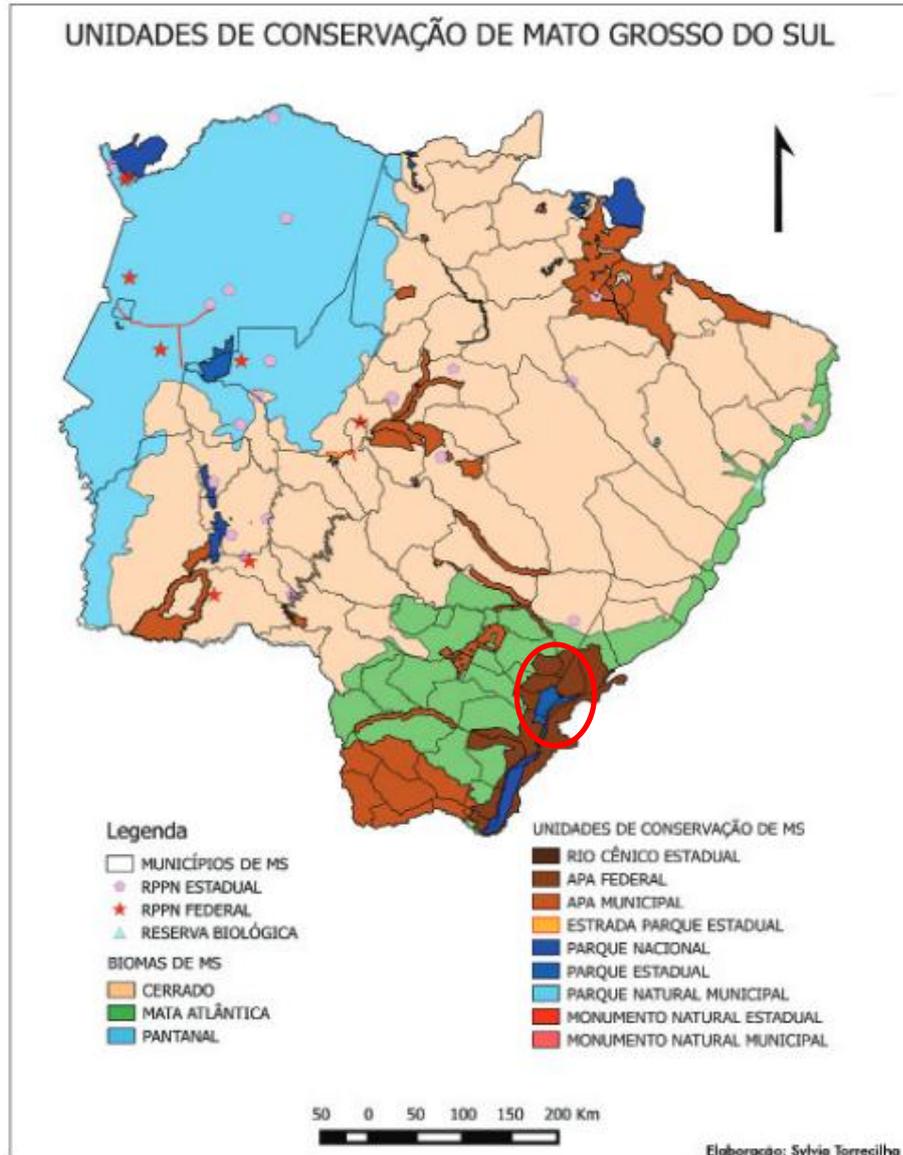
Porém, cabe mencionar neste momento, que mesmo local serviu, anteriormente, de “palco” aos interesses de atuação das frentes expansionistas da agropecuária e do extrativismo, se materializa, na atualidade, como um território em que as territorialidades de conflito ou até mesmo de combinação entre um grupo de poder e outro, redefine a forma de uso da terra, mediada pelo interesse preservacionista dos grupos de poder e das instituições governamentais, vinculados, direta e indiretamente, à construção da UHE.

Ainda, por meio da localização geográfica do PEVRI é possível visualizar as proximidades e existência de outras UCs, no que constata-se, também, que o PEVRI está localizado sobre a área de outra UC, esse fato só é possível porque a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal das Ilhas e Várzeas do rio Paraná é uma UC de Uso Sustentável e está sob jurisdição do Poder Federal, enquanto, como já mencionado, o Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema é uma UC de Proteção Integral do Poder Estadual.

É justamente este aspecto que demonstra a potencialidade em que cada categoria de UC é enquadrada no SNUC. Primeiramente, faz-se necessário observar as figuras 4 e 5, em que consta, respectivamente, as Unidades de Conservação do estado de Mato Grosso do Sul e a localização do PEVRI em relação à APA e, posteriormente, é possível notar, com o auxílio das duas figuras, a presença de outras UCs ao entorno do nosso objeto de estudo.

⁶⁷ Nesse sentido, destacamos a CESP como o principal grupo de poder durante o diagnóstico das características físicas do local, assim como o Consórcio THEMAG – ENGEA – UMAH, no levantamento dos estudos técnicos sobre a viabilidade ambiental da área.

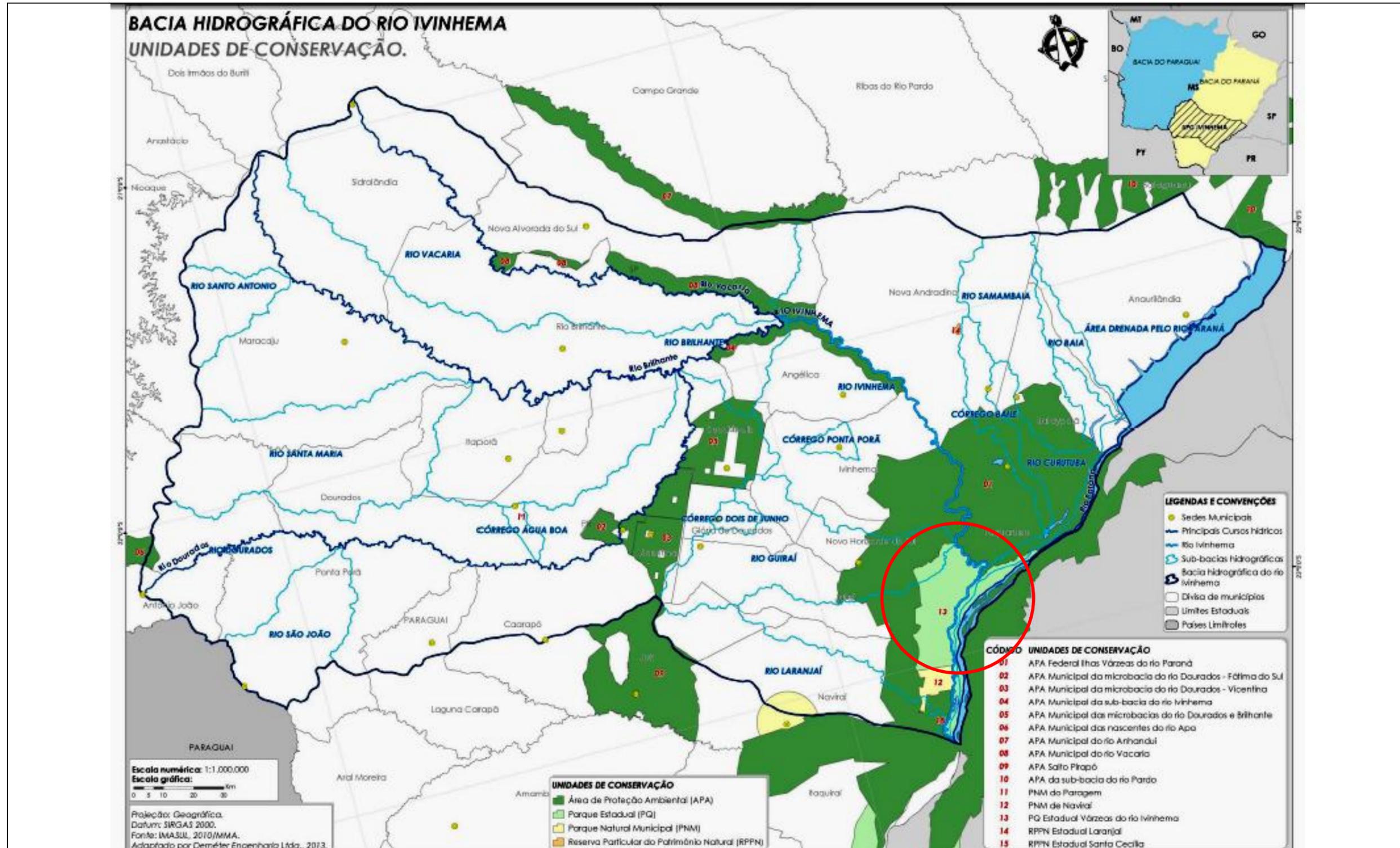
FIGURA 4 - UCs do estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Adaptado de: MATO GROSSO DO SUL. IMASUL. **Gestão ambiental em Mato Grosso do Sul**: conceitos e práticas. BARROS, E. C. D. R. de; GARCIA, E. M. G. (orgs.). Dourados, MS: UEMS, 2014.

Org.: OCON, D. C. M., 2015.

FIGURA 5 - UCs na Bacia Hidrográfica do rio Ivinhema e localização do PEVRI



Ao visualizar as figuras, é possível concluir que as UCs próximas ao PEVRI são de diferentes categorias de conservação da natureza e, com isso, observa-se a existência, de: Área de Proteção Ambiental (APA) Federal e Municipal, Parque Natural (PN) Municipal, Parque Estadual (PE) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Assim, ao dialogar com o SNUC, afirma-se que os tipos de UCs encontradas na bacia hidrográfica do rio Ivinhema são enquadrados em duas categorias: as de Proteção Integral e a de Uso Sustentável.

Porém, o ponto mais relevante é a “grande” quantidade de áreas de conservação da natureza ao entorno do PEVRI, isso se comparado a quantidade de UC de todo o Estado⁶⁸. É possível apontar que existe uma delimitação territorial de atuação dos grupos de poder, politicamente organizados ao ponto de prevalecer os interesses conservacionistas de preservação dos elementos da natureza em relação aos interesses economicistas dos proprietários das terras que foram transformadas em UC.

De modo geral, ao apresentar as UCs presentes na bacia hidrográfica do rio Ivinhema (figura 4), pode-se destacar o PEVRI como a única UC Estadual, pois as demais são territórios Federal ou Municipal. Esse é um dos fatores que influenciam diretamente nos grupos de poder que atuam principalmente na gestão territorial. No caso do PEVRI, veremos a seguir como este se constituiu como UC e as territorialidades que marcaram a delimitação da área.

O PEVRI se consolidou, especificamente, enquanto UC por meio do decreto nº 9.278⁶⁹, de 17 de dezembro de 1998, como medida compensatória à construção da Usina Hidrelétrica Eng^o Sérgio Motta, conhecida popularmente por Porto

⁶⁸ Com a Figura 4 é possível observar a existência de pontos de interesse em conservação da natureza. Neste sentido, destaca-se, ao nordeste a microrregião Cassilândia, a oeste a microrregião do Baixo Pantanal, a sudoeste a microrregião da Bodoquena. Essas duas últimas que abrangem a área da bacia hidrográfica do Ivinhema, a sul com a microrregião de Iguatemi e a leste com a microrregião de Nova Andradina.

⁶⁹ O presente Convênio tem por objeto dar continuidade ao cumprimento da Cláusula Quinta, § 4º e 5º, do Instrumento Particular de Composição Amigável firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO, a CESP e a SEMA em 28 de abril de 1998, referente à manutenção da unidade de conservação no Estado de Mato Grosso do Sul, denominada Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, criada pelo Decreto Estadual nº 9.278, de 17 de dezembro de 1998, instrumentalizado por meio do Convênio nº 5.503, celebrado entre a CESP e o IMAP, com a interveniência da SEMA, do MINISTÉRIO PÚBLICO e da SEJUSP/PM-MS/15º BPMA, em 30 de dezembro de 2004.

Primavera, localizada no rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (conforme informações apresentadas anteriormente).

O decreto de criação do PEVRI é resultado do Instrumento Particular de Composição Amigável e, nesse caso, uma contratação entre o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) e CESP (Anexo 3). Este documento consiste, em sua Cláusula Primeira (fl. 1):

[...] na apresentação e execução de um programa de desmatamento gradual, progressivo e seletivo das áreas [que serão] inundadas na formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Porto Primavera, no Rio Paraná, bem como a aquisição de área adequada para a implantação de Unidade de Conservação Ecológica [Destaque nosso].

No acordo firmado entre a SEMADES e CESP, a empresa energética ficou como responsável por proceder o desmatamento de 15.527 (quinze mil e quinhentos e vinte e sete) hectares da área de inundação em território sul-mato-grossense. O documento que dispõe sobre essa supressão vegetal determina, ainda, que a responsabilidade de avaliação técnica para o alagamento deve ser realizada pela SEMADES, durante o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento.

À saber, o acordo firmado entre a SEMADES e o Ministério Público Estadual, por meio do documento já citado (Instrumento Particular de Composição Amigável) corresponde à área de 8.389,90⁷⁰ ha, distribuídos nos municípios de Três Lagoas, com 220,00 ha; Brasilândia, com 775,47 ha; Santa Rita do Pardo, com 3.051,70 ha; Bataguassu, com 3.399,83 ha; e Anaurilândia, com 962,90 ha. A Cláusula Terceira, segundo parágrafo, dispõe (no Instrumento) que ao realizar o desmatamento da área, a CESP ficou responsável pelo resgate e a realocação da fauna para área previamente aprovada pela SEMADES, encaminhando relatório trimestral das atividades à SEMADES, ao IBAMA e ao Ministério Público do estado.

⁷⁰ Essa área corresponde ao perímetro de criação do lago da UHE.

Ainda, com o acordo firmado entre a instituição governamental e o grupo de poder, houve a instrumentalização do grau de importância e prioridade das áreas em que o desmatamento seria necessário. Assim, prioritariamente, estabeleceram-se as áreas que tivessem influência na qualidade das águas, segurança à navegação, beleza cênica e múltiplo uso do lago (com prioridade nas áreas com possibilidades de instalação de balneários, atracadouros, portos e empreendimentos turísticos).

Em resposta ao acordo supracitado, houve a necessidade da CESP em propor Programas de Controle Ambiental, esses Programas foram pensados para minimizar o impacto e, ainda, controlar as transformações ambientais em decorrência da construção do empreendimento. Nesse sentido, a CESP contratou o Consórcio THEMAG – ENGEA – UMAH, para realizar o levantamento estratégico e, também, criar propostas de Programas ao Controle Ambiental da área de abrangência do empreendimento.

Neste caso, temos até o momento a CESP como construtora da UHE e o consórcio THEMAG – ENGEA – UMAH, esses dois grupos de poder são considerados os mais importantes na decisão de escolha do local do PEVRI como área prioritariamente à conservação da natureza. No volume II do relatório sobre os Programas de Controle Ambiental, o consórcio afirma que há impacto em relação à fauna e à flora local, ocasionada em decorrência do processo de supressão de parte da vegetal e, conseqüentemente, o alagamento proporcionado pelos efeitos parciais de alteração do estado natural do local. Ao concluir essa assertiva, em relatório o consórcio indica potencialidade à reprodução da fauna e flora nas várzeas da bacia hidrográfica.

Do ponto de vista da organização política do território e da participação das instituições governamentais, visualiza-se a participação do IBAMA/CONAMA/SEMADES como executores e o Ministério Público Estadual como jurídico no processo de criação do PEVRI, porém são os grupos de poder e, neste caso, é a CESP e o Consórcio THEMAG – ENGEA – UMAH quem decidem e escolhem o local para a conservação dos elementos naturais. Ao aconselhar as várzeas da bacia hidrográfica como local potencialmente prioritário à reprodução da

fauna e flora, o consórcio, automaticamente, indica a confluência dos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu (conforme visualizado nas figuras 3, 4 e 5), como local de conservação da natureza que, posteriormente, é indicado pela SEMADES na Cláusula Quinta do acordo.

Sendo assim, há obrigatoriedade dos empreendimentos energéticos em transformar os impactos ambientais ocorridos com as obras em benfeitorias que minimizem esse impacto, conforme exposto anteriormente. Nesse sentido, a Resolução nº 2, de 18 de abril de 1996, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), desponta, também, como uma forma de contratação e legitimação das territorialidades construídas no PEVRI, visto que é uma normativa federal que versa sobre os empreendimentos que diretamente causam danos ambientais. Está previsto no Artigo 1º da Resolução que para reparar os danos causados pela destruição de ecossistemas é necessário a implantação de uma unidade de conservação de domínio público⁷¹ e uso indireto.

Tal resolução foi revogada pela Resolução nº 371, de 2006, que obriga o empreendedor a apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, sendo que o valor total do recurso não pode ser inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos à implantação do empreendimento. E, neste estudo de caso, não poderia ser inferior ao 0,5% do custo total da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta.

Nessa perspectiva, previsto no mesmo Instrumento Particular de Composição Amigável e que agrega a essa discussão, é necessário o realocamento da fauna existente na área de alagamento do lago da Usina Hidrelétrica. Assim, o PEVRI, além de regulamentar os danos ocorridos com a construção do lago da UHE, foi adquirido também como área para abrigar os animais da área alagada. Para isso, segue detalhadamente:

⁷¹ Entende-se por domínio público, o território que é propriedade da coletividade sendo administrado pelo Estado e uso indireto são as UC de Proteção Integral, destacado, posteriormente, neste trabalho.

A CESP, acatando os pedidos formulados nas ações civis públicas que são objeto desta transição e em atendimento às disposições da Resolução nº 02, de 18 de abril de 1996, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, deverá adquirir e transferir ao Estado de Mato Grosso do Sul, através de desapropriação, na forma prevista nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, para implantação de Unidade de Conservação de domínio público e uso indireto, uma área de terras com a dimensão mínima de 73.000 ha (setenta e três mil hectares) dentro do perímetro que for indicado pela SEMADES, dentre as áreas ambientalmente adequadas para aquela finalidade, na região das várzeas do Rio Paraná e próximo do Rio Ivinhema, identificação esta que está sendo realizada no processo de licenciamento que tramita na referida Secretaria, sendo que o custo de aquisição da área e de implantação de infraestrutura não poderá ser inferior ao valor de R\$ 16.104.787,11 (dezesseis milhões, cento e quatro mil, setecentos e oitenta e sete reais e onze centavos), quantia essa que, para efeito de atualização monetária, será convertida em UFERMS (Unidade Fiscal de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul), na base de dezembro de 1997 (mil novecentos e noventa e sete) (MATO GROSSO DO SUL, 1998 – Cláusula Quinta).

Assim, a criação do PEVRI é resultado da atuação de grupos de poder, dada pelo estabelecimento do Instrumento Particular de Composição Amigável, realizado pela CESP, enquanto os seus interesses perpassam múltiplas territorialidades materializadas pelos interesses econômicos e político, o Consórcio THEMAG – ENGEA – UMAH constrói o ideário de sustentabilidade ambiental no local, com a utilização de relatórios técnicos e as instituições governamentais atuam diretamente na contratação social da redefinição das territorialidades existentes enquanto área para a reprodução da agropecuária.

Podemos citar que as instituições governamentais atuaram nas territorialidades constantes em conjunto com a reflexão de Hobbes, Locke e Rousseau sobre a necessidade de um “contrato social” para o “bem” da humanidade. Os contratos como as leis supracitadas e o Instrumento Particular de Composição Amigável são, conseqüentemente, utilizadas para legitimar a transformação dessas múltiplas territorialidades construídas entre decidi/criar/minimizar o impacto do lago da UHE.

No entanto, a atuação ideológica, econômica e políticas dos grupos de poder CESP e THEMAG – ENGEA – UMAH, redefinem as territorialidades anteriormente estabelecidas no local, isso porque os interesses estão atrelados a uma lógica originalmente externa ao local. A lógica de que estamos falando trata-se da materialização do ideário de conservação da natureza, isto é, decidir por criar o parque motivado pela minimização do impacto do lago não foi uma escolha dos grupos de poder do local, houve uma internalização dos interesses externos.

Nesse contexto, conforme já destacado, a criação e a implantação do PEVRI formam um processo social com presença de diferentes tipos de exercício do poder, marcados pelo interesse predominante ideológico, econômico e político dos grupos (BOBBIO, 1987). Dessa forma, as características ideológicas/econômicas/políticas dos grupos estão na gênese do poder, são essas as características basilares para o estabelecimento relacional do poder entre os grupos.

É possível identificar, nas suas diferentes fases, a presença direta dos grupos de poder que atuaram na criação do PEVRI, como a Companhia Energética de São Paulo (CESP), o Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (como executora do estudo para o Plano de Manejo), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o Desenvolvimento Sustentável (SEMADES⁷²) e as instituições governamentais dos três municípios: Jateí, Naviraí e Taquarussu⁷³.

Com a implantação, observou-se que alguns dos grupos/atores permaneceram e outros surgiram com interesses ímpares, como, por exemplo, a permanência da CESP e dos governos municipais; o Conselho Consultivo do Parque (por meio dos seus representantes legais), na atuação e gestão do território; o governo estadual, e os proprietários rurais, juntamente com os CONAMA, IBAMA, Ministério Público de Mato Grosso do Sul, IMASUL e Universidades.

⁷² A SEMADES teve o seu nome alterado para SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente).

⁷³ Quando destacado os nomes dos municípios envolvidos na construção territorial do PEVRI será seguida a ordem alfabética ao prevalecer relações similares aos municípios, destacando, quando necessário, o seu grau de importância e singularidade.

No item 2.1. realiza-se a descrição da área de cada município relacionada ao PEVRI, além do levantamento do histórico de ocupação, para que possamos dialogar sobre as transformações territoriais do PEVRI.

2.1. Os municípios que abrangência o PEVRI: ocupação humana e grupos de poder

O atual estado de Mato Grosso do Sul teve seu movimento de ocupação humana marcado por diferentes interesses, sendo, historicamente, possível constatar que o sul do antigo estado do Mato Grosso é caracterizado pela presença de populações indígenas, espanhóis em missões jesuítas, bandeirantes, migrantes a partir de políticas públicas colonizadoras e companhias privadas com intermédio governamental.

Ao destacar a porção sul do Estado de Mato Grosso do Sul, Silva (2011) considerou como fato importante, na configuração do estado, as grandes propriedades com produção de erva-mate e criação de gado, a ocorrência da Guerra do Paraguai (1864-1870). Para o pesquisador “O acordo da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) realizado durante a guerra, que definiu o limite territorial entre Brasil e Paraguai e pôs fim ao conflito que há séculos[...], foram decisivos para a configuração de uma estrutura produtiva caracterizada por grandes propriedades rurais” (SILVA, 2011, p. 25).

Em relação à ocupação humana na área correspondente ao PEVRI, deve ser compreendido múltiplos fatores que influenciaram o desenvolvimento histórico-social do local. Considera-se que cada município atingido pela criação do parque são fragmentos de parte do processo, que de maneira geral, é percebido como uma área marcada por interesses dos grupos de poder que ocuparam o território a fim de privatizar a terra.

Atualmente, a área transformada em Unidade de Conservação, é resultado de diversos modos de organização social, o início desse processo ocorreu por volta de 2 mil anos, em que consta registro de grupos étnicos de origem indígena (Caiuá e

Ofayé) que viveram nas margens do rio Paraná, posteriormente, ingressa-se os criadores de gado, os produtores de algodão e erva-mate.

Ao iniciar as leituras históricas sobre o local, identifica-se, na porção sul do estado, a presença de área de vivência do grupo Caiuás, com abrangência do município de Naviraí, verificou-se, também, que houve a presença de membros desse grupo diagnosticado na área em que foi criado o PEVRI. Ao realizarmos a leitura do componente de Terras indígenas, diagnosticado no EIA/Rima e durante o levantamento de dados da pesquisa, não foi possível identificar a presença de caiuás na área da UC, porém há proximidade geográfica com o Porto Caiuás⁷⁴ (Figura 3) é significativa, principalmente, se considerarmos a possibilidade de deslocamento desses grupos por água.

Já os Ofayés⁷⁵, localizados mais ao Norte da área, estão próximos ou nos municípios de Taquarussu e Batayporã. A ocupação e a desterritorialização dessas etnias em território sul mato-grossense têm sido objeto de estudo de diversas ciências e, a partir dos trabalhos consultados, pode-se notar que a chegada dos espanhóis à área, marcou historicamente a “retirada” desses grupos indígenas. Os espanhóis chegaram ao território do sul do Mato Grosso no século XVI, por passagem pelos rios Paraná e Paraguai, “como também em fins do mesmo século, a fixação de um núcleo chamado Santiago de Xerez pelos espanhóis, que durou até 1632” (BONFIM, 2009, p. 28).

Assim, com o levantamento realizado sobre a possibilidade de identificar grupos indígenas Caiuás, na área pertencente ao parque, realizou o mesmo estudo a respeito dos Ofayés, igualmente ao Caiuás, os Ofayés não foram afetados diretamente sobre a criação do PEVRI. Assim, observamos atentamente se houve ou não o diagnóstico de grupos indígenas, conclui-se que até a finalização dos trabalhos esses não foram identificados no local.

⁷⁴ Vilarejo indígena, construído com a fixação de membros da etnia Caiuás no município de Naviraí, localizado na margem do rio Paraná.

⁷⁵ “Ofaié, antigos caçadores e coletores da margem direita do rio Paraná” (DUTRA, 2011, p. 147).

No entanto, há de se considerar a presença de grupos indígenas e não-indígenas na constituição histórica e econômica do sul do Mato Grosso. Anteriormente a divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ocorrido em 1977), é possível observar que “Os primeiros colonizadores no norte de Mato Grosso eram oriundos do Norte e Nordeste do país, mesclados à população indígena que já habitava a região. Para o sul do Estado, vieram mineiros, gaúchos, paulistas, paraguaios, italianos, japoneses e sírio-libaneses” (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2009, p. 12). Com isso, incluímos a possibilidade de perceber a maior influência, na área do PEVRI sobre populações não-indígenas do que propriamente os dois grupos supracitados.

Assim, considera-se que o movimento populacional se deu de forma completamente diferente em relação ao norte e ao sul do estado, as informações disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul consta que desde o século XIX, “[...] várias foram as tentativas de representantes da população do sul de Mato Grosso para criar um novo Estado, como as ações da Liga Sul-Mato-Grossense que, desde 1932, trabalhava pela emancipação” (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 12). No entanto, somente no ano de 1974, os “[...] integrantes da Liga enviaram ao Governo Federal o material estatístico para encaminhar a lei complementar, que em 11 de outubro de 1977 foi assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, concretizando assim a [divisão] criação do Estado, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto” (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 12). Esse movimento separatista originou-se, segundo Silva (2011), com a chegada de sulistas em terras que disputavam com a Cia Matte Laranjeira.

Silva (2011), ainda salienta que a vinda dos migrantes ao sul do estado causou conflitos, principalmente na forma como a Cia Matte Laranjeira organizava as áreas em que mantinham o controle produtivo. Relata que

A vinda dos migrantes para o sul do Estado de Mato Grosso causou transtornos para a Cia Matte Laranjeira⁷⁶, pois aqueles não estavam dispostos a viverem submissos aos mandos da Cia. Somando a

⁷⁶ O nome dado a empresa Cia Matte Laranjeira é grifado com o uso da letra G e herva-matte com o uso da letra H, nos trechos escritos por nós, foi realizado o ajuste com as normas da língua-portuguesa da atualidade.

alguns coronéis e fazendeiros de gado instalados no sul do Estado, a vinda dos gaúchos foi decisiva para fermentar um regionalismo que se opunha ao poder dominante do Norte (Silva, 2011, p. 167).

Para Silva (2011, p. 169) “É importa destacar que o movimento separatista organizado por coronéis e imigrantes sulistas não visava uma simples desarticulação do poder da Cia Matte Laranjeira, era, ante, a melhor forma de se ver independente do norte e de se consolidar o poder da elite regional do sul do Estado”.

O controle produtivo da área da Cia Matte Laranjeira foi concedido ao seu representante legal, Thomaz Laranjeira, durante o governo do então presidente Manoel Deodoro da Fonseca, por meio do decreto nº 520 de 23 de junho de 1890⁷⁷. Na ocasião, a cessão da exploração de “herva-matte” foi registrada em terrenos devolutos localizados “[...] na fronteira austral do mesmo Estado com a Republica do Paraguay”, delimitados pelos

[...] limites desta concessão serão: desde a foz do rio Dourados no rio Brilhante e por este até á sua foz no Ivinheima, por este até a sua foz no Paraná e por este até ser encontrada a foz do Iguatemy, fechando-se a área com uma linha recta deste ponto até a foz do rio Dourados no Brilhante (BRASIL, 1890, p. 1412).

Esta área, que abrange o nosso objeto de tese, foi incorporada aos limites anteriormente cedido, por meio do decreto nº 9692 (31 de dezembro de 1886), que abrangia “[...] as cabeceiras do ribeirão das Onças na serra do Amambahy, pelo ribeirão S. João e rios Dourados, Brilhante, Ivinheima e Paraná até ao Iguatemy e por este até ás suas cabeceiras na serra Maracajú e pela crista de ambas as serras até ás referidas cabeceiras do ribeirão das Onças”, com prazo total de concessão de 10 (dez) anos.

Ao considerar a presença dos coronéis do gado, Silva (2011, p. 38) salienta a relação desses com as formas de manutenção do poder, por meio da violência, observe:

⁷⁷ Brasil - 1890, Página 1412 Vol. 1 fasc.VI (Publicação Original).

Se a presença da pecuária bovina e o clima de instabilidade política e de violência presente na região não contribuíram para o aumento do fluxo migratório e para a formação de grandes cidades, o mesmo não se poder dizer da atuação dos coronéis criadores de gado, que, utilizando-se muitas vezes de práticas criminosas, encontraram condições propícias para legitimar a posse da terra e o poder regional (SILVA, 2011, p. 38)

O período em que Corrêa (2006) marca como formador do poderio dos coronéis em Mato Grosso do Sul é, entre os anos 1889 a 1943, auge não só da instabilidade política, como também, da econômica do Estado. As práticas de violência adotadas pelo grupo, neste período, se retomarmos a reflexão realizada com a abordagem teórica do poder de Arendt (2007), pode-se considerar que o exercício da violência foi o marco do enfraquecimento do poder do grupo perante a chegada de outros grupos no local.

É importante citar que Silva (2011) não considera apenas os criadores de gado como coronéis, o autor destaca “algumas autoridades políticas eram verdadeiros coronéis” (SILVA, 2011, p.38). Para ele, esses representantes governamentais faziam o uso do Poder do Estado e, até mesmo o uso do poder-legal (legitimado por lei), para dominar parte da produção econômica, política e ideológica de algumas áreas do estado. Silva (2011) afirma, ainda, que esses representantes, “[...] uniam-se a algum grande fazendeiro para juntos compartilharem o poder regional. [...] O poder não era mantido apenas por um grupo oligárquico, mas por grupos afins que, unidos por interesses comuns, concentraram suas posses e patrimônios” (SILVA, 2011, p. 38).

Além da presença dos coronéis, sulistas e a Cia Matte Laranjeira, nos municípios que foram atingidos pela criação do PEVRI, observa-se, o ingresso de migrantes dos estados do sudeste brasileiro, principalmente, oriundos do estado de São Paulo, com isso, ao longo do século XX, essa Cia perdeu seu poderio de controle privado das áreas produtivas. Uma das Cia precursoras da expansão agrícola e que atuou no município de Taquarussu foi a Cia São Paulo-Mato Grosso, pertencente a Juan Antonin Bata, e a Companhia Vera Cruz-Mato Grosso, de Ariosto da Riva original do município de Vera Cruz no Estado de São Paulo. Durante

o levantamento de dados desta pesquisa, verificou-se que, atualmente, uma das áreas anteriormente pertencente a esta companhia abriga o Portal do Parque no município de Taquarussu.

Para entender as especificidades de cada município, compreende-se ser importante destacar a história de ocupação humana, pois é um fato relevante no momento em que, durante a criação do PEVRI, visualizam-se territorialidades locais originadas da atuação conjunta e/ou particular dos grupos e atores “colonizadores”. Ainda, é por meio da ocupação humana que as características econômicas de cada propriedade se territorializou no espaço, conforme será abordado na sequência.

Dada essa complexidade, foi realizado o levantamento histórico de cada município, salientando os aspectos de povoamento e organização fundiária, vale ressaltar que sobre a área pertencente exclusivamente ao PEVRI, houve levantamento por meio dos documentos realizados pela CESP, durante o diagnóstico de Memorial descritivo, documentos esses utilizados também na conclusão do Capítulo IV, deste trabalho.

2.1.1. Os grupos de poder e a história de povoamento de Jateí-MS

O município de Jateí foi criado pela Lei Estadual nº 1950, de 11 de novembro de 1963, desmembrado do município de Dourados, data em que se comemora a sua emancipação, mas sua história de povoamento é anterior a esse fato histórico. O município teve duas frentes políticas de povoamento: a Colônia Agrícola Nacional (CAND) e a Companhia Mate Laranjeira.

A CAND, criada em 1943, no governo de Getúlio Vargas, proporcionou a fixação de várias pessoas ao território de Jateí, sendo a mobilização humana originada de uma política governamental de povoamento do centro-oeste do país. A área de abrangência da CAND é delimitada em diferentes trabalhos acadêmicos, no entanto, esse recorte territorial ultrapassa a materialidade do espaço e, assim, considera-se que a CAND territorializou elementos anteriormente inexistentes à região, com destaque a chegada de pessoas culturalmente miscigenadas, com

valores, culinária e religiosidade distintas, além de diferencial nas formas de uso da terra.

Uma parcela do município, ocupada pela área da colônia, foi organizada em pequenas propriedades rurais, resultado da pressão popular exercida na cruzada do Rio Dourados, fronteira do projeto desenvolvimentista. Em 1954, os colonos ultrapassaram o rio, exercendo a pressão e incorporação de mais terras, o que obrigou o governo de Vargas a incorporar a segunda zona da colônia, projeto elaborado por Tacito Pace, no qual foi implementado o novo povoamento e que, diretamente, está vinculado ao povoamento de Jateí.

A delimitação territorial durante a ocupação, ficou caracterizada por propriedades privadas rurais de pequeno porte, baseada no desenvolvimento de culturas anuais de subsistência, com comercialização de pequena parcela da produção excedida. Nessa área, surgiu o primeiro povoamento urbano do município, justamente para o desenvolvimento do comércio de excedentes da produção rural.

Assim, a CAND foi politicamente um projeto desenvolvimentista executado durante o governo federal de Vargas, com início na década de 1940, por meio das Colônias Agrícolas Nacionais de Goiás, no Estado de Goiás, em 1941, e de Dourados, no sul do antigo Mato Grosso, em 1943, atualmente território desmembrado pela Lei Complementar nº 31.

O projeto recebeu, oficialmente, o nome de Marcha para Oeste e Rumo ao Oeste e, sob esta ótica, Oliveira (1999, p. 70-75) considera que, a partir de 1938, o Estado Novo brasileiro desencadeou a esta campanha com o objetivo de colonizar oficialmente os espaços considerados “vazios”⁷⁸. A campanha Marcha para Oeste estava vinculada ao projeto colonizador que propunha a “Reconstrução da Nação”.

Nesse processo histórico-social, a Colônia Agrícola foi visualizada pela população brasileira como uma oportunidade de sobrevivência e desenvolvimento

⁷⁸ Na porção territorial sul do Estado do Mato Grosso, nesse período, existia populações e até mesmo empresas privadas de grande porte instaladas, o que se buscava era o aumento populacional das áreas de Colônias.

positivo do país, sendo em conjunto a este processo que a função da terra se redefinirá à subsistência da população brasileira.

De acordo com Lima (2006), o que facilitou a ida de pessoas aos lugares de implantação das Colônias Agrícolas Nacionais foi a distribuição gratuita de terras em região de solo fértil, o que era um forte atrativo, principalmente, aos flagelados da seca no nordeste brasileiro. O governo, no entanto, encontrou obstáculos em seu início, pois se deparou com a presença da Cia. Mate Laranjeira, arrendatária de grande área de terras do Estado de Mato Grosso e impedindo o povoamento dessa área, e, ainda, a presença de indígenas.

A Marcha para Oeste foi, para o presidente Vargas, uma política de Reconstrução da Nação e, conforme discurso proferido em Goiás, Vargas (1940, *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 71) afirmou que:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada [rumo ao oeste] no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidem com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não

ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.

Percebe-se que a campanha Marcha para Oeste era entendida por Vargas como condição primordial de expansão populacional e conquistas de espaços econômicos, bem como, a retomada ao campo para aquelas pessoas que se encontravam desempregadas nos centros urbanos.

Jateí, município que na década de 1940 foi a “terra prometida”, tornou-se, no final dos anos 1990 e 2000, o território da conservação ambiental, isto é, o local foi alvo de atração e repulsão de grupos sociais. Desse fato, decorre que o Estado atua de forma paradoxal, isso em decorrência do modelo de desenvolvimentista controlado que prevalece nas instituições governamentais.

Além disso, outra característica do município é a de que sua maior parte foi ocupada pela atuação da Companhia Mate Laranjeira, empresa dedicada ao desenvolvimento de atividades de pecuária bovina extensiva, que buscava crescimento e estabilidade econômica na fixação de grandes fazendas produtoras.

2.1.2. Os grupos de poder e a história de povoamento de Naviraí-MS

Diferentemente da totalidade histórica que abrange o município de Jateí, Naviraí, apesar de características semelhantes à de povoamento por atividade de uma empresa, foi fundado por Ariosto Riva, por meio da atuação da empresa colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. e criado pela Lei Estadual nº 1195, de 22 de dezembro de 1958, também desmembrado do município de Dourados.

As atividades econômicas ligadas à exploração da empresa Vera Cruz Mato Grosso Ltda. estavam diretamente relacionadas ao extrativismo da madeira, sendo assim, as primeiras atividades de trabalho executadas no município foram as serrarias, datadas de 1953.

Naviraí era um território sem vias rodoviárias, com acesso somente por via fluvial, pelo rio Amambai e, por isso, recebeu inicialmente o nome de Vera Cruz.

O topônimo Naviraí, de origem castelhana (Navidad = natividade, Guarani; Virai = cor de matiz arroxeadado), caracteriza a folhagem de arbustos locais, no período de renovação. Observando o fenômeno durante o ciclo da erva-mate, os pioneiros da região deram ao córrego existente no local, o nome de Naviraí, posteriormente, denominação que passou a ser adotada para toda a gleba.

2.1.3. Os grupos de poder e a história de povoamento de Taquarussu-MS

O município, particularmente distinto dos demais, foi influenciado por frente colonizadora com a participação de um grupo de poder, a Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso S/A (CVSP-MT). A sede dessa companhia era na capital do estado de São Paulo e seus objetivos estavam inteiramente correlacionados à constituição econômica desse território mato-grossense.

Conforme Bonfim (2009) a CVSP-MT surgiu da influência do Major Cecílio e da firma Diederichsen e Tibiriçá, ao construírem estradas ligando as terras de Mato Grosso do Sul com o estado de São Paulo que levou, em 1907, o Major Cecílio a negociar com a firma Diederichsen e Tibiriçá e vender a sua concessão de colonização.

Essa empresa estava fundamentalmente estruturada com o objetivo de realizar a travessia do gado do sul mato-grossense ao mercado consumidor de São Paulo, mas esse objetivo foi ampliado e, em 1908, já com parte da via de acesso instalada, como o Porto Tibiriçá e o Porto 15 de novembro, por meio de balsas. A empresa Diederichsen e Tibiriçá mudou sua razão social para Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso S/A, como forma de ampliar seus negócios, sendo assim:

As atividades começaram gradativamente a aumentar, superando a intenção inicial de representar somente uma travessia de gado entre Mato Grosso e São Paulo. Constituiu-se um centro de engorda, estabeleceu-se o comércio atacadista e varejista, já referenciados acima, além da instalação de casas comerciais (como uma no Porto Alegre, com navegação do rio Anhanduí, e outra em Entre Rios, atual Rio Brilhante, com navegação dos rios Ivinhema e Brilhante) e do serviço de navegação fluvial nos rios Paraná, Anhanduí, Pardo e Ivinhema.

O território, que atualmente é município de Taquarussu, foi adquirido por essa companhia por meio de negociação fundiária descrita em Escritura Pública datada de 6 de maio de 1921, lavrada na então Diretoria de Terras, Minas e Colonização do governo do Estado de Mato Grosso. Ao todo, foram negociados 34.343,00 (trinta e quatro mil trezentos e quarenta e três) hectares desse município, conforme informações disponíveis no Plano Municipal de Educação (2001).

A CVSP-MT foi detentora, ainda, das seguintes propriedades:

[...] Fazenda Formosa, à margem direita do Rio Pardo, e Fazenda Limeira, à margem esquerda do Rio Pardo, num total, aproximadamente, de 72.000 hectares;
Fazenda Pedra, à margem direita do Rio Pardo, exatamente no ponto de confluência deste com o Anhanduí, com aproximadamente, 66.000 hectares;
Fazenda de Porto Alegre, à margem direita do Rio Anhanduí, com aproximadamente, 28.000 hectares;
Fazenda São Francisco, à margem esquerda do Rio Anhanduí, vizinha com a anterior, com aproximadamente, 40.000 hectares;
Fazenda Samambaia dividida em quatro glebas: Caiuás, Iguassú, Machado e Recanto, desde o Rio Ivinhema até o Rio Samambaia, com aproximadamente, 76.000 hectares (ABREU *apud* Bonfim, 2006, p. 79).

Dessa forma, constata-se que o valor financeiro pago pela Companhia de Viação São Paulo, ao estado de Mato Grosso, pelas terras taquarussuenses, foi de cento e um contos, trezentos e quatorze mil e oitocentos réis (101:314\$800). A venda, segundo informações disponibilizadas no Plano Municipal de Educação (2001, fl.16-17), foi realizada por meio de:

Contrato lavrado na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, em 15.04.1921, registrado no Regime Especial sob o nº 541B e 545B de ordem do livro nº 1, em 22.04.1921, entre o Governo de Mato Grosso e a Cia de Viação São Paulo – Mato Grosso.

A ocupação desse município iniciou-se, portanto, com o objetivo de desenvolvimento da criação pecuária, ao explorar a indústria de navegação e transportes no Rio Paraná e seus afluentes, mas se redefine com os interesses econômicos da Companhia em:

- 1° Precipuamente realizar e explorar as concessões que lhe transferem os acionistas Arthur Diederichsen e Doutor Francisco Tibiriçá, obtidas do Estado de São Paulo por contrato de 6 de outubro de 1904, e do Estado de Mato Grosso por contratos de Agosto de 1902 e de 15 de Abril de 1904;
- 2° explorar a indústria de navegação e transporte no Rio Paraná e seus afluentes;
- 3° explorar o comércio de gado para a criação de corte e **gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade**;
- 4° **vender terras devolutas** de suas concessões ou estabelecer nelas núcleos colonizadores;
- 5° montar e explorar estabelecimentos de **criação ou de culturas** em suas terras ou nas que venha a adquirir;
- 6° contratar com os Governos a arrecadação de quaisquer taxas ou impostos nas zonas de suas concessões;
- 7° qualquer outro empreendimento industrial ou comercial relacionados com os seus negócios e resolvido pela Assembleia Geral (ABREU *apud* BONFIM, 2006, p. 78) [Destaque nossos].

Com amplos interesses, todos voltados à acumulação de riquezas, a Cia Viação São Paulo Mato Grosso S/A, foi um grupo de poder que no período de povoamento, teve grandes influências na organização fundiária do município, dividindo seus grandes latifúndios em propriedades menores e executando o processo de venda das propriedades, atraindo nordestinos, paulistas e paranaenses. Esses territorializaram interesses econômicos ao desenvolvimento da agricultura com a cultura do algodão, pecuária e com a criação do bovino de corte.

A dificuldade de comercialização dos produtos dessa região, se dá devido ao acesso aos mercados consumidores nacionais, foi uma das características que

acentuou o povoamento de Taquarussu. Os pioneiros Benedito Machado, Miguel Araújo, Bruno Crivelli, Marciano Cordeiro, Manoel Antonio e José Nunes Sobrinho lotearam parte de suas propriedades, até então rurais, para a implantação do pequeno povoado, área que atualmente corresponde a sede urbana do município.

A vila de Taquarussu foi delimitada por Valério Nunes de Souza e Martinho Marques, respectivamente, técnico e engenheiro em agrimensura, ambos ex-funcionários da CVSP–MT e, em 24 de maio de 1976, a Vila Taquarussu foi elevada à categoria de Distrito por meio da Lei Estadual nº 3.708 e obteve a sua emancipação político administrativa pela Lei Estadual nº 76, de 12 de maio de 1980, tendo como origem a Comarca e o Município de Batayporã.

2.2. O povoamento dos municípios do PEVRI e a presença de grupos de poder

Os municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu tiveram sua estrutura fundiária, fundamentalmente, marcada pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, por meio da colonização particular e a participação de grupos de poder com iniciativa de acumulação privada, como no caso de Naviraí e Taquarussu, e por meio de políticas públicas, como no caso de Jateí.

As características específicas do território do PEVRI, sem desconsiderar a complexidade histórica de cada município, foram se construindo pela criação de um território que se constitui historicamente no desenvolvimento de frentes colonizadas, com interesses na exploração das riquezas naturais agregadas de valor mercadológico de matéria-prima para a produção agropecuária que, ao longo do processo, se redefine para ser conservado naturalmente.

O paradoxo marcado entre a história de ocupação e de desocupação do território do PEVRI, foi objetivado por grupos de poder fundamentados nos interesses econômicos e, nos casos destacados, pode-se constatar a presença da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, Companhia Mate Laranjeira, Companhia Viação São Paulo S/A e Vera Cruz Mato Grosso Ltda.

QUADRO 6 - Grupos de poder atuantes no território do PEVRI

Período de Ocupação	Período de Criação do PEVRI
- CAND - Companhia Mate Laranjeira - CVSP-MT S/A - Vera Cruz Mato Grosso Ltda.	- CESP - CONAMA - ENGEA - IBAMA - Ministério Público de Mato Grosso do Sul - Proprietários de terra - SEMADES - THEMAG - UMAH - Universidades

Org.: OCON, D. C. M. (2014).

Para auxiliar na compreensão da pesquisa, em que os grupos de poder que atuaram na ocupação do território, todos eles externos ao lugar, atuaram com interesses distintos da territorialidade construída com a criação e implantação do PEVRI, destaca-se o histórico dos municípios.

Sobre a análise do poder, pode-se considerar que a CAND foi uma forma intervencionista de ocupação de parte do Mato Grosso do Sul, com interesse apenas em povoar a área de vulnerabilidade, no caso de um ataque paraguaio em interesse as terras já consideradas brasileiras.

Já a Companhia Mate Laranjeira, a CVSP-MT S/A e a Vera Cruz Mato Grosso Ltda. atuaram como forma de territorialização de suas atividades

econômicas que foram significativas a ponto de o território se apresentar, ainda no período de criação do PEVRI, estruturado em propriedades agropecuárias.

Além desses grupos presentes na construção das territorialidades de ocupação da área que, posteriormente, foi transformada em UC, pode-se identificar à CESP, o CONAMA, o ENGEA, o IBAMA, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, os Proprietários de terra, a SEMADES, o THEMAG, o UMAH e as Universidades em sua territorialização. A forma como cada grupo atuou na criação do PEVRI será abordada no capítulo III.

Na sequência, faremos a relação entre o histórico dos municípios com as reflexões estabelecidas junto aos interesses que surgiram durante a territorialização do PEVRI, bem como a atuação dos grupos de poder, listados na tabela 2, na decisão de escolha da área do PEVRI. Apresenta-se, ainda, os elementos direcionadores da criação da UC e o aparato institucional necessário à criação de áreas de preservação ambiental no Brasil.

2.3. O Território do PEVRI: área dos municípios e o ICMS ecológico⁷⁹

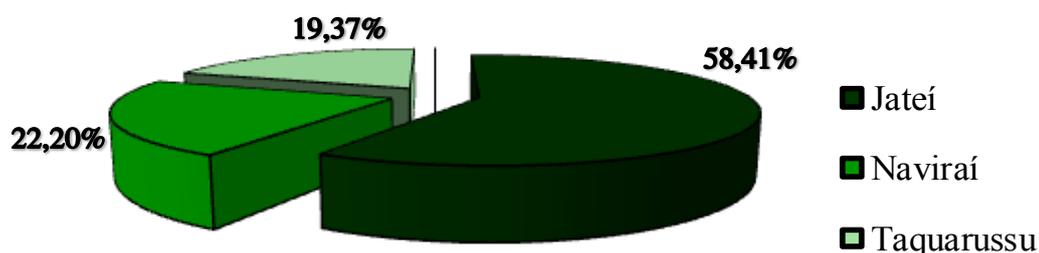
Para realizarmos uma reflexão sobre as formas de atuação dos grupos de poder, considerando a atuação desses grupos nas territorialidades construídas em relação à área dos municípios que foi transformada em UC, e, conseqüentemente, sobre uma das formas de retorno financeiro ao município o ICMS ecológico, foi realizado um levantamento sobre o tamanho da área, a área de cada município transformado em UC e a contratualização desse processo realizada pelas instituições governamentais, entre os municípios e CESP, conforme já iniciada as reflexões no item anterior.

⁷⁹ O ICMS ecológico, para nós, é um dos elementos fundamentais no interesse pela criação do PEVRI, haja vista que em alguns casos, o valor repassado do Estado de Mato Grosso do Sul para o município atinge até 10% do valor total da arrecadação municipal.

A área de abrangência do PEVRI está distribuída de forma irregular se comparada ao tamanho da área de cada município que ocupa na UC. Esta observação é necessária porque, posteriormente, será destacada a relação entre o tamanho da área, o número de propriedades rurais que entraram em negociação e a geração de ICMS ecológico/municipal.

A área total do Parque é de 73.345,15 ha (Anexo 3) distribuídos da seguinte forma: 42.846,0575 ha de Jateí, 16.284,8512 ha de Naviraí, e 14.214,2413 ha de Taquarussu. O percentual da área total do PEVRI está distribuído em 58,41% de área localizada no município de Jateí; 22,20% de Naviraí e 19,37% de Taquarussu, como demonstra o gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Área de abrangência do PEVRI em relação aos municípios



Fonte: Plano de Manejo do PEVRI.

Org.: Ocon, D. C. M. (2014).

Analisar a dimensão da área municipal, em relação ao PEVRI, faz-se necessário porque a sua criação está condicionada às negociações de compra/venda de terras. Portanto, quanto maior a área maior o valor financeiro investido pela CESP/Estado na aquisição de terras, podendo ser maior ou menor o número e a intensidade dos conflitos existentes. O estabelecimento da negociação entre compra/venda de terras nos apresenta o ideário de uso da terra pelas suas

diferentes funções, a exemplo do lazer, agricultura, pecuária, conservação da natureza, educação, dentre outras.

Na contemporaneidade, considerando o modo de organização social capitalista, entende-se que independente do tipo de atividade humana haverá mecanismos de apropriação privada dos meios de produção pela presença de uso direto e indireto da terra por atividades econômicas, mas também pelo lazer, conservação e preservação da natureza e educação, como apresentado acima, que demonstram formas de apropriação do capital.

No caso da conservação da natureza, o PEVRI foi criado para satisfazer os danos ambientais causados com a necessidade de geração de energia elétrica que, não necessariamente, é produto do capital, mas é no capitalismo, por sua lógica de expansão industrial de excedentes e de alto consumo, que passa a versar sobre a alta produtividade⁸⁰.

Essa transformação sobre as formas de uso da terra de atividade puramente econômica para atividade de conservação e preservação da Natureza, na maioria das vezes, não se dá de forma igualitária, pois os grupos ou atores sociais diretamente envolvidos têm interesses múltiplos e conflitantes. No caso das relações estabelecidas na criação do PEVRI, são os interesses econômicos e ideológicos que afloram com maior intensidade.

Assim, os conflitos existentes sob a criação do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema estão vinculados à função que a terra possui ou passará a possuir. A tabela 1 apresenta a área que cada município possui de Parque (transformados em km² para equiparar a unidade de medida utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) em relação ao tamanho total da área do município. Na análise do gráfico 1, realizamos a leitura sobre a porcentagem do Parque em relação aos municípios, na tabela 1 podemos observar de forma mais holística, enquadrando o tamanho da área total dos municípios e quanto foi transformado em UC, observe.

⁸⁰ Como já mencionado no Capítulo I, no item sobre a construção política da Unidade de Conservação.

TABELA 1 - Demonstrativa de área total e específica ao PEVRI

Município	Área total (km²)	PEVRI em relação ao município (%)	Área do PEVRI (km²)	Área do PEVRI (%)	Área do município que NÃO pertence ao PEVRI (km²)
Jateí-MS	1.927,946	22,22%	428,460575	58,41%	1.499,485425
Naviraí-MS	3.193,541	5,09%	162,848512	22,20%	3.066,692488
Taquarussu- MS	1.041,121	13,65%	142,142413	19,37%	898,978587

Fonte: www.ibge.gov.br e Plano de Manejo do PEVRI.

Org.: OCON, D. C. M. (2014).

Ao analisar a tabela 1 é possível constatar que o PEVRI está localizado 58,41% no município de Jateí, o que significa 22,22% do total do território municipal pertence a área do PEVRI; em segundo lugar Naviraí é o município que possui 22,20% do Parque, porém esta área representa apenas 5,09% do território total do município e Taquarussu apesar de ter 19,37% da UC no território, condiz a 13,65% do seu “antigo” território transformado em Parque.

A organização desses dados demonstra dois aspectos importantes para a tese: 1. a área em que o PEVRI foi criado contém disparidades quanto à distribuição de área em cada município, o que poderia ser um dos fatores diretos de disputas e/ou resistências de/ao poder por parte dos governos municipais e; 2. o tamanho da área destinada ao PEVRI está relacionado à perda administrativa municipal, pois o território passa da esfera municipal para a estadual.

A disparidade do tamanho das áreas em relação cada município que compreende o PEVRI, não despontou como uma problemática geradora de conflito entre os grupos de poder, porém, atrelado a esse condicionante, pudemos perceber

a influência deste fator na quantificação do ICMS ecológico, o que trataremos ainda nesta parte do texto.

No entanto, ao verificarmos, durante o levantamento de dados da pesquisa, com a seguinte situação: 100% dos entrevistados, representantes dos governos municipais, consideram que a criação do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema foi positiva ao município. E, quando questionados o porquê o Parque foi um fator positivo, **todos** os entrevistados responderam que a importância se deu, principalmente, por causa da geração do ICMS ecológico, porém nenhum dos representantes questionou a perda administrativa municipal sobre o território, isto é, a transferência administrativa da esfera municipal à estadual, pois, a princípio essa questão não é compreendida como uma problemática.

Nesse sentido, podemos destacar três elementos fundamentais da construção das territorialidades dos grupos de poder que poderiam/podem despontar como um conflito entre os municípios as instituições municipais e a CESP. Primeiramente há diferença entre o tamanho das áreas municipais atingidas pela criação do PEVRI, conseqüentemente, esse é um dos elementos que interferem na quantificação do ICMS ecológico, e, posteriormente, e, talvez o mais importante do ponto de vista da atuação das instituições públicas municipais, há perda administrativa sobre o território.

Porém, o nosso diagnóstico é de que os representantes municipais se preocupam integralmente com a geração do ICMS ecológico e, não necessariamente, com essa perda administrativa. A partir desse entendimento, o texto segue estruturado como demonstrativo da necessidade em repensar a perda administrativa dos municípios sobre o território da UC e o ICMS ecológico.

Do ponto de vista jurídico, atualmente, a Unidade de Conservação é um território de uso e gestão administrativa do governo estadual do Mato Grosso do Sul e não mais dos municípios citados, com a ressalva de existência de órgãos de controle social, onde os municípios possuem cadeira fixa, como é o caso do Conselho Consultivo do Parque.

A transformação administrativa do território Unidades de Conservação apresenta-se como um fator relevante para o surgimento de conflitos, principalmente aos aspectos que correlacionam com as territorialidades sobre o uso e apropriação do território. Nesse sentido, entende-se que mesmo identificando a “transferência” de poderes sobre o território por meio de instituições públicas, pode-se considerar a perda de território dos municípios, como ocorre no PEVRI, que não é caso único. Assim, o direito administrativo⁸¹ sobre o PEVRI foi transferido de poder municipalizado para estadualizado, o que permite afirmar entender que há uma perda de território e de poder de atuação sobre o PEVRI.

Assim, a atuação do poder administrativo público passa da unidade federativa municipal e fica restrito à unidade federativa estadual, sendo que os municípios, por meio de seus governos, deixam de participar diretamente nas decisões sobre a apropriação e uso da terra, a não ser por meio do Controle Social e Conselho Consultivo do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema.

Este processo de transferência de poder administrativo é complexo porque o território, anteriormente municipalizado, passa por transferência de administração. Mesmo estando em instância pública⁸² e sob o poder do Estado, a hierarquia e a autarquia de poder se dá de forma completamente distinta, ou seja, passa de 3º instância⁸³ para 2º instância hierárquica do Estado. Assim, as instituições públicas responsáveis pela gestão do território estão vinculadas diretamente aos interesses de entes governamentais distintos dos existentes nos municípios envolvidos.

Neste sentido, foi possível identificar uma problemática na criação de Unidades de Conservação relacionada diretamente com a emancipação político-

⁸¹ O Direito Administrativo é o ramo autônomo da ciência jurídica porque apresenta “objeto próprio”, “método próprio”, “institutos próprios” e princípios informativos próprios, exorbitantes e derogatórios do direito comum (CRETELLA JR, José, 1988, p. 5). Constituição federal Brasileira: Art. 37 do Capítulo VII A administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

⁸² Entende-se que as instituições governamentais possuem o Poder do Estado nato as suas relações, sobre essa assertiva pode-se mencionar a colaboração de Raffestin (1993) e Bobbio (1987).

⁸³ Neste texto, consideram-se as instâncias de poder público organizado da seguinte forma: 1ª instância do poder político sendo de competência da União, 2ª instância estados e distrito federal e 3ª municípios.

administrativa dos municípios. Esta problemática está vinculada ao fato de que os municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu passaram por processos de ocupação distintos historicamente, e, além disso, com a criação do parque perdem dos seus territórios. Em contrapartida, a potencialidade do conflito zera com a possibilidade do recebimento do ICMS ecológico.

O ICMS ecológico, conforme dito anteriormente, é compreendido por um grupo dos entrevistados como sendo um dos fatores positivos decorrentes da criação do PEVRI, decorrente do significativo valor repassado do Estado de Mato Grosso do Sul aos municípios. Para realizar essa análise, realizamos o levantamento dos valores referente ao repasse dos anos de 2013, 2014 até agosto de 2015⁸⁴.

Verificou-se que no ano de 2013, o município de Jateí recebeu o valor total de R\$ 7.452.904,47 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quatro reais e quarenta e sete centavos), sendo que o índice foi de 0,5956%, esse índice é o coeficiente básico para o cálculo do repasse do ICMS ecológico aos municípios.

Naviraí recebeu no mesmo ano R\$ 3.837.820,35 (três milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte reais e trinta e cinco centavos), com o índice de 0,3067%. Sobre essa mesma organização, Taquarussu recebeu R\$ 5.167.981,07 (cinco milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e sete centavos), com o índice calculado em 0,4130%. No total o Estado de Mato Grosso do Sul rateou o índice de 5,0000% em 2013, que gerou um total de 62.566.357,22 (sessenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos) a todos os municípios do estado.

Isso significa que do total de ICMS Ecológico repassado pelo Estado de Mato Grosso do Sul aos municípios no ano de 2013, sob o coeficiente de 5,0000%⁸⁵, 1,3153% foi repassado aos três municípios que tiveram envolvidos na criação do

⁸⁴ Esses anos foram selecionados em decorrência do período em que ocorreu o levantamento de dados secundários para este trabalho de pesquisa.

⁸⁵ MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar nº 159, de 26 de dezembro de 2011.

PEVRI. É necessário salientar que esse total não corresponde apenas ao PEVRI, está vinculado a esse índice outros fatores de ordem ambiental, como todas as categorias de UC, as Terras Indígenas e Resíduos Sólidos⁸⁶, é possível observar na Tabela os coeficientes e os valores repassados em 2013, 2014 e 2015 (janeiro até agosto), pelo Estado de Mato Grosso do Sul aos municípios, somente de ICMS ecológico.

TABELA 2 - Índice e Valores de ICMS ecológico⁸⁷

Município	2013		2014		2015 (jan. até agosto)	
	Índice	Período	Índice	Período	Índice	Período
Jateí	0,5956	7.452.904,47	0,5254	7,153,891.09	0,4144	3.849.351,32
Naviraí	0,3067	3.837.820,35	0,2863	3,898,285.16	0,2558	2.376.119,85
Taquarussu	0,4130	5.167.981,07	0,4095	5,575,786.83	0,3241	3.010.556,87

Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Ao visualizarmos essa realidade, nos deparamos com outro fato, pois esses valores só são representativos na medida em que isso possa significar uma relevância no que diz respeito à totalidade da receita corrente dos municípios. Para isso, realizamos o levantamento geral sobre a receita e o índice do ICMS de todos os municípios de Mato Grosso do Sul.

Essa referida ampliação, realizada nas reflexões inicialmente propostas, levou-nos ao seguinte diagnóstico:

- no ano de 2013 (janeiro até dezembro), o município de Naviraí obteve uma receita líquida⁸⁸ total de R\$ 121.412.813,37, sendo R\$ 3.837.820,35 de ICMS ecológico,

⁸⁶ MATO GROSSO DO SUL. Resolução SEMAC/MS nº. 23, de 26 de dezembro de 2014.

⁸⁷ Os valores referentes ao ICMS ecológico repassados aos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu foram obtidos em extrato mensal disponibilizado pela Coordenadoria de Controle de Contratos e Convênios da Superintendência do Tesouro, da Secretaria de Estado e Fazenda, do Estado de Mato Grosso do Sul ao e-mail desta pesquisadora, por meio de cadastro intermediado pelo IMASUL.

Jateí a receita líquida de R\$ 22.281.215,79 e R\$ 7.452.904,47 de ICMS ecológico e Taquarussu com receita líquida de R\$ 20.331.243,98 e R\$ 5.167.981,00 de ICMS ecológico. Nesses municípios, o ICMS ecológico representou em Naviraí 3,16% do total da receita, para Jateí 33,44% e para Taquarussu 25,41%.

Porém, como demonstrado na Tabela 2, o índice de cálculo do ICMS ecológico não é fixo, nesse mesmo sentido, também não é fixo a receita dos municípios, há variação do índice ano a ano e dos valores mês a mês. Os índices e os valores são dependente do valor adicionado e da receita própria dos municípios, correlacionando, ainda, aos fatores de arrecadação dos tributos municipais, como: IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos) e demais taxas e contribuições de cada município.

Portanto, para chegar aos valores da porcentagem de 3,16%, 33,44% e 25,41% que o ICMS ecológico representa na receita líquida dos municípios, somamos os valores repassados/informados de todos os meses do ano. Realizamos a mesma quantificação como os índices e valores referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho do ano de 2014, para conferir se esses dados foram esporádicos, isto é, se só havia ocorrido em 2013. Obtivemos o seguinte resultado: Naviraí teve uma receita de R\$ 72.836.552,94, sendo R\$ 1.577.350,88 de ICMS ecológico; em Jateí a receita foi de R\$ 11.116.343,99 e R\$ 3.481.078,12 de ICMS ecológico e; Taquarussu a receita foi de R\$ 10.733.840,71, sendo R\$ 2.706.159,10 de ICMS ecológico, isso representou 2,16%, 31,31% e 25,21%. Com esses dados podemos concluir que há uma variação em relação aos índices e valores anuais estimados ao repasse do ICMS ecológico aos municípios, porém

⁸⁸ As receitas líquidas informadas, neste texto, foram obtidas nos sites de transparência pública (Federal, Estadual e Municipal), conforme listadas:

<http://www.portaldatransparencia.ms.gov.br/Repasse>

<http://www.jatei.ms.gov.br/contas-ver/prefeitura/31/>

<http://transparencia.navirai.ms.gov.br/pronimtb/>

<http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01015-001/recursos.faces>

<http://www.assomasul.org.br/adm/arquivos/da1187a7c2a08f7ddd73b8a868f68712.xls+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

essa variação é irrisória perante à importância que esses valores representam aos municípios e, principalmente, aos municípios de Jateí e Taquarussu, de menor contingente populacional, como destacado no histórico dos municípios.

Assim, como a quantificação apresentada na relação estabelecida entre os valores da receita corrente dos municípios e os valores repassados do ICMS ecológico, nos deparamos com um alto percentual do ICMS ecológico em relação ao ICMS geral dos municípios, observe a Tabela 3.

TABELA 3 - ICMS E ICMS ECOLÓGICO - 2013/2014/2015

MUNICÍPIOS	ICMS/13	Ecológico/13	ICMS/14	Ecológico/14	ICMS/15	Ecológico/15
JATEI	0,8585	0,5956	0,7853	0,5254	0,7002	0,4144
NAVIRAI	1,9141	0,3067	2,0217	0,2863	2,0540	0,2558
TAQUARUSSU	0,6016	0,4130	0,6365	0,4095	0,5426	0,3241

Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Ao nos depararmos com o índice (base de cálculo) do ICMS repassado pelo Estado de Mato Grosso do Sul aos municípios, constatamos que Jateí no ano de 2013, o ICMS correspondeu apenas a 0,2629%⁸⁹ do total repassado do estados, isso significa que de 0,8585%, 05956% é referente ao ICMS ecológico o que representa **69,37%** do total repassado pelo Estado de Mato Grosso do Sul ao município de Jateí. Nesta mesma lógica, Naviraí teve o índice de 1,9141% de ICMS total, e 0,3067% de ICMS ecológico, sendo 1,6074% de ICMS sem considerar o ICMS ecológico. Sendo que o ICMS ecológico representa **16,02%** do ICMS de Naviraí. E, Taquarussu, enquanto o ICMS “puro” é de 0,1886, referente ao mesmo ano da análise dos demais municípios, sendo que 0,6016 de ICMS total, e 0,4130 de ICMS ecológico, assim o ICMS ecológico representa **68,65%**.

Esses dados demonstram a complexidade em que se deu a resposta dos representantes municipais durante as entrevistas para essa pesquisa, pois constata-se que, nos municípios de Jateí e Taquarussu, o ICMS ecológico correspondeu em

⁸⁹ Esse valor foi gerado uma vez que o índice do ICMS abrange o total repassado ao município, incluindo o ICMS ecológico. Sabendo-se que o índice do ICMS foi de 0,8585%, subtraímos o índice referente ao ICMS ecológico que é de 0,5956% para chegar ao resultado mencionado (0,2629%).

2013 mais do que 60% do repasse total do ICMS aos dois municípios, e Naviraí em menor grau também, com isso, a perda administrativa do território para a criação de UC é sobreposta em detrimento do benefício financeiro do ICMS ecológico.

Essa lógica do ICMS ecológico, podemos refletir que há uma retribuição financeira ao município, dada as condições de atuação aos interesses ambientais, isso considerando ações, como: a criação de UC, regulamentação de áreas indígenas e destinação de resíduo sólido.

Ainda, à título de informação, a base de cálculo do repasse do ICMS no Estado de Mato Grosso do Sul aos municípios, se dá sob o percentual de 82,0% (75% de valor adicionado + 7% do rateio por número total de municípios), 3,0% referente à receita própria, 5,0% área municipal, 5,0% número de eleitores e os 5,0% de indicadores ecológico.

Como estamos trabalhando diretamente com o índice de 5,000% e os coeficientes de base para o cálculo total que cada município recebe, buscamos compreender como esse coeficiente é definido, isso, ainda, considerando a visualização da variação anual demonstrada na Tabela 3.

Durante a pesquisa desse fator, realizamos uma entrevista com o representante do IMASUL, órgão responsável por realizar esse indicativo. Por meio desse procedimento, o funcionário da instituição nos apresentou as Tábulas de Avaliativas Qualitativas do Município e da UC.

Estas são aplicadas todos os anos e medem as atividades e a qualidade ambiental que este município representa dentro do quadro distributivo aos municípios. Isto é, do percentual de 5,000% repassado aos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, referente ao ICMS ecológico, o percentual que o município recebe está vinculado aos índices apresentados anteriormente. No entanto, esses índices variam de acordo com as Tábuas Avaliativas do município e da UC que

podem ser visualizadas na íntegra nos Anexos 5 e 6 deste trabalho, e que corresponde a 10% e 90% para a base de cálculo⁹⁰.

A Tábua Avaliativa do município é um documento aplicado pelo IMASUL aos órgãos ambientais municipais (de todos os municípios de Mato Grosso do Sul), este trata-se de um questionário com questões objetivas que visam mensurar a qualidade de vida, sendo que neste requisito a quantificação está vinculada às características do município em relação ao saneamento básico e ao acesso as UCs, além desse item, a Educação Ambiental é outro fator relevante, principalmente em relação à atuação do órgão público municipal em atividades de educação ambiental. Outro fator destacado, são os questionamentos em relação ao interesse do poder público municipal pela UC, para isso questiona-se a existência de uma instituição específica que trata a conservação dos elementos da natureza, se apoia a UC como cedência de funcionários e infraestrutura, divulgação da UC, se tem o conselho de meio ambiente e suas formas de atuação. Ainda, o IMASUL realiza o diagnóstico sobre a Qualidade e melhoria ambiental, nesse sentido, questiona-se o reordenamento territorial do município e se há viveiros de mudas de vegetação, com o valor total de 10% na avaliação para delimitação do índice do ICMS ecológico.

Além da Tábua Avaliativa Qualitativa do município, existe a Tábua Avaliativa esta corresponde a 90% da avaliação e, também, segue estruturada a partir de fatores de interesse da instituição pública estadual, com isso os questionamentos seguem estruturados destacando a Regulamentação fundiária e documental da UC, o Planejamento, Gestão e manejo e a Qualidade Ambiental. Esses fatores são diagnosticados por meio de questionários a representantes governamentais dos municípios e visam diagnosticar o grau de satisfação, conhecimento e participação das atividades relacionadas a UC.

Com isso, conclui-se que o repasse do ICMS ecológico, aos municípios que compreendem o PEVRI, é relevante, destacando-se prioritariamente a importância

⁹⁰ Na observação participante do dia 29 de maio de 2015, realizada por nós na Sede do Parque, pudemos observar a aplicação destas Tábuas Avaliativas, para o cálculo do índice de 2016, aos representantes dos municípios de Jateí e Naviraí, sendo que Taquarussu já havia respondido no dia 28 de maio.

desse repasse financeiro ao município de Jateí, Taquarussu e Naviraí, dada a percentagem total do ICMS ecológico em relação ao repasse do ICMS geral.

Nesse sentido, para ilustração desta conjuntura, afirma-se que os grupos de local em conjunto com as instituições governamentais municipais apoiaram/apoiam a *criação e implantação* do PEVRI por interesses aos retornos financeiros, por meio do recebimento do ICMS ecológico. Há projeção de continuidade desses índices, neste sentido, construímos uma tabela, que apresenta todos os valores, índices e quantidade estimada pela aplicação do índice do ano de 2016, observe.

TABELA 4 - Índice Aplicado de ICMS aos municípios do PEVRI - 2016

MUNICÍPIO	Índice	Receita Própria			Área municipal			Total de eleitores			Índice Ecológico		Índice Aplicado
		Valor	Perc.(%)	Índice	Qtde	Perc.(%)	Índice	Qtde	Perc.(%)	Índice	Perc.(%)	Índice	
Jateí	0,2358	1.121.375,42	0,0741	0,0022	1.928	0,5398	0,0270	3.753	0,2066	0,0103	8,0183	0,4009	0,6762
Naviraí	1,4781	19.320.140,39	1,2760	0,0383	3.194	0,8943	0,0447	35.427	1,9501	0,0975	4,7686	0,2384	1,8970
Taquarussu	0,1430	524.182,73	0,0346	0,0010	1.041	0,2915	0,0146	2.977	0,1639	0,0082	7,6699	0,3835	0,5503

Fonte: Mato Grosso do Sul. Resolução/SEFAZ nº 2.665, de 08 de setembro de 2015.

Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Por meio das informações contidas na Tabela 4 é possível visualizar os fatores que envolvem a mensuração do índice aplicável, indicando como possibilidade analítica esse índice como matriz para construção de territorialidades do PEVRI, no sentido das formas de atuação dos grupos de poder, desde o momento de ocupação humana até mesmo no momento de criação do parque. Com isso a origem dos conflitos durante a criação da UC pode ter sido minimizada com a intervenção da CESP em conjunto com as instituições estaduais governamentais ao indicar aos municípios os ganhos financeiros em decorrência do retorno com o ICMS ecológico. Durante esse Capítulo foi, ainda, possível compreender os elementos de interferência em face de quantificação dos índices geradores do ICMS.

Ainda, podemos concluir que a investigação realizada, aponta que a área que atualmente é o PEVRI se materializou inicialmente com a presença dos grupos de poder expansionistas, chegando pelo rio Paraná e territorializando os seus interesses ora de povoamento, como no caso citado pela CAND, ora pelo expansionismo econômico – agropecuário, como a Companhia Mate Laranjeira, a CVSP-MT S/A, a Cia Vera Cruz Mato Grosso Ltda. e materializado, atualmente, por meio do interesse dos grupos vinculados à ideologia de conservação dos elementos da natureza.

Assim, para dar continuidade às reflexões sobre essa dinâmica complexa sobre a criação do PEVRI, optou-se por construir o Capítulo III atrelado as formas de atuação de grupos de poder externos ao território, para a efetivação de sua criação e de sua implantação. Por isso, intitulamos o próximo texto como “A gênese do poder: as motivações externas e a internalização dos grupos de poder no PEVRI”.

O mundo meu é pequeno, Senhor.
Tem um rio e um pouco de árvores.
Nossa casa foi feita de costas para o rio.
Formigas recortam roseiras da avó.
Nos fundos do quintal há um menino e suas latas maravilhosas.
Todas as coisas deste lugar já estão comprometidas com aves.
Aqui, se o horizonte enrubesce um pouco, os
besouros pensam que estão no incêndio.
Quando o rio está começando um peixe,
Ele me coisa
Ele me rã
Ele me árvore.
De tarde um velho tocará sua flauta para inverter os ocasos.

Manoel de Barros (O Livro das Ignorãças – Mundo Pequeno)



Nas margens do rio
Martha Barros (2011)

CAPÍTULO III

A gênese do poder: as motivações externas e a internalização dos grupos de poder no PEVRI

Este Capítulo tem como objetivo a apresentação da gênese do poder dos grupos atuantes no PEVRI, isto é, demonstra-se por meio dos fatos pesquisados a forma como os grupos de poder se organizaram/organizam mediante à relação estabelecida com outro grupo durante a criação e a implantação da UC. Como já dito no Capítulo I, o território é construído ao mesmo tempo em que ocorre o movimento de construção dos próprios grupos de poder.

Nesse sentido, parte-se do entendimento que o arranjo temporal e espacial é dinâmico e complexo, visto que este movimento é marcado pela materialização das intencionalidades das ações e das vivências em grupo de poder se constitui territorializa.

Para a realização dessas reflexões foi realizado um levantamento primário e secundário sobre as características de decisão pela escolha do local em que se criou o PEVRI. Um dos procedimentos metodológicos utilizados para este capítulo foi o estudo dos relatórios elaborados pelo Consórcio THEMAG-ENGEA-UMAH que, conforme já citado, é um dos grupos percussores da decisão de escolha pelo local onde foi criado o parque. Esses relatórios serviram de base para a construção do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente⁹¹ sobre a construção da Usina Hidrelétrica Eng.º Sérgio Motta.

Dessa forma, há necessidade de retomar o destaque dado a grupos de poder atuantes no período de ocupação da área, principalmente considerando o processo histórico social apresentado no Capítulo II. Com isso, destacou-se também as territorialidades construídas com a transformação da área em UC. Visualizaremos, ainda, neste Capítulo III, a presença de alguns grupos já mencionados no Capítulo II e procuramos qualificar de que forma a atuação desses grupos proporcionou territorialidades externas ao que já estava consolidado.

Identifica-se a CESP, o CONAMA, o ENGEA, o IBAMA, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, os Proprietários de terra, a SEMADES, o THEMAG, o UMAH e as Universidades diretamente envolvidos nesse processo. Sendo assim, dividimos

⁹¹ A publicação deste material é datada de 1994, mas considera-se que o período de coleta de dados antecedeu este ano.

o texto em partes e assuntos dependendo das formas de materialização desses interesses.

3.1. O PEVRI: Unidades de Conservação e grupos de poder

As particularidades de localização do PEVRI foram lançadas como um dos fatos importantes na contextualização histórica de sua criação, bem como, por ser elemento relevante nas territorialidades construídas localmente, além disso a construção teórica, desta tese, realizada no Capítulo I permite afirmar que as territorialidades construídas na criação do PEVRI são originadas de modelos de desenvolvimento controlado, por meio da atuação dos atores no estabelecimento relacional com outros atores ou grupos.

Ao exemplificar esse fato, pode-se considerar a seguinte observação: o território foi ocupado por propriedades privadas com atividades ligadas ao setor agropecuário e, com a criação da UC, essas propriedades transformaram-se em espaços públicos e não mais privados. A descaracterização segue estruturada por finalidade de reestruturação do uso da terra.

As propriedades que foram transformadas em públicas (UC) são organizadas mediante às normativas do Estado e, internamente, as territorialidades não serão mais intermediadas por peões e patrões, bovinos e onças, mas sim por poderes constituídos externos ao território, como a proibição do turismo, da pesca, entre outras atividades.

O PEVRI, portanto, não é a única constituição com territorialidades externas ao local, mas representa a construção histórico-social das relações de poder mediante à criação e implantação de UCs no Brasil. Em relação ao poder, esse se estabelece na mediação dos grupos externos ao território das UCs e, neste caso, foi uma decisão amparada em regulamentações estatais que foram discutidas

amplamente em eventos de cunho internacional, mas por outro lado, estão desvinculados dos interesses dos atores e grupos locais.

No caso específico do PEVRI, os peões das fazendas que foram negociadas ou os próprios proprietários rurais foram envolvidos diretamente na territorialização do PEVRI. Importante saber, então, se houve interesses desses dois grupos na criação do PEVRI e quais seriam.

Na tentativa de discorrer sobre essa dúvida/hipótese, é possível diagnosticar o interesse dos proprietários em supervalorizar as terras na negociação fundiária, apesar de ela não ter sido simples. A intervenção do Estado, de forma judicial, se acarreta até a atualidade, com existência de territorialidades que são imensuráveis, mas que, no entanto, a implantação da UC representa fielmente a transformação territorial realizada na atuação desses grupos.

As UCs pressupõem a homogeneidade dos elementos que a compõe, nesse caso, o processo de criação do Parque precisou ser estruturado de três formas distintas, os grupos de poder existentes na década de 40, 50 e 60 do século XX não, necessariamente, estavam presentes na década de 90, porém a construção histórica de cada município deve ser levada em consideração.

O PEVRI surge apoiado na ideia de conservação da natureza, mas, como já exposto, esse interesse não pertence ao local onde foi criada a UC e o histórico dos municípios, mesmo apresentando disparidades, os três foram povoados durante o desenvolvimento de um determinado tipo de atividade econômica.

Sobre essa assertiva, Becker (2012) e Binsztok (2007) colaboram dizendo que: “Esgota-se o padrão da acumulação e de relação de poder calcados, respectivamente, na produção em grande escala em âmbito planetário e na centralização do poder, que gerou conflitos ambientais e sociais manifestos sobretudo na escala local” (BECKER, 2012, p. 272). Ainda, ao definir a vertente ultradesenvolvimentista, Binsztok (2007, p. 322-323) acrescenta que o:

[...] processo de urbanização-industrialização ocorrido após a Segunda Guerra Mundial é um de cenários preferidos do ultradesenvolvimentismo, que, utilizando-se das denominadas vantagens comparativas, queimou abundantes estoques de matéria-prima e energia, promovendo o desenvolvimento econômico em algumas áreas do globo, ao custo da devastação de importantes reservas de recursos naturais.

Sendo assim, e de forma paradoxal, o território atual que foi fixado para a conservação da biodiversidade física, foi também local de disputas e interesses de projetos desenvolvimentistas. Por meio dessa análise, visualiza-se que o “ambiente natural”, encontrado na década de 90 do século XX, foi resultado dessa ocupação humana de séculos anteriores, portanto, prevalece-se a observação de que as UCs são criadas para satisfazer necessidades humanas.

É de suma importância entender a UC como um todo, mas ao mesmo tempo é necessário compreender suas características de descontinuidade, no levantamento do Estudo de Impacto Ambiental sobre a construção da UH Eng. Sérgio Motta, por exemplo, a propósito do diagnóstico do meio biótico (volume 11b - p. 63), foi destacado que:

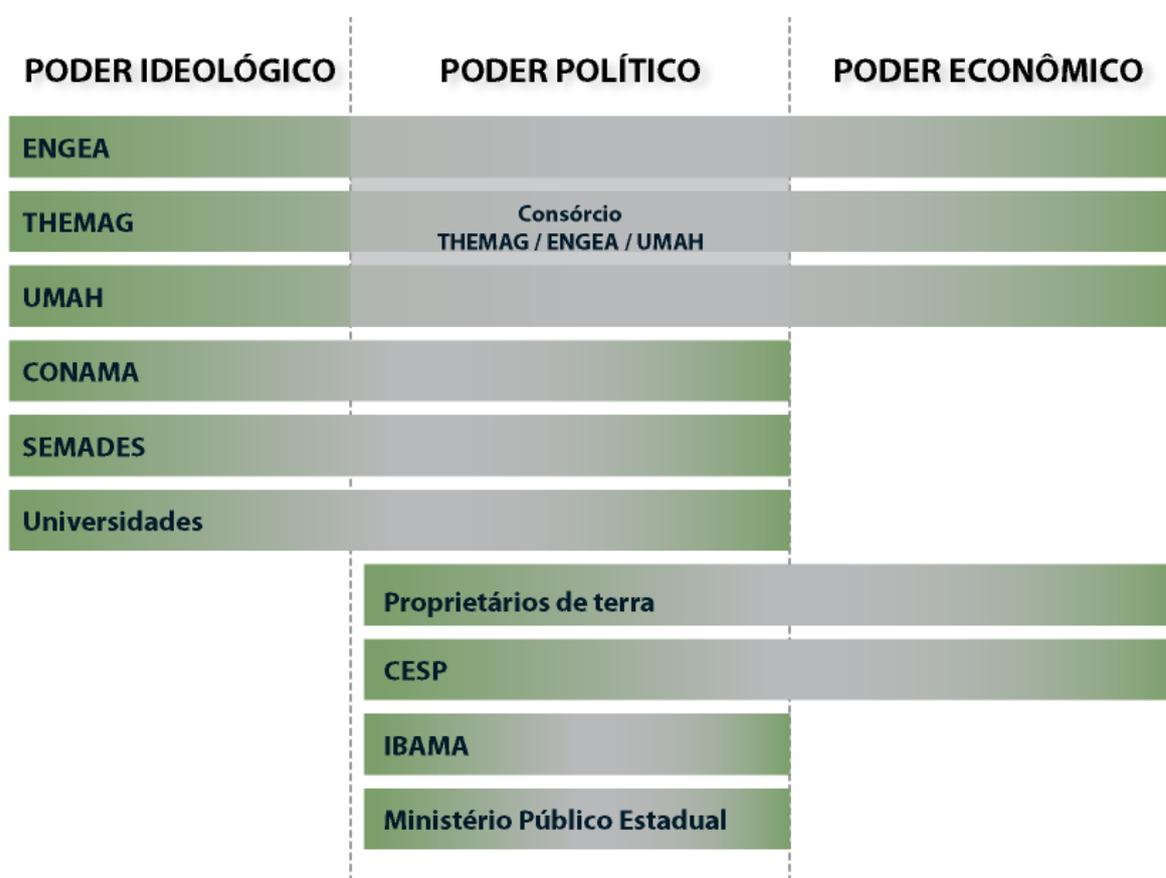
A fragmentação dos ambientes que, no passado, constituíram grandes áreas contínuas é uma consequência inevitável do desenvolvimento econômico. A implantação de pastagens e lavouras, além de empreendimentos urbanos, transforma os ambientes naturais em ilhas. Desta forma, toda unidade de conservação é uma dessas ilhas de vegetação natural e um refúgio para a fauna local, estando sujeita, em menor ou maior grau, aos problemas causados pela fragmentação de *habitats*.

Assim, as UCs são historicamente territórios já ocupados e territorializados por grupos com interesses distintos, enquanto prevalece o poder econômico dos proprietários de terras, é estabelecido ideologicamente o poder de grupos organizados politicamente para satisfazer a necessidade ambiental.

Pode-se dizer que, para esta tese, o poder econômico dos grupos e de atores do território dos três municípios é questionado no momento em que o interesse econômico do grupo de poder da CESP é normatizado pelo Estado. Nesse caso, o Estado é considerado o intermediador contratualista do processo de criação do PEVRI e as atuações dos órgãos representativos do Estado indicaram, assim, como o consórcio responsável pelo EIA/RIMA da UH Sérgio Motta o interesse institucional ao poder ideológico de conservação dos elementos naturais.

Estes grupos, em suma, estão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 7 - Condicionantes intrínsecos aos grupos de poder do PEVRI



Org.: OCON, D. C. M. 2015.
Software: Adobe Illustrator CC 2015

A análise do Quadro 7 permite-nos observar a presença de três grandes formas de poder: ideológico, político e econômico, ou seja, o poder é relacional e tem sua estrutura caracterizada por fatores estruturados socialmente, nesses casos

podem ser observados três aglomerações de grupos de poder, no sentido que a participação dos grupos têm sua essência diferenciada pelas relações estabelecidas.

Com o Quadro 7 demonstra-se, ainda, a participação dos grupos de poder no processo de criação do PEVRI, é possível visualizar que estes podem possuir um ou mais elementos estruturantes do poder, no caso a CESP, ENGEA, THEMAG e UMAH, sendo que, na análise, essas empresas atuam de várias maneiras, sejam com interesses econômicos, políticos ou ideológicos.

Nesses casos, pode-se considerar que os eixos estruturantes são construídos socialmente, pois os aspectos internos da composição de cada empresa fomentam a participação destas enquanto grupos de poder na dominação de outros grupos, principalmente durante o processo decisório das ações de criação do PEVRI. Ao estudar as relações de poder, é possível evidenciar que há abstração nas relações sociais, mas, ao contrário disso, as relações construídas socialmente mediante os elementos estruturantes econômico, ideológico e político materializam a dominação e os dominados.

Para uma reflexão sobre o acúmulo de elementos estruturantes do poder, faz-se a seguinte análise: um grupo caracterizado pela estruturação ideológica pode, de maneira geral, ao longo do processo de desenvolvimento, agregar em uma ação específica, apenas o poder estruturado economicamente. Isso decorre, porque os grupos são estabelecidos mediante o poder, porém o poder não é fixo, e sim, transformado na relação estabelecida entre grupo-grupo e grupo-ator. No PEVRI, a organização dos grupos de poder diagnosticados no processo de criação da UC de conservação está apresentada na tabela 2. No entanto, sob outras perspectivas pode ser que o pesquisador entenda esses mesmos grupos organizados diferentemente do que está posto nessa tese.

O que se comprova é que os elementos estruturadores do poder, nesses grupos, não estão originalmente vinculados ao lugar de criação do PEVRI, ou seja, o poder estabelecido não é o local no período de sua criação, mas está distante da realidade territorializada.

Ao pesquisar a origem histórica dos municípios, verificou-se que esses foram estabelecidos com o objetivo público e privado da exploração dos recursos naturais enquanto matéria-prima. Nesse caso, pode-se destacar que era o modelo estruturante do grupo de poder dominador do território que decidia sobre o seu uso. Na atualidade, no entanto, os grupos de poder, destacados na tabela 3, territorializaram o PEVRI por meio da estruturação dos elementos economia, ideologia e política, forma essa que está no cerne e interioridade dos grupos de poder mais relevantes.

Admite-se, como mencionado anteriormente, que a territorialização do poder dos grupos dominadores transformou a forma, a função e a estrutura (SANTOS, 2006) da terra no território do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema. Contudo, para Santos (2006, p. 63) “[...] a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação”.

Por isso, além de tratar sobre a forma como o território ficou organizado, posteriormente a criação da UC, preocupa também a finalidade em lidar com a essência a qual esta foi estruturada e a função que a terra adquiriu com essas transformações.

O PEVRI teve a sua forma territorial redefinida e o que, anteriormente, estava dividido e politicamente fragmentado em 3 municípios, tornou-se uma unidade UC delimitada e estabelecida fisicamente. A estrutura organizacional do poder dos grupos, considerando os três tipos de poder, legitimou a forma e a estrutura de organização fundiária do território e, ainda, a função da terra, anteriormente estabelecida para a produção agropecuária. Com a UC, a área foi legitimada para a conservação dos elementos da Natureza ficando, assim, “intocada” pelas atividades econômicas da agropecuária.

O grupo de poder, “proprietários de terras”, foi, nesse caso, o grupo dominado, pois os interesses dos grupos de poder dominantes sobrepuseram o interesse da produção agropecuária. Os proprietários, no entanto, não deixaram de

deter o poder econômico, apenas adquiriram uma “nova” forma, perpassando o que estava representado em propriedade rural para a representação da espécie dinheiro.

É na mediação do poder estabelecido pelos grupos em destaque que se originou a forma do PEVRI, sendo que o poder de dominação de um determinado grupo é o que separa ou une a outros. A relação de contrariedade entre o elemento estruturado pelo grupo de poder caracteriza-o e, ao mesmo tempo, é o elemento que indica a forma de atuação desse grupo na criação do PEVRI.

Ao mesmo tempo em que os elementos estruturantes são organizadores dos grupos de poder, eles são, também, aqueles que os separam. Se a atuação estrutural de um determinado grupo é caracterizada pela dominação, no processo histórico social esse mesmo grupo pode perder o poder na mediação relacional com outro grupo. Portanto, os grupos de poder apresentados na tabela 3 estiveram presentes e mediados por esses elementos estruturantes, no processo de criação do PEVRI.

Dada a estrutura de organização capitalista de produção há, sem dúvida, a possibilidade de que esses grupos de poder, em um determinado período do processo de criação e implantação do PEVRI, deixarem de ser dominantes em todos os elementos estruturadores do poder, incluindo a possibilidade de desaparecimento de grupos que foram constituídos apenas na criação do PEVRI. No caso dos “proprietários de terras” é um grupo que atua enquanto grupo mediante à criação e a implantação do PEVRI, mas somente após a negociação de compra/venda das propriedades será possível observar se esse deixará de atuar no território.

Em relação aos demais grupos, sob a perspectiva e análise de poder, a relação estabelecida entre a CESP e o Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH, aquela é a empresa construtora da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, mas não é a responsável por realizar o EIA/RIMA sobre a obra, documento este que destacou o local do PEVRI como prioridade para a criação da UC. Nesse sentido, a liberdade do Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH em atuar no estudo de impacto ambiental e publicar o local a ser criado o PEVRI foi negado à CESP, por normativas que estabelecem que a empresa construtora não pode atuar diretamente no

levantamento de impactos ao meio ambiente. O que se percebe é que a liberdade do Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH é induzida mediante o não-poder político da CESP na atividade, portanto, a relação do poder está na mediação.

Além da relação estabelecida entre Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH e CESP, pode-se destacar o IBAMA, SEMADES e CONAMA como grupos de poder interventores desse processo, uma vez que a institucionalização destes atua diretamente na construção ideológica e política das normativas ambientais.

Assim, a divisão dos grupos de poder atuantes na criação do PEVRI, segue o desenvolvimento da teoria relacional sobre o poder e, apesar de parecerem distintas, os elementos estruturantes como a economia, ideologia e política, possuem interesses que ao mesmo tempo estão intrinsecamente correlacionados, por isso considera-se estes como condicionantes intrínsecos na relação de um grupo com o outro.

Para Bobbio (1987) o poder econômico é caracterizado pela mediação da riqueza, o ideológico pelo saber e o político pela força. No caso do poder econômico Bobbio (1987, p. 82) considera “[...] aquele que se vale da posse de certos bens necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta”.

O poder ideológico pode ser considerado como “[...] aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer um influencia sobre o comportamento alheio e induz membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação” (BOBBIO, 1987, p. 82).

O PEVRI é a representação territorial da dominação dos grupos de poder ideológico, uma vez que a ideologia do desenvolvimento sustentável está na consolidação de alguns grupos, especificamente o CONAMA e a SEMADES, que foram criados para fortalecer a ideologia dos órgãos de controle social e governamental, além de legitimar suas ações. A legitimação do desenvolvimento sustentável por órgãos governamentais e de controle social podem ser

representados na forma de aprovação de projetos, políticas públicas, leis, acordos/negociações, dentre outros.

As universidades atuam como interventoras no processo de reordenamento territorial, por meio do desenvolvimento de projetos que podem produzir informações que ajudem, técnica e cientificamente, a territorialização de elementos não presentes no território, como ações direcionadas à sustentabilidade ambiental. Ainda, pode-se considerar que o pesquisador não é neutro perante à territorialização dos seus interesses, a metodologia e os procedimentos metodológicos é de liberdade de cada pesquisador, podendo este induzir a reflexão e análise a que interessa.

Em relação às empresas do Consórcio formado por THEMAG/ENGEA/UMAH, estas, do ponto de vista ideológico, já estiveram presentes na leitura realizada sobre o PEVRI e, concomitantemente, despontam como formadas por grupos de poder econômico e ideológico. Os aspectos econômicos já foram explicados e estão intimamente vinculados aos elementos de ordem ideológica que fundamentam a criação dessas empresas.

O fato do Consórcio ser o responsável pelo EIA/RIMA, já demonstra que essas empresas são responsáveis por estudar e relatar as condições legais e as que precisam de atenção durante a construção da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, seguindo as regulamentações imposta pelo Estado. Os grupos de poder que atuam na construção ideológica, no caso específico do desenvolvimento sustentável, são compostos por atores possuidores do saber (BOBBIO, 1987, p. 83), consideram a importância social dos que sabem:

[...] sejam eles sacerdotes nas sociedades tradicionais, ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados “intelectuais”, nas sociedades secularizadas, porque através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder esta junto.

O poder político presente na intermediação dos grupos de poder, para a criação do PEVRI, é o mais complexo de ser avaliado, pois a complexidade se dá na conjuntura estruturante de todos os grupos listados: CESP, CONAMA, IBAMA, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, proprietários de terras, SEMADES, Universidades e Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH. Esse tipo de poder é [...] considerado como o sumo poder, isto é, o poder cuja posse distingue em toda sociedade o grupo dominante (BOBBIO, 1987, p. 83).

Diferentemente do que se pensa na contemporaneidade, a política não é sinônimo do poder contratual do Estado, ao contrário, diversos pesquisadores já se debruçaram para teorizar a política, mesmo não sendo objeto direto à construção epistemológica desse conceito. Para esta tese, destacam-se alguns pensadores que construíram suas reflexões pautadas nesse conceito, como: Althusius, Aristóteles, Locke, Spinoza, Russell, Hobbes, Foucault, Dahl, Balandier, entre outros.

Assim, considera-se a Política⁹² como a forma de atuação de um ator ou grupo que detém o poder dominante e a materialização das relações sociais de poder existente na diversidade social de atores ou grupos, considerando que há, em essência, o poder coativo. Para Bobbio (1987, p. 83), a Política é o que difere o grupo entre dominado e dominador:

De fato, o poder coativo é aquele de que todo grupo social necessita para defender-se dos ataques externos ou para impedir a própria desagregação interna. Nas relações entre os membros de um mesmo grupo social, não obstante o estado de subordinação que a expropriação dos meios de produção cria nos expropriados, não obstante a adesão passiva aos valores transmitidos por parte dos destinatários das mensagens emitidas pela classe dominante, apenas o emprego da força física serve para impedir a insubordinação e para domar toda forma de desobediência.

A força política, assim, tem sido construída no sentido de que as relações de contradição entre os grupos de poder atuantes na construção do PEVRI ocorreram

⁹² A política, inicialmente, serviu para explicar as atividades dinamizadas pela *polis*, ou seja, aquelas que estavam vinculadas às decisões/interesses do Estado e entendida, posteriormente, que o Estado, não necessariamente, é o possuidor da política, isso depende do processo social e histórico.

de maneira conflituosa. Para compreender a territorialização dessas forças é possível caracterizar todos os grupos enquanto grupos estruturantes do poder Político, como mencionado.

A força coativa desses grupos está presente na relação territorializada nas disputas não necessariamente armada, mas nas disputas econômicas e ideológicas. Um fato a ser observado para justificar essa afirmação é a disputa judicial que alguns proprietários de terras firmaram com a CESP, juntamente com as demais reflexões, realizadas posteriormente.

Enfatizar a complexidade existente no estabelecimento das relações de poder é necessário, principalmente, porque existe a possibilidade de, na disputa pelo poder, as relações serem estabelecidas em igualdade, isto é, a força política de cada grupo pode ter “soma zero”, sem ganhadores e sem perdedores, ao menos aparentemente.

Raffestin (1993) corrobora com as reflexões de que o poder não pode ser confundido com influência, pois o grupo que domina o outro, mediante o estabelecimento do poder de diferentes formas, é estabelecido originalmente pela atuação do próprio poder. Por outro lado, a influência é a forma de atuação do grupo por intermédio das relações sociais e, para Raffestin (1993), isso se caracteriza ao afirmar, nas passagens dialogadas por Dahl e Balandier que:

Isso só pode ser convenção de ideologia, sobre a qual teríamos condições de nos estender longamente. A relação entre o latifundiário e o minifundiário na América Latina é de poder ou de influência? É permitido hesitar diante do caráter oportuno da discussão entre influência e poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 54).

Ao mesmo tempo em que as relações estabelecidas pelos grupos de poder, na criação do PEVRI, parecem abstratas, são elas que materializam o território. A confluência do interesse desses grupos está na organização do modelo de desenvolvimento econômico controlado, o significa que a criação do PEVRI é de interesse de alguns grupos já destacados, mas a resistência dos proprietários de terras, por exemplo, não é agregada mediante à legalidade da ordem ambiental.

Nesse sentido, é o Estado que atua diretamente sobre a ordem ambiental, ao criar a UC. O momento de desordem local, vivido pela construção da Usina Hidrelétrica, é estrategicamente sanado, no entanto, as resistências a esse processo são legalizadas por instituições do Estado. Nesse momento, pode-se citar a influência do poder político instituído nos órgãos do Sistema U, o Ministério Público da União, Tribunal de Contas da União, entre outros.

Ainda, mesmo de forma aparentemente pouco conflituosa, a criação do PEVRI reestabeleceu “novas” territorialidades, considerando a transformação do poder estabelecido. Pode-se considerar, então, que este território foi transformado na mediação do poder político das instituições estatais. Sabe-se que toda transformação territorial reestabelece poderes e funções aos elementos existentes no lugar, pois se há elementos que permanecem/resistem, há também aqueles que são excluídos/se excluem do processo.

De acordo com o observado, a presença da CESP, do Consórcio ENGEA-THEMAG-UMAH e dos Proprietários de terra foi primordial para a materialização das relações em que se efetivou o território do PEVRI. Compreende-se, ainda, que os interesses ideológicos, políticos e econômicos dos grupos apresentados estão, concomitantemente, na caracterização da gênese do poder, isto é, são os interesses que geram o poder. Neste mesmo sentido, visualiza-se a participação das instituições públicas com interesse contratualista/interventor nas negociações e acordos firmados e rompidos entre os grupos de poder.

Compreende-se, com isso, que os fatores de ordem ambiental prevaleceram na justificativa para convencimento ou até mesmo a coação de um grupo em relação a outro, por isso, a seguir apresenta-se as áreas de atuação e fixação da ideologia da conservação dos elementos da natureza, norteados e legitimados no Estudo de Impacto Ambiental, conforme já destacado. Estudo esse que foi realizado pelo Consórcio THEMAG-ENGEA-UMAH, contratado pela CESP.

Ao realizar os estudos ambientais, o Consórcio levou em consideração a delimitação territorial em formato de polígono (Anexo 4). Após o levantamento da área houve demarcação e caracterização de três áreas distintas: a Área Direta

Afetada (ADA), a Área de Influência Indireta (AII) e as áreas com potencial para a conservação dos ecossistemas de interesse, os quais seguem detalhadamente no próximo item.

3.2. O PEVRI e suas especificidades ambientais

Em termos de especificidades ambientais, cabe aqui discorrer que os ecossistemas de interesse para a conservação dos elementos naturais, e visualizados pelos grupos de poder atuantes na definição do local a ser criado a UC, englobam as áreas de várzea e estima-se que a “[...] perda de aproximadamente 2.000 km² de várzea (ou cerca de 40% do total de varjão do rio Paraná no território brasileiro) significará a perda, nas mesmas proporções, da flora e da fauna, ali presentes” (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 138).

Com a realização do Estudo de Impacto Ambiental, já mencionado, produzido para o licenciamento da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, foi diagnosticado, na área do polígono delimitado, a existência de outras UCs, isso significa que a decisão pelo local do PEVRI, está também amparada na observação da existência de outras áreas de conservação. Observou-se em tal documento, a presença das áreas listadas a seguir:

- estado de São Paulo: Reserva Florestal Estadual da Lagoa São Paulo, Parque Estadual do Morro do Diabo, Grande Reserva do pontal do Paranapanema, Estação Ecológica de Caetetus e Reserva Biológica de Andradina sob a gerência do Instituto Florestal do estado de São Paulo, e Centro de Conservação do Cervo-do -Pantanal – Unidade Promissão da CESP.
- estado do Paraná: Parque Estadual da Mata dos Godoy, Parque Estadual de Diamante do Norte, Parque Estadual de Ibiporã, Parque Florestal de Ibicatu e Reserva Florestal de Amaporã, aos cuidados do Instituto Ambiental do Paraná.

- estado de Mato Grosso do Sul: não existia nenhuma UC oficialmente instituída pelo estado.

Sendo assim, a criação do PEVRI, em Mato Grosso do Sul, apontou como marco histórico-social e político a UC, sendo que sua criação representa a estrutura organizacional dos grupos de poder citados anteriormente, aqueles articulados ao final da década de 1990. Diante da disputa de poder, prevaleceu o interesse em criar a UC, mesmo redefinindo territorialidades existentes no local.

O final da década de 1990 foi, para o estado do Mato Grosso do Sul, um momento em que, politicamente, nas esferas de organização mundial e local, prevaleciam os interesses em estabelecer “novas” formas de uso da terra. A complexidade da criação de UC está atrelada, principalmente, ao modo como cada grupo de poder interfere na dinâmica de parte da coletividade, no entanto, a criação do PEVRI é despontada por meio da obrigatoriedade da CESP em reparar os danos ambientais criados pelo lago da UH.

Este Parque foi a primeira UC criada no estado de Mato Grosso do Sul, também o primeiro a ter seu plano de manejo publicado e sua zona de amortecimento criada por decreto, o que, de fato, não minimiza as áreas de tensões nem divulga formas de negociação de compra/venda da terra para sua implantação.

Ao destacar a existência obrigatória de criação de UC em empreendimentos que, diretamente, causam danos ambientais, deve-se considerar ainda que a obrigatoriedade só existe mediante à organização política de parte do poder legislativo que criou e estabeleceu essa normativa. A territorialização do poder decisório sobre a criação do PEVRI não partiu das populações locais, muito menos da ação governamental em nível municipal.

O PEVRI foi criado por um grupo que necessitava legalizar um de seus empreendimentos, este grupo, a CESP, de forma mitigatória com obrigatoriedade em criar UC com características físicas similares às da área alagada. Jateí, Naviraí e Taquarussu não foram alagados com a construção do lago da UH Eng. Sérgio

Motta, mas, por outro lado, se tornaram palco da atuação direta deste grupo de poder, até então externo ao território.

O tamanho da área abarcada não foi definido em lei, e sim o valor financeiro a ser investido, como mencionado anteriormente, mas:

[...] em termos gerais, quanto maior a área da unidade de conservação, mais habitats ela pode possuir e, em consequência, maior é o número de espécies que pode abrigar. Por outro lado, quanto maior a fragmentação dos ambientes, maior é a perda de espécies (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 63).

Nesse mesmo documento, podem-se encontrar apontamentos de que a área reservada à UC deveria ser no local em que fisicamente está o PEVRI, portanto, o Consórcio THEMAG-ENGEA-UMAH participou ativamente da decisão de escolha sobre o local, vale ressaltar que foram avaliados os aspectos físicos, considerando a formação hidrográfica, fauna e flora.

Mas conforme informações disponíveis nesse documento:

[...] a escolha definitiva das UCs e da extensão das áreas a serem adquiridas deverá se dar através de um processo interativo de discussão empreendedor/órgãos ambientais, bem como após o diagnóstico detalhado sobre o nível de conservação e estrutura fundiária das áreas consideradas prioritárias (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 204).

Dessa forma, foi destacado no EIA, sobre a construção da UH, a existência na jusante das barragens de Porto Primavera e Rosana, uma área relativamente “grande” em território sul-matogrossense, localizado nas porções média e baixa do ribeirão Esperança, córrego do Baile e rios Ivinhema e Iguatemi, sendo este local a área que se tornou o PEVRI. Sobre a descrição da área, a informação que se tem é a de que houve pouca interferência de atividades antrópicas e, no momento do levantamento, estava coberta:

[...] basicamente por vegetação de várzea, matas ripárias, buritizais e florestas mesófilas, contendo diversas lagoas marginais, e é capaz de abrigar grandes populações e espécies da fauna que se encontram ameaçadas de extinção, como o cervo-do-pantanal e felinos de grande porte. As várzeas dos rios e lagoas marginais são ricas em ovos e larvas de peixes, servindo como criadouro natural. Além de servir como *habitats* reprodutivos, os rios Ivinhema e Iguatemi são utilizados como rotas migratórias por muitas espécies de peixe, acentuando a importância da preservação de suas margens para a manutenção da biodiversidade e dos recursos pesqueiros na região (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 89-90).

A justificativa, no EIA, por este local ter pouca interferência das atividades antrópicas está apoiada na dificuldade de acesso. Atualmente, em reunião assistida do Conselho do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, este foi um dos elementos de dificuldades destacados por Leonardo Palmas, gerente de UC do IMASUL, “principalmente em dias de chuva a dificuldade aumenta e fica impossível o acesso” (Ata nº 02/2013).

A dificuldade já tinha sido mencionada no primeiro relatório de construção do Plano de Manejo (2008, p. 36), que na descrição de Acesso à Unidade destaca-se:

O acesso principal ao Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema é feito pela rodovia Deodapólis – Ivinhema BR-376, desta pela MS-141 até a entrada do Parque Estadual. A UC distancia 410 km da capital Campo Grande. [...] O trecho realizado pela MS-141 encontra-se em precário estado de conservação, sendo esta, uma via não pavimentada de tráfego temporário, não sinalizada e que se torna intransitável em períodos de chuva. Uma segunda opção de acesso a UC é através de transporte hidroviário seguindo dos diferentes portos que margeiam o rio Paraná[...] e ainda, através de transporte aéreo, realizado por pequenos aviões e helicópteros, haja visto, a existência de campo de pouso na sede do Parque.

Pelas características naturais apresentadas na área em que foi criado o lago da UH, a área de várzeas do rio Ivinhema despontava como potencial à conservação dos elementos da natureza; como as UC, nesse período, eram inexistentes em

território sul-mato-grossense, provavelmente animais, principalmente os de grande porte, estariam ameaçados de extinção, conforme destaque:

A única reserva com tamanho suficiente para proteger significativas populações animais que exigem grandes territórios, como as onças parda e pintada existentes na região, corresponde à Grande Reserva do Pontal do Paranapanema. Desta, no entanto, só existe o decreto de criação, uma vez que toda a sua área foi ocupada por pastagens e culturas agrícolas. Torna-se, portanto, essencial a criação de pelo menos uma reserva de grande porte, a fim de abrigar tais espécies (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 91).

Neste levantamento realizado pelo Consórcio THEMAG-ENGEA-UMAH, as várzeas do rio Ivinhema foram destacadas como áreas prioritárias para a conservação da natureza, por diversos motivos, entre os quais se destacam, inicialmente as características da biodiversidade do local quanto a hidrografia, fauna e flora, por ser área de pouca alteração antrópica, visto a dificuldade de acesso, principalmente nos períodos de cheia e, finalmente por baixo interesse para fins agropecuário, como na passagem, em que destacam “as várzeas, ainda consideradas por muitos como terras improdutivas” (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 92).

Por outro lado, a justificativa ambiental está pautada na afirmação de que as várzeas

[...] são ecossistemas extremamente ricos, capazes de acumular detritos e biomassa viva e de fornecer alimento e local de nidificação para muitas espécies de peixes e aves aquáticas, que sustentam toda uma rica e diversificada cadeia alimentar. Além de suportar uma grande diversidade faunística, as áreas alagadas servem como ambientes-tampão (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 92).

A prioridade, pelas várzeas, foi identificada em todo o trabalho de Estudo de Impacto Ambiental. Neste documento, toda a área de jusante do lago e, principalmente, em território sul-mato-grossense “[...] merece especial atenção, uma

vez que constitui a única localidade potencial para a criação de uma reserva de grande porte, a fim de proteger ecossistemas heterogêneos e animais que exigem grandes territórios” (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 92).

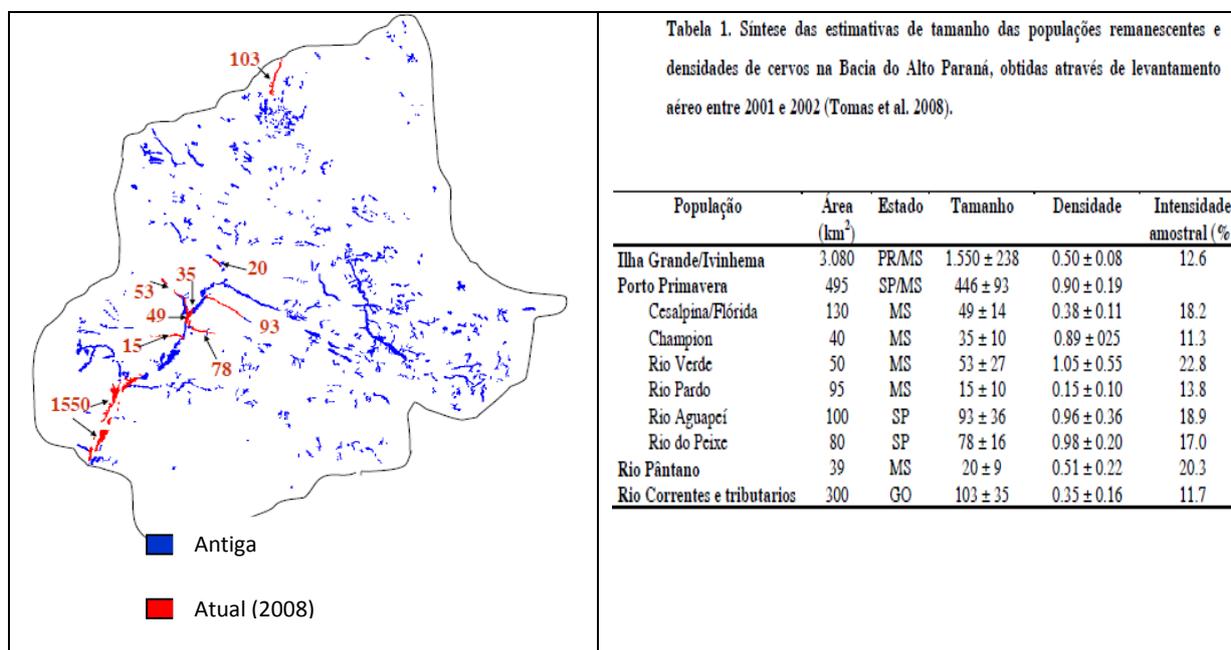
Destaca-se, novamente, o tamanho da UC, o que é possível identificar que o interesse não era apenas em criar a Unidade, mas sim, condicionar elementos que pudessem formar uma área significativa de conservação da natureza.

Inicialmente, a suposição levantada era a de que a necessidade de ser uma área considerada “grande” foi estabelecida pela CESP, mas ao adentrar em outros aspectos, não necessariamente objetos desta pesquisa, pode-se constatar que a área em que atualmente está sendo implantado o PEVRI, apresenta características físicas similares à da área do lago da UH. O tamanho proporcionaria, assim, a possibilidade de existência de algumas espécies animais, principalmente as de grande porte.

Entre os diferentes tipos de vida animal, visualizadas no período de construção da UH, que poderiam sobreviver nas condições do atual PEVRI são: onça-parda (*Felis concolor*), onça pintada (*Panthera onça*) e cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*), jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) e bugios (*Alouatta caraya*) (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 159).

Deve-se ressaltar, que no desenvolvimento do Programa de Controle Ambiental, realizado pela equipe técnica da CESP, houve o monitoramento de espécies da fauna existentes na ADA e na AII. O resultado desse trabalho foi o diagnóstico na presença do cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*) na Bacia do Alto Paraná, em grande quantidade. Um fato curioso é que esta espécie encontra-se ameaçada de extinção e, para isso, foi criado o Plano de Conservação da espécie, observado no mapeamento na Figura 6.

FIGURA 6 - Diagnóstico da presença do Cervo-do-Pantanal na Bacia do Alto Paraná



Fonte: CESP. Plano de Conservação do cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*) na Bacia do Alto Paraná (2008, p. 16-17).

Org.: OCON, D. C. M. (2014).

A área em que foi criado o PEVRI constitui-se, para o estudo, um refúgio da fauna e da flora ameaçadas de extinção, principalmente por haver pouca interferência humana. Assim, tanto as várzeas do rio Paraná quanto as de seus afluentes proporcionam, aos responsáveis pela identificação da área, um local mais apropriado para criação de uma UC.

Do levantamento biológico da região das várzeas do rio Paraná, conclui-se as diferenças significativas na composição fisiográfica da área de várzeas em relação à área alagada, porém, evidencia-se que as:

[...] alterações antrópicas, mais intensas nos [estão localizadas nos] terraços superiores, onde os solos e o balanço hídrico propiciam melhores condições para a implantação de culturas agrícolas e de pecuária. Na várzea do rio Paraná, em que pesem as atividades

antrópicas existentes, a feição original da paisagem permanece pouco alterada (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 100).

A afirmação desse local, descrito nos documentos, apontam a área como alternativa para o estabelecimento de unidade de conservação, considerando a possibilidade de:

[...] manejo adequado à proteção dos recursos naturais, a fim de permitir a manutenção da biodiversidade e dos recursos genéticos; a estabilidade do meio físico-biótico, minimizando erosão, enchentes e secas; a manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas, através de seus produtos animais e vegetais; e de propiciar áreas para pesquisa científica, educação e recreação (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 62).

Outra possibilidade que marca essa decisão é o procedimento indicado no item 11.3, que consta na obra “Programas de Controle Ambiental”, vol. II do EIA, dispondo sobre a prioridade de várzea do rio Paraná:

[...] as várzeas significativas de afluentes do rio Paraná, floresta ciliares de extensão significativa, mancha de cerradão e floresta mesófila relativamente extensa e em bom estado de conservação ou, caso contrário, passíveis de recuperação, manchas de vegetação florestal, mesmo que pequenas, mas que abrigam espécies em extinção, deverão ser alvo de conservação ambiental (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 204).

Diante dessa descrição das territorialidades ambientais existentes na área, pode-se identificar que a tese inicial dessa pesquisa se confirma em decorrência de que a legislação que obriga a CESP, em criar UC de Proteção Integral para reparar os danos ambientais causados durante a construção da UH, é lei federal fundamentada em valores conservacionistas.

Nessa análise, o poder político do Estado e o poder econômico privado das empresas (Consórcio e CESP) traçaram estratégias de interesse ambiental para definir o local como uma UC.

Esta pesquisa, quando pensada, tinha por prioridade responder a que interesse serviu a criação do PEVRI, sendo que os dados coletados demonstram que a decisão sobre o local da área foi estrategicamente pensada somente do ponto de vista ambiental, mesmo apresentando diagnóstico de baixa atividade antrópica na mesma. Outras informações demonstraram que os conflitos existentes, até a atualidade, têm cunho social e são resultado da organização dos grupos de poder.

Além das informações disponibilizadas no EIA de construção da UH, este texto contém elementos presentes no Instrumento Particular de composição Amigável, estabelecido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, firmados entre CESP e SEMADES, em 28 de abril de 1998.

§ 2º A CESP, ao realizar o desmate [da área que compreende o lago da UH] providenciará o resgate e a realocação da fauna para as áreas previamente aprovadas pela SEMADES, remetendo, para tanto, relatório trimestral das referidas atividades para a SEMADES, o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, sem prejuízo do acompanhamento que poderá ser realizado por essas entidades.

§ 3º A CESP, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do início do enchimento do reservatório, indicará as áreas para realocação faunística, para devida aprovação da SEMADES e IBAMA, sob supervisão do Ministério Público.

Assim, fica definida, por meio do Instrumento Particular de Composição Amigável, a responsabilidade da CESP em adquirir área para a implantação de uma Unidade de Conservação Ecológica responsável pela infraestrutura necessária à organização da sede para a UC.

Ficou firmado, ainda, que sobre a infraestrutura e benfeitorias para as UCs, como eletrificação, edificação (portaria, guarita, centro de visitante, prédio da administração, casa de vigias), cercas, deveriam estar previstas no Plano de Manejo de cada UC para atender à demanda desejada com relação à recuperação e uso da área.

O EIA apontava os custos para aquisição de terras, infraestrutura e manutenção/administração/fiscalização distribuídos da seguinte forma: aquisição de

terras, em consonância com a Resolução nº 10 do CONAMA, de dezembro de 1987, pelo menos 0,5% (meio por cento) do valor total do empreendimento deverá ser destinado à criação de UC. Assim, o valor total estimado do empreendimento (UH) foi de US\$ 38.883.000.000 (trinta e oito milhões, oitocentos e oitenta e três milhões de dólares), podendo-se considerar que o investimento em UC foi no valor de US\$ 194.415.000 (Cento e noventa e quatro milhões, quatrocentos e quinze mil)⁹³.

O valor de mercado, avaliado para as propriedades rurais, no momento em que foi criado o EIA da UHE Porto Primavera, em média, em Mato Grosso do Sul, era de US\$ 750 por hectare para as terras altas e de US\$ 500 por hectare para as terras baixas. Neste caso, terras altas e baixas estavam relacionadas à altitude do relevo, sendo as altas localizadas em áreas secas e as baixas em áreas úmidas.

Portanto, é explícita, na relação patrimonial, que a CESP ficou responsável em adquirir a área para a criação do PEVRI e, ainda, foi proposto a possibilidade de parcerias, pois a compra dessas terras representa um custo financeiro elevado, a fim [de] intermediar a criação das UCs, “propõe-se aqui a compra de parte das terras a serem protegidas pela CESP, que poderá estabelecer parcerias com as entidades citadas no item 11.4, a fim de que sejam adquiridas as porções restantes” (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 205).

As entidades citadas no item 11.4 do documento despontam como possíveis grupos de poder a serem investigados na atuação no PEVRI, a fim de verificar sua influência no requisito de tomada de decisão sobre compra/venda de terras. No entanto, observou-se que não há influência desses grupos, mas a possibilidade de estabelecimento de convênios com órgãos mantenedores, financiadores e/ou fiscalizadores da UC, dependendo do interesse a que estes grupos estiveram vinculados.

A saber, atualmente, o Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, mesmo em fase de implantação, está sob a gestão do Imasul. No período de execução do EIA da UHE, destacou-se que, dependendo de sua importância e

⁹³ Para esse cálculo foi utilizado o valor total estimado, considerando, ainda todas as áreas para Unidade de Conservação e não apenas ao PEVRI.

extensão, a UC poderá ser ampliada e gerenciada pelo poder público ou pelo poder privado.

Com relação ao poder público, as parcerias previstas podem ser estabelecidas em diferentes esferas: municipal, estadual ou federal, incluindo-se as entidades ambientalistas, universidades e institutos de pesquisa, sendo os mais relevantes citados a seguir: IBAMA, SEMA, IF, UFMS, UEMS, UEM, EMBRAPA, Comando de Policiamento Florestal e de Mananciais dos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, SMA/CEAM, SMA/CPRN, APOENA, FUNATURA, FBCN, FUCONAMS, PROESP, APREMAPP, Associação Ecológica Regional de Presidente Prudente, APEDEMA/SP, CEACON, UNESCO, IUCN/Brasil, FAO, TNC, *New York Zoological Society*, *Fauna e Flora Preservation Society*, *Amigos de la Natureza*, Associação Civil *Green Peace*, *WWF*, *Friends of the Earth*, além do apoio em relação ao uso do solo, à sociedade local, agricultores e pecuaristas.

Ao verificar a origem dos grupos citados no documento que direciona a criação do PEVRI, pode-se verificar instituições governamentais e não governamentais, incluindo fundação e associação que são de origem brasileira, comprovando a tese de que os grupos vinculados à ideia de conservação da natureza não são de origem local.

A relação institucional citada demonstra a capacidade/possibilidade de interlocução do PEVRI aos interesses internacionais, posto este território ter sido estabelecido, na atualidade, como referência ao poder ambientalista da natureza.

3.3. A implantação do PEVRI e a presença das Instituições governamentais no reordenamento territorial

O estudo da etapa de implantação do PREVI foi de suma importância para os resultados desse trabalho. Os dados foram coletados do acervo documental⁹⁴ da CESP, que possibilitou compreender as formas de participação dos grupos de poder no diagnóstico sobre o local em que o mesmo seria implantado. Do acervo nos centramos nos relatórios sobre os aspectos de âmbito ambiental e humano. Esses relatórios são diagnósticos realizados na área no período do final do ano 2000 e início de 2001.

Para a produção do EIA/Rima e verificação das possibilidades de criação da UC, houve a participação de diferentes atores sociais e representantes de instituições públicas. Na ocasião, a equipe que realizou o levantamento de dados era composta por representantes do Instituto de Desenvolvimento Agrário e extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA), atualmente institucionalizado como AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), SEMA e UERJ, e no setor privado, pela CESP e Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).

Fizeram parte da equipe técnica para o levantamento desses dados as pesquisadoras, representantes da UERJ, Antônia Maria Martins Ferreira, Viviane Vidal da Silva e Danielle Pereira da Costa, Arnaldo Fogaça, técnico da SEMA, bem como Fernando Brandão de Andrade (mesmo funcionário que nos recebeu na etapa de trabalho de campo), técnico do setor de Meio Ambiente da CESP.

O acompanhamento institucional e de gabinete ocorreu no mesmo período, por Sylvia Torrecilha, coordenadora de Meio Ambiente da SEMA; Jair Terra, Diretor Executivo de Regularização Fundiária do IDATERRA e Humberto Cesar Maciel engenheiro do IDATERRA. Contando com a divisão entre SEMA e a CESP na função de contratantes e FBDS, juntamente, com a UERJ como entidades executoras dos trabalhos.

⁹⁴ Além disso, é possível afirmar que os dados disponibilizados são resultados do primeiro diagnóstico científico realizado no levantamento para produção do EIA/Rima no território e, posteriormente, aproveitados para o Plano de Manejo.

Sendo assim, o primeiro Plano de Manejo do PEVRI⁹⁵ foi originado do estudo de diagnóstico físico e humano do território da UC, por meio da atuação econômica da SEMA e CESP, e ideológica pelos grupos FBDS e UERJ.

A forma de atuação dos grupos satisfaz, geralmente, os interesses econômicos ou ideológicos na organização do Plano de Manejo, sendo esta afirmação possível ao refletir sobre as territorialidades estabelecidas na relação entre os grupos. Assim, pode-se dizer que, os poderes econômico e ideológico estão imbricados na relação entre CESP/FBDS/SEMA/UERJ. Esses grupos, são estruturantes nas informações contidas sobre a implantação do PEVRI e estão dialeticamente envolvidos na territorialização atual da UC.

A relação estabelecida entre organizações responsáveis pela construção do Plano de Manejo (CESP/FBDS/SEMA/UERJ) é uma “nova” etapa de construção social do PEVRI, isso porque se houve a participação dos grupos de poder destacados na etapa de criação do PEVRI e diagnosticado a inexistência desses grupos no local, é possível afirmar que há continuidade e influência da CESP e SEMA na territorialização do PEVRI.

Vinculados às perspectivas da coletividade, é necessário afirmar a obrigatoriedade desse envolvimento, sendo a CESP empresa responsável pela minimização da desordem ambiental causada na construção da UH e a SEMA, instituição do Estado, no controle à ordem.

Como o PEVRI é uma medida compensatória aos danos ambientais causados na construção do lago da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, por meio de compromisso firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, é de responsabilidade da construtora o acompanhamento de implantação da UC.

Assim, compreender o processo de criação do Plano de Manejo é necessário para análise das necessidades ideológicas e políticas envolvidas na elaboração do material, já que são aspectos relevantes e representam a territorialidade relacional dos grupos de Poder citados.

⁹⁵ Em 2011 foi atualizado.

O “Manejo” é classificado, no “Art. 2º da Lei nº 9.985/2000 § VIII, como: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”. Assim, na realização do Plano de Manejo do PEVRI, a equipe técnica considerou as definições de Plano de Manejo, Zoneamento, Programa de Manejo, Zona de Transição, Área de Influência e Planejamento Participativo disponíveis no “Marco conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil”, produzidas pela Diretoria de Ecossistemas – DIREC do IBAMA, de 1997. O Plano de Manejo é o:

[...] instrumento de planejamento oficial das Unidades de Conservação de Uso Indireto. Trata-se de um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma Unidade de Conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, estabelecendo diretrizes para o manejo da unidade.

Caracteriza-se por ser participativo, já que envolve vários segmentos da sociedade; contínuo, pois os conhecimentos gerados de acordo com o planejamento evoluirão ao longo do tempo; gradativo, pois da profundidade dos conhecimentos gerados depende o grau de intervenção do manejo da área; e flexível, pois a tomada de decisões dependerá também da autoavaliação e da retroalimentação fornecida pelas experiências com o manejo (THEMAG-ENGEA-UMAH, 1999, p. 80).

A construção metodológica do Plano de Manejo seguiu estruturada, na seleção de 79 pontos de estudo (Anexo 1), sendo possível observar que, foram descritas/diagnosticadas diferentes formas de atividades humanas e de infraestrutura.

Entre os elementos descritos na área de estudo do Parque, pode-se destacar elementos de cunho agropecuário, como a área de pastagem e agricultura, além de edificações, campo de pouso e torre de rádio (no caso dos pontos 64 e 73, respectivamente, correspondente a Fazenda Quem de Direito e Fazenda Vaca Branca, localizadas nas coordenadas geográficas de 220183/7430957 e 213150/7448633); plantações de milho, eucalipto, soja e pasto na Fazenda Vaca Branca; pecuária (especificamente na Fazenda Santa Adélia detalhada no ponto 04, localizada entre as coordenadas geográficas 228846/7465845, bem como a presença de aproximadamente 5000 (cinco mil) cabeça de gado); alteração e

afundamento do leito do rio por máquinas, recursos hídricos assoreados, erosão e pasto abandonado.

É importante destacar essas características, na implantação da UC, para desmistificar a criação e a implantação de UCs em espaços “vazios”. No senso comum, é possível ouvir falas de pessoas que julgam a criação de UCs em lugares não habitados, o que se questiona em relação ao caso do PEVRI, pois há presença de diversas atividades e, portanto, de um local ocupado e territorializado por diferentes formas de apropriação privada da terra.

A infraestrutura presente em cada propriedade foi detalhada e fotografada pela equipe técnica no relatório final, bem como o detalhamento das necessidades de gestão para o território.

Entende-se como prioridade, a divulgação do Parque com colocação de placas e divulgação de *folders* ou panfletos nas escolas, palestras e exposição de fotos com o objetivo de trabalhar a educação ambiental com professores e Câmaras de Vereadores nos municípios envolvidos, isso porque, no momento de coleta de dados a Fundação, diagnosticou que: “Cabe ressaltar, que no contato realizado com a população residente nos municípios em que se encontra a unidade as pessoas desconhecem o fato de a área ter-se tornado [tornou-se] uma Unidade de Conservação” (PLANO DE MANEJO, 2008, p. 28). Ainda é possível visualizar placas informativas na MS 376, conforme figura 3.

FIGURA 7 - Placas informativas sobre a localização do PEVRI



Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Sobre a divulgação do Parque, foi possível observar que este foi criado sem conhecimento prévio da população, remetendo-nos a indicação de que a população dos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu não estiveram presentes nas

decisões relativas à escolha do local para estabelecimento da UC, sendo a presença obrigatória, conforme já exposto, esse é também um dos itens destacados na Tábua de Avaliação do Município, descrito no Capítulo II sobre o ICMS ecológico.

Além da divulgação, a equipe técnica de criação do Plano de Manejo entende que é necessário o Aceiro⁹⁶ (Figura 8), no limite do parque, com a zona de amortecimento, “[...] buscando impedir que a UC seja atingida por incêndios; segundo moradores da região, houveram queimadas em diversos pontos do Parque durante o ano de 1999” (PLANO DE MANEJO, 2008, p. 29).

Ao realizar a leitura do Plano de Manejo com a proposta da construção de Aceiro, surgiu a seguinte dúvida: qual a origem do fogo/incêndios citados anteriormente no PEVRI? Seria uma forma de resistência de algum grupo contrário a preservação dos elementos da natureza e apoiando o desenvolvimento agropecuário?

A fim de responder essa indagação realizamos levantamento na Delegacia Civil do município de Taquarussu, em agosto de 2014, mas até aquele momento não havia registro de Boletim de Ocorrência em relação às queimadas clandestinas. Com quase nenhuma informação para realizar a afirmação da causa das queimadas, a conclusão que se chega é a possibilidades de causas naturais, principalmente, se for levado em consideração o período de seca (meses de julho até setembro). Porém, essa hipótese, lançada anteriormente, foi descartada, por Braga (2004):

Da época que iniciaram os estudos, a área do Parque sofreu cinco grandes incêndios que foram periciados pelo Comando Geral do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul. (Laudos do Instituto do Meio Ambiente de 17/03/2003, 30/10/2003, 22/12/2003, 19/02/2004 e 11/03/2004, disponíveis nos arquivos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA) (BRAGA, 2004, p. 55).

⁹⁶ Aceiro é uma técnica utilizada, com o objetivo de fragmentar a vegetação, como se fosse uma vala aberta entre a área do Parque e a Zona de Amortecimento, isso dificultaria o alastramento do fogo.

O Conselho do Parque, enquanto controle social, tem papel principal de atuação na gestão do território, não necessariamente nas medidas práticas, mas enquanto fiscalizador do uso e destino do recurso público.

Em reunião ordinária no dia 06 do mês de abril do ano de 2010, do Conselho Consultivo do PEVRI, foi aprovada uma moção de descontentamento ao tratamento dado à sua gestão. Nesta (Anexo 3), os conselheiros detalharam que o parque sofre danos ambientais, como as queimadas, que podem ser consideradas um dos maiores problemas. Mesmo não havendo registro na Delegacia de Polícia Civil sobre o caso, há relatos de que focos de incêndios⁹⁷ são observados por moradores do entorno, e a não implementação dos planos de trabalho aumenta as consequências dos danos gerados nos decorrentes dos anos.

Há alguns anos os casos de incêndios estão incomodando os gestores do Parque, porém as queimadas não apresentam causas específicas e únicas. Para compreender esse elemento que aparece como uma forma de manifestação de conflito pelo uso da terra, foram selecionadas matérias disponibilizadas, por meio digital e pelos atores sociais responsáveis no controle das queimadas:

Em matéria intitulada **“Incêndio está destruindo o Parque Estadual de Ivinhema, no MS”**, veiculada pelo Jornal Nacional, em agosto de 2002, a justificativa foi a queda de um raio.

Em Mato Grosso do Sul, a queda de um raio provocou um grande incêndio que está destruindo o Parque Estadual de Ivinhema. A região é uma das últimas áreas de várzea nativa às margens do Rio Paraná. O céu está encoberto pela fumaça. Há quatro dias o Parque Estadual de Ivinhema está em chamas. Quilômetros de vegetação viraram cinzas. O galpão de zinco derreteu. Para onde se olha há fumaça. O parque fica na divisa de Mato Grosso do Sul com o Paraná. Tem 73 mil hectares. **Apenas 60 voluntários, bombeiros e policiais de municípios vizinhos trabalham no combate ao fogo.** [...] Sem equipamentos os voluntários sofrem com o calor. Máquinas abrem aceiros [anteriormente destacados como proposta no Plano

⁹⁷ Os relatos mencionados nesse texto foram colhidos durante conversa com moradores dos municípios que abrange o Parque e com os próprios conselheiros. Contudo, não cabe a esta pesquisa discutir a origem desse problema, no entanto, é necessário afirmar que o problema já havia sido destacado pela equipe técnica de construção do Plano de Manejo.

de Manejo], que são ruas no meio do pasto para tentar barrar o avanço do fogo. Mas nem sempre funciona. Em alguns pontos os bombeiros combatem fogo com fogo. "Nós vamos colocar fogo contra fogo porque se nós não fizermos isso o fogo vai atravessar e pegar outra área", explica um dos bombeiros. [...] Pelo menos 2.000 hectares já queimaram. O incêndio ainda não foi controlado (www.jornalnacional.globo.com.br) (Destaque nosso).

Em janeiro de 2004, a reportagem **“Incêndio consome cerca de 50 km² do Parque do Ivinhema”**, apresentou o conteúdo constando a suposição de origem criminosa, como consta:

Uma área de aproximadamente 50 Km² de uma ilha do Parque Estadual do Ivinhema, localizado na Vale do Rio Ivinhema, região sul do estado, foi queimada, segundo informou o Dourados News. A denúncia, de acordo com o Corpo de Bombeiros local, foi feita por moradores do Porto Caioá. **Eles acreditam que a causa do incêndio pode ter sido criminosa. Pessoas da região colocam fogo nas terras para extrair o Ginseng.** Ontem à tarde, uma **equipe dos bombeiros** fez uma vistoria de barco na região e não encontrou outros focos (www.riosvivos.org.br) (Destaque nosso)

E, em janeiro de 2006, outra reportagem foi noticiada pela mídia, nesse caso a **“Queda de raio provoca incêndio em mata nativa no Parque do Ivinhema”**.

Um incêndio provocado pela **queda de um raio** neste sábado está destruindo uma área do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema. **Equipes do Corpo de Bombeiros de Naviraí e voluntários** ajudam a controlar as chamas que em 2003 destruíram sete mil hectares da reserva que possui 75 mil hectares. Em 2004, o fogo consumiu 4,9 mil hectares de várzeas e campos do Parque. De acordo com a perícia realizada pela Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e Corpo de Bombeiros, **o incêndio criminal, que ocorreu há quase dois anos, teve início numa área próxima à margem do Rio Ivinhema e queimou cerca de 7% da área do Parque** (www.midiamax.com.br) (Destaque nosso)

Outro incêndio foi registrado pela mídia, o ocorrido em junho de 2009, que recebeu o título de **“Incêndio destrói Parque do Ivinhema desde 3ª feira”**.

Um incêndio atinge o Parque Estadual do Rio Ivinhema desde a última terça-feira. No local, há **técnicos do Imasul (Instituto do Meio Ambiente do Estado), Corpo de Bombeiros e PMA (Polícia Militar Ambiental)**. Ainda não há a dimensão das áreas queimadas, mas somente no primeiro dia de incêndio foram destruídos mais de 20 hectares. "O local do incêndio é de difícil acesso. Precisamos de uma aeronave para auxiliar o combate ao incêndio e evitar mais danos ambientais" afirmou o gerente da unidade de conservação, Leonardo Tostes Palma, ao site de notícias do governo (www.campograndenews.com.br) (Destaque nosso)

Os focos de incêndio, no território do PEVRI, foram identificados nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2009, concentrados nos meses de janeiro, junho e agosto e, entre as causas apontadas, pode-se destacar duas situações mencionadas nas notícias apresentadas acima, observe as fotos da Figura 8.

FIGURA 8 - Controle e medidas contenção dos focos de incêndio



Fonte: SEMA (2003) *apud* BRAGA (2004)



Fonte: SEMA (2003) *apud* BRAGA (2004)



Fonte: <http://salaverdejatei.blogspot.com.br/>



Fonte: <http://www.bombeiros.ms.gov.br>

Org. OCON, D. C. M., 2015.

Na Figura 8, podemos visualizar a presença das instituições públicas atuando no controle e medida para contenção do fogo e, principalmente, deve-se destacar a presença do PrevFogo, Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais de controle do IBAMA. No PEVRI foi implantado uma base de controle das queimadas já que o local estava entre os locais com grande incidência de queimadas.

Nesse sentido as causas da queda de raio, ou seja, causas naturais, é comum em áreas compostas por pastagem, principalmente se estiver em períodos

com baixa umidade relativa do ar. E, em segunda situação, o indicativo de que a queimada seria criminosa, por parte de trabalhadores coletores de *ginseng*.

Na descrição de propostas realizadas pela equipe de construção do Plano de Manejo, no item "Segurança" já havia sido mencionado a questão da exploração do *ginseng* e para compreender a importância mercadológica desse (*Pfaffia glomerata* (Spreng.) Pedersen), que se destaca o texto abaixo:

O cultivo de plantas medicinais na América Latina, particularmente no Brasil, atrai cada vez mais atenção do agronegócio. O atual interesse pela domesticação das espécies medicinais, a pressão sobre suas populações naturais ameaçadas por práticas extrativistas e a preocupação em manter o constante fornecimento da matéria prima para a produção de fármacos, faz com que se torne necessário gerar conhecimentos, a fim de que se tornem um produto agrícola de qualidade (MONTANARI JR., 1999; POCÁ, *apud* SKREBSKY, 2007).

Ainda, faz-se importante destacar, que o plantio do *ginseng* acontece, geralmente, no período marcado pelo final do inverno e início da primavera, assim como a colheita, que deve acontecer periodicamente em intervalos de 12-12 (doze a doze) meses, coincidindo com os meses de julho a setembro.

Na informação destacada sobre as queimadas é possível verificar a existência de dois grupos que agregam poder econômico ao executar duas atividades econômicas de forma clandestina: os fazendeiros, atuando nas queimadas para a entrada de gado na área de preservação e os batateiros, na extração do *gingeng*. Nos dois casos é possível diagnosticar a finalidade de atuação econômica e mercadológica, sendo que a contradição do processo está na negação da preservação ambiental, conflitando o modelo de desenvolvimento sustentável ideologicamente pensado para o PEVRI.

A reflexão sobre o caso do *ginseng* é necessária, principalmente porque passou a ser visto como uma mercadoria. Para Godoy (1999, p. 40) a "[...] matéria prima, a raiz do *ginseng* apelidada de "batata", é comprada dos "batateiros" que vivem na região (que, em sua maioria, são pescadores) e o produto processado é vendido para Londrina, Curitiba e São Paulo".

Os mercados, paranaense e paulista, são estruturantes do processo de ilegalidade da extração do *ginseng* e, ao refletir especificamente sobre esse conflito, é necessário destacar que no capitalismo a produção de mercadoria está intimamente correlacionada com o mercado consumidor, a partir de um movimento dialético em que só há ilegalidade de exploração do *ginseng* natural do PEVRI por haver o mercado consumidor.

Além da questão de ilegalidade “[...] as cinzas das queimadas, nas enchentes, entram [...] em contato com as guelras dos peixes, e, também com as árvores frutíferas que alimentam os peixes” (GODOY, 1999, p. 40), intensificando o grau de impacto aos elementos da natureza.

As discussões sobre a queimada da área do Parque e a exploração do *ginseng*, partem do pressuposto de que existem grupos que atuam no conflito sobre a forma de uso da terra, posto haver propriedades rurais que se encontram em negociação judicial, bem como os motivos que cercam essa disputa pelo uso da terra, nesse caso, estarem atrelados, inclusive, à disposição de excedente de mão de obra.

No caso dos trabalhadores da retirada do *ginseng* brasileiro, é possível afirmar que, são trabalhos temporários. O trabalho acontece somente uma vez ao ano, sendo que estes trabalhadores são moradores do entorno do Parque.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a raiz é natural da área do PEVRI, sendo “planta medicinal típica do Varjão do Paraná e conhecida como *ginseng* brasileiro, move um mercado de trabalho que gera emprego o ano inteiro e em maior proporção na época da colheita” (GODOY, 1999, p.39). Por ser tipicamente natural não pode ser extraída sem licenciamento ambiental e, no caso de UCs, o manejo da vegetação deve estar descrito no Plano de Manejo.

Sobre os procedimentos de plantio e colheita verifica-se a existência de alto impacto ambiental, isso porque “[...] são os fazendeiros que, em geral, realizam as queimadas nas ilhas para a entrada do gado e, com isso, facilitam a tarefa dos batateiros de arrancar as “batatas” do chão” (GODOY, 1999, p.39).

Assim, acredita-se que os trabalhadores da colheita do *ginseng* formam um grupo de poder mediante à relação estabelecida com os grupos de poder da indústria farmacológica, pois, mesmo exercendo uma atividade em local impróprio, utilizam-se da colheita da raiz como fonte de trabalho. Assim, há a presença duas territorialidades: uma formada pela relação territorial dos ex-proprietários/proprietários de terras com os trabalhadores e outra entre trabalhadores e a indústria farmacológica.

A territorialidade formada na relação entre ex-proprietários/proprietários de terras *versus* trabalhadores está condicionada às relações de trabalho flexíveis, ilegais e exploração em relação às horas extras não pagas. Por outro lado, a territorialidade formada na relação entre trabalhadores e a indústria farmacológica está fundamentada no interesse pelo valor financeiro. Acredita-se que, por não ter procedência, o *ginseng* brasileiro deve ser vendido por valor financeiro inferior ao mercado legal, a transferência de valor não pago ao fornecedor recai significativamente na mão de obra não paga.

Assim, não necessariamente o trabalhador é conflitante à estrutura do território de preservação ambiental, porém, apresenta-se como um grupo de poder na medida em que atua na fixação do trabalho clandestino. Se só há produção na relação entre o consumo, pode-se concluir que só há produção na relação de existência do trabalhador. Portanto, agrega-se aos grupos de poder sobre a implantação do PEVRI os trabalhadores do *ginseng*.

Com isso, a atuação das instituições estaduais e de controle social em relação a questão da queimada é visualizadas por nós como um conflito, isso porque estamos consideramos que a incidência de focos de fogo está diminuindo ano a ano, em consequência conjunta com as medidas adotadas pelos grupos que realizam o controle de focos, e nesse caso o Corpo de Bombeiros.

Entre as propostas de infraestrutura, destaca-se: a colocação de varetas de cota ao longo do rio Ivinhema, no córrego Fumaça e na Lagoa Vista Alegre; controle do regime de chuvas; retirada de restos de cercas, placas e postes das antigas propriedades; retirada da vegetação exótica, com destaque para os eucaliptos;

contenção de erosão; conservação de estradas e vias de acesso; reativação de pontes; construção de museu com materiais de antigas atividades encontrados na área; aumento de pessoal na segurança com construção de guaritas “[...] dada a extensão da área e da ocorrência de pesca, caça e exploração de *ginseng* [...]” (PLANO DE MANEJO, 2008, p.30).

No que tange a fiscalização, pelo fato do Parque estar sendo implementado, nota-se que a mesma não atende as necessidades da UC, dada a sua extensão e o número reduzido de pessoas designadas à essa função”. Essa assertiva foi confirmada no decorrer dos trabalhos, a atuação mais intensiva de fiscalização visualizada nos anos de 2014 e 2015 foi realizada pela Polícia Militar Ambiental de Dourados.

Portanto, em conjunto com a proposta de dialogar sobre a gênese do poder, considerando os elementos externos ao território e que foram internalizado, podemos observar a ocorrência de conflitos, no que diz respeito ao interesse de atuação dos grupos, isto porque as territorialidades de formação do PEVRI, estão imbricadas intimamente na atuação da CESP, enquanto grupo estruturante dos interesses políticos/econômicos, dos ex-proprietários/proprietários de terras, dos trabalhadores do ginseng, da indústria farmacológica, do conselho consultivo do PEVRI, da FBDS e das instituições estatais: Imasul, SEMA, UERJ, Corpo de Bombeiros e PMA (Polícia Militar Ambiental), e DAEX, esta última será destacada no próximo Capítulo, no qual trataremos do reordenamento da estrutura fundiária, considerando a infraestrutura das antigas propriedades e do atual Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, com isso será também realizado a reflexão sobre as formas de gestão e uso da terra.

Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino que carregava água na peneira.

A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.

A mãe disse que era o mesmo que catar espinhos na água
O mesmo que criar peixes no bolso.

O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces de uma casa sobre orvalhos.
A mãe reparou que o menino gostava mais do vazio do que do cheio.
Falava que os vazios são maiores e até infinitos [...].

Manoel de Barros (O menino que carregava água na peneira).



Sonhos poéticos
Martha Barros (2009)

CAPÍTULO IV

A implantação do PEVRI: propriedade privada da “Conservação”

O Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, depois de 15 (quinze) anos de criação, de 1999 até 2014, ainda não possui título definitivo de posse, por isso, considera-se que o PEVRI ainda está em fase de implantação, sendo que todos os grupos e atores identificados na atualidade foram incluídos, enquanto atuantes no processo criação e/ou de implantação da UC.

Esse fato se dá por diversos motivos, porém, o principal está ligado às formas de negociação sobre a compra e a venda da terra. Consideramos este o aspecto mais importante no conflito de interesses entre atores e grupos de poder, pois a atuação desses grupos é estruturada mediante o poder econômico, político e ideológico, como já destacado em outros momentos do estudo.

Porém, essas formas de atuação nem sempre são somatórias, visto que há relações que são estabelecidas na contrariedade dos interesses, e com isso causa ruptura relacional entre os próprios grupos territorializados. Para demonstrarmos esta abordagem elaboramos o texto a seguir, na tentativa de evidenciar a atuação dos grupos de poder na negociação de compra e venda da terra.

4.1. A estrutura fundiária do PEVRI

A informação sobre a regulamentação fundiária foi alvo de discussão durante a criação da UC, a FBDS descreveu em relatório de estudo técnico, em que a regulamentação fundiária estava processo e, com isso, estava ocorrendo as desapropriações e aquisição das propriedades pela CESP, isso se comprova pela passagem em que os técnicos destacam:

[...] foram adquiridos 80% da área e os demais 20 % estão sendo negociados.

[...] Inaugurado em 1 de dezembro de 2000 pelo governador do Estado, Sr. José Orcírio Miranda dos Santos, ocasião marcada pelo ato de repasse para o Governo do Estado da responsabilidade pela gestão da Unidade, através de um “termo de posse”, o que demonstra que o título definitivo ainda não foi repassado, o que será feito somente após a aquisição total da área (CESP, 2001).

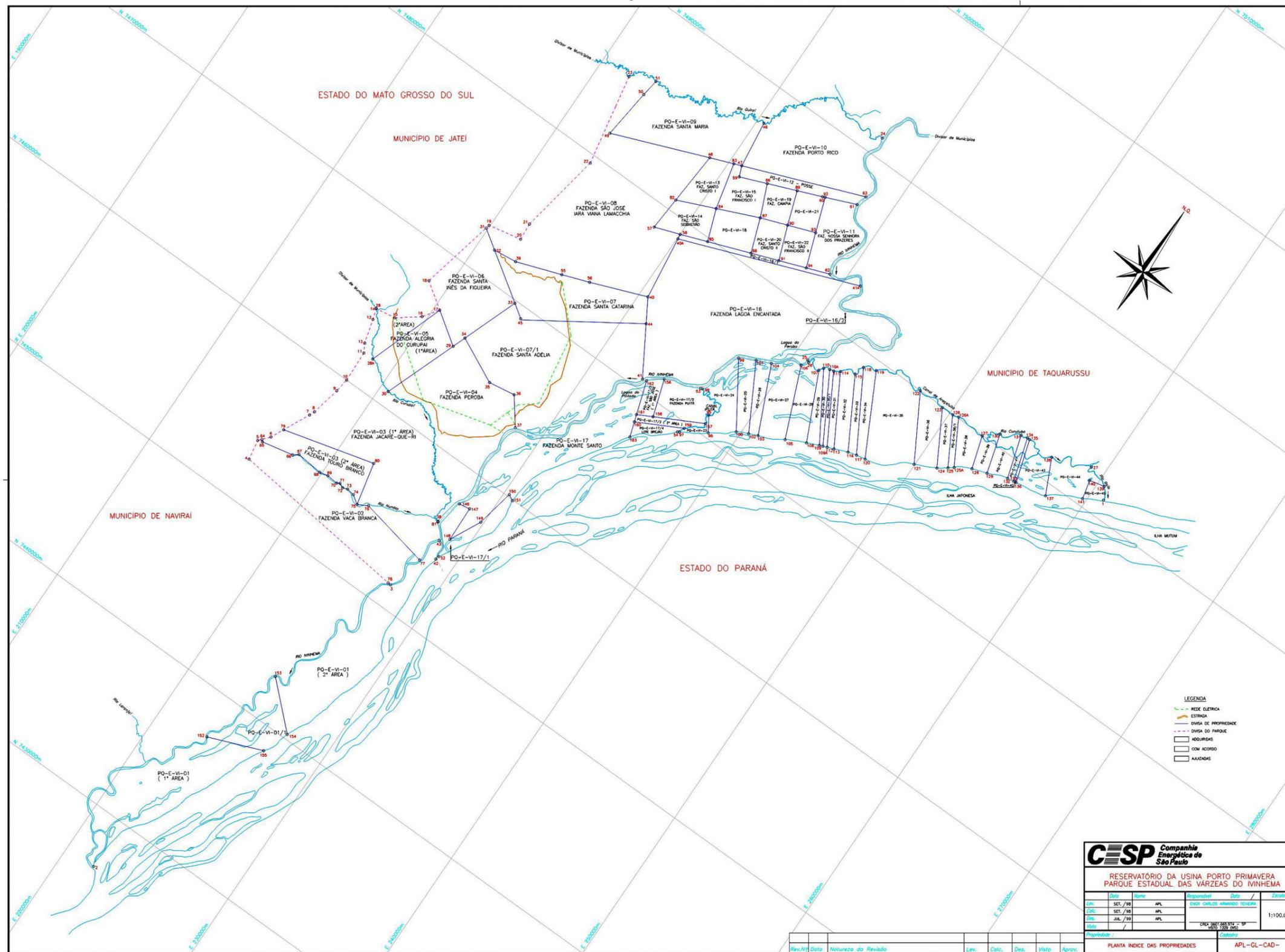
Como já mencionado, ainda existem propriedades que não foram adquiridas pela CESP, com isso há um grupo de proprietários rurais que disputam por diversos motivos o uso pela terra. Para facilitar a visualização desta afirmação buscamos um mapa de propriedade intelectual da CESP, sobre a Situação Dominial das propriedades rurais que correspondem ao PEVRI em 01 de dezembro de 2014.

Antes mesmo de visualizarmos o mapa da Situação Dominial das propriedades do PEVRI é importante compreender a transformação ocorrida sobre a forma e a função da terra, isto é, estas propriedades eram totalmente estruturadas diferentemente da forma e da função que adquiriram durante a transformação de propriedades rurais para UC.

Para visualização desse movimento de transformação da estrutura fundiária da terra, é possível realizar minimamente uma comparação com o Mapa 1, apresentado a seguir, o qual demonstra o recorte territorial de todas as propriedades rurais que correspondem a área total do PEVRI, em conjunto o Mapa 2, descrito no parágrafo anterior.

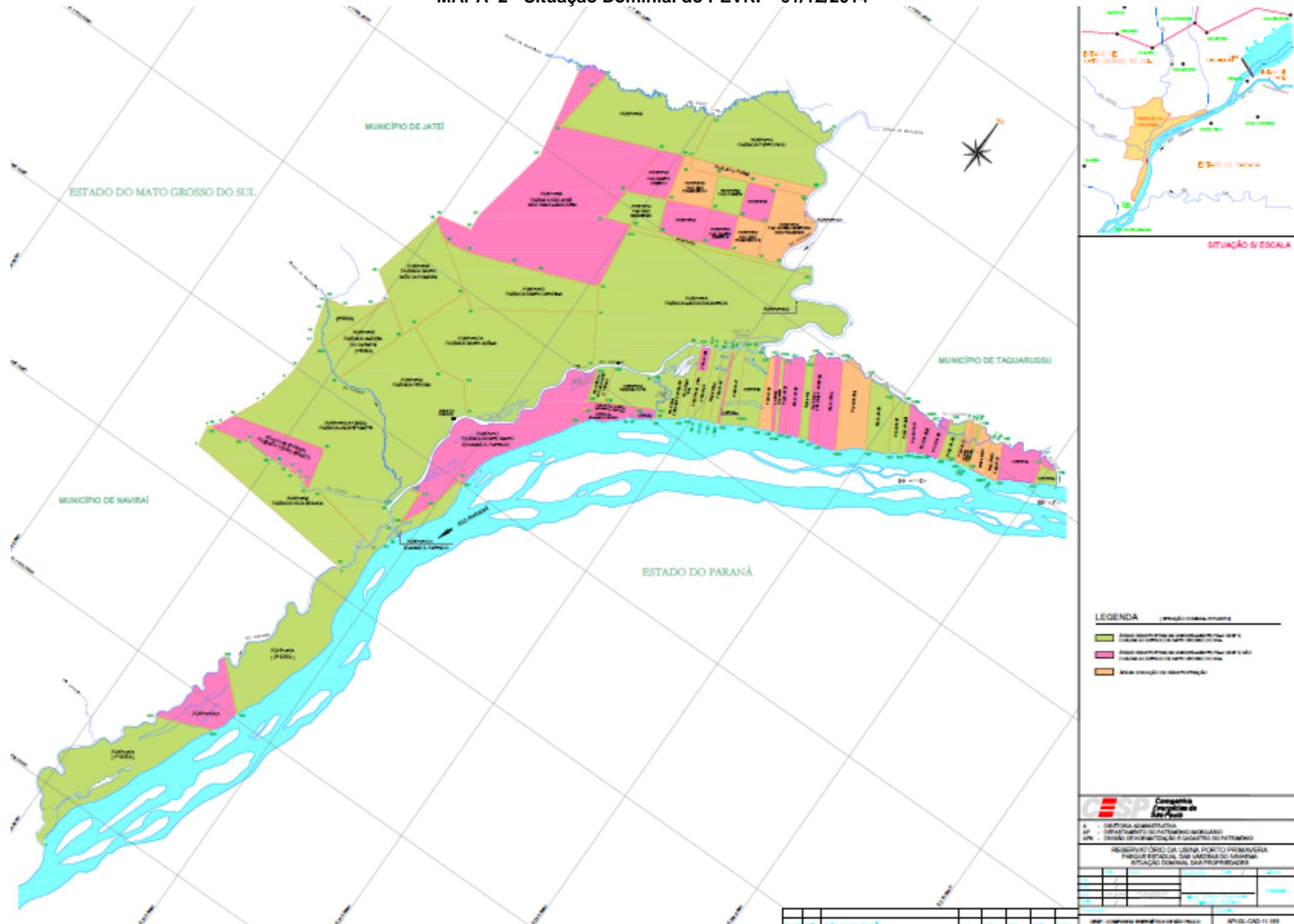
É necessário se atentar na leitura do mapa, pois cada propriedade rural está identificada por um número (cadastro da CESP), vale ressaltar, também, que não houve alteração de nenhuma informação contida nesses mapas e, conseqüentemente, observa-se no Mapa 2 a diferenciação das propriedades por meio de cores. Esse mapa temático apresenta as áreas desapropriadas amigavelmente pela CESP e doadas ao Estado de Mato Grosso do Sul, representadas na cor **verde**; as áreas desapropriadas amigavelmente pela CESP e não doadas ao Estado de Mato Grosso do Sul, em destaque na cor **rosa** e; as áreas com ação de desapropriação em **laranja**.

MAPA 1 - Propriedades do PEVRI



Fonte: Acervo da CESP, 2014

MAPA 2 - Situação Dominial do PEVRI – 01/12/2014



Fonte: Acervo da CESP, 2014.

A contradição existente na relação de compra e venda das propriedades rurais, nesse processo é o elemento que apresenta maiores conflitos, já que a disputa e a resistência dos grupos de poder estão atreladas à conquista e/ou permanência do poder econômico, político e ideológico sobre as formas de uso da terra. Com o uso dos Mapas 1 e 2 é possível constatar a presença de 67 propriedades rurais, sendo que até a data de 01 de dezembro de 2014, obtivemos os seguintes números: 12 propriedades ainda estão em condição de áreas com ação de desapropriação em andamento, isto é, com processos judiciais, o que representa 6,34% do total da área do PEVRI.

Além dos mapas, foi possível, em reunião do Conselho Consultivo do PEVRI, acessar a Planilha de controle e registros das negociações realizadas pela CESP com os proprietários rurais durante a aquisição das terras da UC (Anexo 7). Por meio desse documento, chegamos as seguintes situações: existem ao todo, 33 propriedades desapropriadas amigavelmente pela CESP e doada ao Estado de Mato Grosso do Sul e 21 áreas adquiridas, porém não doadas ao Estado de Mato Grosso do Sul e as 12 propriedades acima descritas com medidas judiciais.

Para compreender a diferença entre esses grupos analíticos em que se enquadra a estrutura fundiária do PEVRI, adentraremos as questões conjunturais da negociação sobre o valor pago pela terra.

A mais severa problemática observada sobre a negociação das terras que compreendem a área do Parque está vinculada ao processo de construção das próprias disputas territoriais no Brasil, que para Martins (1994) é uma disputa histórica, somada “[...] a lei da terra, nos seus próprios termos, é tão confusa, indecisa e disfuncional” (HOLSTON, 2010, p. fl 1).

Outra autora que contribui sobre a forma como segue regulamentada a Lei da Terra é Motta (1996), ao dizer que

[...] do ponto de vista do Direito Agrário a interpretação da Lei de 1850 esteve (e até hoje está) permeada de polêmicas. As discussões dos juristas permitem-nos reconhecer, indubitavelmente, a complexidade deste documento legal (geralmente reduzido pela historiografia ao seu artigo primeiro). Fruto de uma conjuntura extremamente

complexa, mas também resultado de um jogo de forças que não ocorria apenas no parlamento, a Lei de Terras possibilita várias leituras. (MOTTA, 1996, p. 12)

Ainda nesse contexto Martins (1994, p. 13) discorre que “A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros”. Esse autor afirma a existência de um atraso e, para ele, é justamente o atraso, no que diz respeito ao direito a terra, que, conseqüentemente, torna estruturante e instrumento do poder.

No caso específico do PEVRI, a “pressão dos descontentes” sobre a sua criação tem se dado por meio judicial, criando, assim, um paradoxo do próprio papel das instituições públicas sobre a regulamentação fundiária da UC. Ao mesmo tempo em que a UC se torna um território de interesse das instituições públicas, vinculadas ao setor de meio ambiente, os setores jurídicos regulamentam as formas de transformação das propriedades rurais. O problema sobre a negociação das terras do PEVRI se deu principalmente por ausência de documentos e registros dos imóveis.

Quando nos referimos as propriedades, que até dezembro de 2014 estavam com ação de desapropriação em andamento por vias judiciais, estamos afirmando que o processo judicial se trata de uma forma de resistência a implantação da UC. E, com isso, estamos verificando a hipótese de que os proprietários de terras disputam a forma de uso da terra por diversos motivos.

Ainda sobre a verificação dessa hipótese, constatamos a inexistência de grupos organizados de ribeirinhos, sendo que existe uma Associação de pescadores do rio Paraná, a qual tem cadeira fixa no Conselho Consultivo do PEVRI. Observou-se, ainda, durante as reuniões, a participação do representante da Associação em 100% das reuniões (descrita na pág. 49 desse trabalho), sendo este um participante ativo no processo de construção e discussão sobre as formas de uso do território do PEVRI.

Nesse sentido, realizamos o levantamento e a leitura de todos os Memoriais Descritivos das propriedades rurais, esses documentos tratam de um cadastro feito com todas as propriedades que estavam contidas na área de interesse da UC.

O documento foi realizado por uma equipe técnica da CESP e a partir desse diagnóstico que se chegou aos proprietários rurais, a denominação do imóvel, a localização geográfica e benfeitoria. A título de informação, esse documento é extremamente detalhado, constando tipo de madeira utilizada nas cercas, casas, entre outros. Para exemplificação selecionamos um caso, apenas para demonstrar as formas de detalhamento do documento, observe:

Benfeitoria n.º 14 – Cerca

Tipo especial: 11,30 m

Com estacas de madeira de lei lavrada, 3 tábuas na horizontal, até a altura de 1,40 m, espaçamento médio entre as estacas 1,50 m.

Benfeitoria n.º 15 – Cerca

Tipo tela: 11,30 m

Com estacas de madeira de lei, tela até a altura de 1,50m e 2 fios de arame farpado, espaçamento médio entre as estacas 2,50 m.

Benfeitoria n.º 18 – Cerca

Tipo comum: 78,00 m

Com estacas de madeira de lei, 5 fios de arame liso, espaçamento médio entre as estacas 2,00 m.

Benfeitoria n.º 19 – Cerca

Tipo paraguaia: 285,86 m

(CESP. Memorial Descritivo – Propriedade PQ-E-VI-10)

O valor pago pela CESP aos proprietários é definido a partir das benfeitorias existentes nas propriedades, para facilitar a visualização da infraestrutura presente nas propriedades, os memoriais descritivos além de apresentar em formato de texto todas as benfeitorias, contêm fotografias conforme a Figura 9 a seguir:

FIGURA 9 - Benfeitorias das propriedades rurais



Fonte: Acervo da CESP, 1999.

A imagem descrita como PQ-E-VI 04, e que consta na Figura 9, era de propriedade de uma empresa, a Agropecuária Porto Peroba Ltda. Atualmente, esta propriedade funciona como sendo a Sede do PEVRI, para isso mantiveram a estrutura física e acrescentaram a estrutura contratuada entre o Estado e a CESP, das quais trataremos a seguir. Observe a imagem da mesma casa apresentada no memorial descritivo da CESP (1999) e a foto que tiramos no trabalho de campo do dia 29 de maio de 2015, figura 10 a seguir.

FIGURA 10 - Benfeitoria da Porto Peroba (atual Sede do PEVRI)



Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Outro fato importante é a forma em que está se dando o desfecho das negociações e imissão de posse das propriedades privadas à CESP, e posteriormente, ao Estado. Durante o trabalho de campo dos dias 29 e 30 de maio de 2015, acompanhamos uma inspeção realizada em duas propriedades, nas quais os ex-proprietários já haviam sido notificados sobre a Imissão de Posse emitida pelo Poder judiciário.

Na atividade que acompanhamos, como mais um procedimento da Observação participante, fomos em duas propriedades localizadas em uma ilha, o acesso se deu por água (de barco), na ocasião está atividade, além de fazer parte

da observação para realização deste trabalho, tratou-se de uma ação realizada pelos funcionários da CESP em conjunto com a Polícia Militar Ambiental em vistoria as áreas desapropriadas. Em uma das propriedades tratava-se de vistoriar a existência ou não de bovinos, em que o ex-proprietário já havia sido notificado por manter cerca de 600 (seiscentas) cabeças de gado.

A disputa judicial em relação a essa propriedade está relacionada ao questionamento sobre a área total da propriedade, além disso o ex-proprietário da área mantinha no período⁹⁸ da imissão de posse um funcionário residindo no local, sendo este responsável por fazer o manejo dos bovinos diariamente. Em entrevista com representante da CESP, foi relatado a preocupação em relação à estrutura fundiária da própria propriedade e, ainda, pelo fato de que essa estrutura se estende também a forma de utilização da área, já que a propriedade dá acesso ao rio e não existe cercas entre a área de pastagem e a área de APP, esse fato gerou autos de infração contra o ex-proprietário, aplicado pela equipe de policiais militares ambientais presente na operação.

Ao retornar a área, no trabalho a campo realizado em maio de 2015, não visualizou a presença de bovinos e muito menos do funcionário, porém existia vestígios de bovinos, como por exemplo, estrumes ainda molhado, conforme demonstrado na figura 11.

⁹⁸ Essa atividade foi realizada entre os dias 15, 16, 17 e 18 de dezembro de 2014. Estiveram presente a equipe da CESP, Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e a equipe de policiais militares ambientais.

FIGURA 11 - Vistoria em área de desapropriação



Org.: OCON, D. C. M., 2015.

A segunda propriedade vistoriada nesta atividade da CESP e PMA, e que pudemos acompanhar, foi a uma propriedade demolida em dezembro de 2014, conforme descrita anteriormente, nesse mesmo subitem. Esta área se caracterizava por conter uma residência que servia como casa de veraneio, visto que havia fluxo de pessoas que utilizavam o local, com autorização do ex-proprietário. Na ocasião da atividade de lmissão da posse, a equipe demoliu a construção que existia no local, durante o trabalho a campo não encontramos nenhuma pessoa no local, porém registramos as imagens a seguir, que demonstram parte da reestruturação da organização fundiária da terra, observe a Figura 12.

FIGURA 12 - Área desapropriada



Org.: OCON, D. C. M., 2015.

Assim, podemos afirmar que estas ações vinculam-se eminentemente às relações de poder, em que os representantes do judiciário, exercendo o poder político e ideológico, no que consta a aplicabilidade da legislação por meio da leitura conjuntural que constroem sobre o processo conflitual entre CESP e proprietário de terra. Vimos a CESP na atuação política e econômica sobre a qual a empresa pretende transferir a problemática sobre o conflito entre o direito de uso e o direito de conservação da natureza para o próprio Estado. E a instituição da segurança pública, representada pela Polícia Militar Ambiental, sobre a forma de atuação política e ideológica como a coação e a força.

E, com isso, os estudos acerca dos fatores que envolveram a elaboração dos Capítulos II e III, levou-nos a diagnosticar a presença dos grupos CAND, Companhia Mate Laranjeira, CVSP-MT S/A, Vera Cruz Mato Grosso Ltda, CESP, CONAMA, ENGEA, IBAMA, Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Proprietários de terra, SEMADES, THEMAG, UMAH, Universidades em diferentes formas de atuação e, ainda, evidenciar a inclusão de outros grupos de poder nesse debate sobre a implantação do PEVRI, sendo que esses atuaram diretamente na reestruturação fundiária da terra, passando de propriedades privadas à propriedade estatal com a função da conservação da biodiversidade, como já destacado.

Além desses conflitos, constatou-se, por meio da nossa participação nas reuniões do Conselho, a ausência do repasse título definitivo de posse do Parque ao Estado de Mato Grosso do Sul, esses assunto que abordaremos no item a seguir.

4.2. O exercício do poder: a prática da DAEX na regulamentação sobre o título de posse

Em relação ao título de posse, verificou-se que, até o momento, não foi repassado ao Estado de Mato Grosso do Sul. Em entrevista⁹⁹ realizada, o Entrevistado 1 explicou que a CESP entrou com o pedido de vistoria junto ao Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX), do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Ao ser analisado, o DAEX devolveu o relatório com vários questionamentos, indicando a necessidade de readequações das obras de infraestrutura e que compreendem as medidas compensatórias da UHE. Nesse sentido, observou-se que a devolução deste documento só se deu por ausência de cumprimento às Normas Brasileiras de Normas Técnicas (ABNT) no que diz respeito ao acesso e permanência de pessoas e as infraestruturas correlacionadas à implantação da UC.

Ainda na entrevista, questionou-se as adequações do Centro de Convivência e Pesquisa e o funcionamento da Guarita e Residência Guarda do Parque de Naviraí, Jateí e Taquarussu, obtivemos a resposta de que essas estão sob gestão dos municípios, por meio de Termo de Compromisso entre o Imasul e as secretarias de meio ambiente locais. A intervenção dos órgãos estaduais acontece nas duas fases de estudo sobre o PEVRI (*criação e implantação*), por se tratar de uma UC adquirida como medida compensatória aos danos ambientais ocasionados na construção do lago da UC Eng. Sérgio Motta. Burocraticamente, as vistorias do DAEX passam a ser uma obrigação institucional firmada em Termo de Ajustamento de Conduta, pelo qual a CESP deve cumprir as exigências ditadas pela diretoria do órgão fiscalizador. No entanto, até o ano de 2014 não houve repasse de posse definitiva do PEVRI ao estado de Mato Grosso do Sul, somente o termo de posse recebido pelo então governador, como descrito anteriormente.

Para entender as exigências não cumpridas pela CESP, as quais a DAEX relata, fizemos a análise do relatório de resposta da CESP ao Ministério Público, via

⁹⁹ Entrevista concedida à Débora Cristina Macorini Ocon, às 9h do dia 21/01/2014, no escritório da CESP/Três Lagoas.

documento datado 19 de outubro de 2010, assinado por Claudio Luiz Peretti, gerente da Divisão de Gerenciamento Ambiental de Reservatórios (GAR)/CESP, e elencamos prioritariamente os elementos destacados pelos técnicos.

Mesmo aparentemente informativo, os dados do Apêndice 4 são muito importantes **por representarem a relação institucional e de poder entre a CESP e o Ministério Público**, pois a burocracia funciona como um divisor nas relações de territorialização do poder dos dois grupos, isso porque a centralização burocrática no sentido de investimentos em infraestrutura cria um impasse de transferência de posse da terra, ainda em poder da CESP.

Observa-se, no Apêndice 4, que a CESP atua ainda no território por obrigação institucional do Estado e que a burocratização do sistema de repasse do território para a administração definitiva do PEVRI, por parte dos órgãos públicos, está centralizada no poder político da DAEX. Nesse caso, a territorialidade estabelecida entre CESP x DAEX gera um conflito interno ao território, isso porque ainda está sob domínio da CESP, com medida provisória de posse ao Estado.

Entende-se que o repasse do PEVRI ao Estado de Mato Grosso do Sul deveria ser analisado com urgência, pois a lentidão do processo de recebimento do Estado pode ser entendida como lentidão burocrática e, por outro lado, a sociedade e os elementos da natureza ficam à mercê do processo.

A lentidão do processo inverte os valores ideológicos de criação da UC, pois se por um lado houve a participação de grupos de poder agindo sobre a necessidade de criação e “preservação” dos elementos da natureza, de outro a falta de ligação elétrica, as rachaduras na parede, os entulhos e demais itens, constantes no Apêndice 4, são impedimentos e desculpas dos órgãos públicos para justificar a falta de gestão do território.

O jogo de poder entre CESP x DAEX, deve ser considerado, pelas instituições públicas e órgão de Controle Social, como uma indicação necessária e rediscutida, visto que existem várias denúncias de abandono e ausência de gestão administrativa do território. Na averiguação dos grupos de poder atuantes no

processo de implantação do PEVRI, verificou-se o Conselho Consultivo do Parque com participação no Controle Social das ações de implantação da UC e das reuniões ordinárias.

Do ponto de vista da participação social esse é um dado relevante, porém como o conselho é apenas consultivo não tem o poder de interferir diretamente nas ações de gestão do território. Em casos pontuais, como foi a moção assinada pelo Conselho em relação à lentidão de recebimento do território, é positivo, mas isso não garantiu a aceleração no processo.

Essas formas de atuação dos grupos de poder, seja na gestão do território ou até mesmo na efetivação de práticas corretas a territorialização dos interesses, são a materialização do processo social no qual está se dando o movimento histórico de implantação do PEVRI, nesse sentido, cabe ainda destacar a forma como está estruturada a gestão territorial, o que veremos no item a seguir.

4.3. Da propriedade privada ao reordenamento territorial do PEVRI

Durante o levantamento de dados sobre o PEVRI, constatou-se denúncias veiculadas na mídia eletrônica sobre o abandono da UC, por parte do poder público estadual. Ao adentrar nos detalhes que envolviam essa problemática, no remetemos ao questionamento sobre quais são as formas de gestão do território, e quem realiza a gestão do parque. Constatou-se que por se tratar de uma UC pública, a gestão do território varia de acordo com os interesses de grupos de poder que ficam no governo em cada período da administração pública dos municípios e do estado. Ainda, por meio dessa hipótese, buscou-se verificar quem e como é realizada a gestão administrativa do parque, considerando a participação ou não dos grupos e atores principalmente os que atuam em âmbito municipal.

Chegamos ao seguinte diagnóstico: a CESP esteve a frente do processo durante a negociação de toda a estrutura, porém ao criar a UC, a responsabilidade administrativa fica a cargo do órgão público estadual, nesse caso, o IMASUL. Porém, como os municípios participam ativamente do processo de implantação e,

conseqüentemente, participam da aplicação da Tábua avaliativa do município e da UC para a geração do índice do ICMS, significa que é de responsabilidade também dos municípios, cobrar medidas administrativas para a gestão territorial do parque e/ou, ainda, cooperar como já efetivado em 2010 o Termo de Compromisso, dos municípios em relação aos cuidados e segurança da Portaria e Residência Guarda Parque, até o recebimento total das obras.

No entanto, o abandono das instituições governamentais foi alvo de críticas, as quais podem ser visualizadas na figura 13.

FIGURA 13 - Abandono do PEVRI

Título da matéria

Parque Várzeas do Rio Ivinhema convive com o abandono: Enquanto isso Governo do Estado investe mais de R\$ 84 milhões em aquário na Capital



Fonte: <http://www.novanews.com.br>

Título da matéria

Descaso: MS abandona Parque do Rio Ivinhema; fogo consome área Infraestrutura que poderia ser usada pelas universidades para pesquisa estão sem nenhuma utilidade



Fonte: <http://www.douradosagora.com.br>

Título da matéria

Descaso: MS abandona Parque do Rio Ivinhema; fogo consome área Infraestrutura que poderia ser usada pelas universidades para pesquisa estão sem nenhuma utilidade



Fonte: <http://www.oprogreso.com.br>



Org.: OCON, D. C. M., 2015

O abandono do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, demonstrado com o levantamento dessas imagens, representa o descaso da administração pública em relação à gestão dessa UC. Além disso, observou-se o descaso dos órgãos públicos responsáveis pelo parque e a inatividade do Conselho Consultivo do PEVRI.

A primeira reunião do ano de 2012 foi realizada somente em 27 de novembro do mesmo ano, isto é, ao final do ano, por isso estamos considerando que até esse período estava inativo, ausentando-se também sobre a responsabilidade de gestão do território, uma vez que este é parte estruturante do controle social sobre o espaço coletivo.

Na reunião datada em 27 de novembro de 2012, houve votação e reestruturação da diretoria, seguindo a organização dos seguimentos das entidades representantes da Sociedade Civil Organizada: A) Organizações Não Governamentais; B) Comunidade Científica do Estado, C) Escolas de Ensino Médio dos Municípios de Abrangência do Parque; D) Entidade Representativa de Moradores do Entorno do Parque, sendo que além desses é composto, ainda, por um representante de cada município e presidido pelo Gerente Estadual de Unidade de Conservação.

No ano de 2013, houve duas reuniões, sendo uma realizada em 27 de setembro e a outra em 27 de novembro do mesmo ano. Na primeira foram feitas as intervenções no sentido de discutir a infraestrutura, fiscalização e acesso ao parque para visitação, durante essa reunião foi possível visualizar o interesse dos conselheiros em criar estratégias para a prática do turismo.

No entanto, avalia-se, como já discorrido neste trabalho de pesquisa, que o PEVRI é uma UC de Proteção Integral e sua criação não versa como possibilidade para a prática do turismo, compreende-se, ainda, que nessa ação o grau de interesse da CESP e dos municípios é contraditório, pois a CESP enquanto grupo de poder atua diretamente na legitimação da minimização do impacto sobre o lago da UHE e, em contrapartida, os municípios visualizam a área como uma possibilidade

de expansão econômica, por meio da prática do turismo. Na reunião, não houve ruptura relacional amparada por essa contraditoriedade, porém, esse movimento pode causar disputas futuras.

Um avanço para a gestão do Parque Estadual das várzeas do rio Ivinhema foi quando cederam um funcionário, que assumiu a função de Guarda Parque e começou a residir na área da UC, com ele foi apresentado durante a segunda reunião de 2013, o Plano Operacional – 2014, além dos relatos do presidente sobre a manutenção da infraestrutura e da via de acesso.

Já em 2014, as reuniões foram cumpridas conforme o Plano Operacional, sendo que essas foram realizadas em 26 de fevereiro, 29 de maio, 01 de setembro e 28 de novembro. Essas versaram sobre as seguintes questões: cobrança da presença do representante do Ministério Público Estadual nas reuniões do Conselho; reestruturação do Regimento Interno do Conselho, já que este ainda não havia sido publicado; Planejamento do manejo da vegetação; Plano de Manejo e uso do recurso público. Um dos representantes

[...] enfatizou que nos últimos oito anos o parque parou e, no entanto a CESP enviou semestralmente aproximadamente 1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais) convertido em 62.500 UFERMS semestralmente. Em continuidade foi mencionado pelo Jeová que a ausência da PMA na fiscalização é motivada pela falta de recursos inclusive para comprar veículo e que existe a necessidade do convênio com a CESP ser aplicado para o fim destinado, e de se criar mecanismos para que o Governo Federal libere recursos. Enfatizou ainda a importância de se ter presente um representante do Ministério Público Estadual presente no conselho uma vez que não tem como fazer cobranças de resultados se não existe condições adequadas de trabalho (Ata da Reunião do Conselho – PEVRI, nº 04/2014, 28 nov. 2014).

Em 26 de junho de 2015, houve outra reunião em que a proposta sobre o uso da área para a prática do turismo foi resgatada, além desse item, discutiu-se a possibilidade de parcerias para a execução de projetos de recuperação da vegetação. Entende-se que essa complexidade e dinâmica no que diz respeito à gestão do território, cria uma instabilidade administrativa em cada mudança de

governo. O ano de 2015 foi marcado por essa transição governamental na esfera estadual, visualizou-se com isso que a periodicidade das reuniões do Conselho do PEVRI foi prejudicada, principalmente porque o presidente é o Gerente Estadual de Unidade de Conservação, e, portanto, está em uma função que corresponde a cargo de confiança.

Contudo, é válido destacar a suma importância que o órgão de Controle Social assume, mediante o estabelecimento ideológico, político e econômico dos grupos de poder. É certo, que o próprio Conselho representa um grupo organizado na mediação das relações com os órgãos estaduais, no entanto é a mais pura representatividade dos atores de poder, e estes assumem o interesse de cada grupo que são representantes. Neste sentido, a participação destes representantes pode ser compreendida como uma forma de diálogo entre os grupos de poder, por meio das intervenções realizadas por cada segmento, como também a capacidade dos representantes na atuação do poder, isto é, a forma como estes representantes tratam no grupo de poder sobre a gestão do território, que é o Conselho, os seus interesses particulares.

Dessa forma, observou-se que o fator estrutura fundiária da área do PEVRI e gestão administrativa do território são elementos singulares para conferir o processo de atuação dos grupos de poder externo ao território e que territorializam os seus interesses na mediação das práticas com demais grupos, nesse sentido, conclui-se esse trabalho com a presença, da: CAND, Companhia Mate Laranjeira, CVSP-MT S/A, Vera Cruz Mato Grosso Ltda, CESP, CONAMA, Conselho do PEVRI, ENGEA, Proprietários de terra, THEMAG, UMAH, Universidades, CESP com o setor GAR, ONGs, Escolas de Ensino Médio, Associação de pescadores, FBDS, trabalhadores do *ginseng*, da indústria farmacológica, e como grupos institucionais que atuaram diretamente na territorialização do PEVRI, visualizamos, ainda: IBAMA, Ministério Público de Mato Grosso do Sul com a presença de diversos setores, incluindo a DAEX, SEMADES, Corpo de Bombeiro e Polícia Militar Ambiental, AGRAER e IDATERRA.

Nessa perspectiva, esses são os grupos de poder representados no Conselho Consultivo do PEVRI, em conjunto com todos os grupos de poder apresentados nos Capítulos II e III que materializaram a transformação sobre a forma de uso da terra. Nesse sentido, entendemos que nossas reflexões são parte do aprofundamento da *práxis*, estruturados sobre a lógica do poder e territorializado nas práticas dos grupos aqui apresentados por práticas externas ao local, porém internalizadas como forma de redefinição de uso das terras. Assim, realizaremos a seguir as conclusões que se obteve ao longo desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de investigar as formas de atuação dos grupos de poder, estabelecidos nas estratégias de negociação e resistência pelo uso da terra, em decorrência da criação e da implantação do PEVRI, estudamos por diversos prismas a complexidade que envolve a relação de poder entre os grupos diagnosticados.

A problemática considera o PEVRI como um território que se constituiu a partir de uma relação de poder imposta de “*fora para dentro*”, isto é, construída na materialização da disputa de interesse entre os grupos de poder ideológico, político e econômico, externos ao local em que se implantou a Unidade de Conservação. Ao verificarmos essa problemática buscamos aporte teórico nas reflexões sobre o poder enquanto centralidade relacional entre os grupos que atuaram/atua na criação e implantação do PEVRI.

Por meio do levantamento teórico foi possível realizar a leitura de diferentes percepções analíticas do poder. Iniciamos com o pensamento contratualista, utilizando-se das leituras de Hobbes, Locke, Rousseau e, posteriormente observamos a influência de Weber, Arendt, Dahl, Bobbio e Raffestin na construção do pensamento. Por meio, desse estudo foi possível traçar formas de observação sobre o objeto de pesquisa, considerando o poder enquanto cerne das relações sociais.

No desenvolvimento do aparato teórico, realizamos, também, leitura sobre reflexões produzidas acerca das territorialidades, território e UC, nesse sentido, consideramos as territorialidades como a materialização das relações de poder nos grupos, destacando, principalmente, as múltiplas intenções a que está amparada. Dessa forma, visualizamos o interesse dos grupos de poder pautado na atuação política, econômica e ideológica e, conseqüentemente, a formação do território, e neste caso com algumas especificidades por se tratar de uma Unidade de Conservação.

As especificidades do PEVRI foram motivadas em decorrência de interesses externos ao território, o que apresentamos *a priori* como tese a ser verificada. Ao estudar os elementos estruturadores do poder, compreende-se por meio das reflexões sobre a materialização histórica-social desta UC, que o território se constituiu a partir de diferentes interesses, sendo esses marcados pela presença dos grupos de poder e pelas instituições públicas estaduais e municipais, além da esfera de controle social.

Neste sentido, construímos o texto nas observações do processo histórico da área de localização do PEVRI (municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu), esse movimento populacional foi marcado pela presença significativa da organização econômica de frentes expansionistas. Os grupos como a Companhia Erva Mate Laranjeira, a CVSP-MT, a Companhia Vera Cruz Mato Grosso Ltda., foram os precursores de início a formação social do local, além dessas frentes expansionistas privadas, visualizamos a presença do poder público federal com a CAND, porém essas frentes privadas e públicas foram estruturadas historicamente com a lógica expansionista.

Com o levantamento realizado, é possível interpretar que as propriedades transformadas em UCs são caracterizadas por práticas agropecuárias e extrativistas. A área total do parque detinha no momento de sua criação, condições físicas e ambientais, com remanescentes de vegetação original do local, isso implicou diretamente em dois aspectos: 1º o fato da vegetação local apresentar vestígios da flora nativa e, assim, despontou como possibilidade para a indicação do Consórcio ENGEA-THEMAG-UMAH e preservação da biodiversidade, ou até mesmo o local foi indicado do ponto de vista ideológico, como o local para reprodução da fauna e flora, porém este aspecto serviu basicamente para satisfazer as necessidades da CESP e, portanto, um grupo de poder externo ao território em que foi implantado a UC; e, em 2º a área apresentava vestígios de vegetação nativa, dado o seu isolamento e acesso apenas por água (rios).

É necessário salientar, neste contexto, que as instituições governamentais atuaram intensamente na contratualização dos interesses entre os setores públicos

e privados. Com isso, observou-se a presença do CONAMA, por meio das normativas; do IBAMA, nas normativas e fiscalização do processo de criação; do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, na atuação de negociações jurídicas dos proprietários de terras, na resistência pelo valor e tamanho das áreas a serem negociadas; da SEMADES, AGRAER e IMASUL, na escolha, estudo e regulamentação fundiária do local.

Contudo, estes não são os únicos grupos identificados, conseqüentemente, o movimento complexo de criação do PEVRI proporcionou o surgimento do Conselho Consultivo. É possível inferir, ainda, que mesmo se tratando de um órgão de controle social, este representa os grupos de poder atuantes na gestão administrativa do território. Isto não é visto, por nós, como uma problemática, haja vista que os dados, apresentados no Capítulo IV, demonstram a atuação na garantia dos direitos de uso da área, no entanto, há a possibilidade de exercício do poder e legitimação da prática do turismo, atividade não proposta anteriormente pelos grupos que estiveram envolvidos na escolha pelo local (ENGEA, THEMAG e UMAH).

Assim, todas essas informações e reflexões realizadas ao longo do texto e demonstrada em tabelas, mapas, quadros e figuras, indicam que ao verificar a tese, concluímos que o PEVRI foi criado para satisfazer aos interesses primeiramente da CESP e, posteriormente, das instituições estatais, no que diz respeito à regulamentação legal de áreas protegidas e a CESP, como hipoteticamente verificado. No entanto, ao decorrer do processo de implantação da UC, os interesses permanecem comodato ao poder público dos municípios, visualizado com a possibilidade do repasse do ICMS ecológico.

Por esse motivo, os representantes de órgãos públicos municipais atuam em atividades correlatas aos elementos mensuráveis nas Tábuas de Avaliação do município e da UC. Assim, Jateí, Naviraí e Taquarussu se tornaram o território da sustentabilidade ambiental não por uma decisão inicialmente local, contudo há de se afirmar que a decisão sobre o PEVRI foi imposta “*de cima para baixo*”.

Porém, as práticas se dão minimamente por rupturas, como foi o caso mencionado entre a negociação sobre a compra e venda das propriedades privadas, o que prevalece é a harmonia entre os interesses dos grupos de poder e as instituições governamentais.

Por meio da realização desse trabalho, desejamos que essa complexidade entre relação grupos de poder e instituição governamental, possa nos apresentar novas inquietações, não apenas para realização de outros trabalhos de pesquisa, mas, principalmente, para repensar as múltiplas territorialidades em que as relações se combinam ou até mesmo se rompem. E, que os grupos de poder possam ser consolidados como uma “nova” abordagem teórico-metodológica aos estudos de Geografia do Poder.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites**. Revista Estudos Avançados. vol. 15, nº 43. São Paulo, 2001.

ABU-EL-HAJ, J. **Robert Dahl (1915-2014): poder político, liberalização e contestação nas democracias**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 13. Brasília, 2014.

ALTVATER E. **Introdução**: porque o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente. In.: O preço da Riqueza. São Paulo: Unesp, 1995 (p. 21-41).

AMARAL, C. E. P. **“Introdução” a Jonh Locke, Segundo Tratado do Governo**. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 2007 (p. 5 - 24).

ARENDT, H. **A condição Humana**. Trad. RAPOSO, R. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2007.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. s/a (fls. 1-5). Disponível em ww.uminho.pt/uploads/eventos/EV_9568/20141021472689780000.pdf, acessado em 20 junh 2015.

AUGUSTO, M. L. **A narrativa cativa**. Tese de doutorado em Educação: Filosofia e Educação. USP: São Paulo, 2013.

BARRACHO, C. J. B. da S. **Estratégias de poder e autoridade em contextos sócio-políticos diferenciados**. Tese de Doutorado da Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: Espanha, 2007.

BARROS, L. A. de. **A ação humana nos caminhos de Max Weber e Hannah Arendt**. Open Journal, ano 13, nº 16. Dez., 2010 (p. 147-161). Disponível em <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/100/135>, acessado 20 junh 2015.

BARROS, M. **Memórias Inventadas “A segunda infância”**. São Paulo: Planeta, 2006.

BARROS, M. **O livro das Ignorâncias**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000127.pdf>, acessado em 13 mar 2015.

BECKER, B. **A geopolítica na virada do milênio**: logística e desenvolvimento sustentável. In.: CASTRO, I. et. al. (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 (p. 271-308)

BENKO, G; LIPIETZ, A. (orgs). **As regiões ganhadoras** – distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica. Oieiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização** – na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. **Sociedade e Natureza**. In.: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T (orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. (p. 17-42).

BERNARDINO, V. M. P. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR-Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência do setor no contexto do capitalismo global**. Tese de doutorado - UEM. Maringá, 2015.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica** - da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

BINSZTOK, J. **Principais vertentes (escolas) da (des)ordem ambiental**. In.: SANTOS, M.; BECKER, B. K. *et. al.* (orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3ª ed. (p. 315-352).

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de política Vol. I**. Trad. VARRIALE, C. C.; MÔNACO, G. L.; FERREIRA, J.; CACAIS, L. G. P. & DIN, R. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BONFIM, J. S. **Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940-1960)**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História – UFGD. Dourados, 2009

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANCO, P. H. V. B. C. **Poderes invisíveis versus poderes visíveis no Leviatã de Thomas Hobbes**. Revista de sociologia e política nº 23. Curitiba, 2004.

BRAGA, V. M. **O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema-MS: a execução do Plano de Manejo e o papel da mídia**. Dissertação de Mestrado-UNIDERP. Campo Grande: 2004.

BRASIL. **Lei nº 6.938 – Política Nacional de Meio Ambiente**. Brasília-DF, 1981.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 520 – Cia Matte Larangeira**. Rio de Janeiro: 1890.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação Lei Federal nº 9985**. Brasília-DF: 2000.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais. A longa duração, Escritos sobre a História**. SP: Perspectiva, 1978.

BRISKIEVICZ, D. A. **Poder e Violência na modernidade**. In.: Violência e Poder em Hannah Arendt. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2009 (p. 97-145).

CAPEL, H. **Filosofía y Ciencia en la Geografía contemporânea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CASSIRER, E. **Jean-Jacques Rousseau**. Trad. PASCHOAL, E. J.; GUTIERRE, J. São Paulo: UNESP, 1999.

CASTAÑOS, E. T. **Los conceptos de apropiación y poder em la teoria económica de Max Weber**. Revista Problemas del desarrollo. v. 42, nº 165. México, 2011(p.141-160).

CESP. **Memorial Descritivo das Propriedades do PEVRI – 1999**.

_____. **Relatórios técnicos para produção do EIA/Rima**. FBDS: 1998/1999/2000/2001.

_____. **Plano de Conservação do cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*) na Bacia do Alto Paraná**. 2008.

_____. Respostas aos quesitos do Relatório de vistoria do DAEX referente às infraestruturas do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, 2010.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo: Primeiros Passos, 1980.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CIDADE, L. C. F. **Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos**. In.: Revista Terra Livre nº 17. São Paulo: AGB, 2001(p. 99–118).

COELHO, F. L. **O contratualismo clássico e o neocontratualismo: primeiras aproximações**. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, v.2, nº 3. Disponível em www.univali.br/direitoepolitica, acessado em 14 mai 2015.

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In.: CASTRO, I. *et. al.* (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 (p. 15-48).

CRETELLA Jr, J. **Revista de Informação Legislativa**, v.25, nº 97, p. 5-52, jan./mar. de 1988. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181819/000435101.pdf?sequencia=1>, acessado em 13 mar 2014.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T (orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

DAHL, R. A. **The Concept of Power**. **Behavioral Science**, 1957 (p. 201-215).

DAHL, R. A. **Enciclopédia Internacional de las Ciencias Sociales**. In.: CASTAÑOS, E. T. Los conceptos de apropiación y poder em la teoria económica de

Max Weber. Revista Problemas del desarrollo. v. 42, nº 165. México, 2011(p.141-160).

DAHL, R. A. **Los sistemas políticos democráticos em los países avanzados: éxitos y desafíos.** In.: Nueva Hegemonia Mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales. CLACSO: Buenos Aires, 2008. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/dahl.rtf>, acessado em 23 junh 2015.

DEMATTEIS, G. **Le metafore della terra.** La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

DUTRA, C. A. dos S. **O território Ofaié e o conceito de poder e violência em Mato Grosso do Sul.** História Unisinos. Maio/Agosto 2011.

ELIAS, N. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998 (1984).

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Termo de Ajustamento de Conduta.** Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ministério Público Estadual, 2001.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo.** Unesp: São Paulo, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Ática, 1999.

GODOY, A. M. G. **O Parque Nacional de Ilha Grande: controvérsias sobre a população.** Cadernos da Biodiversidade, v. 2, n. 2 (dezembro). Curitiba: DIBAP/IAP, 1999. Disponível em <http://www.iap.pr.gov.br>, acessado em 10 mar 2014.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular.** In.: Cadernos Metrópole. nº 07. São Paulo, 2002. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9257>, acessado em 15 abr 2014.

GONZÁLEZ, C. P. **Locke y la filosofía política.** Revista de Ciencia Política, v. XXIV, nº 2. Santiago-Chile, 2004. (133-141)

GOTTMANN, J. **La politique des États et leur Géographie.** Paris: Armand Colin, 1952.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.) **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In.: CASTRO, I. *et. al.* (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 (p. 165-206).

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In.: SANTOS, M.; BECKER, B. K. *et. al.* (orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro. Lamparina, 2007. 3ª ed. (p. 43-71).

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A geografia da acumulação capitalista**: uma reconstrução da teoria marxista. In: _____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Anablume, 2005. p. 41-73

HOBBS, T. **Leviatã**. Trad. MONTEIRO, J. P. de; SILVA, M. B. N. da. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf, acessado em 15 mai 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo-SP: Editora Nova Cultural Ltda., 2000.

HOLSTON, J. **Legalizando o ilegal**: propriedade e usurpação no Brasil. Trad. VARGAS, J. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07, acessado em 25 ago 2015.

IMASUL. **Plano de Recurso Hídrico da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema**. Diagnóstico Produto 6. Campo Grande, 2014.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 (p. 130 e 187).

JENKINS, C. N.; JOPPA, L. **Expansion of the global terrestrial protected area system**. Journal Elsevier - Biological Conservation. Disponível em www.elsevier.com/locate/biocon, acessado em 16 junh. 2014.

JESUS, L. C. **Erva-mate: o outro lado**. A presença dos produtos independentes no antigo Sul de MT (1870-1970). Dissertação de Mestrado: UFMS, 2004 (p. 28-35)

KRITSCH, R. **Liberdade, propriedade, Estado e governo**: elementos da teoria política de John Locke no Segundo Tratado sobre o Governo. Revista Espaço Acadêmico, nº 115, ano X. Campinas: Unicamp, 2010.

LEFEVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEUZINGE, M. D. **Uso Público em Unidades de Conservação**. Disponível em http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf, acessado em 18 de junh. 2014.

LIMA, M. das G. **Contribuições aos procedimentos de pesquisa em Geografia Humana**: questionários e entrevistas para levantamento de informações. In: Apontamentos Geografia. Maringá: UEM, 2007 (p. 119-143).

LIMA, P. A. **Transformações da Paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis**: região meridional de Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado. Rio Claro: Unesp, 2006.

LOCKE, J. **Dois Tratados**. Trad. FISCHER, J. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Trad. LOPES, M.; COSTA, M. L. Disponível em http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_tratado_Sobre_O_Governo.pdf, acessado em 25 junh 2015.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação**: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. In.: Ambiente e Sociedade, Campinas, SP : UNICAMP/NEPAM, v.11, n.2, dez. 2008, p.237-253

MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de Unidades de Conservação**. In.: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2007. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/heitor_schulz_macedo.pdf , acessado em 13 mai 2014.

MACHADO, J. R. **Usos dos serviços do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina e a resolução dos problemas de saúde da 17ª regional de saúde do Paraná**. Tese de doutorado – UEM. Maringá, 2015.

MAGALHÃES, H.; BONONI, V. L. R.; MERCANTE, M. A. **Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul**. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/6761/6761>, acessado em 13 mar 2014.

MALINOWSHI, B. **A Diary in Strict Sense of the Term**. Califórnia-USA: Stanford University Press, 1989.

MARTINS, J. de S. **O Poder do Atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O Cativo da Terra**. 9ª ed. (Revisada e Ampliada). São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O Capital**. vol. 1, coordenação e revisão - Paul Singer; Trad. Regis Barbosa. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLANCT. **Indicadores Básicos de Mato Grosso do Sul**. 2006. Disponível em http://www.sepaf.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/46/2015/03/indicadores_b%C3%A1sicos_de_ms_2006_vf.pdf, acessado em 03 out 2015.

MATO GROSSO DO SUL. IMASUL. **Plano de Manejo do PEVRI**. 2008. Disponível em <http://www.servicos.ms.gov.br/imasuldownloads/PlanosdeManejo/planomanejoPEVRI.pdf>, acessado em 05 jan 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça. **Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul: 30 anos**. Campo Grande : TJMS, 2009. Disponível em http://www.tjms.jus.br/projeto_30anos/livro/livro.pdf, acessado em 28 jun 2014.

MATO GROSSO DO SUL. IMASUL. **Gestão ambiental em Mato Grosso do Sul: conceitos e práticas**. BARROS, E. C. D. R. de; GARCIA, E. M. G. (orgs.). Dourados, MS: UEMS, 2014. Disponível em http://www.servicos.ms.gov.br/imasuldownloads/Caderno_da_Gestao_Ambiental.pdf, acessado em 03 out 2015.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei Complementar nº 057, de 04 de janeiro de 1991** – Dispõe sobre a regulamentação do Art. 153, parágrafo único, II, da Constituição do Estado. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 2.964, de 07/01/1991, pág. 3. Disponível em <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/4651954e86e69092042573da00414909?OpenDocument>, acessado em 03 jan 2015.

_____. **Lei Complementar nº 077, de 07 de dezembro de 1994** - Altera a redação de dispositivo da Lei Complementar n 57, de 04 de janeiro de 1991 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/740b807e1dec94cf042573d9006341a3?OpenDocument>, acessado em 03 jan 2015.

_____. **Lei nº 2.259, de 09 de julho de 2001** – Dispõe sobre o rateio de 5% previsto no artigo 1º, III, “f”, da Lei Complementar nº 57, de 04 de janeiro de 1991. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/f524e933698d0db904256bfd0067714b?OpenDocument>, acessado em 03 jan 2015.

_____. **Decreto nº 10.478, de 11 de agosto de 2001** – Estabelece métodos para o rateio de parcela de receita de ICMS pertencente aos Municípios, prevista no art. 1º, III, “f” da lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei complementar nº 77, de 7 de dezembro de 1994 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/fd8600de8a55c7fc04256b210079ce25/261e2ee1bf8a45a504256bfb007c6f34?OpenDocument>, acessado em 03 jan 2015.

_____. IMASUL. **Portaria IMAP nº 001, de 03 de setembro de 2001**– Regula os procedimentos administrativos para a organização do Cadastro do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, a operacionalização dos cálculos, a gestão

e a democratização das informações do Programa Estadual do ICMS Ecológico, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, pág. 07 a 11. Disponível em http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO5585_03_09_2001.pdf, acessado em 03 jan 2015.

_____. **Lei Complementar nº 159, de 26 de dezembro de 2011**- Dá nova redação à alínea “f” do inciso III do art. 1º da Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991. Disponível em <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/83f0132829e6dd01042579730043f8cb?OpenDocument>, acessado em 03 jan 2015.

_____. **Lei nº 4.219, de 11 de Julho de 2012** - Dispõe sobre o ICMS Ecológico na forma do art. 1º, inciso III, alínea “f”, da Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, na redação dada pela Lei Complementar nº 159, de 26 de dezembro de 2011, e dá outras providências. Disponível em <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/ee59357deae5a78a04257a390045ccfe?OpenDocument>, acessado em 03 jan 2015.

_____. **Decreto nº 14.023, de 31 de julho de 2014**. Regulamenta a Lei Est. 4.219, de 11/06/2012; disciplina aspectos do Cadastro estadual de Unidades de Conservação (CEUC), e estabelece diretrizes para o rateio do percentual da parcela de receita prevista no art. 153, parágrafo único, inciso II, da Constituição do Estado, referente ao ICMS Ecológico. Disponível em <http://www.imasul.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=170732>, acessado em 03 jan 2015.

_____. **Resolução SEMADE nº 007, de 31 de março de 2015**. Disciplina o procedimento de participação dos Municípios na alíquota de distribuição do ICMS Ecológico para Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/89126444/doems-normal-06-04-2015-pg-10>, acessado em 11 agost 2015.

_____. **Resolução/SEFAZ nº 2.665, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015**. Publica [...] bem como os respectivos índices definitivos, para os efeitos da participação dos Municípios na arrecadação do ICMS. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/100358301/doems-normal-18-09-2015-pg-10>, acessado em 28 out 2015.

MONTEIRO, J. P. **A ideologia do Leviatã hobbesiano**. Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/monteiroleviatahobbesiano.pdf>, acessado em 20 junh 2015.

MORAES, E. J. de & BRIGNOTTO, N. (orgs.). **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

NOBRE, R. F. (org.) **O poder no pensamento social: dissonâncias.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NOBRE, R. F.; BUENO, N. S. CAUX, C. de; LIMA, R. G. de & LOPES, V. S. **Poder no pensamento social.** In.: O poder no pensamento social: dissonâncias. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (11 – 28).

OLIVEIRA, B. C. **A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 – 1945).** Dissertação de mestrado. Unesp: Assis, 1999, p. 28-90.

OLIVEIRA, D. C. **Poder e Dominação:** reflexões sobre Hannah Arendt e Max Weber. Revista Perspectivas Contemporâneas, v.10, nº 1. Montes Claros, 2015. (p. 01 – 09). Disponível em <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>, acessado em 14 junh 2015.

ONU. **Relatório Nosso Futuro Comum.** Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugueso-Comum-Em-Portugues>, acessado em 12 de jul de 2011.

PALMA, A. T. **Patrimônio arqueológico e natural do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema:** interface com o turismo e o desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

PEREIRA, D. B. **Paradoxos do Papel do Estado nas Unidades de Conservação.** In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (org.) A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (p. 119-142)

PERISSINOTTO, R. M. **Hannah Arendt, poder e a crítica da “tradição”.** Revista LuaNova, nº 61, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a07n61.pdf>, acessado em 20 junh 2015.

PERISSINOTTO, R. M. **Poder:** imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber. In.: O poder no pensamento social: dissonâncias. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (29 – 58).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas.** In.: SANTOS, M.; BECKER, B. K. *et. al.* (orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro. Lamparina, 2007. 3ª ed. (p. 375-409).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da Natureza e A natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2013.

POTT, A.; SILVA, J. dos S. V.; & GOMES, E. L. **Características da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema**. Revista GeoPantanal - UFMS/AGB, nº 16. Corumbá/MS 2014. (p. 109 – 124). Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/112747/1/RioIvinhema.pdf>, acessado em 20 mai 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, P. **Desenvolvimento, excedente, desperdício e desigualdade: a insustentabilidade de nosso modo de vida**. In: Martins, R.C.; Valencio, N. F. L. S. (org.) **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: Rima, 2003(p. 35-52).

REED, I. A. **Poder: dimensões relacional, discursiva e performática**. Revista Soc. estado. v. 29 nº 2. Brasília Mai/Ag. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9922014000200009&script=sci_arttext, acessado em 19 junh 2015.

ROCHA, M. C. J. da. **Educação, Gênero e Poder: uma abordagem Política, Sociológica e organizacional**. Tese de Doutorado. Universidade do Minho. Braga - Pt, 2005.

RODRIGUES, A. M. **A questão e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza?** Boletim paulista, nº 73. São Paulo: AGB, 1994 (p. 35-68).

ROUSSEAU, J. J. **DISCURSO: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e se é autorizada pela Lei Natural**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf>, acessado em 13 fev 2015.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**. Trad. SILVA, R. R. da. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf>, acessado em 13 fev 2015.

SANCHÉZ, J-E. **La Geografía y el Espacio Social del Poder**. Barcelona-PT: Los libros de la frontera, 1981.

SANTOS, C. A. dos. **A região em análise: a política e a igreja no processo de colonização de Nova Andradina-MS**. Dissertação de Mestrado em Geografia – UFMS. Três Lagoas: 2015.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. SP: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O dinheiro e o Território**. In.: SANTOS, M.; BECKER, B. K. *et. al.* (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro. Lamparina, 2007. 3ª ed. (p. 13-21).

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Proposições para estudos territoriais**. Revista Geographia, nº 15, 2006 (p. 71-85).

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M. & CASARIN, V. W. **Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução**. Anais do COBRAC – 2004. Florianópolis: UFSC, 2004.

SELL, C. E. **Racionalidade e Racionalização em Max Weber**. RBCS v. 27 nº 79. Junho/2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a10.pdf>, , acessado em 13 julh. 2015.

SILVA, F. B. **Os Princípios do Contrato Social e as constituições da Córsega e da Polônia**. CEMOrOC - Feusp / IJI. Universidade do Porto, 2008.

SILVA, T. **Mal, modernidade e pensamento em Hannah Arendt: Sócrates e Eichmann em perspectiva**. Dissertação de Mestrado – FFLCH-USP. São Paulo-SP, 2013.

SILVA, W. G. da. **Processo de Integração produtiva da região de Dourados à economia nacional**. Tese de Doutorado – USP. São Paulo: 2011.

SKREBSKY, E. C. **Nutrição Mineral e toxidez de Cádmio em *ginseng* brasileiro (*Pfaffia glomerata* (Spreng.) Pedersen)**. Tese de Doutorado em Agronomia. Universidade de Santa Maria. Santa Maria, 2007.

SOUSA, R. R. de. **A liberdade no Segundo Tratado sobre o governo de John Locke**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, C. **Governos locais e gestão de políticas sociais universais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, 2004 (p. 27-41).

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In.: CASTRO, I. *et. al.* (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 (p. 77-116).

SOUZA, M. R. **Por uma educação antropológica: comparando as ideias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire**. Revista Brasileira de Educação. v.11 no.33 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006

SPÓSITO, E. S. **Território, logística e mundialização do capital**. In: Dinâmica econômica e novas territorialidades. SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Presidente Prudente, GASPERR/Unesp, 1998.

THEMAG-ENGEA-UMAH. **Relatórios técnicos para o EIA/Rima do PEVRI**. 1999.

THEMAG-ENGEA-UMAH. **Programas de Controle Ambiental**. Vol. II. 1999.

TREMÉA, E. **Estado moderno e educação**: breves reflexões. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, v. 7, n. 2, p. 223 - 246, jul./dez. 2007.

TUNDISI, J.G. & TUNDISI, T.M. **Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos**. Biota Neotrop. 10(4):
<http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/pt/abstract?article+bn0111004201>,
acessado em 06 jun 2014.

WAIZBORT, L. **Apresentação**: Max Weber hoje. Revista Tempo Social - Departamento de Sociologia da USP. v. 24, nº 1. São Paulo, 2012.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. Trad. HEBENGERG, L.; MOTA, O. S. da. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Trad. DUTRA, W. Rio de Janeiro, 1982.

WEBER, M. **Textos Selecionados**. Coleção Os pensadores, vol. XV. Trad. Tragtenberg, M; DUTRA, W.; PAJUABA, C. A.; SZMRECSÁNYI, I. de Q. F.; SZMRECSÁNYI, T. J. M. K. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. BARBOSA, R. de; BARBOSA, K. E. Revisão téc. COHN, G. v. 1 e 2. Imprensa Oficial: São Paulo, 1999.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. BARBOSA, R. & BARBOSA, K. E. v. 2. Imprensa Oficial: São Paulo, 2004.

WEBER, M. **A política como vocação**. In.: BOTELHO, A. (org.) Sociologia – Essencial. São Paulo: Cia das Letras, 2013 (p. 432-505).

SITES

Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002

http://www.ima.al.gov.br/legislacao/decretos-federais/Decreto%20n0%204.340_02.pdf, acessado em 16 mai 2014 às 17h.

Iluminuras de Martha de Barros

<http://www.marthabarros.com.br>

Jornal Campo Grande News

<http://www.campograndenews.com.br/cidades/incendio-destroi-parque-do-ivinhema-desde-3-feira-06-05-2009>, acessado em 16 ag 2014 às 15h30min.

Jornal Dourados Agora

<http://www.douradosagora.com.br/brasil-mundo/meio-ambiente/descaso-ms-abandona-parque-do-rio-ivinhema>, acessado em 04 ab 2012 às 11h12min.

Jornal Mídia Max

<http://www.midiamax.com.br/noticias/196855-queda+raio+provoca+incendio+mata+nativa+parque+ivinhema.html>, acessado em 16 ag 2014 às 14h23min.

Jornal Nacional

<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL543252-10406,00-INCENDIO+ESTA+DESTRUINDO+O+PARQUE+ESTADUAL+DE+IVINHEMA+NO+MS.html>, acessado em 16 ag 2014 às 15h56min.

Jornal Nova News

<http://www.novanews.com.br/noticia/geral/parque-varzeas-do-rio-ivinhema-convive-com-o-abandono>, acessado em 13 jun 2010 às 9h10min.

Jornal O Progresso

<http://www.progresso.com.br/caderno-a/meio-ambiente/ms-abandona-parque-do-rio-ivinhema-fogo-consome-area>, acessado em 04 ab 2012 às 9h10min.

ONG Rios Vivos

<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Incendio+consome+cerca+de+50+km+++do+Parque+do+Ivinhema/2802>, acessado em 16 ag 2014 às 14h.

Repass e Arrecadação dos municípios

<http://www.portaldatransparencia.ms.gov.br/Repass>

<http://www.jatei.ms.gov.br/contas-ver/prefeitura/31/>

<http://transparencia.navirai.ms.gov.br/pronimtb/>

<http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01015-001/recursos.faces>

<http://www.assomasul.org.br/adm/arquivos/da1187a7c2a08f7ddd73b8a868f68712.xls+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

VÍDEOS

Café Filosófico: **A Sociologia de Weber** - Gabriel Cohn, Publicado em 16 de jul de 2013, https://www.youtube.com/watch?v=qU_zUBTsILQ

José de Souza Martins fala sobre o livro "**O cativo da terra**", Publicado em 25 de fev de 2010, <http://www.youtube.com/watch?v=spgf9mQkJCM>

ANEXOS



ANEXO 1 – Tabela de descrição dos Pontos de Coleta de dados em Trabalho de Campo – FBDS



FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tabela 1 - Pontos de Controle (campo realizado em dezembro de 2000).

N.º do Ponto	Coordenadas	Descrição	Altitude ³	Fotos
01	227885 / 7463184	Sede do Parque	252m	
02	228033 / 7464833	Dreno (antiga Faz. Santa Adélia) – havia um antigo córrego no local; Entorno : área de pasto degradado.	249m	
03	228316 / 7465432	Dreno Mestre (com 4 a 5 metros de extensão) – alcança a áreas com pioneiras aluviais; Não havia canal, era uma área de banhado, atualmente, existem alguns peixes como o Lambari, a Traira e o Jeju.	243m	F1.1– Contato pioneira aluvial/campo sujo; F1.2 – Contato depressão / teso; F1.3 – pasto limpo e vista do terraço recoberto por palmeiras;
04	228846 / 7465845	Edificações – (Antiga Faz. Santa Adélia), existem 3 pequenas casas, 1 campo de pouso, 2 galpões, torre de rádio; Entorno : área com palmeiras e pasto sujo; haviam aproximadamente 5000 cabeças de gado.	254m	F1.4- edificações; F1.5 - campo de pouso;
05	228694 / 7466893	Dreno – atinge o Córrego Fumaça; Entorno : área assoreada e recoberta por pasto degradado.	251m	F1.6 – Dreno F1.7 – Jaburus;
06	228747 / 7467393	Dreno - construído entre 1994/95.	251m	
07	228568 / 7468821	Córrego Fumaça – originalmente havia uma floresta fluvial, atualmente, alguns remanescentes (invasora-leguminosa), margeiam o córrego. Seu leito foi afundado por máquinas.	255m	F1.8 - Córrego Fumaça (direção montante);
08	228402 / 7469308	Planície de inundação, ao fundo mata ciliar que acompanha o córrego Fumaça.	256m	F1.9 - planície e brejo; F1.10 - Jatobá e Cactos;
09	227934 / 7470111	Dreno Mestre - construído em 1980.	259m	F1.11 - Dreno (direção jusante);
10	227241 / 7470871	Divisa da Faz. Santa Adélia com a Faz. Santa Catarina.	261m	
11	225615 / 7472604	Sede da Faz. Santa Catarina. Final da rede elétrica.	272m	F1.12 - Faz. Sta. Catarina;

³ Refere-se a altitude aproximada. Essas cotas de altitude serão ratificadas e/ou retificadas através da Base Cartográfica.



12	225007 / 7472554	Dreno - construído entre 1989/91, já havia uma nascente no local.	267m	F1.13 - dreno; F1.14 - Visão do entorno; F1.15 - Antigo terraço;
13	224538 / 7472084	Antiga sede da Fazenda Santa Catarina.	284m	F1.16 - capão / floresta; F1.17 - Plauto Aluvial; F1.18 - pegadas de onça na estrada;
14	222904 / 7471453	Lagoa formada no varjão com água da chuva.	266m	F1.19 - várzea com floresta ao fundo;
15	221520 / 7471844	Divisa das fazendas Santa Catarina e São José do Pica Fumo.	266m	
16	220451 / 7472637	"Marco 01 - CESP, Faz. Pica Fumo", área de pasto degradado.	264m	
17	219885 / 7473862	Pioneira Aluvial.	269m	F1.20 - Pioneira Aluvial;
18	219506 / 7473943	Erosão - próximo ao limite Norte da UC com a Zona de Amortecimento.	268m	F1.21 - Erosão F1.22 - Erosão
19	221336 / 7483987	Estrada - Zona de Amortecimento.	276m	
20	221885 / 7485170	Rio Guirai.		F1.23 - Rio Guirai F1.24 - Rio Guirai
21	223224 / 7484431	Fazenda Santa Maria.	265m	
22	223769 / 7485035	Sede da Fazenda Santa Maria.	272m	
23	224989 / 7484950	Estrada dentro da Fazenda Santa Maria.		F1.25 - Terraço - plauto aluvial; F1.26 - Terraço - plauto aluvial;
24	228661 / 7484046	Estrada - remanescente florestal - Faz. Sta. Maria.	272m	F1.27 - Várzea com Taboa e floresta ao fundo;
25	229225 / 7482802	Estrada - final do trecho de capim que margeia a estrada.	271m	
26	227238 / 7482464	Estrada - Fazenda São José do Pica Fumo.	270m	F1.28 - Baixada e capões;
27	230179 / 7483092	Área com cactáceas.	277m	F1.29 - Remanescente com cactos;
28	231644 / 7483195	Lagoa - estrada em direção a Fazenda da Lagoa Encantada.	275m	
29	232387 / 7484013	Fazenda dos Coimbra (Faz. Santo Cristo - sede). Existem duas casas e não tem rede elétrica.	248m	F1.30 - Terraço - Faz. Dos Coimbra;
30	234003 / 7483725	Estrada a caminho da Faz. Lagoa Encantada.	243m	



31	234241 / 7482965	Área de baixio e floresta periférica.	266m	F1.31 - Área de baixio + floresta; F1.32 - Área de baixio + floresta; F1.33 - Exemplar de Pau d'alho;
32	225902 / 7481671	Fazenda São José do Pica Fumo (área de planície com pasto abandonado).	270m	F1.34 - Planície + capão; F1.35 - Planície + remanescente;
33	233117 / 7470676	Limite da Faz. Sta. Adélia com a Faz. Lagoa Encantada.	258m	
34	234823 / 7471979	Foz do Córrego Barro Preto.	243m	F2.7 - Córrego do Barro Preto;
35	236811 / 7473884	Acampamento da UEM (margem esquerda do rio Ivinhema, pouco acima da lagoa dos Patos).	253m	F2.11 - Barco utilizado para pesca de iscas;
36	240168 / 7477180	Canal de Araçatuba (área com bambu, embaúba e ingazeira associadas).	264m	F2.14 - Bugio
37	242086 / 7477850	Canal de Araçatuba (área onde se pratica pesca com anzol).	242m	
38	244130 / 7478517	Lagoa Sumida.	251m	
39	246087 / 7480389	Espigão do Macaco.	257m	
40	252919 / 7479920	Canal de Araçatuba / Rio Curutuba (área de bambuzais e cipós - Gleba Canaã - pasto degradado).	254m	F2.15 F2.16
41	259195 / 7481907	Rio Baía (área da Faz. Montes Claros com pasto degradado e capim navalha).	260m	F2.17/18
42	243842 / 7473454	Rio Paraná.	262m	F2.19
43	237292 / 7470045	Sede da Faz. Monte Santo.	268m	F2.22
44	236807 / 7471968	Pequeno casebre.	251m	F2.23 F2.24
45	228080 / 7460250	Rio Ivinhema.	258m	F2.27 - Mata em regeneração;
46	224740 / 7460750	Estrada p/ antiga sede da Faz. Peroba.	242m	
47	225243 / 7460221	Área da antiga sede da Faz. Peroba (não existe mais casa - área de pasto).	251m	
48	225339 / 7459941	Antiga serraria da Faz. Peroba.	251m	F3.1 - Plauto aluvial do Curupaí; F3.2 - Antiga caldeira;
49	227172 / 7459201	Remanescente florestal - Faz. Peroba.	246m	F3.4- Remanescente;



50	227676 / 7460009	Lagoa do Leite.	237m	F3.5 - Lagoa do Leite; F3.6 - Pegadas de cervo; F.7 - Pegadas de capivara;
51	222950 / 7461869	Varjão, dreno (estrada que liga à estrada do parque a sede).	244m	F3.8 - Varjão;
52	221411 / 7461155	Mata Ciliar do Rio Curupaí.	246m	
53	228601 / 7460472	Lagoa do Pintado.	245m	F3.10 - entrada da Lagoa do Pintado; F3.11 - Interior da Lagoa do Pintado; F3.12 - Lagoa do Pintado;
54	227580 / 7456294	Foz do rio Curupaí.	250m	F3.13 - Foz do rio Curupaí;
55	227400 / 7457906	Rio Curupaí (vegetação de tesó).	242m	F3.14 - Vegetação de tesó;
56	226732 / 7458276	Rio Curupaí.	237m	F3.15 - Rio Curupaí; F3.16 - Mata Ciliar;
57	224816 / 7459792	Retiro da Faz. Touro Branco	247m	
58	222669 / 7461508	Remanescente da Faz. Touro Branco (a partir deste ponto o rio Curupaí não é mais navegável).	247m	F3.17 - mata - Faz. Touro Branco;
59	221283 / 7460996	Remanescente florestal.	256m	F3.18 - Interior do remanescente;
60	228155 / 7453814	Quem de Direito (margem esquerda do rio Ivinhema).	275m	F3.19 - Vegetação degradada;
61	226814 / 7447636	Rio Ivinhema.	244m	F3.20 - Vegetação - zona tampão;
62	225150 / 7442672	Faz. Dois Irmãos.	239m	
63	220178 / 7432798	Próximo a Foz do rio Laranjaí.	243m	F3.21 - Planície de Inundação (margem esq. Do Ivinhema); F3.22 - Terraço - zona tampão (margem direita);
64	220183 / 7430957	Casebre e plantação de milho (margem esquerda do rio Ivinhema), área da faz. Quem de Direito.	255m	F3.23 - Casebre; F3.24 - Plantação de milho;
65	225203 / 7435230	Rio Paraná (margem direita).	253m	
66	227518 / 7440868	Rio Paraná (construção).	264m	
67	228804 / 7454343	Rio Paraná.		
68	220549 / 7462153	Fazenda Alegria do Curupaí	249m	F3.29 e F3.30 - remanescentes florestais;
69	218227 / 7464826	Límite do Parque - Faz. Alegria do Curupaí	250m	F3.31 - Zona tampão;



70	803081 / 7482525	Entrada para o Parque - na BR; (placa indicando - Porto Peroba).	416m	
71	212596 / 7437966	Entrada das Faz. Touro Branco, Vaca Branca e Jacaré que Ri.	412m	
72	212639 / 7439826	Área de remanescente degradado (ainda com Peroba) - Faz. Vaca Branca.	251m	F3.32 e F3.33 - remanescente florestal;
73	213150 / 7448633	Faz. Vaca Branca; Entorno : eucaliptal, plantações de milho e soja e pasto.	308m	F.36 - pasto;
74	214641 / 7452425	Faz. Touro Branco - sede.	281m	
75	215540 / 7453742	Estrada Touro Branco.	255m	F4.1 - Limite - vista do remanescente; F4.2 - varjão com cerrado;
76	216325 / 7456663	Córrego (restituir na base).	262m	
77	216899 / 7458735	Limite do Parque.	283m	
78	219981 / 7460765	Área de varjão - estrada que leva ao rio Curupai.	255m	
79	223132 / 7461059	Remanescentes florestais - rio Curupai.		F4.3 - Estrada da Faz. Jacaré que Ri;

ANEXO 2 – E-mail de solicitação de material para consulta

Monica Maria Alves dos Santos

De: Joao Henrique Pinheiro Dias
 Enviado em: terça-feira, 6 de maio de 2014 14:38
 Para: Monica Maria Alves dos Santos
 Assunto: documentos Ivinhema

Sinalizador de acompanhamento:
 Para sua informação
 Data de conclusão: quinta-feira, 8 de maio de 2014 09:30
 Status do sinalizador: Sinalizada

Mônica,

Como conversamos, segue abaixo a relação dos documentos que não estou conseguindo obter via acervo técnico da intranet:

1669	1	JAN/2001	ÚNICO	Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, MS.	1º Relatório de Andamento	D
1671	2	ABR/2001	ÚNICO	Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, MS.	Encarte: Informações Gerais sobre a Unidade de Conservação (*)	D
1672	3	AGO/2001	ÚNICO	Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, MS.	3º Relatório de Andamento	D
1687	8	OUT/2002	ÚNICO	Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, MS.	Dimensão Humana	D
1862	10	ABR/2003	ÚNICO	Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, MS.	Programa de Manejo	D
2423	S/N	S/DATA	I/II	Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, MS	Zoneamento Ambiental e Programa de Uso	D
3373		S/Nº	DEZ/2000	Prestação de Contas 1ª fase, Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema Instrumento Particular de Convênio	//	D

Desses, o mais importante é o 1687 (Dimensão Humana do Plano de Manejo).

Grato,

João Henrique Pinheiro Dias
 Especialista em Meio Ambiente
 (18) 3741 9750 - Ramal 121
 (67) 3929 3150 - Ramal 121

CESP Companhia
 Energética de
 São Paulo

FAVOR DEVOLVER ESTA VIA ASSINADA

* Relatório não foi encontrado dentro do Acervo.

ANEXO 3 – Instrumento Particular de Composição Amigável



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL

Pelo presente instrumento particular de composição amigável que entre si celebram, de um lado como autor, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, adiante denominado apenas por "Ministério Público", neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Fadel Tajher Iunes e pelos Promotores de Justiça das Comarcas de Anaurilândia, Bataguáçu, Brasilândia e Três Lagoas, e os litisconsortes ativos ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, municípios de ANAURILÂNDIA, BATAGUAÇU, SANTA RITA DO PARDO, BRASILÂNDIA E TRÊS LAGOAS, representados, respectivamente, pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. Salomão Francisco Amaral e pelos Prefeitos Municipais, e de outro lado, na qualidade de demandada, a CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, doravante denominada simplesmente "CESP" representada por seu Presidente, Guilherme Augusto Cirne de Toledo, pelo Diretor de Planejamento, Engenharia e Construção, Delson José Amador, pelo Diretor de Meio Ambiente, Daniel Antônio Salati Marcondes e a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, doravante denominada apenas "SEMADES", representada pelo Secretário Atanásio Chaves de Oliveira, na qualidade de interveniente, como órgão ambiental licenciador do Estado, fica ajustado e convencionado o que abaixo se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento disciplina a composição amigável das ações civis públicas nºs 76/96 e 32/96, em trâmite na Comarca de Anaurilândia, 76/96 e 188/96, em andamento na Comarca de Bataguáçu, 45/96, 176/96, 135/96 e 60/96 em curso na Comarca de Brasilândia, 311/96 e 613/96, da Comarca de Três Lagoas, todas propostas pelo Ministério Público Estadual contra a CESP, tendo como pedidos principais a condenação da ré ao cumprimento de obrigações de fazer, consistente na apresentação e execução de um programa de desmatamento gradual, progressivo e seletivo das áreas que serão inundadas na formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no Rio Paraná, bem como a aquisição de área adequada para implantação de Unidade de Conservação Ecológica.

CLÁUSULA SEGUNDA - Em consonância com as necessidades ambientais detectadas pela SEMADES/MS, em análise do Estudo de Impacto Ambiental - Programas de Controle Ambiental, Volume I, item 8, tabela 8.5.2., pág. 121, no item "Áreas indicadas para desmatamento" e outros critérios técnicos constantes do processo de licenciamento da UHE de Porto Primavera, fica estipulado que a CESP deverá proceder o desmatamento de 15.527 ha. (quinze mil, quinhentos e vinte e sete hectares) da área de inundação em território sul-mato-grossense.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

§ 1º Será realizado inicialmente o desmatamento das áreas com importância para a qualidade das águas, a segurança da navegação, a beleza cênica e o uso múltiplo do lago (com prioridade nas áreas onde haja possibilidade de instalação de balneários, arracadouros, portos e empreendimentos turísticos), e outras áreas prioritárias, sempre a critério da Semades, no regular processo de licenciamento, em que serão emitidas as respectivas licenças ambientais de desmate, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do protocolo de solicitação da empreendedora, mediante as condições técnicas e legais pertinentes, remetendo-se cópia das mesmas ao Ministério Público para supervisão, bem como à Polícia Militar Florestal, para os procedimentos de fiscalização.

§ 2º De conformidade com os estudos realizados pela SEMADES, as áreas prioritárias para desmatamento, a que se refere o parágrafo anterior, são aquelas constantes da proposta apresentada pela CESP, descritas nos mapas e projetos constantes do processo de licenciamento e aprovados no parecer técnico emitido no aludido processo administrativo, perfazendo o total 8.389,90 ha. (oito mil, trezentos e oitenta e nove hectares), assim discriminados:

Município	Área a Desmatar (ha)
Três Lagoas	220,00
Brasilândia	755,47
Santa Rita do Pardo	3.051,70
Bataguçu	3.399,83
Anaurilândia	962,90
TOTAL	8.389,90

§ 3º Se após executado o desmatamento das áreas consideradas prioritárias, descritas no parágrafo anterior, revelar-se imperiosa a formação definitiva do lago, para atender a demanda de energia, diante de compromissos assumidos pela CESP junto ao Governo Federal, e em decorrência desta circunstância não for possível a realização do total de desmatamento previsto, a CESP, como medida compensatória, recolherá ao Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados, criado pela Lei Estadual nº 1.721, de 18 de dezembro de 1996, para posterior aplicação em programas ambientais, quantia correspondente ao preço que seria despendido pela empreendedora para desmatar a área faltante. A dispensa do desmatamento da área remanescente, na hipótese deste parágrafo, depende de avaliação e deferimento da SEMADES, mediante demonstração de inexistência de danos ambientais relevantes.

§ 4º Para cálculo do valor a que se refere o parágrafo anterior, considerar-se-á a área não desmatada em hectare, cuja soma será multiplicada pelo preço médio pago por hectare às empresas que executaram o desmatamento, devendo para tanto, serem encaminhadas à SEMADES e ao MINISTÉRIO PÚBLICO as planilhas de custos e as





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

notas fiscais referentes aos serviços prestados, para a demonstração do valor a ser recolhido, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que a CESP solicitar a dispensa do desmatamento da área remanescente.

§ 5º O valor a que se refere o § 3º, se for o caso, será recolhido pela CESP ao Fundo Estadual de Defesa e Reparação de Interesses Difusos Lesados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data em que for notificada pela SEMADES, devendo ser aplicado em programas ambientais na área de influência direta ou indireta do reservatório da UHE Porto Primavera.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CESP, desde que autorizada pela SEMADES-MS, no processo de licenciamento ambiental, poderá iniciar o desmatamento das áreas a que se refere a cláusula segunda.

§ 1º A fim de garantir um desmatamento seletivo e progressivo, deverá a CESP iniciar o desmatamento a partir das áreas de cotas mais baixas, minimizando assim os impactos à fauna. Além disso, deverá a CESP realizar o desmatamento com acompanhamento topográfico, a fim de que o desmatamento não extrapole os limites determinados pela área de inundação.

§ 2º A CESP, ao realizar o desmate, providenciará o resgate e a relocação da fauna para áreas previamente aprovadas pela SEMADES, remetendo, para tanto, relatório trimestral das referidas atividades à SEMADES, ao IBAMA e ao Ministério Público, sem prejuízo do acompanhamento que poderá ser realizado por estas entidades.

§ 3º A CESP, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do início do enchimento do reservatório, indicará as áreas para relocação faunística, para devida aprovação por parte da SEMADES e IBAMA, sob supervisão do Ministério Público.

§ 4º A fim de diminuir os impactos ambientais, a CESP, além da Unidade de Conservação, a que alude a cláusula quinta, deverá adquirir a área da propriedade denominada Fazenda Cisalpina, no município de Brasilândia, e que se encontra dentro do perímetro expropriatório do reservatório, conforme proposta apresentada pela CESP e aprovada pela SEMADES, a fim de instalar uma área de refúgio animal, antes do fechamento da primeira etapa do reservatório, proporcionando, assim, mais uma alternativa para o remanejamento da fauna, dentre outras que constarão do plano a ser apresentado pela CESP, conforme previsto no parágrafo anterior.

§ 5º Adquirida a área a que se refere o parágrafo anterior, a CESP, na qualidade de proprietária, e em decorrência deste ajuste, ficará responsável pelo monitoramento da fauna, obrigando-se a apresentar relatórios à SEMADES e ao IBAMA.

CLÁUSULA QUARTA - A CESP obriga-se a firmar convênio com a Fundação Estadual de Meio Ambiente - Pantanal, com interveniência do Ministério Público e da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

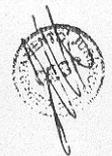
Polícia Militar Florestal, visando proporcionar-lhes recursos para o acompanhamento, monitoramento e fiscalização dos trabalhos de desmatamento e relocação da fauna.

Parágrafo único. O convênio para acompanhamento dos trabalhos de desmatamento e relocação de fauna terá vigência pelo período em que estas atividades forem executadas, de conformidade com os respectivos cronogramas, devendo ser firmado em no máximo trinta dias da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - A CESP, acatando os pedidos formulados nas ações civis públicas que são objeto desta transação e em atendimento às disposições da Resolução nº 02, de 18 de abril de 1996, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, deverá adquirir e transferir ao Estado de Mato Grosso do Sul, através de desapropriação, na forma prevista nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, para implantação de **Unidade de Conservação** de domínio público e uso indireto, uma área de terras com a dimensão mínima de 73.000 ha. (setenta e três mil hectares) dentro do perímetro que for indicado pela SEMADES, dentre as áreas ambientalmente adequadas para aquela finalidade, na região das várzeas do Rio Paraná e próximo do Rio Ivinhema, identificação esta que está sendo realizada no processo de licenciamento que tramita na referida Secretaria, sendo que o custo de aquisição da área e de implantação de infra-estrutura não poderá ser inferior ao valor de R\$-16.104.787,11 (dezesseis milhões, cento e quatro mil, setecentos e oitenta e sete reais e onze centavos), quantia essa que, para efeito de atualização monetária, será convertida em UFERMS - Unidade Fiscal de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul, na data base dezembro de 1997 (mil novecentos e noventa e sete).



§ 1º Identificado o local a que se refere esta cláusula, a CESP, através de seu corpo técnico e no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do presente instrumento, procederá a demarcação da área e elaborará seu memorial descritivo, realizando a identificação das propriedades atingidas e seus proprietários, bem como o valor necessário à aquisição da área, repassando referidos dados à SEMADES, devendo a CESP providenciar o respectivo ato declaratório de utilidade pública.



§ 2º A desapropriação poderá ser amigável ou judicial, devendo contudo, ser precedida da devida avaliação dentro dos critérios técnicos empregados pela CESP. Na medida em que forem se efetivando as desapropriações, os valores correspondentes serão repassados diretamente aos expropriados ou depositados em juízo, ficando a CESP responsável pelo pagamento dos valores que deverão ser inicialmente depositados em juízo, na medida em que forem propostas as ações, bem como do depósito integral da justa indenização que for fixada em decisão final nas respectivas ações expropriatórias, incluídas as custas, despesas processuais, honorários de advogado e demais consectários legais constantes da decisão definitiva do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GRÓSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

§ 3º A CESP obriga-se a realizar as obras civis necessárias para implantação da Unidade de Conservação (cercas, guaritas, alojamentos, centro de pesquisas, sede administrativa e plano de manejo), devendo apresentar à SEMADES os projetos e o cronograma de implantação, para devida apreciação, dentro do processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica, nos termos do art. 3º da Resolução nº 02, de 18 de abril de 1996, do CONAMA.

§ 4º A Unidade de Conservação, conforme preceitua o art. 5º da Resolução Conama nº 02, de 18.04.96, será mantida pela CESP ou seus sucessores, enquanto perdurar a operação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, através de repasse no valor de R\$-800.000,00 (oitocentos mil reais) por ano, a partir de 1º de janeiro de 1999, convertidos em UFERMS (Unidade Fiscal de Referência de Mato Grosso do Sul), na data da assinatura deste instrumento, mediante convênio com a Fundação Estadual de Meio Ambiente - Pantanal, entidade que será responsável pela sua administração, convênio esse que deverá ter a interveniência da Polícia Militar Florestal, para realização de policiamento preventivo, e do Ministério Público, para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do convênio.

§ 5º A Fundação Estadual de Meio Ambiente - Pantanal deverá elaborar, até 30 de dezembro de cada ano, um cronograma de investimentos relativos à administração e manutenção da Unidade de Conservação, submetendo-o à aprovação do Ministério Público.

CLÁUSULA SEXTA - O descumprimento por parte da CESP de qualquer das condições estabelecidas no presente acordo implicará no pagamento de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia, até satisfação total das obrigações assumidas, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis, exceto no caso de culpa exclusiva de terceiros e nos casos previstos no "caput" e parágrafo único do artigo 1058 do Código Civil.

§ 1º A multa a que se refere esta cláusula, se for o caso, será recolhida em favor do Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados, criado pela Lei Estadual nº 1.721, de 18 de dezembro de 1996, no prazo de 10 (dez) dias, mediante notificação do órgão do Ministério Público competente.

§ 2º Na hipótese de descumprimento total ou parcial do presente ajuste, a execução da multa não exclui a possibilidade de propositura de execução específica das obrigações de fazer constantes deste compromisso.

CLÁUSULA SÉTIMA - Esta transação não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, principalmente no que se refere às condicionantes que farão parte dos processos de licenciamento, em suas respectivas esferas (federal e estadual).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA OITAVA - A CESP arcará com o pagamento dos honorários de seus advogados, bem como com as custas e despesas processuais de todos os processos objeto da presente composição amigável, elencados na cláusula primeira.

CLÁUSULA NONA - A presente transação é firmada pelas partes tendo em consideração que os pedidos constantes de todas as ações civis públicas enumeradas estão sendo atendidos, sendo apenas disciplinada a forma e os prazos de sua execução.

§ 1º Para o perfeito cumprimento das normas processuais que regem a Ação Civil Pública, notadamente o princípio da indisponibilidade dos direitos e interesses difusos, e considerando ainda o alto grau de importância e complexidade do caso, a presente transação, uma vez assinada, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias. Aprovada a transação, será ela submetida, no prazo de 10 (dez) dias, à homologação judicial, nos juízos das Comarcas por onde tramitam as respectivas ações.

§ 2º Por ocasião do pedido de homologação da presente transação e de extinção dos respectivos processos, as partes e litisconsortes ativos solicitarão a expedição de ofícios ao IBAMA e à SEMADES, comunicando a homologação do acordo e noticiando a suspensão de todas as determinações judiciais, decorrentes de liminares ou sentenças proferidas em aludidos processos, que impeçam os órgãos ambientais de expedirem as competentes licenças de desmatamento, de enchimento do reservatório e de operação da Usina Hidrelétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA - Eventuais conflitos provenientes do presente acordo serão dirimidos pelos juízos das Comarcas por onde tramitam as respectivas ações civis públicas objeto deste ajuste, dentro dos limites de sua competência territorial, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.347/85.

Campo Grande, 28 de abril de 1998.



Pelo Ministério Público

Fadel S. Iunes

Fadel Tajher Iunes
Procurador-Geral



[Assinaturas manuscritas]

José Aparecido Rigatto
Edval Goulart Quirino
Celso Antônio Botelho de Carvalho
Janduy Alfredo de Freitas Pombeiro

Promotores de Justiça de Anaurilândia, Bataguçu, Brasilândia e Três Lagoas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ÚLTIMA FOLHA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO COMO AUTOR, O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS LITISCONSORTE ATIVOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, MUNICÍPIOS DE ANAURILÂNDIA, BATAGUAÇU, SANTA RITA DO PARDO, BRASILÂNDIA E TRÊS LAGOAS E DE OUTRO LADO, NA QUALIDADE DE DEMANDADA, A CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Pela Procuradoria-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul

Salomão Francisco Amaral
Procurador-Geral do Estado

Pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Atanásio Chaves de Oliveira
Secretário

Pela CESP - Companhia Energética de São Paulo

Guilherme Augusto Cirne de Toledo
Presidente



Delson José Amador
Diretor de Planejamento
Engenharia e Construções

Daniel Antonio Salari Marcondes
Diretor de Meio Ambiente



Prefeito Municipal de Anaurilândia

Prefeito Municipal de Brasilândia

Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo

Prefeito Municipal de Bataguçu

Prefeito Municipal de Três Lagoas

ANEXO 4 – Limite Geográfico e perímetro do PEVRI

APA-GL-CAD-9438

1/2

RESERVATÓRIO DA USINA PORTO PRIMAVERA

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRZEAS DO IVINHEMA

LIMITES: Começa no ponto 1, situado à margem direita do Rio Paraná, na foz do Rio Baía,

coordenadas UTM - N.7.481.114,779 / E.260.877,246; segue pela margem direita do Rio Paraná à jusante por uma distância de 74.715,84m, até o ponto 2, situado à margem direita do Rio Paraná, na foz do Rio Ivinhema; segue pela margem esquerda do Rio Ivinhema à montante, por uma distância de 34.960,02m, até o ponto 3, situado à margem esquerda do Rio Ivinhema; segue, atravessando o Rio Ivinhema, por uma linha ideal de divisa com o rumo de 84°10'39"NW, por uma distância de 11.659,48m, até o ponto 4; segue com o rumo de 09°23'11"NW, por uma distância de 1.250,25m, até o ponto 5; segue com o rumo de 40°36'52"NE, por uma distância de 853,92m, até o ponto 6; segue com o rumo de 25°59'45"NE, por uma distância de 2.751,51m, até o ponto 7; segue com o rumo de 23°27'41"NE, por uma distância de 363,02m, até o ponto 8; segue com o rumo de 12°28'24"NE, por uma distância de 1.888,58m, até o ponto 9; segue com o rumo de 08°14'35"NE, por uma distância de 892,88m, até o ponto 10; segue com o rumo de 01°44'43"NW, por uma distância de 1.958,03m, até o ponto 11; segue com o rumo de 29°51'40"NW, por uma distância de 602,85m, até o ponto 12; segue com o rumo de 15°18'50"NW, por uma distância de 1.522,79m, até o ponto 13; segue com o rumo de 17°53'33"NW, por uma distância de 697,53m, até o ponto 14, situado à margem direita do Rio Curupaí; segue com o rumo de 81°11'56"NE, por uma distância de 1.296,60m, até o ponto 15; segue com o rumo de 52°23'57"NE, por uma distância de 1.700,30m, até o ponto 16; segue com o rumo de 35°33'38"NE, por uma distância de 1.167,91m, até o ponto 17; segue com o rumo de 55°45'01"NW, por uma distância de 1.912,68m, até o ponto 18; segue com o rumo de 13°15'38"NE, por uma distância de 5.035,48m, até o ponto 19; segue com o rumo de 78°07'51"NE, por uma distância de 2.136,64m, até o ponto 20; segue com o rumo de 03°57'27"NW por uma distância de 1.072,15m, até o ponto 21; segue com o rumo de 09°00'54"NE, por uma distância de 5.497,61m, até o ponto 22; segue com o rumo de 08°53'43"NW, por uma distância de 5.637,68m, até o ponto 23, situado à margem direita do Rio Guiraí; segue pela margem direita do Rio Guiraí à jusante, por uma distância de 33.523,93m, até o ponto 24, situado à margem direita do Rio Ivinhema, na foz do Rio Guiraí; segue pela margem direita do Rio Ivinhema à jusante, por uma distância de 26.902,16m, até o ponto 25, situado à margem direita do Rio Ivinhema; segue, atravessando o Rio Ivinhema, com o rumo de 59°26'08"SE, por uma distância de 180,91m, até o ponto 26, situado à margem direita do Canal de Araçatuba, que une os Rios Ivinhema e Curutuba; segue pela margem direita do Canal de Araçatuba, no sentido Rio Ivinhema - Rio Curutuba por uma distância de 15.346,10m e pela margem direita do Rio Curutuba à jusante por uma distância de 9.425,66m até o ponto 27, situado à margem direita do Rio Baía, na foz do Rio Curutuba;

segue pela margem direita do Rio Baía à jusante, por uma distância de 2.820,76m, até o ponto 1, onde teve início esta descrição.

ÁREA: O perímetro descrito engloba a área de 73.345,15 ha

MUNICÍPIOS ATINGIDOS: Naviraí - MS

Jateí - MS

Taquarussu – MS

APA-GL-CAD-9438

2/2

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DAS VÁRZEAS DO IVINHEMA

COORDENADAS DOS PONTOS DO PERÍMETRO

COORDENADAS - (DATUM CÓRREGO ALEGRE)				
PONTO	UTM		GEOGRÁFICAS	
	N	E	LAT. (S)	LONG. (W)
1	7.481.114,77 9	260.877,246	22°45'36.63440"	53°19'43.2547 8"
2	7.426.803,01 9	222.004,139	23°14'39.37424"	53°43'00.2616 2"
3	7.451.402,61 2	227.390,919	23°01'23.52540"	53°39'35.1247 4"
4	7.452.585,40 7	215.791,585	23°00'38.11528"	53°46'21.3932 1"
5	7.453.818,91 5	215.587,681	22°59'57.92364"	53°46'27.7281 4"
6	7.454.467,13 2	216.143,553	22°59'37.20998"	53°46'07.7954 3"
7	7.456.940,26 0	217.349,552	22°58'17.61610"	53°45'23.8526 7"
8	7.457.273,27 0	217.494,083	22°58'06.88740"	53°45'18.5633 4"
9	7.459.117,27 3	217.901,988	22°57'07.23849"	53°45'03.0424 5"
10	7.460.000,93 1	218.030,004	22°56'38.61302"	53°44'57.9721 1"

11	7.461.958,05 5	217.970,373	22°55'35.00450"	53°44'58.7788 1"
12	7.462.480,87 1	217.670,213	22°55'17.83964"	53°45'08.9612 4"
13	7.463.949,58 7	217.268,033	22°54'29.88745"	53°45'22.0986 3"
14	7.464.613,38 5	217.053,729	22°54'08.19521"	53°45'29.1762 3"
15	7.464.811,76 8	218.335,059	22°54'02.52974"	53°44'44.1217 6"
16	7.465.849,22 3	219.682,175	22°53'29.64461"	53°43'56.2152 3"
17	7.466.799,32 2	220.361,393	22°52'59.19131"	53°43'31.7859 0"
18	7.467.875,78 1	218.780,382	22°52'23.27137"	53°44'26.5083 3"
19	7.472.776,99 5	219.935,422	22°49'44.75999"	53°43'42.8398 0"
20	7.473.216,45 1	222.026,385	22°49'31.73594"	53°42'29.2831 8"
21	7.474.286,04 8	221.952,390	22°48'56.94696"	53°42'31.1883 9"
22	7.479.715,75 2	222.813,824	22°46'01.07870"	53°41'57.5287 5"
23	7.485.285,62 4	221.942,086	22°42'59.62711"	53°42'24.4979 3"
24	7.491.175,88 2	236.992,740	22°39'56.94709"	53°33'33.9096 7"
25	7.477.494,12 0	240.879,130	22°47'23.61673"	53°31'26.0171 4"
26	7.477.402,12 4	241.034,908	22°47'26.69197"	53°31'20.6139 0"
27	7.482.324,44 9	259.109,823	22°44'56.42117"	53°20'44.5064 4"

ANEXO 5 – Tábula avaliativa dos municípios – ICMS ecológico

AVALIAÇÃO QUALITATIVA 2015_2016 NO MUNICÍPIO(10%)

1 - QUALIDADE DE VIDA

SAÚDE E SANEAMENTO

1.1 Que porcentagem de domicílios são atendidos com água tratada/encanada, considerando área urbana e rural? **5**

- (a) 76 a 100% **100%** N° de domicílios atendidos:
(b) 51% a 75% **67%**
(c) 26% a 50 **33%**
(d) 0% a 25% **0%**

1.2. Como é o sistema de esgoto no município?

- () tratado
() fossa séptica com sumidouro
() sumidouro (só fossa)
() a céu aberto

1.3. Qual a porcentagem da rede de esgoto já instalada no município hoje? **5**

- (a) Em 100% da área urbana do município **100%**
(b) Em 75% da área urbana do município **75%**
(c) Em 50% da área urbana do município **50%**
(d) Em 25% da área urbana do município **25%**
(e) 0% da área urbana do município **0%**

Quantos metros de rede já estão instalados?

1.4. Existe ETE? **5**

- (a) Sim **100%** (b) Sim, porém sem operação **50%** (c) Não **0%**

1.5. Qual o destino do esgoto coletado e tratado?

O local (córrego, rio) em que está sendo despejado o esgoto tratado

TRANSPORTES

1.6 A manutenção das estradas de acesso para UC/TI está satisfatória? **3**

() sim **100%** () não **0%**

2- EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1. O município realiza ações relevantes em educação ambiental? **2**

() sim **100%** () não **0%**

Quais?

3 - INTERESSE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PELA UC

3.1. Já existe no município Secretaria, núcleo, departamento ou gerência destinada à conservação ambiental? **3**

() sim **100%** () não **0%**

Qual?

3.2. Se sim, está oficializado?

() sim () não

Nº de funcionários :

3.3. A prefeitura tem apoiado a UC/TI com condições de trabalho para a equipe técnica (infraestrutura tais como: computador com internet, telefone, fax, veículo; número de funcionários suficiente para atender todo o processo de gestão das questões ambientais diretamente relacionadas a UC/TI): **3**

(a) Sim **100%** (b) Parcialmente **50%** (c) Não **0%**

3.4. Existem ações de divulgação das UCs/TIs por parte da prefeitura?

() sim () não

Quais?

3.5. Existe Fundo Municipal de Meio Ambiente legalmente criado? 3

sim **100%**

não **0%**

3.6. Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente formalmente instituído? 4

sim **100%**

não **0%**

Denominação:

3.7. O Conselho está ativo? 5

Sim (com nomeação dos membros, regimento instituído, reuniões periódicas previstas em calendário e livro Ata) **100%**

Não **0%**

3.8. Foi apresentado ao IMASUL plano de aplicação dos recursos de ICMS Ecológico PARA ESTE ANO, DENTRO DO PRAZO ESPECIFICADO? 5

sim **100%**

não **0%**

3.9. O Conselho Municipal responsável pelo meio ambiente participou da elaboração do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico PARA ESTE ANO? 5

sim **100%**

não **0%**

Obs.: Para a questão 3.10, caso o município não tenha apresentado Plano e/ou relatório do ano anterior, o que impossibilita o preenchimento deste item, a questão deverá ser ZERADA.

3.10. Qual percentual de ações previstas no Plano de Aplicação DO ANO ANTERIOR foi executado (VER RELATÓRIO DO ANO ANTERIOR)? 5

(a) 71 a 100% das ações previstas foram realizadas ou município que esteja sendo avaliado

pela primeira vez **100%**

(b) 46 a 70% das ações previstas foram realizadas **67%**

(c) 21 a 45% das ações previstas foram realizadas **33%**

(d) 0 a 20% das ações previstas foram realizadas **0%**

Obs.: Para a questão 3.11, caso o município não tenha apresentado Plano e/ou relatório do ano anterior, verificar outras formas passíveis de comprovação de investimentos nas UCs/TI. Caso contrário, ZERAR A QUESTÃO.

3.11. Que % do ICMS Ecológico recebido foi investido nas **UCs e/ou TI**? (Valores previstos no Plano de Aplicação DO ANO ANTERIOR – VER RELATÓRIO) **4**

(a) acima de 71% ou município que tenha recebido até R\$20.000,00 em 2013 ou município

que esteja sendo avaliado pela primeira vez. **100%**

(b) de 31 a 70 % **75%**

(c) de 11 a 30% **50%**

(d) de 01 a 10% **25%**

(e) menos de 1% **0%**

4- QUALIDADE E MELHORIA AMBIENTAL

4.1. O município possui algum tipo de ordenamento territorial? **4**

() sim **100%**

() não **0%**

Que tipo? () Plano Diretor () Zoneamento () Plano de Uso e Ocupação do Solo () outro

4.2. Existem viveiros de espécies vegetais nativas no município visando a recuperação de áreas degradadas e ações de educação ambiental? **3**

() sim **100%**

() não **0%**

OBS.: A presença de um n^o no final de cada enunciado indica que a questão pontua e qual é o peso da questão; no final de cada alternativa está a percentagem.

Representante da Prefeitura responsável pelas informações:

Email e telefone:

Data da Avaliação:

Exercício Fiscal: 2016

Avaliador do IMASUL:

RECOMENDAÇÕES, observações ou justificativas técnicas do profissional avaliador, para a melhoria da qualidade ambiental do município, devidamente comunicadas à prefeitura municipal (exemplos de recomendações: ampliar rede de esgoto; construir a ETE; construir a UPL; implantar coleta seletiva; construir aterro sanitário; outras...)

ANEXO 6 – Tábula avaliativa da Unidade de Conservação – ICMS ecológico

PARQUE - AVALIAÇÃO QUALITATIVA 2015_2016 (90%)

IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA ÁREA DA UC E RESPONSABILIZAÇÃO TÉCNICA PELA AVALIAÇÃO:

1. IDENTIFICAÇÃO
Nome da UC:
Categoria de Manejo:
Data de criação da UC:
2. LOCALIZAÇÃO DA UC
Nome do município de interface:
Área total do município de interface:
3. QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA UC
Área com qualidade física satisfatória (ha):
Área com qualidade física insatisfatória (ha):
Área em processo de recuperação (ha):
4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO DECLARANTE (MUNICÍPIO)
Nome completo do profissional avaliador:
Nº do Registro Profissional(OPCIONAL):

Local e data da Avaliação:
Assinatura do Profissional Avaliador:
5 RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO AVALIADOR (IMASUL)
Nome completo do profissional avaliador:
Nº do Registro Profissional:
Local e data da Avaliação:
Assinatura do Profissional Avaliador

1. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DOCUMENTAL

1.1 Existe plano de regularização fundiária para a UC? **5**

sim ou já foi regularizada **100%** não **0 %**

1.2 O poder público tem a posse efetiva da área decretada de utilidade pública?

sim não

1.3 Quais quesitos para regularização fundiária foram atendidos? (*marcar os itens atendidos ou todos, caso esteja mais de 50% adquirido*) **5**

- (a) Já tem levantamento de área, proprietários e matrículas. **21,5%**
- (b) Já foi feito Avaliação dos Imóveis. **21,4%**
- (c) Definição da(s) fonte para pagamento das referidas áreas. **7,1%**
- (d) Já foi realizado demarcação das terras. **21,4%**
- (e) Mais que 50% da área já foi adquirido? **28,6%**

1.4 A área da UC está totalmente regularizada (em matrícula)?

Sim Não

1.5 A matrícula atualizada do imóvel onde incide a UC (que já foi adquirido) está em nome do poder público e livre de qualquer afetação dominial?

sim não

2. PLANEJAMENTO, GESTÃO E MANEJO DA UC

2.1 O parque possui polígono georreferenciado e devidamente inserido no SISLA? **5**

Sim **100%**

Não **0%**

2.2 As placas de orientação para localização e identificação da unidade de conservação estão instaladas de forma satisfatória (quantidade e qualidade)? **5**

(a) altamente satisfatória **100%**

(b) satisfatório **75%**

(c) medianamente satisfatório **50%**

(d) pouco satisfatório **25%**

(e) insatisfatório ou inexistente **0%**

2.3 Existe algum tipo de planejamento tal como Plano de Ação Emergencial/Plano Operativo Anual/Plano de Manejo da UC que vise a sua adequada gestão? (**Responder a esta pergunta, se a UC tiver até 5 anos**) **5**

sim **100%**

não **0%**

Ou:

- Existe Plano de Manejo da UC que vise a sua adequada gestão (aprovado e publicado em Diário Oficial)? (**Responder a esta pergunta se a UC tiver mais de 5 anos**) **5**

sim **100%**

não **0%**

2.4 Qual o nível de implementação do planejamento/plano de manejo acima citado? **3**

(a) Se há Plano Operativo Anual elaborado e implementado. **100%**

(b) Se há Plano Operativo Anual implementado parcialmente **50%**

(c) Se não houver Plano Operativo Anual ou não está sendo implementado **0%**

2.5 Existe plano de recuperação de áreas degradadas preparado para a área? **5**

(a) Em execução ou não é necessário **100%**

(b) Só planejamento **50%**

(c) Não existe **0%**

2.6 Quantos funcionários seriam necessários para administração e proteção da UC?

R:

2.7 A equipe de administração/proteção/orientação na UC está adequada? **5**

(a) O número de funcionários é suficiente e é capacitado; **100%**

(b) O número de funcionários é parcialmente suficiente e capacitado. **50%**

(c) Não existem nem parte dos funcionários necessários. **0%**

2.8 Existe guarita cumprindo a função de vigilância, triagem e orientação na UC? **4**

() sim **100%**

() não **0%**

2.9 Existem ações que visem à integração da comunidade/UC?

() sim

() não

Quais?

2.10 Existe Conselho Gestor da UC (pode ser o Conselho Mun. de Meio Ambiente que tenha atribuição de conselho gestor de UC)? **5**

() sim e está ativo **100%**

() sim, porém está inativo **50%**

() não **0%**

2.11 Existem estratégias para divulgação da UC?

() sim

() não

Se sim especificar quais (folders, internet, impressos, cursos, vídeos, outras):

2.12. Existe plano de prevenção e combate a incêndios especialmente preparado para a área? **5**

() Sim. Existe o Plano, bem como as pessoas o conhecem e estão suficientemente preparados para colocá-lo em prática ou não se aplica. **100%**

Não existe o plano **0%**

2.13. A fiscalização por parte do órgão gestor da UC ou Polícia Militar Ambiental é:

satisfatória regular insatisfatória muito baixa

2.14. É necessário cercar a UC para evitar a entrada de espécies da fauna exótica? **3**

- não ou já está toda cercada **100%**
- sim, necessita em parte da UC, a qual está toda cercada **67%**
- sim, necessita em parte da UC, faltando a cerca **33%**
- sim, não existe cerca **0%**

2.15. Existe aceiro no entorno da UC? **5**

sim **100%** Não **0%**

3 QUALIDADE AMBIENTAL

3.1 Qual a % da cobertura vegetal natural do parque? **5**

- de 71 a 100% **100%**
- de 51 a 70% **50%**
- até 50% **0%**

3.2 Na UC há espécies vegetais exóticas (estimativa ou pelo Plano de Manejo)? **5**

- 0 -10 **100%** 26 - 50 **33%**
- 11 - 25 **67%** acima de 51 **0%**

3.3 Na UC há animais exóticos? **5**

sim **0%** não **100%**

Quantas e quais espécies?

3.4. Existe na UC histórico freqüente de caça?

sim não

3.5 A UC possui áreas degradadas (com erosões, assoreamento, outros)? **3**

sim **0%**

não **100%**

3.6 Na UC há evidência de queimada?

sim

não

3.7. Qual destino do lixo gerado dentro do perímetro da UC? **4**

(a) Se for feito a limpeza necessária adequadamente, se funcionar tudo de maneira excelente ou não houver produção/disposição de lixo na UC **100%**

(b) Se o processo estiver apenas bom, precisando melhorar **75%**

(c) Se o processo estiver apenas regular, precisando melhorar muito **50%**

(d) Se o processo estiver ruim, ou seja, não houver a limpeza sistemática **25%**

(e) Se não houver um processo sistemático de limpeza, de acordo com as necessidades da Unidade de Conservação **0%**

3.8. Existem outras UCs no entorno desta Unidade? **2**

sim. **100%**

não **0%**

Quais?

Obs: A tábua aplicada na prefeitura (tábua separada) tem valor de 10%.

NOME E FUNÇÃO DOS ENTREVISTADOS:

Responsável pelas informações:

Data da Avaliação:

Exercício Fiscal: 2015

Avaliador:

OBS.: A presença de um nº no final de cada enunciado indica que a questão pontua e qual é o peso da questão; no final de cada alternativa está a percentagem.

RECOMENDAÇÕES, observações ou justificativas técnicas do profissional avaliador, para a melhoria da qualidade da UC, ou outros, devidamente comunicadas a prefeitura municipal.

ANEXO 7 – Planilha de controle da aquisição de propriedades rurais – CESP

SITUAÇÃO DOMINIAL DAS ÁREAS QUE INTEGRAM O PARQUE ESTADUAL VÁRZEAS DO IVINHEMA:
17 de set de 2013

1)- ÁREAS DESAPROPRIADAS AMIGAVELMENTE PELA CESP E DOADAS AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

Referência	Expropriado	Área/hás.	Escrit.Doação Registro/Matricula	Serviço Registral
PQ-E-VI-01	CLÓVIS SVERSUT E OUTROS	5.987,0000	R-8-M-17.655 e R-8-M-17.656	NAVIRAÍ
PQ-E-VI-02	JOSÉ JACINTHO NETO E OUTROS	2.779,5095	R-3-M-18.976	NAVIRAÍ
PQ-E-VI-03	FRANCISCO JOSÉ FERREIRA JACINTHO	5.425,8705	R-7-M-13.455	NAVIRAÍ
PQ-E-VI-04	AGROPEC. PORTO PEROBA LTDA	3.772,9561	R-2-M-14.583	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-05	ESP. DE REGINA SILVA DE ARAUJO	1.563,7740	R-5-M-4.460 R-2-M-14.694 R-5-M-4.459 R-2-M-14.695 R-4-M-4.546	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-06	NELSON SCAFF	2.058,9306	R-2-M-14.581	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-07	ARMANDO PEREIRA FERREIRA	2.249,2648	R-2-M-14.583	FÁTIMA DO SUL
Q-E-VI-07/1	ARMANDO PEREIRA FERREIRA	5.449,6525	R-3-M-11.263	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-09	ESP. DE PANTALENA LUIGI	2.496,8923	R-2-M-14.672	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-10	ISIDORO V. COIMBRA E OUTROS	3.210,5387	R-3-M-14.540	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-14	EDMUNDO RODRIGUES FILHO	601,1072	R-2-M-13.769	FÁTIMA DO SUL

ÁREAS DOADAS AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – continuação...

Referência	Expropriado	Área/hás.	Escrit.Doação Registro/Matrícula	Serviço Registral
PQ-E-VI-16	AGROPESC- AGROPEC.S.CATARINA	8.299,9778	R-2-M-14.674	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-16/1	OSVALDO VEDANA	300,0000	R-3-M-8.417	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-16/2	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ	0,3600	R-3-M-4.566	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-17/1	EDYJAYME EDUARDO FURTADO	596,0000	R-22-M-6.762 R-22-M-6.763 R-24-M-6.764	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-17/2	SIMARCO-IND.COM.IMP E EXP. E OUTRO	724,3250	R-11-M-13.097	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-17/3	EDYJAYME EDUARDO FURTADO	242,0000	R-9-M-13.098	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-19	EDMUNDO RODRIGUES FILHO	395,1907	R-3-M-12.621	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-24	EDYJAYME EDUARDO FURTADO	529,9800	R-3-M-17.928	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-24/1	CEZAR FERNANDO PILATTI	411,4000	R-14-M-5.847 R-15-M-6.508	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-25	VICENZO ANGELO VALERESCHINI	193,6000	R-9-M-2.314	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-25/2	JAIR MARCOLINO	242,0000	R-6-M-14.338	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-26	KAORU SAKURAI E OUTRO	217,8000	R-10-M-4.836	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-27	ELIAS CHAFIC FERZELI	412,0231	R-11-M-4.011	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-28	ESP. RAIMUNDO DE M. ASCONCELOS	680,4678	R-3-M-17.916	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-30/1	DANIEL CALDEIRA	121,0000	R-8-M-17.150	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-33	ELIAS CHAFIC FERZELI	260,6285	R-8-M-14.642	NOVA ANDRADINA

ÁREAS DOADAS AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – continuação...

Referência	Expropriado	Área/hás.	Escrit.Doação Registro/Matricula	Serviço Registral
PQ-E-VI-36	ANIBAL LOURES SALINET	598,8464	R-14-M-3.780 R-12-M-7.195	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-37	JOSÉ EDUARDO MALUF	236,2657	R-15-M-13.505	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-38/1	OMILDO BARBATO	120,0000	R-7-M-13.587	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-40	LUIZ DE BARROS LEITE	242,0000	R-7-M-13.279	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-42/2	ALBERTO RUFATO E OUTRO	48,4000	R-12-M-1.357	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-45	EDSON BETAZZI	116,9312	R-17- M-654 R-17-M-4.984	NOVA ANDRADINA

2)- ÁREAS NÃO DOADAS AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

Referência	Expropriado	Área/hás	Escritura (Forma)	Pendência p/ Escrit. Definitiva ou Doação/MS
PQ-E-VI-01/1	CLÓVIS SVERSUT E OUTROS	995,3594	COMPROMISSO	Reg. doc. Imobiliária
PQ-E-VI-03	FRANCISCO JOSÉ FERREIRA JACINTHO	1.027,2148	DEFINITIVA-R-1-M-18.977-SRI de NAVIRAÍ	
PQ-E-VI-08	AGROPECUÁRIA J.L. LTDA	7.460,2563	DEFINITIVA-R-1-M-15.122-SRI de FÁTIMA DO SUL	
PQ-E-VI-11/1	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ	0,3600	DEFINITIVA-M-4.207-SRI de FÁTIMA SUL	
PQ-E-VI-17	EDYJAYME EDUARDO FURTADO E OUTROS	2.962,9942	DEFINITIVA-R-2-M-19.068 e R-2-M-19.069-SRI de FÁTIMA DO SUL	
PQ-E-VI-17/3	EDYJAYME EDUARDO FURTADO	177,5217	DEFINITIVA-R-20-M-6.761-SRI de NOVA ANDRADINA	
PQ-E-VI-17/4	EDYJAYME EDUARDO FURTADO	174,9509	DEFINITIVA-R-20-M-6.760-SRI de NOVA ANDRADINA	
PQ-E-VI-23	GILDO STURIÃO	63,7653	DEFINITIVA-R-2-M-18.246-SRI de NOVA ANDRADINA	

ÁREAS NÃO DOADAS AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – continuação...

Referência	Expropriado	Área/hás.	Escrit.Doação Registro/Matrícula	Serviço Registral
PQ-E-VI-30	GENILDA R. DE FIGUEIREDO E OUTROS	121,0000	COMPROMISSO	Reg. doc. Imobiliária
PQ-E-VI-32	GENILDA R. DE FIGUEIREDO E OUTROS	439,8102	COMPROMISSO	Reg. doc. Imobiliária
PQ-E-VI-34	EDYJAYME EDUARDO FURTADO	371,9907	DEFINITIVA – Matrícula 19.665 – SRI DE NOVA ANDRADINA	
PQ-E-VI-35	EDYJAYME EDUARDO FURTADO	606,2087	DEFINITIVA – Matrícula 19.665 – SRI DE NOVA ANDRADINA	
PQ-E-VI-38	JOSÉ ADAUTO F. DE MENDONÇA	346,3030	DEFINITIVA – Matrículas 20.366 e 20.367 – SRI DE NOVA ANDRADINA	
PQ-E-VI-39	FRANCISCO DE ASSIS ARANTES	220,5900	DEFINITIVA – Matrícula 20.368 – SRI DE NOVA ANDRADINA	

ÁREAS NÃO DOADAS AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – continuação

Referência	Expropriado	Área/ha.	Escrit.Doação Registro/Matrícula	Comarca
PQ-E-VI-44	ANIBAL LOURES SALINET	537,6892	DEFINITIVA-R-6-M-4.169/R-12-M-3.011/R-16-M-1.494/R-17-M-4.997/R-17-M-5.292/R-19-M-3.555 e R-21-M-4.853	NOVA ANDRADINA
PQ-E-VI-18	EDNA DO CARMO RODRIGUES PUCCI	601,1072	CARTA DE ADJUDICAÇÃO Matrícula nº 13.771 -	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-21	EDNA DO CARMO RODRIGUES PUCCI	395,1907	CARTA DE ADJUDICAÇÃO Matrícula nº 14.263	FÁTIMA DO SUL
PQ-E-VI-25/1	VALTER ISHIDA - ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA	87,1200	CARTA DE ADJUDICAÇÃO Matrícula nº 406	FÁTIMA DO SUL

ÁREAS NÃO DOADAS AO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – continuação

Referência	Expropriado	Área/ha	Comarca	Serviço Registral
PQ-E-VI-26/1	JAILTON E. SALDANHA E OUTRO	72,6000	BATAYPORÃ	Aguardando registro da Carta de Adjudicação
PQ-E-VI-31	LUIZ ANTONIO S. CHAVES E OUTROS	198,7844	BATAYPORÃ	Aguardando registro da carta de adjudicação
PQ-E-VI-13	EDUARDO LUIZ RODRIGUES	601,1072	FÁTIMA DO SUL	Aguardando registro da carta de adjudicação
PQ-E-VI-20	EDUARDO LUIZ RODRIGUES	395,1907	FÁTIMA DO SUL	Aguardando registro da carta de adjudicação

3 - ÁREAS COM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO EM ANDAMENTO:

Referência	Expropriado	Área / ha	Comarca	Vara	Processo nº	Fase Processual
PQ-E-VI-15	EDMARI TEREZINHA R. DE OLIVEIRA	601,1072	FÁTIMA DO SUL	1ª	105/2000	Execução
PQ-E-VI-22	EDMARI TEREZINHA R. DE OLIVEIRA	395,1907	FÁTIMA DO SUL	1ª	105/2000	Execução
PQ-E-VI-11	EDMUNDO RIBEIRO RODRIGUES	993,2057	FÁTIMA DO SUL	2ª	010.04.000128-8	Recursal
PQ-E-VI-12	EDMUNDO RIBEIRO RODRIGUES	481,8446	FÁTIMA DO SUL	1ª	010.04.000879-7	Recursal
PQ-E-VI-29	ITAMAR ALVES DE OLIVEIRA	274,0197	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001058-5	Execução
PQ-E-VI-35/1	IVAN ROBERTO	968,0000	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001007-4	Recursal
PQ-E-VI-41	VALDIR APARECIDO PORCEL	96,8000	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001059-3	Instrução
PQ-E-VI-42	VALDIR APARECIDO PORCEL	49,3913	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001057-7	Instrução
PQ-E-VI-42/1	VALDIR APARECIDO PORCEL	51,6363	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001062-3	Instrução
PQ-E-VI-43	LAERCIO BASTOS DO AMARAL	96,8000	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001063-1	Recursal
PQ-E-VI-43/1	JOSÉ MAURILIO HONORATO	72,6000	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001061-5	Suspenso
PQ-E-VI-43/2	SALVATORE COTTONE	258,9992	BATAYPORÃ	1ª	027.04.001064-0	Recursal

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Procedimentos metodológicos

Etapa	Atividade	2012	2013	2014	2015
1ª	Levantamento Bibliográfico	Impresso e digital;	Impresso e digital;	Impresso e digital;	
2ª	Leitura e Fichamento das obras	Leitura e revisão da bibliografia;	Leitura e revisão da bibliografia;	Leitura e revisão da bibliografia;	
3ª	Levantamento de dados secundários e Participação em reuniões	- Mapeamento dos atores;	- Contato com representantes; - Reunião do Comitê da Microbacia Hidrográfica do Rio Ivinhema; - Reunião do Projeto "Corredor da Biodiversidade"; - Reunião do Conselho Consultivo do PEVRI.	- Reunião do Conselho Consultivo do PEVRI.	- Reunião do Conselho Consultivo do PEVRI.
4ª	Trabalhos de campo	- Portal do PEVRI em <u>Itaquarussu</u> ;	- Nos municípios que abrange o PEVRI	- Sede administrativa da CESP – Três Lagoas-MS; - CESP – Primavera/Rosana-SP	4ª <u>Itaquarussu</u> – Campo Grande-MS.
5ª	Entrevistas		1ª Entrevistas 1, 2 e 3.	2ª Entrevistas 4, 5, 6, 7 e 8.	
6ª	Atualização dos dados		Concomitante as reuniões e entrevistas houve a verificação e atualização dos dados levantados	Concomitante as reuniões e entrevistas houve a verificação e atualização dos dados levantados	Concomitante as reuniões e entrevistas houve a verificação e atualização dos dados levantados
7ª	Redação final da tese			- Elaboração do texto para qualificação	- Elaboração final do texto.

Org.: OCON, D. C. M. (2015)

APÊNDICE 2 - Roteiro de Entrevista



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA

_____, ____ de ____ de ____.

Sobre a criação do PEVRI

1. Você participou das atividades ligadas a criação do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema?
2. Como foi escolhida a área para a fixação do Parque?
3. Como foi realizada a proposta de uma Unidade de Conservação como forma de medida compensatória?
4. Quem realizou o contato com o ex-proprietários das terras?
5. Quais nomes estiveram a frente deste processo (governo/proprietários/CESP/trabalhadores)?
6. O contato pessoal com os ex-proprietários foi realizado pelo intermédio de alguma empresa e/ou governo?
7. Em qual local ocorrem/ocorreram as reuniões em grupo ou individualmente com os proprietários?
8. Como esses ex-proprietários estiveram organizados? Fizeram/Fazem parte de algum conselho e/ou outros?
9. O que foi mais difícil durante as negociações?
10. Quais foram os questionamentos levantados pelos proprietários das terras?
11. Houve resistência, por parte dos proprietários? Em qual município? Renegociado?
12. Qual o motivo da resistência?

13. Você teve contato com ex-trabalhadores destas propriedades?
14. No seu ponto de vista, os ex-trabalhadores das fazendas foram beneficiados durante a criação da UC?
15. No seu ponto de vista, o Parque foi para CESP?
16. No seu ponto de vista, o Parque foi para o Estado de Mato Grosso do Sul?
17. No seu ponto de vista, o Parque foi para os municípios?
18. Sobre a criação do PEVRI, o que gostaria de acrescentar.....

.....

APÊNDICE 3 - E-mail de solicitação das Atas do Conselho Consultivo do PEVRI

Jardim, 21 de agosto de 2014.

Ao Sr. CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID MENEZES
Secretário Estadual do Meio Ambiente, Cultura e Turismo - SEMACT

SOLICITAÇÃO

No ano de 2012 foi iniciado o trabalho de pesquisa de doutoramento em Geografia, realizado por esta pesquisadora, e vinculado ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. As reflexões, dessa pesquisa, estão pautadas no Território das Unidades de Conservação em Mato Grosso do Sul, e o PEVRI foi escolhido por ser a primeira Unidade de Proteção Integrada criada no Estado.

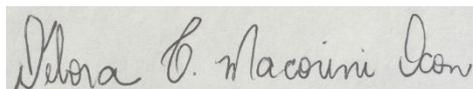
No dia 27/09/2013, a apresentação do projeto entrou em pauta da Reunião Ordinária do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, em que ficou aprovada a participação dessa pesquisadora como ouvinte.

Por meio desse, venho **solicitar**:

- as Atas de realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo PEVRI, dos anos de 2012, 2013 e 2014, e;
- Relatórios das avaliações qualitativas realizada pelo Programa Estadual do ICMS Ecológico.

Sem mais e certa de contar com vossa colaboração,

Atenciosamente,



Débora Cristina Macorini Ocon

Licenciada e Bacharel em Geografia – UFMS

Esp. Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana – ENSP/Fiocruz

Mestrado em Geografia – UFGD

Doutoranda em Geografia – UEM

APÊNDICE 4 - Conflitos de Posse do PEVRI entre a DAEX e CESP

Questões apresentadas por DAEX à CESP	Respostas apresentada por CESP à DAEX
1. Guarita e Residência Guarda Parque Naviraí	
<p>1.1. Sobre a “torre de observação” indicada em projetos e que não foi implantada nas três obras avaliadas, esta torre é uma sugestão de implantação, assim como o mobiliário? A CESP deve responder este quesito, se possível apresentando documentos.</p>	<p>A torre de observação, que consta no projeto dessa obra, aparece como sugestão de indicação do espaço para sua instalação, caso venha a ser viabilizada no futuro pelo gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema. Esse assunto foi objeto de discussão entre CESP e IMASUL e está registrado em ata de reunião realizada no dia 18 de setembro de 2007 (anexo1), onde consta nas linhas 33, 34 e 35 o seguinte texto: “Quanto às torres de observação solicitadas na Manifestação, a CESP lembrou que já é de entendimento anterior, em reunião com o Ministério Público Estadual, que a edificação das torres não estão previstas no TAC das obrigações da CESP.”</p> <p>Essa questão também foi ratificada no OFÍCIO/GAB/DIREX/IMASUL/MS Nº 1141-2007, enviado à CESP em 30 de outubro de 2007 (anexo 2), onde os anteprojetos foram considerados aprovados, desde que fosse atendida uma última solicitação: “um dos quartos da guarita deverá ser projetado de modo que caiba uma cama de casal, um criado mudo e um guarda roupas; sendo assim solicitamos redimensionamento deste cômodo. Outrossim, ressaltamos a importância de atendimento dos itens acordados na Ata de reunião entre IMASUL e CESP, do dia 18 de setembro de 2007, onde foram tratados os ajustes para a edificação das infra-estruturas necessárias ao PEVRI.”</p> <p>Quanto ao mobiliário, este não era objeto constante do projeto bem como do contrato estabelecido entre CESP e AGN Fabrício Engenharia e Construção, onde consta no CONTRATO Nº ASC/OAL/1001/01/2008 (anexo 3) na “Cláusula Primeira – DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO: Obra civil para construção de edificações para implantação de Centro de Convivência e Pesquisa, Portaria e Residência Guarda-Parque, no Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema-MS, sob regime de execução indireta, de acordo com as Especificações do Anexo I”</p> <p>Outrossim, pela documentação anexa, que dá os anteprojetos como aceitos, pode ser observado que em nenhum momento aventou-se pela negociação dos mobiliários, isto porque o INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL (anexo</p>

	<p>4), assinado em 28 de abril de 1998, estabelece em sua CLÁUSULA QUINTA, parágrafo 3º que “A CESP obriga-se a realizar as obras civis necessárias para implantação da Unidade de Conservação (cercas, guaritas, alojamentos, centro de pesquisas, sede administrativa e plano de manejo), devendo apresentar à SEMADES os projetos e o cronograma de implantação, para a devida apreciação, dentro do processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica, nos termos do art. 3º da Resolução nº 02, de 18 de abril de 1996, do CONAMA.” (Citado anteriormente nessa tese de doutoramento)</p> <p>Esse compromisso foi ratificado no TERMO DE COMPROMISSO (anexo 5) estabelecido junto ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em 19 de fevereiro de 2008.</p> <p>Anexamos também os esclarecimentos do Engº Civil Jorge Luiz Vernaglia (anexo 6), responsável técnico pela elaboração dos projetos executivos das obras em questão.</p> <p>Lembramos que a CESP mantém o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, disponibilizando os recursos financeiros conforme estabelecido no INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL (anexo 4), assinado em 28 de abril de 1998, em sua CLÁUSULA QUINTA, parágrafos 4º e 5º. (Citada anteriormente nessa tese de doutoramento)</p> <p>No PLANO DE TRABALHO 2008 elaborado pelo IMASUL (anexo 7) e referente aos recursos a serem aplicados no PEVRI, estavam previstos R\$ 155.000,00 para o 1º semestre e R\$ 227.127,50 para o 2º semestre, ambos destinados ao PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO, sub programa de Infra-estrutura e Equipamentos. Segundo foi apresentado no Conselho Consultivo do PEVRI, essa previsão orçamentária contemplava a aquisição de mobiliário para as novas instalações do Parque.</p>
<p>1.2. Se já foi providenciado o alargamento do aterro do entorno da edificação da residência do guarda parque de Naviraí, que foi recomendado durante a vistoria e ficou naquela data a cargo e responsabilidade do município, que demonstrou grande interesse em receber a obra.</p>	<p>O Gerente de Meio Ambiente do Município de Naviraí, Geóg. João do Carmo Neves informou através de correspondência eletrônica (anexo 8), que os reparos serão realizados a partir do dia 27 de outubro próximo.</p>
<p>1.3. Recebemos no dia 20/08 do Senhor Fernando (funcionário da CESP entrevistado nessa pesquisa de doutoramento), algumas fotos da CESP, em que confirma a ligação do padrão elétrico da edificação com a rede local, uma das recomendações feita na vistoria, assim sendo, gostaríamos de informações escritas para arquivamento junto a este relatório.</p>	<p>Para confirmar a instalação e funcionamento da rede elétrica, anexamos a 2ª via da fatura do consumo de energia, emitida pela concessionária ENERSUL, obtida através do site da empresa no dia 18 de outubro de 2010 (anexo 9 _ a).</p>
<p>1.4. Que a CESP recupere aquelas duas</p>	<p>Informamos que já contatamos a empresa contratada</p>

fissuras aparentemente de alvenaria, lembrando que a responsabilidade e garantia da obra é de 5 anos.	para a construção das obras _ AGN Fabrício Engenharia e Construção _ que realizará os reparos solicitados no dia 03 de novembro de 2010, conforme correspondência eletrônica enviada em 18 de outubro de 2010 .
2. Centro de Convivência e Pesquisa – PEVRI	
2.1. Sobre a área de estacionamento informada nos projetos e que não foi visualizada no local, esta obra foi feita e estava tomada pelo mato ou não fazia parte do que teria que ser executado pela empreiteira contratada?	Foi realizado o nivelamento do terreno e por ocasião da vistoria as gramíneas haviam ocupado aquele espaço. Ressaltamos que o paisagismo e arborização do entorno dessa obra será realizado pelo IMASUL, onde será definido o espaço para estacionamento de veículos. Observar também os esclarecimentos do Engº Civil Jorge Luiz Vernaglia (anexo 6), responsável técnico pela elaboração dos projetos executivos das obras em questão.
2.2. Nesta obra também não estava feito a ligação do padrão de entrada da edificação a rede elétrica da concessionária local, gostaríamos de informações documentais a respeito.	Para confirmar a instalação e funcionamento da rede elétrica, anexamos a 2ª via da fatura do consumo de energia, emitida pela concessionária ENERSUL, obtida através do site da empresa no dia 18 de outubro de 2010 (anexo 9 _ b).
2.3. Providências para os banheiros destinados ao uso de portadores de necessidades especiais.(Normas BR9050/2004) a) sinalizações corretas b) readequações de posições: altura das peças c) retirada de colunas das pias d) colocação de barras de apoio nas pias e) inclinação dos espelhos f) puxadores de portas g) acionadores de válvulas de descarga	Esse assunto foi objeto de discussão entre CESP e IMASUL e consta na ata de reunião realizada no dia 18 de setembro de 2007 (anexo1), em suas linhas 12 a 17 o seguinte texto: “Referente às adaptações para portadores de necessidades especiais, foi exposto pelo engenheiro a possibilidade de preparar as infraestruturas de modo a atender todos os tipos de portadores de necessidades especiais. Poderiam por exemplo ter sinalizações em Braille e nos pisos (piso podotáctil). Foi solicitado pela equipe do IMASUL que a proposta seja incorporada ao projeto executivo.” A CESP irá realizar as adequações necessárias.
3. Guarita e Residência Guarda Parque Jateí	
3.1. Recomendamos que a CESP providencie a retirada do entulho de obra e sua disposição em local adequado.	O entulho já foi removido pela empresa construtora.
3.2. O padrão de entrada de energia da edificação não estava ligado à rede elétrica da concessionária local, gostaríamos de informações documentais a respeito, porém os postes para possibilitar esta ligação estavam no local.	Para confirmar a instalação e funcionamento da rede elétrica, anexamos a 2ª via da fatura do consumo de energia, emitida pela concessionária ENERSUL, obtida através do site da empresa no dia 18 de outubro de 2010 (anexo 9 _ c).
3.3. Sobre a “torre de observação” indicada em projetos e que não foi implantada nas três obras avaliadas, recomendamos manifesto da CESP com justificativa e documentos técnicos.	Informamos que para esse quesito considera-se a mesma resposta dado ao tema no quesito Guarita e Residência Guarda Parque Naviraí.

4. Guarita e Residência Guarda Parque Taquarussu

<p>4.1. Durante a vistoria não estava feita a ligação do padrão de entrada da edificação à rede elétrica da concessionária local, porém os postes para esta ligação estavam no local, assim gostaríamos de informações documentais a respeito.</p>	<p>Ainda não foi concluído o processo de encampamento pela concessionária ENERSUL do ramal da rede de energia que chega até a região onde a obra está instalada. Esse processo está sendo conduzido pelo gestor do Parque do Ivinhema, o IMASUL, em conjunto com a AGESUL. Essa obra é a única que está pendente quanto ao quesito energia elétrica.</p>
<p>4.2. Sobre a “torre de observação” indicada em projetos e que não foi implantada nas três obras avaliadas, recomendamos manifesto da CESP se possível com apresentação de documentos técnicos.</p>	<p>Informamos que para esse quesito considera-se a mesma resposta dado ao tema no quesito Guarita e Residência Guarda Parque Naviraí.</p>

Fonte: CESP. Respostas aos quesitos do Relatório de vistoria do DAEX referente às infraestruturas do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, 2010.

Adaptado por: OCON, D. C. M. 2014.